

PEDRO DE OLIVEIRA MILAGRES

**EM “PRÓL DOS DESTINOS PATRIOS”: A ESCOLA SUPERIOR DE
AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA E AS MARCAS DO HIGIENISMO
NO CAMPO (1920-1935)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Anderson da Cunha Baia

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M637e
2022
Milagres, Pedro de Oliveira, 1996-
Em “pról dos destinos patrios”: a Escola Superior de
Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo
no campo (1920-1935) / Pedro de Oliveira Milagres. – Viçosa,
MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (205 f.): il.

Orientador: Anderson da Cunha Baia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Educação, 2022.

Referências bibliográficas: f.189-205.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.171>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Higiene - Aspectos sociais. 2. Educação sanitária -
Aspectos sociais. 3. População rural. 4. Escola Superior de
Agricultura e Veterinária - Viçosa (MG). I. Baia, Anderson da
Cunha, 1979-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

CDD 22. ed. 362.10098151

PEDRO DE OLIVEIRA MILAGRES

**EM “PRÓL DOS DESTINOS PATRIOS”: A ESCOLA SUPERIOR DE
AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA E AS MARCAS DO HIGIENISMO
NO CAMPO (1920-1935)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADO EM: 28 de março de 2022

Assentimento:



Pedro de Oliveira Milagres
Autor



Anderson da Cunha Baia
Orientador

*Dedico à minha avó,
Rita Ângela Xavier Milagres,
e a tantos outros
que resistiram no campo...*

AGRADECIMENTOS

Começar e concluir esta pesquisa em meio ao isolamento da pandemia exigiu que eu mobilizasse a mim mesmo e um conjunto de pessoas que, com ou sem doutorado, ou sequer alfabetizadas, me ensinaram a caminhar. Me ensinaram antes mesmo do Mestrado. E conseguimos! Agora é hora de agradecer.

Agradeço primeiramente ao Pedro que escreve, o Milagres. Para além de qualquer egoísmo ou pretensão, não poderia me vetar deste agradecimento. É impossível estar com os outros sem antes estar comigo mesmo, e, por isso, agradeço a mim e me faço em terceira pessoa.

Obrigado, Pedro, por retornar a mim com a coragem da infância, com o brilho nos olhos e com a crença ferida de que, pelos estudos, posso ser algo mais. Por me permitir superar a crença que incutiram em mim, e em que acreditei por muito tempo, de que escrever e ler não era algo por que eu pudesse ou devesse me interessar. E aqui estamos nós. Esta dissertação é nossa! É como se:

No meio do caminho tinha uma dissertação

De tão distraído nela pisei

Ai que dor, que dissertação bonita

No bolso ela coube de tão gigante

Obrigado, pequeno grande homem, por me (re)ensinar a engatinhar com estas pequenas mãos pretas, agora pelos livros!

Sou grato também àqueles que, com sua fortaleza, permitiram que eu me fizesse grande. Agradeço à minha mãe, Aparecida, que sempre foi uma mulher batalhadora, que nunca mediu esforços para me ensinar a ser quem sou, me permitindo construir esta dissertação como ela é. Obrigado!

Agradeço também ao meu pai, Jesus, que me ensinou a batalhar para ser feliz e pelos meus sonhos, mantendo o orgulho de ser quem sou. Aos meus irmãos, Karla e Marcelo, que me acompanharam nesta aventura que é crescer no mundo e me ensinaram a aprender com o outro. À minha avó, Dona Ritinha, uma guerreira que, mesmo sem andar, nos meus pensamentos me acompanha aonde quer que eu vá. Também por essa mulher, que se esforçou muito para tentar escrever o próprio nome, e agora escrevo estas inúmeras páginas em dedicação a ela. Gratidão!

Mãe, Pai, Vó, Karla e Marcelo, vocês me deram as bases para que eu prosseguisse, por isso também estão aqui nesta dissertação. Mesmo com minhas constantes e prolongadas

ausências, vocês estiveram comigo e se tornaram meus grandes educadores e intelectuais do viver!

Agradeço também aos que estiveram presentes, mesmo que por telas, enquanto eu produzia rabiscos nesta dissertação. Agradeço, com carinho:

Ao Anderson da Cunha Baía (Professor Anderson), que, com sua calma, me orientou ao longo deste trajeto de dissertar. Com suas palavras simples, e com uma postura sempre atenta e justa, espontaneamente ele me instigou a pensar nos muitos caminhos possíveis presentes nos livros e na vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV, especialmente na figura dos alunos e dos professores, que, mesmo por contatos virtuais, me possibilitaram pensar na Educação a partir de diferentes perspectivas e em seus vários desdobramentos. Ao Denilson Azevedo que gentilmente se disponibilizou a compartilhar seus conhecimentos para além das aulas, vindo a contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Arquivo Histórico Central da UFV, especialmente na figura do arquivista Eduardo Luiz dos Santos, que conservou os registros que possibilitaram a execução desta pesquisa. Quando foi possível a visita presencial ao arquivo, o arquivista sempre me recebeu de forma entusiasmada e, com conversas curiosas, reflexões, apontamentos, contribuiu para a construção de caminhos de investigação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Ginástica (GEPHGI) da UFMG, que, por várias vezes, enriqueceu este trabalho com ideias. Todo o grupo — e, em ocasiões formais, a Andrea Moreno e a Carolina Jubé — trouxe contribuições ricas para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também ao grupo por me permitir perceber a produção acadêmica de uma forma coletiva, carinhosa e respeitosa.

Também agradeço àquela que, neste último ano de jornada, me ensinou a tornar as coisas mais leves (pois aqui vou eu novamente riscar a porta do consultório da psicóloga, mas agora para agradecer!). Agradeço, Lene! Fico muito grato pelo quanto pude crescer e me conhecer, mesmo em meio a tanta coisa, por meio do seu trabalho. Você permitiu que eu me apaziguasse com o Pedrinho e o trouxesse para caminhar conosco. Obrigado por (eu) me perceber.

Necessito também agradecer aos que estavam antes do Mestrado, me munindo de conhecimentos e de sensibilidades para que eu pudesse cumprir esta breve jornada. Sou grato:

À Marizabel Kowalski (Bel), que me acolheu e me ensinou a pesquisar, a refletir e a me afirmar pela escrita. Ler e ler, para afirmar. Tanto li que aqui estou eu, brincando com as palavras e produzindo filosofias de encontros pelos corredores. Como você me ensinou, nada

de obrigado, pois não devo me obrigar a você. Sim, me sinto agradecido por tanto que fez por mim e me ensinou.

À Doiara Santos Silva e à Soraya Santos, por todo o conhecimento partilhado e pelos momentos de ser mais do que pesquisar. Também à Natália Lessa e ao Gabriel de Oliveira, que foram parceiros no processo de se graduar duplamente: enquanto profissional e no lugar de pesquisador. Independente da titulação, todos eles me permitiram trocas, em momentos mais formais ou descontraídos, que ajudaram a me perceber e me situar neste processo de formar-se para algo.

Agradeço também às tantas amizades que pude construir ao longo da Graduação e do Mestrado, em passagem por repúblicas em Viçosa e nos Movimentos Sociais, que me marcaram e permanecem presentes em minha vida.

Agradeço também a outros espaços de trocas coletivas, que me fortaleceram para que eu chegasse até aqui. Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros de Viçosa (NEAB-Viçosa), por ter me ensinado muito sobre nós, por ter mostrado o que é realmente estar em meio a nós e por ter me dado suporte para que eu não desistisse desse enfrentamento que é a entrada de um corpo preto no espaço acadêmico. Ao Laboratório de Pesquisa em Educação Física, Escola e Sociedade (LEPEFES-UFV), atualmente Laboratório de Estudos Olímpicos e Socioculturais dos Esportes (LEOS), que foi meu primeiro grupo de construção coletiva de ideias para pesquisa e de afirmação de uma Educação Física comprometida com o espaço social. Ao Grupo de Estudos em Educação, Gênero e Raça (Educagera-UFV), que me proporcionou espaços para pensar em coletivo, para me posicionar e para aprender em meio às interações afetuosas uns com os outros, recheadas de afetos.

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição que me acolheu e me permitiu iniciar todo esse projeto pessoal de me reencontrar pelos estudos. Ela me possibilitou espaços que me levaram a romper com os pequeníssimos tetos sociais que me imobilizavam, antes que eu pudesse redescobrir esse novo Universo. Sigo na defesa das Universidades Públicas, para que sejam espaços de encontro daqueles inconformados, que buscam ser mais.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que, pelo incentivo financeiro, possibilitou que esta pesquisa fosse concluída na qualidade em que está.

“Esses foram degraus para mim, deles me servi para subir – por isso tive de lhes passar por cima. Mas eles pensavam que eu queria repousar-me neles...” (NIETZSHE, 2020, p. 34).

RESUMO

MILAGRES, Pedro de Oliveira, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, março de 2022. **Em “pról dos destinos patrios”: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935)**. Orientador: Anderson da Cunha Baía.

Na década de 1910, os espaços rurais brasileiros ganharam notabilidade nos debates higienistas, tornando-se alvo de políticas sanitárias. Era sustentada uma imagem de atraso do campo que imobilizava o progresso nacional, levando ao apelo de higienistas em favor da difusão da higiene no interior para aprimorar os sujeitos rurais, levando-os a um trabalho produtivo. Na década seguinte, a ESAV veio a ser fundada no interior de Minas Gerais, na cidade de Viçosa, no intuito de promover o crescimento econômico do estado. Tendo em vista esse cenário, objetivou-se analisar a presença de saberes e práticas higienistas na concepção, na construção e no estabelecimento do projeto formador esaviano entre os anos de 1920 e 1935. Para isso, foram mobilizadas fontes referentes a relatórios institucionais, atas de reuniões, correspondências, questionários aos alunos, livro de visitas, inquéritos e outros documentos, que permitiram investigar o projeto formador da Instituição. O trato metodológico das fontes foi orientado pela História Cultural, especialmente pelo ofício do historiador em Certeau (2015), e da construção narrativa em Benjamin (2012) e Ginzburg (1989). Neste estudo, identificou-se que a ESAV foi concebida em meio a um bojo de ações sanitárias direcionadas aos espaços rurais. Com isso, propiciou-se que o projeto formador esaviano fosse impregnado por marcas higienistas, constituídas desde o período de construção, no trabalho com os operários rurais. Com o início das atividades de ensino em 1927, as primeiras ferramentas higiênicas foram ampliadas por investimentos institucionais e sofreram reestruturações, expandindo a difusão de saberes e práticas higiênicos entre o pessoal esaviano e seus familiares, no caso dos servidores. Destacaram-se, na constituição do projeto, atores como Belo Lisboa — que, em sua inserção institucional, instigou a criação de ferramentas e possibilitou o avanço das pretensões higienistas — e o médico dr. Raymundo Faria — o qual, ao entrar na Escola, tornou o Serviço de Saúde da ESAV um meio de difusão da higiene entre o pessoal, expandindo a presença da higiene e produzindo a atualização das ferramentas em conformidade com os pressupostos higienistas em voga. Assim, o projeto formador esaviano foi constituído por um conjunto de saberes e práticas higiênicos visando à limpeza dos sujeitos rurais, de forma a permitir a participação do poder médico-higiênico no estabelecimento da Instituição.

Palavras-chave: Higienismo. Sanitarismo. ESAV. Campo. Sujeitos rurais.

ABSTRACT

MILAGRES, Pedro de Oliveira, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, march de 2022. **On behalf of patriotic destinations: the Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa and the marks of the social hygiene movement in the countryside (1920-1935).** Adviser: Anderson da Cunha Baia.

In the second half of the 1910s, rural spaces gained notability in the debates of Brazilian hygienists and became a target of health policies. The hygienists sustained a backward representation of farmers that justified national delay, believing they needed to be saved by hygiene knowledge. In the 1920s, ESAV was founded in the state of Minas Gerais, in the rural city of Viçosa, in order to improve the economy of the state. Considering this panorama, this research aims to analyze the presence of the knowledge and practices of the Social Hygiene Movement in the conception, building and establishment of ESAV's formation project between 1920 and 1935. To this end, we gathered institutional sources that helped us investigate the formation project, such as reports, meeting minutes, correspondence, student questionnaires, a visit book, surveys, and other documents. Our methodological approach was guided by Cultural History, specially the historiographic operation of Certeau (2015) and the narrative construction of Benjamin (2012) and Ginzburg (1989). This study identified that ESAV was conceived amid health policies directed to rural areas in the 1920s. Thus, it was provided that hygiene marks were present in the formation project since the construction period, with rural workers' work. When the classes started in 1927, the institution made investments that enlarged and restructured the hygiene tools to the project. It expanded hygiene knowledge and practices circulation between ESAV's staff and their families. Relevant agents that built the formation project were the engineer and principal Belo Lisboa and the doctor Raymundo Faria. Belo Lisboa gave ideas to inspire the creation of hygiene tools, and Dr. Raymundo Faria, upon entering the College, made the ESAV Health Service a means to spreading hygiene, expanded its presence and produced the updating of the tools in accordance with the Social Hygiene Movement. Therefore, the ESAV's formation project involved hygiene knowledge and practices, and it aimed at cleaning farmers. The presence of hygiene supports the idea that the Social Hygiene Movement took part in the establishment of the Institution.

Keywords: Social Hygiene Movement. Sanitation. ESAV. Field. Farmers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Infância na Zona Rural.....	15
Figura 2 – Quadro Angelus Novus.....	32
Figura 3 – Jéca Tatuzinho.....	55
Figura 4 – Inauguração do Hospital Regional de Viçosa	68
Figura 5 – Hotel no centro da cidade de Viçosa-MG	78
Figura 6 – Casa de belgas na região de Viçosa.	78
Figura 7 – Terreno adquirido para construção da ESAV	81
Figura 8 – Três residências de funcionários que foram construídas para receber operários da Escola.....	85
Figura 9 – Habitação dos operários da construção da Escola feita de taipa e pau-a-pique.	86
Figura 10 – P. H. Rolfs e Belo Lisboa na construção da Escola, na companhia de um operário.....	87
Figura 11 – Missa campal na inauguração do edifício central.	88
Figura 12 – Banda de Música dos operários parada em local desconhecido, na cidade de Viçosa.	98
Figura 13 – Pagamento de operário da construção.....	100
Figura 14 – Grupo de operários da Escola	103
Figura 15 – Grupo participante da IV CNE em visita à ESAV.....	106
Figura 16 – Vista parcial da ESAV	110
Figura 17 – Vista frontal do dormitório da ESAV	115
Figura 18 – Gráfico do percentual de diferença do peso certo para cada aluno.....	122
Figura 19 – Time de alunos da ESAV	126
Figura 20 – Solenidade de plantio da árvore à primeira turma de formandos do Curso Superior em Agronomia (1931).....	131
Figura 21 – Corpo docente da ESAV	140
Figura 22 – Grupo de Teatro da ESAV.	169
Figura 23 – Realização de exames morfofisiológicos em atletas da ESAV	173
Figura 24 – Piscina da ESAV.....	175
Figura 25 – Alunos e visitantes agrupados ao redor da Piscina da ESAV	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Réplica do quadro das verminoses distribuídas pelos diversos cursos da ESAV, com sutis adaptações na padronização dos dados apresentados, em 1934.....	144
Tabela 2 - Réplica do quadro das verminoses distribuídas entre professores, funcionários, operários e alunos das escolas anexas, com sutis adaptações na padronização dos dados apresentados, em 1934.....	145
Tabela 3 – Distribuição dos exames realizados entre os grupos atendidos pelo Serviço de Saúde da ESAV (1935).....	149
Tabela 4 – Réplica do Quadro de resultado dos exames de verminose realizados com o pessoal da Escola em 1935, ao que parece na última aferição.	150
Tabela 5 – Réplica do Quadro de resultado dos exames de verminose realizados com os alunos em 1935, distribuídos por curso.	153

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACH-UFV – Arquivo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa

APM – Arquivo Público Mineiro

CBES – Círculo Brasileiro de Educação Sexual

CNE – Conferência Nacional de Educação

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

ENEFED – Escola Nacional de Educação Física e Desportos

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa

FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

SEPH – Secção de Educação Physica e Higiene

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFDC – University of Florida Digital Collection

SUMÁRIO

1.	Introdução	14
1.1.	Primeiras considerações sobre o objeto de estudo	14
1.2.	A circulação do higienismo no Brasil e sua marca educativa	18
1.3.	Produções sobre o higienismo e delineamento do objeto de análise	23
1.4.	Referenciais teórico-metodológicos: posicionando o “eu-pesquisador” e o caminho de pesquisa	31
1.5.	Fontes e noções históricas mobilizadas.....	36
2.	Modernização do rural: a construção de uma escola superior isolada no interior do estado de Minas Gerais	48
2.1.	Brasil modernizador: circulação de saberes e práticas higienistas.....	49
2.2.	Grande estado, pouca educação e saúde: o analfabetismo e a doença como obstáculos para o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais	61
2.2.1.	Investimentos em práticas educativas para a recuperação dos rurais	69
2.3.	Projeto formador esaviano: concepção e construção de uma Escola de Ensino Agrícola moderno na Zona da Mata Mineira.....	74
3.	Higienizando os rurais: a “limpeza” como parte do processo educativo esaviano e de sua imagem institucional	91
3.1.	Concebendo ferramentas para a higienização dos esavianos: a Caixa Beneficente e a instrução moral e higiênica dos operários de construção	94
3.2.	Disciplinados, limpos e robustos: a formação higiênica dos primeiros alunos da instituição	109
4.	Reestruturação do serviço de saúde e a fortalecimento do poder médico-higiênico na ESAV.....	130
4.1.	A guerra aos vermes: intervenção higienista sobre a opilação	142
4.2.	O flagelo da sífilis: uma ameaça higiênica à ESAV	155
4.3.	A higiene preventiva como estratégia para defesa da saúde	162
4.3.1.	O tempo livre e a Educação Física na higiene preventiva	167
4.4.	O fortalecimento do poder médico-higiênico no arranjo institucional	177
5.	Considerações finais.....	184
6.	Referências.....	189

1. INTRODUÇÃO

“Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da história” (FREIRE, 2020, p. 53, grifo do autor).

1.1. PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os saberes e práticas higienistas que circularam na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) e se tornaram parte do projeto formador da instituição.

Em oposição a uma tradicional dicotomia entre pesquisador e objeto em nome da “objetividade” científica, esta investigação sobre os saberes e práticas higienistas voltados aos espaços rurais foi impregnada de motivações pessoais. O intento esteve em contribuir para o campo da Educação e da Historiografia da Educação, não adotando um objeto conveniente à academia, com fins de garantir o distanciamento do pesquisador e um olhar neutro. Pelo contrário, buscou-se possibilitar que as características do objeto de investigação emergissem das subjetividades do meu “eu-pesquisador”. A partir daí, busquei — na companhia do meu orientador — transformá-lo em uma contribuição, assumindo um lugar e um posicionamento imbricados por resquícios de uma trajetória pessoal: os caminhos que trilhei desde a infância para chegar a esta dissertação.

Nasci na cidade de Piranga¹, que é um pequeno município no interior do estado de Minas Gerais, situada a 56 quilômetros de Viçosa. Morei nesta cidade até os 18 anos, sendo que sete deles foram em uma localidade rural da cidade. Nessa primeira etapa da vida, morei em uma residência com saneamento precário, junto a mais três (distantes umas das outras) que ficavam afastadas “mato adentro” do ponto mais próximo da rodovia ente Viçosa e Piranga. Estiveram presentes em minha infância infecções “típicas do interior brasileiro”, tendo sido acometido por carrapatos, verminoses, bernes e bicho-de-pé; também havia, em abundância, insetos caros aos higienistas, como as saúvas e moscas domésticas. Existiam postos médicos na “roça” (como nos referíamos ao espaço rural),

¹ Conforme dados do IBGE (2000), no ano de 2000 a cidade possuía pouco mais de 16.900 habitantes, sendo mais de 11.900 residentes nos espaços rurais. Dados do instituto apontavam que, em medições de 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município estava em 0,315 (baixo), abaixo do Brasil, com valor de 0,492 (IBGE, 2015 *apud*. OLIVEIRA, 2016).

mas foi na escola – durante a Educação Infantil e no primeiro ciclo do Ensino Fundamental – que tive contato com as primeiras práticas sistemáticas que buscavam inculcar o cuidado bucal, com o ensino da escovação por dentistas e a presença de gabinete dentário na escola, além de práticas de vacinação.

Figura 1 – Infância na Zona Rural. Registro feito na propriedade onde residia com minha avó, pais e irmãos, na cidade de Piranga/MG. Data por volta de 2003.



Fonte: Arquivo do próprio autor.

Esse confronto entre hábitos corporais tradicionais e hábitos higiênicos de cunho científico penetrou não só o meu corpo, mas também o meu seio familiar. Diferentemente do meu pai, meus tios e minha avó, que tiveram os estudos interrompidos nos primeiros anos de escolarização, minha mãe realizou um curso técnico em enfermagem e atuava numa casa de saúde da cidade, fato que levava eu e meus irmãos a frequentarmos o hospital sempre quando acometidos por algum estado de doença ou infecção. Esses mesmos cuidados médico-científicos conflitavam com as práticas imediatas de cura caseira da minha avó, que se faziam em repertórios de chás e técnicas mirabolantes para nos livrar de doenças e infecções.

Essas primeiras aproximações de minha infância rural com as práticas científicas de higiene corporal se deram a partir do contato com a instituição escolar e os saberes médicos, e, posteriormente, foram sendo consolidadas. Naquele momento, eu não havia

tomado conhecimento das influências históricas que permearam as experiências adquiridas, vindo a ser desveladas por meio do meu contato com a universidade.

A minha curiosidade investigativa com o Higienismo se iniciou na graduação em Educação Física na Universidade Federal de Viçosa, na disciplina de História da Educação Física. Por meio dela, fiquei surpreso com as aproximações políticas entre a Educação Física, a Medicina e as representações do corpo, o que me levou a perseguir o Higienismo como uma tentativa, naquele momento, de melhor compreender a “gênese” e as intencionalidades políticas e históricas do curso. Essa curiosidade incidiu, a partir de 2016, na produção e posterior publicação do artigo *O higienismo na Educação Física: estudos históricos* (MILAGRES; DASILVA; KOWASKI, 2018), no qual foi elaborado um estudo que me serviu como base para compreender a configuração do campo de produção científica com o movimento higienista. A realização dessa publicação posteriormente me instigou a exercícios de reflexão e produção de textos² a serem apresentados em eventos científicos e espaços acadêmicos, tendo como enfoque o Higienismo nas suas relações com os corpos e com o espaço geográfico, bem como sua produção no campo científico atual.

À medida que fui entendendo melhor o Higienismo, em um movimento simultâneo de apropriação e produção, os condicionantes históricos experienciados em minha infância foram ganhando contornos. Inversamente, a tomada de consciência passou a influir nos meus interesses de recorte do Higienismo, trazendo-o para o interior, para os sujeitos e para as práticas sociais. No entanto, o percurso para chegar ao objeto desta dissertação não foi exclusivo nem linear.

Antes de me inserir no campo historiográfico, entre 2016 e 2019, experienciei três iniciações científicas³ ligadas à Sociologia do Corpo e da Educação Física que ampliaram meus olhares sobre a escrita e produção científica. Tais oportunidades permitiram um maior contato com os eventos científicos e me motivaram a participar de debates acadêmicos. Entretanto, essas experiências, que mais me aproximavam da Sociologia e

² *O Higienismo nos estudos históricos em Educação Física* (apresentação de uma versão dos dados do artigo publicado, apresentado em 2017, na Universidade Federal de Goiás); *O povo brasileiro e as políticas para o corpo: a construção do novo homem nos ideais Eugenistas e Higienistas* (apresentado em 2018, na Universidade Federal de Viçosa); *A mutação dos olhares sobre os Corpos desviantes na Modernidade* (apresentado em 2019, na Universidade Federal de Viçosa); *Higienismo brasileiro e o processo civilizador: usos da teoria elisiana em pesquisas na história da educação* (publicado em 2020, junto a uma coletânea de textos sobre os usos das teorias de Norbert Elias no Brasil).

³ *Uniforme Escolar: identidade, representação social e civilidade expressa na Educação Física escolar* (2016-2018); *Educação, controle de pulsões e formação corporal na infância* (2018-2019).

de suas questões contemporâneas, deram espaço para meu interesse em continuar perseguindo o Higienismo.

Dois fatores que vivenciei foram cruciais para a opção pelo Mestrado em Educação com o projeto inserido no campo historiográfico. Uma delas foi uma fala do pesquisador Edivaldo Góis Junior, ensejada pelos seus pares no XXI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/VIII Congresso Internacional de Ciências do Esporte, no GTT-Memórias, que foi presidido no ano de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Na ocasião, em uma discussão de trabalhos apresentados, ele fez um apelo aos demais professores/pesquisadores para que investissem na formação de novos pesquisadores na Historiografia da Educação Física, e para desenvolver pesquisas para além do eixo Rio-São Paulo, hegemônico nas produções da área. Recebi essa fala como uma lacuna oportuna que também me possibilitava produzir histórias próximas à minha infância, longe dos grandes centros urbanos e em lugares ainda afastados dos enfoques convencionais de análise.

A segunda, e definitiva, foi a realização do projeto de iniciação científica intitulado *Discursos Higienistas e Eugenistas presentes na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1940-1947)*⁴, sob a orientação do professor Anderson da Cunha Baía. No contato com a revista *Seiva* (1940-1990), foram encontrados indícios de discursos higienistas que circularam na ESAV. Esses achados, que me surpreenderam enquanto observador daquele período histórico, foram acompanhados por um ineditismo investigativo propiciado pelos arquivos da atual Universidade Federal de Viçosa (UFV)⁵ relativos ao Higienismo – essa lacuna será explorada mais à frente. Além disso, a execução desse projeto me permitiu uma maior compreensão da penetração do Higienismo nos espaços rurais brasileiros.

Por tudo isso, a opção inicial pelo Higienismo e o percurso de investigação desta pesquisa foram impregnados por interesses pessoais que se constituíram ao longo da minha formação social, familiar, curricular e política, direcionando esta pesquisa ao espaço rural e à tomada de um posicionamento que contemple a história dos vencidos em sua relação com o projeto messiânico da higiene. Para que ela se tornasse exequível, fez-

⁴ Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com vigência entre os anos de 2019-2020.

⁵ A primeira nomenclatura da instituição foi Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), que foi transformada, em 1948, em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Sua federalização só veio a ocorrer em 1969, quando a instituição recebeu a nomenclatura de Universidade Federal de Viçosa (UFV), como permanece atualmente.

se necessário assentar meus interesses em um espaço de investigação possível — considerando a disponibilidade de fontes —, encontrar uma lacuna de análise e me apropriar de referenciais e ferramentas historiográficas.

Sendo assim, o tensionamento do objeto de investigação, intencional e gradual, deu-se ao longo da pesquisa, desde a fase de planejamento. Ao longo da introdução, é apresentada a constituição do objeto e dos caminhos de investigação.

1.2. A CIRCULAÇÃO DO HIGIENISMO NO BRASIL E SUA MARCA EDUCATIVA

O Higienismo foi um movimento médico-científico em prol da saúde das populações e da moralização da limpeza, o qual inicialmente atuou nos Estados Unidos (EUA) e em diversos países europeus, vindo a circular no Brasil entre meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (GOIS JUNIOR, 2003; VIGARELLO, 1996; LIMA; HOCHMAN, 1996; SOARES, 1990). Por meio do pensamento higienista, foram produzidas técnicas de controle sobre o meio e os corpos, práticas de medicalização das doenças, o combate de agentes patológicos e preceitos moralizantes sobre hábitos e costumes corporais. Essas e outras estratégias se justificavam pela saúde, em favor do progresso nacional, encontrando na Educação o apoio para difundir uma nova noção higiênica de cuidado do e com o corpo (PIZOLATI; ALVES, 2019; GONDRA, 2018).

Frente ao cenário de modernização brasileira no século XX, os preceitos higiênicos circularam com mais intensidade e foram propostos como parte do processo de instrução e educação da população. Instituições educacionais foram alvo de visitas sanitárias para o controle profilático, investiu-se na responsabilização dos educadores pelo inspecionamento de alunos, disseminaram-se prescrições sobre os cuidados dos corpos, bem como exigiram-se nos currículos tempos para trabalhos manuais, ginástica e economia doméstica (SANTOS, 2019; NARCISO, 2016; DOGLIOTTI, 2012; MORENO; VAGO, 2011; CRUZ; RAMÍREZ, 2010; ROCHA, 2003). Além disso, foram colocados em circulação diversos saberes de higiene doméstica, do cuidado dos filhos, de recreação e de práticas de cuidado ao ar livre (MAYBORODA; GRAZZIOTIN, 2019; SALAS-HUETOS; HUETOS-SOLANO; SALAS-SALVADÓ, 2019; JUBÉ, 2017; SOARES, 2016).

Todo esse conjunto de saberes e práticas produzido pelo pensamento médico-higiênico — e veiculado pelas intuições educacionais, por jornais, por revistas e pelo

poder público — tinha como intuito engendrar nos sujeitos hábitos de cuidado do corpo condizentes com a racionalidade científica da época.

O Higienismo buscava a intervenção nos espaços públicos e privados, por meio do respaldo científico, de forma a promover condutas antecipadas que evitassem o aparecimento e proliferação de males à vida e ao corpo. Assim, calcado em uma razão prática, o Higienismo tinha por função não apenas higienizar o corpo, mas também propagar práticas de assepsia corporal e do meio pela formação de sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores (GONDRA, 2018; 2003; GÓIS JUNIOR; GARCIA, 2011). É importante salientar que algumas produções acadêmicas recentes vêm demarcando a heterogeneidade de pensamentos e ações dentro do movimento higienista brasileiro do início do século XX, principalmente entre a intelectualidade (MILAGRES; KOWASKI, 2020; GÓIS JUNIOR, 2014b; 2003; 2002; 2000; HOCHMAN, 2012).

Conforme Góis Junior (2003), suas bases foram inicialmente construídas em alguns países europeus ao longo do século XIX, tendo por ambiência o contexto de industrialização e novos achados da ciência médico-biológica. Sua ênfase era predominantemente voltada para os espaços urbanos. Os médicos higienistas tiveram participação ativa na organização pública, atuando na redução da jornada de trabalho e na melhora das condições de saúde dos trabalhadores industriais. Além disso, foram mobilizados por esses atores diversos debates e descobertas que colocavam em questionamento os hábitos da população em geral, rompendo com a tradicional concepção de cuidado corporal ligada à posição social⁶.

A disseminação das teorias e dos achados científicos de cunho higienista se expandiram para além do continente europeu, encontrando solo fértil no Brasil, principalmente no início do século XX. No país marcado pela recente abolição do regime escravocrata e proclamado república, vigorava uma mentalidade de atraso entre a intelectualidade brasileira, que se encontrava inconformada com a realidade nacional. A

⁶ A lógica estética de asseio corporal e *status* social está presente no *processo civilizador* de Elias (2011). Na obra, o autor demonstra que, até finais do século XVIII, os comportamentos e o que era visível no corpo se constituíam como elementos de distinção da nobreza, caracterizando o que se tinha por limpeza e hábitos civilizados. Fazendo uso de achados empíricos, Elias (2011) aponta que o que estava em jogo nos hábitos das sociedades aristocráticas não era a higiene corporal enquanto norma geral, mas sim a etiqueta, o asseio. Partindo das proposições elisianas, Vigarello (1996) demonstra como a lógica de limpeza foi sofrendo transformações a partir daquelas sociedades, vindo a ser modificada pelos higienistas do século XIX e XX. Junto aos achados científicos, contribuíram para a nova concepção de higiene corporal as representações do corpo produtivo e eficiente, conveniente a burguesia e à moralização das classes populares, ligada a sua limpeza (VIGARELLO, 1996).

exemplo, Monteiro Lobato (1882-1948) produz, em *Ms. Slang e o Brasil*⁷, um diálogo entre um inglês e um brasileiro “comum”, que reflete essa mentalidade. O inglês culto e *gentleman* disserta sobre as fragilidades morais, sanitárias, econômicas e políticas do Brasil, que mais parecia “uma lesma ensanduichada entre duas locomotivas [Argentina e Estados Unidos]” (LOBATO, 1956, p. 48).

Assim como no personagem criado por Monteiro Lobato e entre a intelectualidade inconformada, o afago para a precariedade nacional era encontrado na valorização daquilo que vinha de fora. Conforme Luca (1999) indica, existia um hábito de valorizar produções estrangeiras e, na incorporação de hábitos, leis, costumes e ideias, seria possível recuperar a índole atrasada do povo brasileiro para alcançar o patamar daquelas sociedades tidas como civilizadas e mais adiantadas. No olhar da intelectualidade nacional, o Brasil do início do século XX era visto como

[...] um imenso país, de vastas terras; uma natureza exuberante, onde tesouros estavam à espera do homem. Um paraíso terrestre [...]. Mas esse paraíso tinha problemas. Além da miséria escandalosa, havia as doenças. As grandes avenidas, os cafés, os teatros luxuosos confundiam-se com os espaços ocupados pelos pobres, analfabetos e doentes. (SANTOS, 2012, p. 50).

Naquele momento, o Brasil se distanciava das grandes potências por estar caracterizado como um território extremamente rural e que conservava, entre sua população, altas taxas de analfabetismo e pobreza. Acrescentava-se a esse quadro de atraso um certo pessimismo com a composição racial e mestiça dos brasileiros. Essas condições sociais refletiram em transformações no pensamento higienista circulante no país, que chegou a estabelecer relações com a Eugenia⁸ e enfatizou, em determinado momento, a urgência de se tomar o interior brasileiro como alvo de intervenção higienista.

As tendências eugênicas de higienização da raça, que alcançou adesão entre alguns higienistas brasileiros, foi possibilitada pela reinterpretação das leituras estrangeiras sobre o Brasil, feitos pela intelectualidade nacional. Nela, a reinterpretação

⁷ *Ms. Slang e o Brasil* teve sua primeira edição publicada em 1927, no recém-criado *O Jornal*, de circulação no Rio de Janeiro.

⁸ Antes de mais nada, alertamos que as ações higienistas e eugenistas não são as mesmas, apesar de terem coexistido numa mesma temporalidade e serem, com frequência, confundidas na literatura (GÓIS JUNIOR; GARCIA, 2011). O termo “eugenia” vem do grego *eu* (bem) + *genis* (nascido) e traz consigo a noção de disseminação da reprodução humana controlada para o aperfeiçoamento da espécie. Esse termo foi cunhado por Francis Galton em 1883 e circulou entre a intelectualidade brasileira especialmente nas primeiras décadas do século XX, perdendo força a partir do início da década de 1930.

das raças tomou conformações brandas⁹, dando espaço para a participação de ações educacionais, higiênico-preventivas e sanitárias na regeneração do povo. Assim sendo, as ideias eugênicas foram compartilhadas por alguns intelectuais simpatizantes do higienismo, porém sem alcançar grande adesão no movimento higienista brasileiro (SILVA, 2012; STEPAN, 2005).

Já a condição rural do país alcançou uma maior influência sobre as mudanças ocorridas no pensamento higienista e na adesão de novos simpatizantes. Hochman (2012) demonstra que, inicialmente, na primeira década do século XX, as mobilizações higiênicas nacionais se voltaram para os grandes centros urbanos, o Distrito Federal e os portos. Elas apresentavam uma conformidade com aquelas experiências divulgadas nos países tidos “civilizados”, especialmente nas metrópoles europeias. No entanto, a partir de meados da década de 1910, ao passo que ocorriam expedições científicas rumo ao interior do país, ampliava-se a interpretação do problema nacional. Era desvelado um quadro de atraso que inflexionava¹⁰ a atenção dos higienistas do litoral para os sertões e tornava necessário importar experiências de países com considerável atividade agrícola, como os EUA. Ganham espaço no rol de intervenções higienistas as regiões suburbanas, as pequenas cidades e vilas, além dos espaços rurais (HOCHMAN, 2012).

Se, na primeira década do século XX, a preocupação estava nas regiões litorâneas do país, com o investimento nas expedições pelos sertões, o interior brasileiro passa a se destacar como um problema nacional que imobiliza o país e o impede de se modernizar. O abandono dos sertões e a miséria do interior passam a ser caracterizados pelas endemias rurais, representadas na “trindade maldita” — opilação (ancilostomose), impaludismo (malária) e mal de Chagas (tripanosomíase americana). A interpretação nacional passa a revelar, assim, a imagem de um país despovoado, doente e improdutivo (HOCHMAN, 2012; 1998; LIMA; HOCHMAN, 1996).

⁹ Stepan (2005, p. 167) aponta que essa conformação da eugenia, presente nos discursos e debates sociais no Brasil, deu-se pela nova “interpretação do problema social cautelosamente otimista, mas ainda racial”. Favoreceu a organização dessa eugenia naquele contexto, mais branda, a rápida expansão de uma economia de exportação de café junto ao crescimento da classe média, que incorporava “mestiços educados”. Além disso, ganhava espaço a tese de embranquecimento da população que projetava findar progressivamente a inferioridade biológica de herança negra e mestiça presentes na composição fenotípica dos brasileiros (STEPAN, 2005).

¹⁰ O termo “inflexão” foi apropriado a partir do estudo Hochman (2012) e busca caracterizar a mudança de ênfase das ações médico-higiênicas em dois momentos históricos. Na primeira década do século XX, a preocupação dos higienistas estava voltada para as regiões litorâneas do país e para os portos, contudo, a partir das expedições rumo ao interior do país, na década de 1910, houve uma inflexão no olhar dos higienistas. A preocupação deles se desloca do litoral para regiões no interior do país, e a representação dos sertões é tomada para tudo aquilo que está fora dos grandes centros urbanos (HOCHMAN, 2012).

Em meio a essa ambiência, as teorias higienistas se fizeram pertinentes e urgentes ao projeto de modernização do país e da economia agrícola. O remédio para a incapacidade nacional deveria ser dado pela Higiene, tendo em vista o seu caráter científico e moderno. O entrelaçamento das práticas de saúde e educação, bem como seu caráter pragmático, corresponderia às demandas sanitárias de um espaço ocupado por pobres, analfabetos e doentes, podendo divulgar preceitos que chegariam até os rincões mais distantes.

Naquele momento, os debates higienistas viam na Educação a solução para seu projeto de construção de uma nação higiênica e apta ao progresso, já que a formação de sujeitos higienizados, higiênicos e higienizadores exigiria um certo grau de instrução da população incompatível com a realidade nacional. Assim, os higienistas começaram a se inserir nos debates educacionais mostrando a importância de suas teses científicas e modernas para organizar a instrução no país.

A pedagogia moderna e racional do antropólogo inglês Herbert Spencer¹¹ (1820-1903), baseada numa educação sob a tríade intelectual, moral e física, inspirava, no Brasil, a organização do novo ensino republicano nas instituições educacionais. Por meio dessa pedagogia visando à construção de um sujeito integral, seria possível realizar uma reconstrução dos hábitos dos brasileiros, que estavam impregnados de enfermidades e vícios (VAGO, 2002).

Saberes higienistas se faziam presentes em importantes espaços de debate da Educação brasileira, como na Associação Brasileira de Educação (ABE), mais especificamente na *Secção de Educação Physica e Higiene* (SEPH). Conforme Linhales (2009), a SEPH funcionou, na historiografia da Educação, como uma espécie de zona de contato, ou seja, abarcou um conjunto de interações e conflitos entre os distintos primados que orientavam a educação do corpo na época, a refletir nas orientações e projetos postos em circulação pela ABE. Por meio dela, foram veiculadas diversas ações higiênicas que, entre outras, resultaram em campanhas pela higienização do povo e em cursos de aperfeiçoamento higiênico destinado a professoras primárias (LINHALES, 2006).

Sendo assim, a aproximação entre o pensamento higienista e a Educação promoveu a construção de uma doutrina de higiene que tornava os processos de educação

¹¹ Herbert Spencer (1820-1903) foi um importante intelectual inglês que ficou reconhecido pelas suas formulações evolucionistas, antecedendo a Charles Darwin, e teve ampla influência sobre a elite modernizadora brasileira (MURARI, 2009). Suas formulações se centraram na ideia de um desenvolvimento integral dos sujeitos, intelectual, moral e fisicamente, cabendo à Educação possibilitá-la.

e instrução do povo, dentro e fora das escolas, parte de um problema médico (GONDRA, 2018). Os pressupostos que aqui circularam buscaram, cada vez mais, extrapolar os espaços urbanos para instruir e educar as populações abandonadas no interior do país. Dessa forma, as reformas educacionais e a criação de estabelecimentos de ensino tornaram-se propícias para a expansão do projeto de modernização do país pela higiene e para a difusão de novos saberes e práticas por todo território nacional.

1.3. PRODUÇÕES SOBRE O HIGIENISMO E DELINEAMENTO DO OBJETO DE ANÁLISE

Na busca por estudos que tematizassem o higienismo, almejando delinear nossas pretensões de pesquisa, fizemos um esforço na produção de levantamentos de teses, dissertações e artigos para compreender o cenário de produção atual com a temática. Balizado pelo estudo de Milagres, Da Silva e Kowaski (2018), delimitamos o levantamento a estudos dotados de um recorte temporal¹², a fim refinar o alcance às pesquisas históricas e evitar temáticas gerais. Foram encontrados, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 76 trabalhos e, na Scientific Electronic Library Online (SciELO), 83 artigos.

As constatações iniciais mostraram que existe uma considerável hegemonia dos estudos que analisaram os espaços urbanos em detrimento dos espaços rurais. Do ponto de vista epistemológico, as teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação na área das Ciências Humanas, entre os anos de 2015 a 2019, que investigaram o Higienismo, em maior ou menor grau, apresentam uma lacuna na exploração da temática fora dos grandes centros urbanos, sendo elas escassas¹³. Além disso, nas pesquisas acerca do meio rural, o higienismo aparece sempre como objeto secundário, acompanhando as condutas de agentes ou instituições, e não como foco de análise.

Para representar a falta de enfoque, podemos tomar a comparação entre as dissertações produzidas por Anderson José de Almeida Narciso (2016)¹⁴ e Fernanda Piletti (2018)¹⁵. Enquanto Narciso (2016) buscou analisar a inserção da saúde e da higiene

¹² O recorte foi delimitado a finais do século XIX e primeira metade do XX.

¹³ O levantamento foi realizado entre os dias 20 de abril e 15 de maio de 2020. De todas as teses e dissertações listadas, classificamos apenas cinco que investigaram cidades interioranas ou espaços rurais. São elas: Piletti (2018), Basso (2018), Pereira (2015), Ecar (2017) e Santos (2019).

¹⁴ *A Medicina vai à Escola: ideias e práticas de saúde nos Grupos Escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais (1906-1929)*.

¹⁵ *Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o Grupo Escolar Jansen (1937-1958)*.

na criação de quatro grupos escolares urbanos na cidade de Juiz de Fora/MG¹⁶, tendo os discursos e agentes médicos higienistas como foco central de análise, Piletti (2018) buscou compreender os processos e práticas de escolarização na construção de um grupo escolar rural da cidade de Farroupilha/RS, tendo como resultado a atuação de saberes higienistas na organização do grupo. Narciso (2016) localiza e explora, com um valioso corpo de fontes, diversas práticas higienistas em torno dos grupos escolares, saberes científicos advindos de São Paulo e Rio de Janeiro, e a presença de instituições médicas. Já Piletti (2018), similar a outros estudos no espaço rural, identifica a aproximação de pressupostos higienistas que participam das práticas da instituição, mas em segundo plano. Apesar de a autora dedicar parte do seu texto à análise das práticas higienistas, não foi realizado um aprofundamento nas fontes como na dissertação anterior. Uma explicação para a mudança no enfoque de análise nos espaços rurais, menos centrado no higienismo, pode estar na dificuldade de conservação de registros ao longo do tempo e o acesso a eles.

Outros três estudos que investigam o higienismo no espaço rural e que igualmente representam o caráter incipiente da temática são: a dissertação *Nos trilhos do progresso: expansão do ensino primário em Maricá na Primeira República (1889-1926)*, de autoria de Renata Toledo Pereira (2015); a tese *O Ruralismo Pedagógico no Estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas*, de autoria de Jaqueline Daniela Basso (2018); e a tese *Debates sobre o ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no grupo escolar rural de Butantan (1932-1943)*, de autoria de Ariadne Lopes Ecar (2017).

Nos estudos de Pereira (2015) e Basso (2018), as investigações de pesquisa foram permeadas pelo Higienismo sem que a organização do texto focasse esse tema. Apesar disso, a análise realizada forneceu elementos para compreender a aproximação das ideias com o espaço rural. Em Pereira (2015), buscou-se compreender o processo de escolarização no município interiorano de Maricá/RJ, no período da primeira república. Foi identificado que, na escolarização da população da cidade, expressavam-se finalidades econômicas e civilizatórias, sendo que os discursos higienistas foram

¹⁶ A cidade de Juiz de Fora estava integrada à região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais e se destacava no cenário econômico e social. Segundo Narciso (2016), a cidade figurava com frequência nos debates sobre o modernismo, e sua relativa proximidade com a capital do Brasil impulsionava seu cenário de modernização. Podem-se encontrar relatos nos quais ela era citada como a “Atenas Mineira” ou a “Manchester Mineira”.

liderados pela elite rural que defendia a educação moderna como importante para o desenvolvimento econômico e regeneração do campo (PEREIRA, 2015). Já em Basso (2018), ao buscar compreender o Ruralismo Pedagógico no estado de São Paulo, a autora encontrou indícios de que esse movimento de educação subscreveu, no ensino prático da agropecuária, noções de higiene nos currículos de formação docente como forma de fortalecer a mão de obra no interior do estado e diminuir o êxodo rural (BASSO, 2018).

Diferente dos dois anteriores, Ecar (2017) atribui uma maior ênfase ao higienismo, dando destaque à educação dos sujeitos rurais. Ao buscar compreender a educação rural à luz de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz¹⁷ no interior da cidade de São Paulo/SP, Ecar (2017) aponta uma amplitude de práticas higienistas, propagadas junto a conhecimentos eugênicos, por meio de uma “higiene rural”. Essa higiene veiculada era composta por saberes da profilaxia¹⁸ e do sanitarismo, e estava contida no ensino da economia doméstica, difundindo cuidados higiênicos e saberes da puericultura¹⁹. Ecar (2017) aponta que a saúde “física” ocupava lugar privilegiado nos ensinamentos da normalista, uma vez que noções de modernidade, desenvolvimento e prosperidade confluíam em uma ideia nacionalista de regeneração do campo pela educação.

Portanto, entre as quatro teses e dissertações levantadas, apenas Ecar (2017) e Piletti (2018) dão destaque à análise do higienismo como parte do relatório, na forma de subtítulo, para a exploração da temática higienista. Em comparação com as outras duas, a tese e a dissertação ressaltadas apresentam maior aporte teórico e análise das ideias higienistas, mesmo de forma incipiente. Apesar de compreendermos que os discursos e as práticas higienistas não constituem objeto central de nenhuma das teses e dissertações levantadas, eles foram analisados pelas autoras nos espaços rurais, mesmo que de forma secundário.

O segundo levantamento foi feito com os artigos divulgados na plataforma SciELO, que apresentam particularidades em relação às teses e às dissertações.

¹⁷ Noêmia Cruz se formou pela Escola Normal da Praça da República e começou a exercer seus trabalhos logo na década de 1910, mas foi atuando no Grupo Escolar de Butantan, na década de 1930, que a normalista forneceu grandes contribuições para o ensino rural brasileiro. Suas práticas serviram de inspiração para a expansão e a reestruturação do ensino rural no Brasil. Baseada em práticas de ensino pragmáticas, Noêmia Cruz buscou desenvolver nas crianças hábitos de contato e cuidado da terra por meio do ensino prático (ECAR, 2017).

¹⁸ Práticas ligadas à prevenção de doenças, a qual se buscava inculcar na população, posicionando-a como agente de combate das doenças.

¹⁹ Práticas de cuidado das crianças que se iniciam a partir da gestação e se prolongam durante toda a infância e a adolescência. Esse saber atribuído às mães era inculcado desde o ensino primário, por meio da economia doméstica, e também se sustentava no cotidiano.

Observamos maior escassez²⁰ de estudos que investigam a temática no espaço rural brasileiro, no entanto ela ocupa espaço central na análise. Foram encontrados apenas dois estudos, que são: *Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930*, de Mota (2010); e *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país*, de Lima e Hochman (2000).

Ao trabalhar com a produção de uma imagem nacional por meio de registros e textos médico-higiênicos, Lima e Hochman (2000) apontam o quanto as investigações das realidades sanitário-educacionais no interior do Brasil foram importantes para romper a retórica romântico-ufanista sobre o caboclo e o sertanejo. A circulação de noções do interior ligadas ao Jeca Tatu e/ou a caboclos atrasados no desenvolvimento civilizacional e com hábitos disgênicos permeou os escritos da literatura e da sociologia do período, fortalecendo a imagem de um país resistente à modernização. Já no artigo de Mota (2010), foi reunido um conjunto de registros históricos para construir uma versão das práticas de educação no Grupo Escolar Rural do Butantan. O grupo, que tinha expressão nacional, exerceu um conjunto de práticas educacionais a fim de construir uma nova mentalidade rural, sendo ela higiênica, civilizada e patriótica.

Apesar de sabermos que muito se produziu sobre a historiografia das primeiras décadas do século XX, o levantamento realizado de teses, dissertações e artigos demonstrou a escassez de investigações nos espaços rurais. O levantamento apresentado, contudo, permite-nos visualizar que, em meio a um Brasil diverso que se apresentava na primeira metade do século XX, os discursos higienistas não se restringiram aos grandes centros urbanos. A educação formal aparece de forma hegemônica nos espaços rurais como responsável por disseminar novos hábitos e costumes “civilizados” capazes de regenerar a população em prol de um país modernizável.

A escolha da ESAV como espaço de investigação se assenta em lacunas e pontos de apoio identificados no levantamento. Ao mesmo tempo que a Escola se caracterizou como um estabelecimento formal de ensino, aproximando-se das pesquisas identificadas com o Higienismo no espaço rural, nossa investigação perseguiu os saberes e as práticas higienistas como enfoque central de análise. Notadamente, foi necessário perceber

²⁰ Os levantamentos foram realizados entre os dias 11 a 14 de abril de 2020. Entre os 83 artigos levantados, indexados na plataforma SciELO, consideramos que apenas Lima e Hochman (2000) e Mota (2010) analisaram discursos ou práticas no interior/meio rural brasileiro.

características e indícios na historiografia da instituição que propiciassem a investigação do Higienismo nela, antes de tomá-la com afinco.

A ESAV foi criada na condição de escola superior isolada²¹, em 1921, num contexto de avanço das ideias higiênicas e sanitárias pelo interior do país — como será explorado mais à frente. Ela estava isolada dos grandes centros urbanos, mas, mesmo assim, estabeleceu laços com outros estados e países. Entre seus principais intuitos, estava a tarefa de aperfeiçoar a economia de Minas pela difusão de um ensino agrícola moderno, pautado na mecanização do trabalho agrícola e no aperfeiçoamento das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Para criação e funcionamento da Escola, foi tomado como inspiração o modelo de ensino dos *Land Grant Colleges* estadunidenses, via contratação do engenheiro agrônomo Peter Henry Rolfs (1865-1944)²². Os *Colleges* estadunidenses foram universidades criadas no oeste e meio-oeste dos Estados Unidos (EUA), cujo intuito era formar profissionais capacitados para trabalhos agrícolas e difundir conhecimentos pertinentes às lavouras, a fim de desenvolver os espaços rurais e interioranos dos EUA. Ações como a pesquisa aplicada, a difusão da escolarização e de conhecimentos nos campos, e também o ensino superior destinado às mulheres caracterizavam os *Land Grant Colleges* (RIBEIRO, 2006). Em Viçosa/MG, P. H. Rolfs utilizou esse modelo para inspirar a criação do estabelecimento, com adaptações à realidade rural do Brasil (AZEVEDO, 2005).

O estadunidense se tornou o primeiro diretor da Escola e permaneceu no cargo até o ano de 1929, quando João Carlos Bello Lisboa²³ assumiu a direção. Belo Lisboa havia sido contratado para auxiliar os trabalhos de construção do estabelecimento no ano de 1922 e, logo em seguida, foi incumbido ao cargo de engenheiro-chefe. Enquanto esteve

²¹ A ESAV foi instalada na cidade de Viçosa, uma pequena cidade do interior de Minas Gerais distante da capital Belo Horizonte e da afamada cidade de Juiz de Fora — que se consolidava à época como o maior polo industrial da região da Zona da Mata Mineira (NARCISO, 2016). Segundo Castro e Alves (2017) e Azevedo (2005), até o ano de 1948, a ESAV se manteve na condição de escola isolada de ensino superior, inicialmente com cursos ligados aos campos da Agricultura e da Veterinária.

²² Peter Henry Rolfs nasceu em 1865, na cidade de Le Claire, Iowa, EUA, e veio a falecer em 1944. Durante seus primeiros anos de vida, ele morou na fazenda de seu pai e mudou-se para Ames, onde fez seus estudos superiores em Agricultura, em Yowa State College, no ano de 1889. Dois anos depois, conquistou o título de *master of science* na mesma instituição. No ano de 1920, o *Florida Agriculture College* lhe conferiu o título de *doctor of science*. Comumente, ele é reconhecido como um dos pioneiros no campo da Micologia e Fitopatologia (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000).

²³ Na direção da ESAV, Bello Lisboa realizou ações que aproximavam a Escola ainda mais do modelo dos *Land Grant Colleges*, como a criação da *Semana do Fazendeiro*, em 1929, que foi um evento destinado a trazer os fazendeiros para a Escola por alguns dias, oferecendo-lhes cursos de teor científico e prático, além do *Mês Feminino na ESAV*, criado em 1935, que se destinava a fornecer às esposas dos fazendeiros com ensinamentos práticos sobre a agricultura e cuidados domésticos (AZEVEDO, 2005).

como diretor da Escola, entre 1929 a 1935, o brasileiro deu continuidade à organização e ao estabelecimento do projeto formador esaviano.

Para que pudesse servir ao campo agrícola do estado, foram criados os Cursos Elementar (ou Fundamental)²⁴, Médio e Superior em Agricultura, e o Curso Superior em Veterinária. A titulação conferida aos alunos era de lavrador ou agricultor (Elementar), administrador rural (Médio), engenheiro agrônomo (Superior em Agricultura) e médico veterinário (Superior em Veterinária). O Prédio Principal foi inaugurado em agosto de 1926 e, um ano depois, tiveram início as atividades de ensino com os Cursos Elementar e Médio. Em março de 1928, foram iniciadas as aulas da primeira turma do Curso Superior em Agronomia e, somente em 1932, entrou em funcionamento o Curso Superior em Veterinária. A instituição manteve um regime de internato, com ensino em tempo integral e a ênfase na disciplina, sendo composto inicialmente apenas por jovens e adultos do sexo masculino.

A proposta de um ensino prático e comprometido com a modernização da lavoura foi trazida dos *Land Grant Colleges* norte-americanos e era colocada como condizente às necessidades dos espaços rurais brasileiros, visando à formação dos alunos voltados para os problemas práticos do campo. Assim, a capacitação para instrução dos rurais — considerando a formação integral dos alunos — e a intervenção nos fatores que atrasavam o progresso do campo — sobre a população rural em contato com a Escola — se tornaram parte do projeto formador esaviano (AZEVEDO, 2005; BARBOSA; BARBOSA, 2010; CASTRO; ALVES, 2017).

Por meio da historiografia da Escola, foi possível localizar indícios de ideias higiênicas presentes na instituição desde seus primeiros anos de funcionamento. Em um levantamento, localizamos alguns trabalhos que, apesar de não tomarem como foco o Higienismo, realizaram uma mobilização de fontes e de análise que nos permitiu visualizar os resquícios da higiene na instituição.

Podemos tomar como exemplo a tese de Azevedo (2005), intitulada *Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da ESAV (1920-1948), organização e funcionamento*, cuja intenção é compreender o caráter pedagógico do “aprender fazendo”, adotado dos modelos de ensino agrícola norte-

²⁴ Inicialmente, o curso Elementar assim foi nomeado com a criação da instituição, no entanto, com a mudança de Regulamento em 1931, houve a mudança do nome para curso Fundamental por exigências das arrematadas nacionais. Assim, quando for tratado de acontecimentos até 1931 será utilizado o termo “Elementar”, e quando forem de 1932 a diante, será utilizado o termo “Fundamental”.

americano, e da “ciência e prática” no compromisso com o meio rural de melhoramento do homem, do animal e da semente. O autor indica, no processo de organização institucional, a existência de ferramentas com intuítos higienistas visando à educação dos alunos (AZEVEDO, 2005). Também com enfoque nas práticas institucionais, encontramos a dissertação de Paes (2017), intitulada *A identidade do esaviano: práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira (1926 a 1948)*, na qual o autor analisou as práticas pedagógicas e de controle de condutas na instituição, ressaltando os valores morais, cívicos e de higiene dentro da proposta de formação.

Na dissertação de Baía (2006), intitulada *O esporte na consolidação e propagação do espírito esaviano*, observamos a existência de um intenso trânsito de sujeitos esavianos nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, bem como a presença de professores estrangeiros na Escola. Um dos resultados do trânsito de sujeitos se deu, como aponta o autor, na produção de uma diversificação das práticas esportivas que compuseram o processo de educação do corpo na instituição (BAÍA, 2006). Por meio da implantação das práticas, investiu-se na formação de um homem moderno, com preceitos condizentes com as pretensões de higiene veiculadas à época.

Já Barbosa e Barbosa (2010), no artigo *Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas*, demonstraram uma aproximação da ESAV com o meio rural no intuito de modernizar a cultura e melhorar as condições de vida dos caboclos no espaço rural mineiro, em vista de desenvolver a economia agrícola. O enfoque de análise dado pelos autores permitiu visualizar traços modernizantes na construção da escola para a superação do estado de atraso. Os aspectos modernizantes se refletiram em produções posteriores, com a presença da higiene, veiculada por alunos e professores (BARBOSA; BARBOSA, 2010).

Todos esses estudos executaram uma redistribuição de indícios da ESAV, a partir do Arquivo Histórico Central da UFV (ACH-UFV), de forma a analisar as práticas de ensino, o controle de condutas, o esporte e a modernização, que, apesar de não incidirem diretamente nos saberes e práticas higienistas, forneceram indícios para reforçar um empirismo (ainda inicial) de que o debate em questão circulou e participou da implantação da Escola. Esses fios encontrados reforçavam suposições feitas na Iniciação Científica citada anteriormente, em que saberes e práticas higienistas foram investigados nos últimos anos de vigência da Escola enquanto ESAV.

Dessa forma, delineamos, como objetivo geral deste estudo, analisar a presença de saberes e práticas higienistas na concepção, na construção e no estabelecimento do

projeto formador esaviano entre os anos de 1920 a 1935. Como objetivos específicos: 1) compreender a criação da ESAV em meio a um contexto de sanitização dos sertões brasileiros; 2) entender as relações entre a movimentação e os investimentos feitos pelos sujeitos que participaram da criação e estabelecimento da Escola; 3) identificar e compreender saberes e práticas higiênicos que foram investidos no processo formativo dos alunos durante a permanência na instituição; e 4) compreender a implementação de práticas higiênicas no arranjo institucional e sua relação com a presença dos sujeitos rurais.

Tomamos como recorte temporal os anos de 1920 a 1935, que corresponde aos primeiros trabalhos de construção e estabelecimento da ESAV. O recorte inicial corresponde ao ano em que foi elaborada a proposta de criação da instituição pelo seu idealizador e presidente do estado²⁵ de Minas Gerais Arthur Bernardes (1918-1922), culminando na Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920, que autorizou os primeiros esforços para sua criação. A partir daí, os acontecimentos foram confluindo de forma a levar a contratação do estadunidense P. H. Rolfs como mentor, fundador e primeiro diretor da Escola, e do engenheiro brasileiro João Carlos Belo Lisboa como engenheiro-chefe, primeiro vice-diretor e, posteriormente, o diretor. Ambos são situados na historiografia da Escola como responsáveis por sua criação e estabelecimento (AZEVEDO, 2005; BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000; GOMIDE 1996).

Já o recorte final, no ano de 1935, corresponde ao último ano de direção de João Carlos Belo Lisboa, momento em que a Escola se dá por estabelecida, consolidada. Até esse período, Belo Lisboa propiciou a expansão da instituição, que alcançou o maior número de alunos inscritos e recebeu o reconhecimento oficial do Governo do Brasil. Para acompanhar esse crescimento, o diretor investiu na reestruturação das práticas formativas da Escola aos alunos e servidores e na contratação de novos profissionais, incluindo médicos, para que contribuíssem no estabelecimento da instituição.

Sendo assim, ao tomarmos como enfoque de análise os pressupostos higienistas desde a concepção da ESAV, que foi criada na condição de Escola Superior isolada, torna-se possível compreender a aproximação de ideias em circulação no contexto nacional aos sujeitos rurais, adequando-as às pretensões formativas nesse espaço. Nesse processo, entrou em evidência a constituição de um arranjo institucional, embebida pelo trânsito de ideias higiênicas no Brasil, que permitiu compreender as modificações e os

²⁵ O cargo de Presidente do Estado, ocupado por Arthur Bernardes em Minas Gerais, equivale hoje ao de governador do estado.

empréstimos sofridos por saberes e práticas higienistas, bem como sua participação na formação da população rural.

A contribuição desta pesquisa para o programa de pós-graduação em Educação, mais especificamente na linha de Educação, Instituições, Memória e Subjetividades, consiste no fato de o pensamento higienista brasileiro ter impulsionado práticas de educação dos corpos no país. Sob os mais modernos preceitos científicos ligados à saúde, a Educação deveria, naquele momento, aperfeiçoar o cotidiano da população incutindo novos hábitos higiênicos desde a tenra infância, ensinando práticas domésticas e profiláticas, bem como orientando outras práticas nos espaços públicos e privados.

Olhar para a implementação institucional dessas ferramentas num espaço do interior brasileiro e para sua aplicação sobre os sujeitos e os corpos rurais possibilita um melhor entendimento da participação das pretensões higiênicas na educação da população do campo, bem como na organização de práticas pioneiras na Educação Superior em Agricultura e Veterinária no Brasil.

1.4. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: POSICIONANDO O “EU-PESQUISADOR” E O CAMINHO DE PESQUISA

Na Tese 9 de Walter Benjamin, no texto *Sobre o conceito da História*, o autor nos oferece a imagem de um anjo (Figura 2). Tirado do quadro *Angelus Novus* de Paul Klee, o anjo, com um aspecto melancólico e de asas abertas, encara fixamente o passado em que permanece um amontoado de ruínas que não cessa de crescer até o céu. Ao mesmo tempo que seu semblante se volta para o passado no desejo de recolher os fragmentos, uma tempestade impele continuamente suas asas para o futuro. Mas por que esse anjo não se deixa levar pela tempestade?

Benjamin introduz o aforismo com um trecho do filósofo Gerhard Scholem. Nele, o anjo aparece como uma resistência à tempestade que se lança para o futuro, pois, mesmo com as asas recuperadas, prontas para um voo adiante, ele prefere retroceder do que seguir e ser infeliz. Logo, o semblante melancólico que o anjo carrega é, não menos, a marca daquele que não se entregou ao projeto messiânico de apelo ao futuro e conformação com o passado tal como foi narrado pelo historicismo — ou mesmo, daquele que não cessou de lutar contra a tempestade, na tentativa de voltar ao passado em direção às suas vítimas, para que pudesse acordar os mortos. Esse é o anjo da história anunciado por Benjamin (2012), e é a partir dele que busquei construir minha postura historiográfica.

Figura 2 – Quadro Angelus Novus.



Fonte: Imbroisi e Martins (2019).

Conforme o autor, o cerne para a construção da historiografia é a concepção de que o lugar que se busca no passado não é um tempo homogêneo e vazio, ou dotado de uma verdade à nossa espera. Ele é, para Benjamin (2012), um lugar onde o historiador constitui uma experiência com o passado para narrar e, por fim, preencher um “tempo de agora”. Para nós, esse movimento é complementado com o exercício detetivesco proposto por Ginzburg (1989), em que o historiador, munido de questões, parte para o passado na busca de pegadas e pormenores negligenciáveis.

Para Pesavento (2014), o historiador vai ao encontro de questões postas por sujeitos em uma outra época, diferente da nossa, buscando decifrá-la e dotá-la de uma inteligibilidade. Os sujeitos, imersos em uma cultura, produzem formas de agir e representações do mundo, que são inscritas na forma de registros e permanecem no tempo. São esses registros que passam a ser perseguidos pelo historiador e que buscamos resgatar para nossa atividade de compreensão.

Nesse sentido, fizemos um primeiro movimento de produzir experiências com o passado por meio dos cacos e indícios. Por meio de experiências, não espontâneas, mas sim intencionais, buscamos compreender determinada época estudada e as contingências das experiências cotidianas daqueles que nela viveram. Contudo, foi preciso atentar ao

que Benjamin (2012, p. 245) ponderou: é necessária a tarefa de “escovar a história a contrapelo”.

Essa tarefa implica o reconhecimento de que todo documento cultural foi resultado de disputas que perpetuaram interesses ocultos dos vencedores, sendo o movimento de contrapelo capaz de movimentar os interesses para que possamos enxergar por debaixo deles. Ginzburg (2007) salienta que os interesses ocultos, que formam uma zona opaca nos documentos, são rastros involuntários deixados nas interações e que precisam ser recolhidos para ser dispostos sobre o fio do tempo. Ao realizar esse exercício de combinação dos rastros contra os interesses de quem os produziu, faz-se emergir vozes incontroladas (GINZBURG, 2007). Assim, ao explorarmos os documentos, nossa pretensão não foi a de desconsiderar os interesses dos vencedores, mas sim, por meio do movimento de contrapelo, relacioná-los aos diferentes grupos que compõem aquela experiência coletiva, em um movimento constante para cima e para baixo. Em outras palavras, movemo-nos nas diferentes relações possíveis de um documento, para que pudéssemos identificar, em algum momento, o interesse dos vencidos (BENJAMIN, 2012).

Assim sendo, tomamos o conjunto de registros referentes à ESAV e seu projeto formador — que estão descritos no tópico seguinte — como memórias deixadas pelos diferentes atores que formavam a instituição e que foram recuperadas por nós. Foi pelo contato com os registros que estabelecemos relações para produzir experiências, que nos permitiram construir uma narrativa dos pressupostos higienistas em circulação na Escola. Para isso, foi preciso adotar procedimentos para a produção de documentos a serem narrados.

Conforme nos ensina Certeau (2015, p. 69, grifo do autor), “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outras maneiras”. O passado, em contraste às nossas construções textuais, não ocorre de forma linear e organizada, contudo cabe ao pesquisador isolar os acontecimentos e organizá-los em uma nova distribuição proposta *a priori* (CERTEAU, 2015). Em nossa investigação, essa proposição implicou penetrar, de forma tateante, o interior dos resquícios deixados, buscando compreender suas peculiaridades para poder reorganizá-las. Baía (2012) aponta nesse ato um processo de desnaturalização dos materiais encontrados, o qual, para um olhar descuidado, pode ser visto apenas como natural.

Para utilizar a operação historiográfica anunciada por Certeau (2015), foram *separados* diferentes registros escritos (correspondências, registros de criação e funcionamento da escola, registros das percepções de esavianos e visitantes sobre o estabelecimento, atas e outros registros de reuniões), recolhendo cacos e indícios que carregassem elementos ou pretensões higienistas, em maior ou menor aproximação. A partir do gesto de separar, *reunimos* os cacos de forma a *transformá-los* em documentos, sendo esse gesto guiado pela produção de sentidos próximos a quem os deixou.

Consideramos que as memórias que encontramos nos registros, na forma de palavras, carregavam as experiências e os valores de seu narrador. Tal composição se assemelha ao trabalho do artesão, que produz, pelas suas obras, uma arte de narrar pela coordenação dos gestos da mão, com os olhos e a alma. A inscrição das mãos, olhos e alma do artesão, numa mesma produção, conta-nos uma moral, da mesma forma que as memórias produzidas por um sujeito no passado nos contam suas intenções, mesmo que de forma oculta (BENJAMIN, 2012). Assim, ao fazermos o gesto de reunir os cacos e os indícios de cunho higienista, buscamos olhar para o narrador e a ambiência em que ele estava inserido, para organizar nossa narrativa histórica.

No ofício de historiador, dispomos os documentos produzidos dentre os capítulos da dissertação buscando contemplar o objetivo geral e os específicos. Ao organizar os documentos, quase em um gesto de quebra-cabeça (PESAVENTO, 2014), foi produzida uma narrativa que coordenou o trabalho manual de organizar os documentos, com a percepção das particularidades e dos pormenores presentes nos registros daquela época, e o nosso exercício de lembrar²⁶ (*Eingedenken*). Por meio da ação de “montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário”, almejamos desnudar os sentidos partilhados pelos sujeitos em outro tempo, deixando-os sensíveis às nossas objetivas (PESAVENTO, 2014, p. 65).

Como nossa pretensão consistiu em fazer uma análise de saberes e práticas do Higienismo em uma ótica reduzida, sem perder de vista o âmbito nacional, foi utilizado Revel (1998) como fundamento para manusear as objetivas. Segundo o autor, ao analisar determinados objetos em pequenos contextos, é preciso compreendê-los em formas e

²⁶ O ato de lembrar (*Eingedenken*) faz referência a Benjamin (2012) ao empregar o passado como um acontecimento único, que sempre retorna e, por isso, é lembrado pelo historiador no presente. Otte (1996) ressalta que a ideia de *Eingedenken* em Benjamin permite o encontro entre o historiador e o objeto na história, sendo importante o presente vivido para a compreensão do passado. Assim, “o passado não é mais uma instância imóvel que admite apenas uma única compreensão, mas que, encontrando-se numa relação dialética com um presente em movimento, apresenta aspectos diferentes de acordo com as condições permanentemente alteradas desse presente” (OTTE, 1996, p. 214).

tramas específicas, sem cair no equívoco de olhar estes últimos como parte do geral. Não obstante, seu funcionamento é parte de um conjunto social que, nitidamente, precisa ser considerado para instituir regras de constituição e de funcionamento no espaço micro (REVEL, 1998).

Dessa forma, bem como contextualiza Revel (1998), a construção analítica com os documentos históricos se deu pela articulação entre o que eles revelavam daquele contexto esaviano e das macroestruturas presentes na época, tendo por finalidade demonstrar a complexidade da relação entre ambas. Para isso, tornou-se fundamental compreender quem são os sujeitos e quais saberes e práticas são colocados por eles em circulação. As pistas mudas e os indícios despercebidos foram fundamentais nesse momento, pois foi a partir deles que se tornou possível localizar as continuidades e descontinuidades entre a escala micro e os acontecimentos nos grandes contextos, na escala macro (REVEL, 1998; GINZBURG, 1989).

Para balizar a construção interpretativa do Higienismo nas fontes e as pretensões que permeavam os saberes e as práticas naquele contexto, tomamos como referencial estudos de Gondra (2003; 2018). Conforme o autor indica, desde a Corte Imperial, os higienistas defendiam diferentes estratégias que, em suma, indiciam um objetivo comum: a produção de sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores (GONDRA, 2003). Nesse projeto pretendido pelos higienistas, buscava-se a superação de uma “velha medicina” para que o corpo fosse tomado como problema de uma razão prática, incidindo no investimento em recursos para “sustentar um saber que antecipa condutas para evitar o aparecimento e a proliferação dos males que afetam a vida e os corpos” (GONDRA, 2018, p. 16).

Sendo assim, a educação dos sujeitos esteve sob o arco da higiene, sendo ela “a ferramenta/instrumento mais eficaz para a formação integral do homem” (GONDRA, 2003, p. 30). A integralidade almejada na formação dos sujeitos levou a doutrina da higiene a se preocupar com os homens e as mulheres em si, e com as suas várias relações com os demais e com o mundo do trabalho, em uma relação de interdependência. A instituição escolar, por sua vez, tornou-se um espaço de investimento das ideias dos higienistas para que fosse ampliado o alcance da racionalidade médica sobre a população. Logo, a constituição de sujeitos higienizados a partir da intervenção dos saberes médico-higiênicos e a sua formação para cuidar da higiene de seus corpos (higiênicos) e dos corpos dos outros (higienizadores) visavam a reinventar a humanidade para dar origem a uma nova espécie: o “*Homo hygienicus*” (GONDRA, 2003, p. 35).

Para a construção narrativa em nossa pesquisa, apoiamos-nos nas ideias de formação de sujeitos higiênicos e higienizados²⁷. Esse referencial se reúne aos referenciais teórico-metodológicos antes anunciados para orientar a produção deste estudo.

Portanto, nossa narrativa histórica — que se construiu por alguns procedimentos técnicos para a produção de documentos, gestos de leitura e interpretação —, teve como propósito, antes de mais nada, renunciar às explicações científicas racionalistas e deslocar o olhar para o os sujeitos (transpassados pelos sentimentos, valores e comportamentos), suas particularidades e sua indeterminação frente às leis gerais (CHARTIER, 1990). No entanto, para que, no uso da narrativa, constituíssemos uma “história” (CERTEAU, 2015, p. 74), foi preciso constituir documentos e mobilizar noções, os quais apresentamos a seguir.

1.5. FONTES E NOÇÕES HISTÓRICAS MOBILIZADAS

Em função da pandemia de SARS-CoV-2,²⁸ que atravessou a execução desta pesquisa, houve dois momentos para a coleta de fontes. No primeiro — com uma maior duração de tempo —, realizamos a busca de fontes na forma de documentos digitalizados, disponíveis em acervos digitais, e, no segundo, foi feita a coleta no acervo físico do ACH-UFV.

O acontecimento da pandemia não esteve à parte de nossa pesquisa e, assim, exerceu influência sobre sua produção. Conforme Certeau (2015), o uso de ferramentas computacionais tem impactado a construção historiográfica, pois, com o seu uso em larga escala, surtiu um fenômeno nas produções contemporâneas da área. Na presença dos computadores, o historiador se tornou não mais aquele capaz de construir um império. Pelo contrário, ele “se transforma num vagabundo”, que vaga em torno das grandes regiões exploradas à procura de Marcas e “faz um desvio” em direção às zonas silenciadas (CERTEAU, 2015, p. 78-79). Com isso, a restrição inicial ao uso de documentos digitais

²⁷ A ideia de sujeito “higienizador” não está contemplada neste estudo. É necessário que, para isso, seja feito um investimento em acompanhar os sujeitos e as ações institucionais para fora de sua estrutura.

²⁸ A pandemia impediu, em partes, o acesso às fontes físicas e, em decorrência do isolamento social, dificultou a continuidade desta pesquisa ao implicar a falta de condições favoráveis à execução das diferentes etapas de coleta e escrita. No entanto, podemos relativizar os impactos negativos a esta pesquisa, que notadamente existiram, mas, por outro lado, favoreceram a busca por fontes nos ambientes virtuais. Entre os benefícios, esteve a localização e a exploração com afinco dos arquivos da University of Florida.

favoreceu a acentuação desse exercício investigativo, favorecendo a exploração de documentos dispersos. Para isso, inspiramo-nos na figura do *flâneur* para a realização do trabalho junto às fontes.

Em substituição à figura do vagabundo, vagamos nos entremeios dos registros digitalizados — e posteriormente físicos — como um *flâneur*, que busca, a passos lentos, observar panoramicamente a sua volta para se pôr a fazer uma “botânica no asfalto” (BENJAMIN, 1994, p. 32). Segundo Benjamin (1994), o *flâneur* parisiense era aquele que se punha a passeio pela cidade de Paris para escrever suas fisiologias²⁹, em calmas descrições. Pela calçada, como um botânico, ele classificava e desvendava os diferentes tipos que compunham a multidão anônima. Para isso, o *flâneur* projetava a fisionomia de cada indivíduo anônimo até o interior de sua casa, transformando, assim, os bulevares em interiores (NALETTO, 2020; BENJAMIN, 1994).

O *flâneur* é um narrador que não tem pátria, a rua é sua moradia e seu lugar é na multidão – mantendo-se em seu próprio isolamento. Logo, ele vive uma dubiedade com as experiências, da qual ele estabelece uma empatia para com elas, mas, ao mesmo tempo, se distancia. Todavia, essa dubiedade não o isenta de ser afetado pelas experiências. “Em tempos de terror, quando cada qual tem em si algo de conspirador, o papel de detetive pode também ser desempenhado” e, como um observador curioso, “o *flâneur* se torna sem querer [um] detetive” (BENJAMIN, 1994, p. 36).

O “*flâneur*-detetive” (NALETTO, 2020) é aquele que tem desperto em si, junto à imagem de observador indolente, a sagacidade criminal. Como resultado, entra em ação um observador vigilante que não perde de vista seu malfeitor, que capta as coisas em pleno voo e, a partir de qualquer pista, é conduzido a um crime. Dessa forma, dotado de uma curiosidade em perseguir pistas e num exercício de calma descritiva, o *flâneur* se põe a olhar de forma vigilante para narrar um crime. Contudo, sua narrativa “ainda não glorifica o criminoso, mas sim os seus adversários e sobretudo o terreno onde se desenrola a caçada” (BENJAMIN, 1994, p. 36).

Sendo assim, mobilizamos a figura do *flâneur* para inspirar nosso caminhar por entre os registros, especialmente em suas características de curiosidade e calma descritiva. A inspiração para o movimento de investigação foi suplementada pelos gestos do ofício do historiador em Certeau (2015), para que o trabalho sobre as fontes fosse

²⁹ As fisiologias eram pequenos folhetos de bolso que se ocupavam com a descrição de diferentes tipos e eram comercializados nas feiras de Paris. Elas alcançaram seu momento áureo em 1840, sendo produzidas fisiologias sobre as pessoas, a cidade, o povo e os animais (BENJAMIN, 1994).

sistematizado e desse contorno à construção de uma história. Pois, assim, partindo dessa postura investigativa, tomamos a ESAV como uma “grande região a ser explorada”, em que vagamos à procura de Marcas de higiene e do sanitarismo.

Como para o *flâneur* “seu objetivo é o próprio trajeto” (NALETTO, 2020, p. 275), em um primeiro momento fomos à procura de arquivos digitais e bibliotecas que pudessem fornecer “ruas” à nossa cidade explorada (lê-se ESAV), para que andássemos por elas em passos lentos. Por meio de um mapeamento inicial, identificamos os seguintes *sites* que possuíam documentos referentes à ESAV, com relevância para nossa pesquisa: ACH-UFV; Museu Histórico da UFV; Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e, University of Florida Digital Collections (UFDC).

Na pesquisa com os arquivos digitais, os *sites* supracitados subsidiaram nosso trajeto de pesquisa fornecendo caminhos. Ao passear pelos documentos, deixamos que o olhar fosse guiado pela curiosidade de perseguir nosso objeto de pesquisa. Durante o trajeto, a atenção se voltou menos para os cacós da “gênese institucional” e mais para as Marcas de higiene e de saneamento, especialmente quando atravessadas pelas ideias de limpeza, patriotismo e educação. Essas Marcas foram nos sinalizando “desvios” pelos quais adentramos, curiosos por desvendar um “crime”.

Ainda nesse primeiro momento, durante o trajeto pelos documentos, foi feita a leitura cuidadosa do material, seguida de anotações (em diários de pesquisa) de traços relevantes do objeto observado e cópia de trechos do documento, fazendo uso do recurso do *print* e da fotografia, na etapa de coleta com os documentos físicos. As anotações foram reservadas para auxiliar a análise dos documentos, e as cópias, organizadas em pastas referentes a cada um deles. Esse primeiro trato dos arquivos fez analogia à calma descritiva do *flâneur* e foi complementado pelo gesto de *separar*, preconizado por Certeau (2015).

No site do ACH-UFV, foram localizados documentos institucionais, disponíveis ao domínio público. Entre eles encontravam-se dois regulamentos institucionais e um estatuto, que foram publicados nos primeiros anos de funcionamento, abarcando informações sobre os objetivos institucionais, elementos técnico-administrativos da organização da Escola e o regime escolar. Esses documentos nos trouxeram importantes sinalizações sobre a presença da higiene na instituição. Por meio do ACH-UFV, tivemos acesso ao *Relatório Anual de 1927* e ao *Álbum de Formatura de 1939*, os quais se revelaram importantes fontes de investigação. Enquanto o primeiro nos permitiu identificar as ações de limpeza que acompanharam o início das atividades de ensino,

orientando caminhos de investigação, o segundo nos permitiu ver os desdobramentos que algumas ações higiênicas tiveram na instituição, além do relato importante de um aluno da primeira turma do Curso Superior em Agronomia.

Além disso, estava digitalizado, no site do ACH-UFV, o *Relatório Administrativo de 1931* — correspondente ao Relatório Anual do mesmo ano —, que trouxe importantes estatísticas, informações sobre os serviços de saúde e práticas de higiene empreendidas na Escola, além de discursos que permitiram demarcar o lugar das práticas higiênicas na organização do estabelecimento e da imagem institucional.

No site do Museu Histórico da UFV, no qual estão guardados objetos referentes à memória institucional, foi localizado o Livro de Visitas da ESAV. Ele continha relatos manuscritos de personagens prestigiosos que visitaram a instituição e deixaram suas impressões. Foram encontrados relatos de professores(as) e gestores(as) de colégios e escolas, além de políticos, cientistas e organizações ligadas à Educação e ao Campo, como uma comissão de Conferencistas da IV Conferência Nacional de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Na Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de Minas, tomamos conhecimento de um documento disperso dos arquivos da UFV, porém igualmente importante para nossa investigação. Localizamos a Mensagem de Arthur Bernardes enviada ao Congresso Mineiro, em 1920, que continha o anúncio de criação da ESAV. Por meio dessa mensagem, foi possível compreender o contexto de criação da Escola, revelando zonas opacas que intencionavam sua concepção.

Esses primeiros *sites* com que tivemos contato nos possibilitaram o trabalho de *separar*, visualizando uma organização possível da história. No entanto, à medida que eram separados os resquícios de uma história da Escola, era instigada nossa curiosidade investigativa de revelar o objeto ainda mais. Mediante o reconhecimento de indícios higienistas na Escola, revelaram-se zonas opacas nas primeiras fontes mobilizadas. “Essas zonas opacas são alguns dos rastros que um texto (qualquer texto) deixa atrás de si” (GINZBURG, 2007, p. 12).

Impelidos na busca de mais registros, tomamos conhecimento do *site* da UFDC, que se revelou uma rica fonte de investigação da ESAV. Os documentos nela digitalizados estão sob cuidados da George A. Smathers Libreres. Por meio da UFDC, foi possível expandir alguns caminhos trilhados anteriormente e, ainda, abrir novos — por meio do acesso a documentos pessoais de Peter Henry Rolfs, como trocas de correspondências e anotações de reuniões.

Assim, foi separado um conjunto de correspondências trocadas por Rolfs com o Governo de Minas e com o Governo Federal. Nelas, foi possível visualizar, entre outras, a troca de informações relativas à implementação de práticas higiênicas na agricultura e a divulgação do Ensino Agrícola preconizado.

A participação da Escola na instrução do Governo de Minas, introduzindo conhecimentos higiênicos na agricultura do estado, pode ser visualizada por meio dos documentos de P. H. Rolfs como consultor técnico do estado a partir de 1929. Encontramos instruções sobre a organização do campo agrícola mineiro e da Ciência Agrícola, informações sobre a formação ofertada na Escola em benefício do estado e as ações a serem desenvolvidas em favor da agricultura local.

Por meio dos arquivos da UFDC, foi possível ampliar as informações sobre as práticas educativas ministradas aos alunos e a presença higiênica em sua estrutura formativa. Tomamos conhecimento de diversos fragmentos de instruções de higiene, moralidade e civilidade, que eram veiculadas aos alunos por meio de reuniões diárias, além de um conjunto de estatísticas contendo medições e pesagens dos alunos durante o período em que P. H. Rolfs permaneceu como diretor, nos dois anos iniciais de funcionamento da Escola. Essas informações se conectavam com os fragmentos — cronologicamente posteriores — que foram separados num primeiro movimento e permitiram um melhor entendimento das ações que estavam sendo desenvolvidas. Ademais, também foram encontradas informações sobre as ações empreendidas na construção da Escola, desde as primeiras viagens para escolha do local de construção, e sobre a preleção feita por P. H. Rolfs na Conferência Nacional de Educação de 1928.

Com a possibilidade de acessar os arquivos de forma presencial, pela reabertura parcial das atividades do ACH-UFV, prosseguimos para a segunda etapa de coleta. Esse estágio se deu de forma complementar à construção da história apresentada e foi orientado pelos desvios ora produzidos pelas buscas digitais. Localizamos no arquivo um conjunto de fontes valiosas para nossa pesquisa — ainda não digitalizados —, do qual destacamos os relatórios anuais do diretor, dos encarregados do serviço de saúde e de educação física, atos administrativos sancionados pelo diretor, questionário aos alunos e inquéritos disciplinares. Por meio deles, foi possível visualizar, com maior afinco, as transformações na organização interna da instituição e os entraves que deram nuances à construção do projeto formador esaviano.

Acessamos os relatórios anuais do diretor referentes aos anos de 1923, 1925, 1926, 1928, 1929, 1934 e 1935, que permitiram traçar uma trama na estruturação interna da

instituição. Isso só foi possível pois os relatórios extrapolavam a simples prestação de contas para o Estado (ou Junta Administrativa) e, em muitos casos, era possível visualizar indícios de alguns embates e de dificuldades administrativas presentes em seu interior. Já os relatórios dos encarregados do serviço de saúde — médico, dentista e farmacêutico — e de educação física, localizados a partir de 1933, permitiram-nos ir mais afundo nas tramas internas da instituição. Observamos, por eles, a concretização de investimentos institucionais no projeto formador, por meio de práticas higiênicas efetivas, que se davam em um espaço escolar permeado pela divergência de interesses. Os atos administrativos caminharam no mesmo sentido dos investimentos, permitindo localizar a instalação de estruturas, contratação de profissionais e outros, que propiciavam o trânsito dos saberes e práticas de higiene.

O questionário aos alunos, aplicado em 1929, distinguiu-se dos outros documentos por nos permitir auscultar ruídos dos vencidos pela higiene no contato com o relato manual dos próprios discentes. Ele contia 23 questões, dando-nos diversas possibilidades de nos deparar com vozes incontroláveis. No entanto, uma questão em específico buscou direcionar — ou controlar? — essas vozes ao perguntar se “sua saúde foi melhorada ou piorada na Escola” (QUESTIONÁRIO..., 1929, [s/p]). Assim, o questionário se tornou uma importante fonte de pesquisa, que olhamos como um documento da cultura, e, como tal, não deixou de ser isento da barbárie (BENJAMIN, 2012).

Por fim, destacamos os registros referentes aos inquéritos disciplinares utilizados contra alunos, que também nos permitiram ter contato com relatos dos discentes ao argumentarem sua inocência frente ao processo em curso. Os inquéritos conservados eram escassos, contudo possibilitaram que visualizássemos resistências ao regime disciplinar inculcado na Escola.

Assim, frente a novos registros, foram realizados movimentos similares ora feitos com os documentos digitalizados. O gesto de *separar* realizado na coleta dos registros foi precedido pelos gestos de *reunir* e de *transformar em “documentos”*. Esse último momento foi representado pela classificação dos fragmentos em diversas pastas, que, em seu conjunto, representavam nossa coleção pessoal. Essa coleção “redistribui as coisas, redefine unidades de saber, instaura um lugar de recomeço, construindo uma ‘máquina gigantesca’ (Pierre Chaunu) que tronará possível uma outra história” (CERTEAU, 2015, p. 71).

A construção das pastas foi subsidiada pela leitura cuidadosa do material, pelas anotações e pela apropriação da historiografia da ESAV. Esse conjunto de informações permitiu que formássemos uma trama sobre o objeto pesquisado, que “parte de uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos ‘restos’ (indícios de limites e, portanto, de um passado que é produto do trabalho)” (CERTEAU, 2015, p. 78). Assim, foram criadas pastas referentes a cada capítulo, além de subpastas que se interconectavam. Cada uma dessas representava um “cenário” da higiene na Escola, que era marcado pelas pretensões de saberes e práticas naquele momento — tal organização ficará mais inteligível à frente, quando explicada a estruturação dos capítulos.

Os registros de tela (*prints*) e as fotografias antes separadas — e devidamente nomeadas — passaram a ser deslocados em um movimento de redistribuição, primeiro sendo alocados nas pastas e, posteriormente, nas subpastas, formando os “documentos”. No interior das subpastas, os registros foram reunidos gradualmente, pela proximidade do conteúdo e das pretensões implícitas nos documentos. Logo, dispostos os resquícios na estrutura *a priori*, demos início ao exercício narrativo, articulando-o à literatura. A calma do *flâneur* nesse momento foi crucial para o trabalho de articulação da narrativa com os documentos e com a literatura.

Para a realização da leitura dos “documentos” e da construção narrativa, foi mobilizada a noção histórica de repertório. De acordo com Tilly (1993), o repertório é um conjunto de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e colocadas em prática mediante um processo de escolha deliberado. Ele é constituído por ações que se dão na interação (“*interaction*”) entre dois ou mais indivíduos, ou grupos, sendo mobilizado e adaptado de acordo com as circunstâncias imediatas. As ações mobilizadas, e que compõem o arranjo social, são peculiares a determinado momento histórico e formadas apenas por um número limitado de atividades. Essa pequena parte (*rather small*) de um todo possível, naquele momento, é resultado das interações conflituosas que dão forma ao repertório de alternativas do grupo e consistem no caminho de ação coletiva (TILLY, 1993).

No caso da ESAV, a ambiência que permeou sua concepção e criação estava impregnada pelos debates científicos e modernos da época, de forma a delinear um cenário favorável à mobilização de ferramentas higienistas para o seu projeto formador. A Escola foi pensada inicialmente pelo Presidente de Minas Gerais Arthur Bernardes com o intuito de modernizar a agricultura do estado e foi criada em meio ao avanço das políticas sanitárias no interior do país e do estado. Foram impulsionados para a criação e

estabelecimento do projeto formador da instituição sujeitos em sintonia com as reformas de respaldo científico, seja na agricultura, seja na infraestrutura de cidades. Em destaque estão P. H. Rolfs, que cultivava experiências científicas nos EUA com a produção e o ensino agrícola moderno, e Belo Lisboa, que esteve em contato com debates da Engenharia em instituições de destaque em São Paulo e no Rio de Janeiro, e com atores que protagonizaram reformas urbanas modernizantes.

O cenário notadamente científico constituído inicialmente e perpetuado na instituição³⁰ serviu de palco para a interação entre os diferentes sujeitos. Para Tilly (1993), esse espaço comporta um conjunto limitado de rotinas possíveis, mas que passam a formar o repertório somente à medida que se conhecem os limites relativos entre os potenciais colaboradores e os antagonistas. Assim, o repertório higienista do projeto formador esaviano se iniciou desde o contato com os operários de construção da Escola, que passaram a ser alvo de serviços e instruções de cunho higiênico. A precariedade das condições sociais desses sujeitos rurais divergia dos intuitos formativos traçados para o estabelecimento, provocando a escolha deliberada de ferramentas — saberes e práticas — em conformidade com ideias científicas da higiene.

Ao longo dos primeiros anos de funcionamento da Escola, o repertório foi sendo aprimorado pela chegada de alunos, professores, médicos e dentistas que passaram pelo Serviço de Saúde da ESAV. Ele sofreu modificações pelas dinâmicas de interações internas que, ao desvelar os interesses, levaram à mobilização de saberes e práticas higiênicos. Nesse processo, foram agrupadas, sob o controle institucional, ferramentas de interesse comum, como as práticas esportivas e de educação física. Também foi aprimorado e reestruturado o serviço de saúde, bem como houve o abandono de algumas práticas e implementação de outras.

Esse movimento dinâmico nos usos de repertório, semelhante ao que observamos na ESAV, é pensado por Swindler (1986) *apud*. Chamon (2005) ao representar o repertório como uma caixa de ferramentas (*tool kit*). Nela, os sujeitos mobilizam hábitos, habilidades, estilos, formas de pensar e de agir para construir linhas de ação do coletivo, de acordo com as configurações específicas que se apresentam.

³⁰ Oliver e Figueirôa (2007, p. 381) analisaram a presença das mulheres na institucionalização da ciência agrícola no Brasil e, ao comparar quatro instituições, chamaram atenção para a semelhança do projeto político da ESAV com o da Escola Nacional de Agricultura, mas, no primeiro, com uma “forte ênfase na pesquisa científica”. Esse lugar de destaque da ciência na Escola, com influências das ideias internacionais, também é assinalado por Azevedo (2005) e Castro e Alves (2018).

Todavia, tomamos atenção para não pensar a mobilização de saberes e práticas por um sujeito como dele, mas sim como uma mobilização resultante das interações do coletivo. Conforme Tilly (1993) pondera, deve-se atentar aos riscos do uso simplificado da noção (*weak version*) inserindo a mobilização de ferramentas dentro da dinâmica coletiva, atravessada por interesses distintos e antagonicos. Ainda segundo Tilly (1993), devido ao fato de ser constituído em meio aos conflitos, não necessariamente abertos, o repertório jamais representa ou pertence a um único ator. Em outras palavras, ele “pertence a um conjunto de atores em conflito” (TILLY, 1993, p. 268, tradução nossa).

Sendo assim, ao pensarmos nos saberes e práticas cultivados na ESAV à luz da noção histórica de repertório, entendemo-los como ferramentas derivadas das interações conflituosas, que compreendem uma linha de ação. Devido ao fluxo das interações, a construção do repertório esaviano se deu por modificações contínuas até que fosse estabelecido. O cenário científico da época, em que a Escola se inseriu, serviu como palco que alimentou as práticas possíveis.

A ESAV, mesmo na condição de escola superior isolada, constituiu o seu repertório em conformidade com os debates higienistas em voga. Para isso, ela contou com a circulação de ideias. A noção de circulação pode ser pensada a partir de Chartier (1990), que afirma a inexistência de pensamentos e práticas puras nos objetos circulantes. Conforme aponta o autor, as ideias veiculadas pelos objetos sofrem processos de empréstimos e intercâmbios sociais que multiplicam sua composição, tornando-as mistas. Para que essa dinâmica seja reconhecida, é preciso considerar o lugar de circulação e as relações desiguais entre os diferentes sujeitos que participam de sua produção/apropriação (CHAMON, 2005; CHARTIER, 1990). Para Chamon (2005), pensar a noção de circulação — de sujeitos, ideias, experiências ou mercadorias — é pensar a interação dos termos de produção/apropriação em suas relações contínua, contígua e criativa, sem apresentá-las de maneira estanque ou em oposição.

Percebemos, nos saberes e práticas higienistas veiculados na Escola, a presença de intercâmbios com a condição de vida dos rurais, inculcando neles hábitos de cuidado do corpo e da alimentação, além de práticas de combate a doenças, para superar uma suposta condição de fraqueza física. Esses pressupostos, que estavam em conformidade com as representações higienistas do interior, visavam à produção de corpos produtivos nas lavouras para que pudessem melhorar suas condições de vida e, também, a economia do estado. Assim, para que fossem veiculados saberes e práticas na Escola, confluíram os

interesses dos diferentes atores naquela relação, aproximados às condições sociais no espaço rural.

É importante salientar que, ao olharmos para os saberes e práticas, partiu-se da premissa de que pouco nos interessava demarcar uma condição de origem e chegada para conhecer as transformações das ideias, ou, então, assumi-las a partir de um ponto de vista único e inequívoco. Em conformidade com os apontamentos de Chamom (2005) e Chartier (1990), buscamos desvelar as formas mistas dos saberes e das práticas higienistas em circulação, na sua condição de produção e apropriação junto ao arranjo institucional.

Ao considerarmos a noção de circulação, também nos respaldamos em Gruzinski (2001) para pensar os sujeitos como mediadores. Conforme o autor, o sujeito participa como mediador do objeto circulante e provoca processos de hibridização por meio do seu trânsito. Ao circular um objeto, são realizados empréstimos e intercâmbios culturais que os tornam produto de um movimento (GRUZINSKI, 2001). Logo, é preciso considerar os sujeitos e seu trânsito na condição mestiça dos objetos.

No caso dos saberes e das práticas higiênicos que circularam na ESAV, Belo Lisboa e alguns médicos que passaram pelo Serviço de Saúde da ESAV participaram, de forma mais intensa, como mediadores. Belo Lisboa deu início aos primeiros empreendimentos higiênicos como engenheiro-chefe, incorporando práticas médicas que contribuíam para a disseminação dos pressupostos higienistas. Como primeiro vice-diretor, ele foi incumbido de cuidar da disciplina na Escola, implementando normas de disciplinarização dos corpos, até mesmo no cuidado do asseio corporal. Sua atuação pode ser ampliada ao assumir o cargo de diretor do estabelecimento, propiciando reformas que permitiram uma maior penetração dos pressupostos.

Além de Belo Lisboa, atuou como mediador o médico dr. Raymundo de Lopes Faria, que, ao chegar à instituição, difundiu diversos saberes e práticas que propiciaram a atualização das primeiras práticas realizadas ali. Além disso, após sua chegada, trouxe um conjunto de ideias que, reunidas ao crescimento repentino da Escola, possibilitaram modificações no arranjo institucional. As ideias circuladas pelo médico correspondiam aos pressupostos difundidos pelos higienistas no cenário nacional, e elas sofreram modificações pelos interesses convergentes e antagônicos para que pudessem ser concretizadas.

Dessa forma, fazendo uso das noções históricas de repertório e circulação, foi possível perceber que os mediadores atuaram na veiculação de ideias, saberes e práticas, os quais contribuíram para a construção de um repertório higienista no projeto formador

esaviano. Esse repertório tinha como linha de ação formar sujeitos higiênicos e higienizados, que corresponderiam aos interesses econômicos da ESAV em sua atuação sobre a agricultura e pecuária de Minas. Ao mesmo tempo, esse repertório buscava consolidar uma imagem institucional no espaço rural e suprimir as resistências às práticas higienizantes.

Finalmente, podemos considerar que a organização de nossa trama partiu da consideração de um lugar de pesquisador, da tomada de uma postura historiográfica e da organização de um conjunto de registros históricos. Por meio de gestos de pesquisa e produção de documentos, bem como da leitura de noções históricas, foi possível operar os diversos registros culturais e transformá-los em uma história, que foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, demonstramos como a concepção e a construção da ESAV foram permeadas por uma ambiência impregnada pela higiene, tanto no cenário nacional quanto estadual, estabelecendo aproximação com os espaços rurais. Para isso, em um primeiro momento, abordamos a circulação dos saberes e das práticas higienistas no panorama nacional da década de 1910 e 1920, e a ascensão das ideias de saneamento pelo interior do país. Nessa parte, destacamos as ideias veiculadas e as representações do Brasil interiorano. Num segundo momento, observamos a penetração das ideias higienistas em Minas Gerais e o avanço das políticas de saneamento no interior do estado, em sua afinidade com os espaços agrícolas. Com isso, colocamos em evidência a trama da higiene em Minas, entre finais da década de 1910 e início de 1920, no intuito de esboçar as pretensões políticas e higiênicas que permearam a concepção da Escola. Para fechar o capítulo, demonstramos como foram assentadas as bases da Instituição no local escolhido, Viçosa/MG, evidenciando a presença da higiene ao longo do seu processo de concepção e construção.

No segundo capítulo, enfatizamos a constituição de ferramentas higiênicas para o projeto formador esaviano, com ênfase na limpeza dos sujeitos rurais. Em um primeiro momento, demonstramos como, no período de construção, foi sendo instituída a organização de um projeto formador dos rurais. Essa organização inicial constituiu-se nas experiências com os operários de construção da Escola, pela limpeza e pela instrução higiênica, no intuito de formar sujeitos higienizados e higiênicos. Já num segundo momento, analisamos como os primeiros anos de funcionamento das atividades de ensino serviram à organização do repertório formativo da ESAV, concentrando as ações sobre os alunos esavianos.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos o movimento de reestruturação das ferramentas higiênicas dando destaque para o Serviço de Saúde da ESAV, que serviu para circular ideias, saberes e práticas, provocando modificações em diversas outras ferramentas. Em um primeiro momento, demonstramos como as pretensões institucionais em torno da higiene foram se expandindo, para então possibilitar uma maior atuação do poder médico-higiênico na Escola. Identificamos, a partir disso, como algumas ferramentas foram sendo mobilizadas e atualizadas, e outras construídas, para que os saberes e as práticas higiênicos fossem difundidos e atendessem ao estabelecimento do projeto formador esaviano.

2. MODERNIZAÇÃO DO RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA SUPERIOR ISOLADA NO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em todos os tempos se desejou ‘melhorar’ os homens: foi isso, sobretudo, que se chamou de moral. Mas sob a mesma palavra se escondem as mais diferentes tendências. Tanto a domesticação [*Zuchtung*] da besta humana quanto o cultivo [*Zuchtung*] de uma determinada espécie de homem são chamados de ‘melhoramento’; só mesmo esses termos zoológicos expressam realidades — realidades, por certo, das quais o típico ‘melhorador’, sacerdote, nada sabe — nada *quer* saber...” (NIETZSCHE, 2020, p. 61-62, grifo do autor).

Este capítulo tem por objetivo compreender a construção e a organização da ESAV no interior do estado de Minas Gerais, em meio a um contexto de melhoramento higiênico dos espaços rurais brasileiros.

Para isso, em um primeiro momento, o enredo deste capítulo apresenta a emergência dos debates higienistas no Brasil e sua relação com os espaços interioranos. Para compreender a configuração dos debates aqui emergidos, ancoramo-nos em produções de Belisário Pena³¹, que foi um intelectual de renome nos debates médico-higienistas no Brasil e um importante ator na interiorização dos pressupostos higienistas. Buscamos compreender como o projeto higienista mobilizado por Pena, alinhado com os problemas observados na época — no que tange à falta de educação e saúde —, contribuiu para a circulação dos pressupostos higienistas nos espaços rurais. Para ampliar o entendimento da aproximação desses espaços, dialogamos com os escritos do ruralista Alberto Torres³² e do escritor Monteiro Lobato³³.

³¹ Belisário Pena (1868-1939) foi um médico-higienista mineiro, natural de Barbacena/MG, que se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1890. Ele atuou de forma intensiva na política nacional, em um viés conservador e crítico, caracterizando-se como um combatente pela saúde pública brasileira. O higienista mineiro foi um importante defensor do saneamento dos sertões brasileiros e, como veremos posteriormente, contribuiu com sua atuação no Estado de Minas Gerais (SANTOS, 2012; CASTRO-SANTOS; FIGUEIREDO, 2012).

³² Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917) formou-se em Direito. Durante a Primeira República, foi deputado estadual, federal e presidente do estado do Rio de Janeiro; além de também ter sido ministro da Justiça e Negócios Interiores, e do Supremo Tribunal Federal. Como intelectual e político, manteve-se preocupado com a saúde pública e com a organização social do Brasil (GÓIS JUNIOR, 2014a).

³³ José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) foi um escritor natural da cidade de Taubaté/SP oriundo de uma família com grandes fazendas de café no vale do rio Paraíba, em São Paulo, as quais foram posteriormente herdadas pelo escritor. Em 1904, Monteiro Lobato tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, dedicando-se com maior proeminência às atividades literárias, em especial à literatura infantil. Na década de 1910, ele veio a ganhar visibilidade com a publicação de artigos em *O*

Num segundo momento, deslocamos nossa ótica para os debates acerca das condições sanitárias do povo no estado de Minas Gerais e para a participação de práticas médico-educativas na recuperação do campo. Nessa etapa, buscamos demonstrar a adesão dos estadistas mineiros a ações de saneamento rural, bem como as influências higiênicas sobre os empreendimentos que visavam ao crescimento econômico pela agricultura e pecuária. Personagens que aparecem na historiografia da ESAV, como Arthur Bernardes e Peter Henry Rolfs, são destacados entre os atores que investem saberes e práticas na produção de uma consciência higiênica entre os caboclos mineiros.

Por fim, apontamos a Escola como um espaço que se propôs a promover o melhoramento dos sujeitos e dos espaços rurais por meio de um Ensino Agrícola Moderno, criado em conformidade com um projeto de higienização do campo. Para isso, analisamos o investimento na importação de ideias para a construção da ESAV e a constituição de seu processo educativo visando melhorar os sujeitos rurais, com ênfase na constituição de uma ambiência higiênica.

2.1. BRASIL MODERNIZADOR: CIRCULAÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS HIGIENISTAS

Nas primeiras décadas do século XX, o território brasileiro esteve caracterizado pela disseminação de epidemias e endemias que assolavam o país. Chamavam a atenção de autoridades os hábitos e os costumes dos brasileiros, em especial nos espaços rurais e suburbanos, que favoreciam a propagação das doenças. Por meio da consciência de que as doenças se espalhavam entre diferentes classes e também entre diferentes regiões do país, coube à intelectualidade veicular a promoção do cuidado individual e coletivo na organização sanitária nacional (HOCHMAN, 2012; GOIS JUNIOR, 2003).

Ferreira (2001) demonstra que algumas investidas higienistas já haviam sido feitas na primeira metade do século XIX, no Brasil, para a compreensão das doenças tropicais. Naquele momento o poder médico-higiênico não exercia ampla repercussão política e mobilização social. Interpretações advindas do clima e da condição racial brasileira fizeram parte das investigações, caracterizando o país como um território de vasto ambiente natural e passível de ser civilizado. Entretanto, esse cenário se modifica a partir da segunda metade do século XIX.

Estado de São Paulo e na Revista do Brasil, caracterizando os caboclos da região Sudeste por meio de um olhar eugênico e higienista (KONDÖRFER, 2018).

Com a chegada das epidemias de peste, cólera e febre amarela — que antes afligiram os continentes da Europa e da Ásia, além da América do Norte —, houve uma progressiva intensificação das ações sanitárias para o controle das doenças. Assim, se, na primeira metade do século XIX, o Brasil sobressaía em termos de salubridade por não comportar as epidemias presentes em outros continentes, posteriormente, no início do século XX, o país esteve marcado por grandes surtos epidêmicos — e mortes — que se apresentavam ao longo de todo território das mais diferentes formas (FONSECA, 2018). Logo, em meio ao cenário que vai se configurando no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX, surgem mobilizações em prol do saneamento, que ficaram conhecidas como Movimento Sanitarista (HOCHMAN, 2012) ou Movimento Higienista (SOARES, 1990).

Diferente do Higienismo europeu, que centralizava suas ações nos espaços urbanos e industriais (GOIS JUNIOR, 2003), no Brasil a intelectualidade higienista esteve também preocupada com o interior brasileiro. Para Fonseca (2018), as expedições científicas empreendidas em diferentes partes do território nacional, pouco ou nada conhecidas, fizeram emergir um quadro das condições precárias de higiene dos sertões brasileiros. Hochman (2012) e Castro Santos (1985) destacam que, entre as expedições, foi muito repercutida a viagem realizada por Arthur Neiva³⁴ e Belisário Pena, em 1912.

A convite do médico Oswaldo Cruz, Neiva e Pena lideraram uma viagem científica pelos estados da Bahia, do Piauí, de Goiás e de Pernambuco, investigando a fauna, a flora, questões sanitárias, entre outros, em regiões pouco exploradas pelos naturalistas. Essa expedição resultou na publicação de um relatório em 1916, que ganhou grande repercussão social e política, possibilitando a impulsão de debates e reformas a favor da interiorização do Higienismo no Brasil (FONSECA, 2018).

Por meio do relatório, é revelada uma imagem de atraso dos habitantes nas regiões percorridas, sendo característicos os hábitos e os costumes rudimentares que eram cultivados, assim como o seu estado higiênico. Neiva e Pena (1916) relataram que o meio em que viviam os sertanejos comportava parasitas favorecidos pela situação de miséria sanitária, perpetuando doenças e fragilizando as pessoas.

³⁴ Artur Neiva (1880-1943) é um integrante do Movimento Higienista que aparece com frequência na historiografia da saúde pública, acompanhado do médico Belisário Penna. Na companhia de Belisário, ele participou da expedição ao interior do país em 1912 e liderou a liga Pró-Saneamento do Brasil. Conforme Castro Santos (1985), após a publicação do relatório da expedição, Neiva se afastou da “linha de frente” do Movimento Sanitarista para retomar suas atividades em laboratório.

Além de condições habitacionais precárias que decorriam da miséria e do abandono, os hábitos higiênicos dos sertanejos foram apontados como parte dos males que contribuíam para a propagação de doenças. Como podemos observar durante a visita em uma habitação, no sertão do Piauí:

A *Musca domestica*, inseto cosmopolita, incriminada de ser disseminadora de varias enfermidades, encontra condições incomparáveis de proliferação nas caatingas pois os referidos *chiqueiros* servem de excelentes criadouros. Dentro das casas o numero deste díptero é por vezes verdadeiramente incrível e em uma casa do lugar chamado Barrinha, municipio de S. Raymundo Nonato, a abundancia atinjiu a proporções inverosímeis, jamais por nós observadas; o requeijão, cuja fabricação é feita sem a menor proteção, constitue a principal fonte de alimentação das moscas. (NEIVA; PENA, 1916, p. 111).

Observa-se que, por mais que as moscas sejam as propagadoras das doenças, o que ganha destaque no relato é a precariedade dos hábitos higiênicos e de cuidado dos animais, bem como a organização sanitária da habitação, que favoreciam a proliferação de insetos. Igualmente, Neiva e Pena (1916) sugerem, em diferentes momentos do relatório, que os brasileiros no interior do país conservavam hábitos e costumes corporais e de cuidado das habitações que beneficiavam a perpetuação de doenças e parasitas presentes na natureza.

Assim, ao realizar uma caracterização ampla dos sertanejos e do meio em que estavam inseridos, o relatório de Arthur Neiva e Belisário Pena serviu como um verdadeiro exame médico do país. Nele, são identificados os problemas sociais da população no interior e observados os sintomas decorrentes da falta de higiene. Como resultado, produziu-se um diagnóstico sanitário que poderia ser generalizado para todos os rincões brasileiros. Esse resultado foi divulgado na imprensa brasileira como a *redescoberta* do Brasil, chamando a atenção das elites intelectuais e políticas para o interior e para a emergência de sua reabilitação para o progresso nacional (LIMA; HOCHMAN, 1996; SANTOS, 2012).

Enquanto Arthur Neiva retornava ao laboratório, Pena investia em uma viagem similar pelos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul no ano de 1913 e, a partir de 1916, colocou em circulação inúmeros textos pelo jornal *Correio da Manhã*. Para Santos (2012), o contato com a precariedade dos habitantes nos sertões brasileiros fez com que Belisário Pena se tornasse um pregador incansável de um projeto de educação higiênica contra os problemas nacionais.

Dessa forma, a expedição Neiva-Pena forneceu um quadro sanitário do país fundamental para as ações higiênicas no interior, motivando novas viagens científicas e mobilizando diferentes intelectuais em torno da construção de uma identidade nacional. Para Lima e Hochman (1996), à medida que se investigava o interior do país, era produzido um diagnóstico sanitário que contrastava com as representações dos brasileiros construídas pela literatura nacional e as tensionava. Como os autores afirmam:

A descoberta da tripanossomíase americana e de suas graves formas clínicas — problemas cardíacos, neurológicos e deformações físicas — traziam uma imagem sobre as populações do interior distinta da idealizada pela literatura romântica. Somada a outras doenças endêmicas, conformava um quadro em que era impossível apostar na vitalidade do caboclo. (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 25).

As investigações médicas no interior passaram a desvelar a imagem de um Brasil pouco conhecido entre os ciclos intelectuais das metrópoles e que se distanciava daquela veiculada pela literatura romântica, composta por sertanejos fortes e robustos. Para os higienistas, só existiria um Brasil real, que era o revelado por eles, composto por uma população fraca, ignorante e doente.

O termo “sertão”, explorado na literatura, era tomado pelos higienistas como metáfora do Brasil, já que, em um país de vasto território e pouco explorado, com população rural de 85% (em 1920), pouca diferença existia em termos sanitários (CASTRO-SANTOS; FIGUEIREDO, 2012). As diferenças regionais existiam, contudo todos os estados comungavam dos mesmos problemas: as doenças, os vícios e o analfabetismo. Nesse sentido, fazia-se conveniente pensar o interior brasileiro a partir de uma definição estabelecida pela literatura, tomando-a por uma ótica científicista. Sua utilização, portanto, foi ampliada pelo médico Afrânio Peixoto³⁵, definindo-a a partir de fronteiras imaginárias.

Num discurso de grande repercussão feito por Afrânio Peixoto no ano de 1918, em homenagem a Miguel Pereira, ele afirma que os sertões começavam no fim da Avenida Central, sendo ela um marco das reformas urbanas no Rio de Janeiro. Fazendo eco a outros higienistas, Afrânio Peixoto utilizava critérios médicos, sociais e políticos

³⁵ Afrânio Peixoto (1876-1947) foi um médico baiano que se autointitulou continuador dos legados do médico eugenista Nina Rodrigues e que atuou como professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), local onde lecionou os conteúdos de higiene e medicina legal. Uma de suas obras mais expressivas, intitulada *Noções de Higiene*, circulou pelo país com o intuito de contribuir para os Cursos Superiores de Odontologia, além das escolas normais, ginásios e escolas profissionais (GONDRA, 2018; PINTO, 2018).

para sinalizar a redefinição de uma fronteira entre os sertões e o litoral (ou o rural e o urbano). Para além de um limite geográfico, o que delimitaria a fronteira dos sertões era a presença de doenças endêmicas e a ausência da autoridade pública (LIMA; HOCHMAN, 2000; HOCHMAN, 1998). Murari (2009) atribui a essa fala a ampliação extrema alcançada pela palavra “sertões”, que, em oposição ao “civilizado”, passou a definir como “atraso” tudo aquilo que caracterizava as periferias urbanas, o meio rural e as regiões ainda selvagens.

Com isso, os higienistas passaram a ampliar a definição anteriormente estabelecida pela literatura brasileira, que passa a atender ao apelo de Belisário Pena pelo saneamento dos sertões. Antes, contudo, a aproximação entre os debates higienistas e a literatura teve contribuições de Monteiro Lobato. O escritor foi influente no pensamento social da época³⁶ e contribuiu para a contraposição das representações românticas dos sertanejos.

Em virtude da publicação de *Problema Vital*, em 1918, Monteiro Lobato se tornou uma das principais expressões do movimento sanitário brasileiro. Sua contribuição central está na imagem do Jeca Tatu, que reservava um conjunto de críticas do escritor aos caboclos da região Sudeste do país. O personagem foi criado pela primeira vez em 1914, no livro *Urupês*, e aparecia fragilizado por uma imagem eugênica³⁷. No entanto, com os achados de Belisário Pena, seu personagem reaparece quatro anos depois caracterizado por uma imagem higiênica, que é adotada pelos higienistas brasileiros (KORNDÖRFER, 2018).

³⁶ Atualmente, os escritos de Monteiro Lobato têm sido alvo de revisionismos que buscam desvelar a presença do racismo em suas obras, para que elas possam ser reposicionadas na formação da sociedade atual. Os “tipos” raciais comumente tratados por ele foram o caboclo e o negro, sendo que cada um sofreu diferentes influências pela visão eugênica do autor. Durante sua trajetória literária, Lobato produziu uma reabilitação do caboclo — Jeca — que lhe tirou uma suposta inferioridade inata para apontar nele a condição de atraso, provocada, em um primeiro momento, pela precariedade sanitária e, posteriormente, pelas condições socioeconômicas do país (MORAES, 1997). No outro polo, quanto ao negro, por mais que, em obras do autor, ficasse explícita sua condenação da violência contra os escravizados, as representações continuaram caricatas e calcadas em uma suposta inferioridade racial, especialmente em relação aos mestiços. Essa visão racial produzida por Monteiro Lobato foi demonstrada a partir da sobreposição do autor e de suas obras feita em Moraes (1997) e Mendes e Maia (2019). Mais recentemente o livro *Caçadas de Pedrinho*, de autoria de Lobato, foi alvo do parecer CNE/CEB nº 15/2010, retificado pelo parecer CNE/CEB nº 06/2011, devido à presença de estereótipos raciais. O parecer orientou, entre outros procedimentos, que fosse feita a inserção da contextualização crítica do autor e da obra pela editora em novas edições (BRASIL, 2010).

³⁷ O posicionamento eugênico de Monteiro Lobato ganhou destaque a partir da publicação do artigo *Velha Praga*, em *O Estado de S. Paulo*. Nele, o escritor demarcou uma imagem do Jeca Tatu condenado pela condição indolente, preguiçosa e ignorante, que se perpetuava entre as gerações. Essa caracterização inclinava uma primeira oposição do escritor às representações positivas do caboclo, pois, como afirmava Lobato (2007, p. 170), “pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade”.

Conforme Lobato (1956) demonstra, o Jeca Tatu vivia abandonado em uma casa de sapé com sua mulher magra e feia, e dois filhos pálidos e tristes. Indolente, ele resistia ao trabalho para viver em precárias condições e se entregava ao vício do álcool, sem saber que tudo isso era decorrente das doenças que se beneficiavam da falta de hábitos higiênicos. Após ser examinado e instruído por um médico, o Jeca Tatu se regenerou e passou a se beneficiar da terra para se alimentar e produzir riquezas. Tornou-se, assim, saudável, moderno e um novo indivíduo, que compartilhava seus hábitos higiênicos com os outros caboclos do campo, tornando-se, adiante, um grande empreendedor rural e americanizado (LOBATO, 1956).

Ao demarcar a instrução higiênica como meio de se combater as doenças e vícios, e, conseqüentemente, como instrumento para a formação de um vigor físico para o trabalho agrícola, Monteiro Lobato assume uma retórica higienista direcionada ao campo. Essa retórica colocava a higiene como remédio para o atraso dos sujeitos rurais e convoca os leitores a também se higienizar. Murari (2009) afirma que, além de suas contribuições para circulação dos pressupostos higienistas no Brasil, Lobato consolida, junto à imagem do Jeca Tatu, um retrato do sertanejo abatido, indolente e ocioso³⁸. Seu personagem passa a ser veiculado por meio de almanaques de farmácia, associado ao produto Biotônico Fontura, e é reinterpretado na forma de história em quadrinhos, comercializada como livretos (Figura 3).

³⁸ Murari (2009) esboça que a imagem negativa dos sertanejos já era produzida desde finais do século XIX, quando Valentim Magalhães, na crônica *No campo*, datada de 1882, afirmava a fisionomia melancólica e desesperançada dos sujeitos no campo. Em princípios do século XX, a representação negativa do sertanejo chega a receber contribuições de Lima Barreto, porém é apenas a partir da imagem do Jeca Tatu que a atribuição de atraso rural se consolida na literatura brasileira, em contraposição aos valentes sertanejos de Euclides da Cunha. Para a aproximação desse debate com o Higienismo, consultar Lima e Hochman (2000).

Figura 3 – Jéca Tatuzinho. Edição especial do Instituto ‘Medicamenta’ Fontura Serpe & Cia., São Paulo, Fontura & Serpe, 1925, p. 15 (ilustração de Wiese). Caracterização de uma passagem em Lobato (1956, p. 333) em que o médico prova ao Jeca a existência de pequenos organismos causadores da ancilostomíase por meio de uma lente.



Fonte: Gomes (2006).

Apesar da virada no olhar de Monteiro Lobato e de um apelo para que os fazendeiros promovessem melhorias sanitárias aos caboclos, é ainda conservada uma visão negativa dos habitantes do interior do país. Tal fato provoca manifestações contrárias, como a de um jornal de pequena circulação da cidade de Iguapé, em São Paulo.

Em resposta a um artigo de Lobato, publicado em *O Estado de S. Paulo*, um jornalista de Iguapé repudiou o escritor por atribuir à população da cidade uma imagem de indolência e atraso, que nada mais era que “os excessos de seus conceitos apaixonados, a sua crítica parcial, desonesta e inverosímil” (LOBATO, 1956, p. 311). O texto foi replicado por Lobato como nota de um capítulo, e, em resposta à manifestação do jornalista, o escritor afirmou ser aquele sujeito um exemplo de como reage um doente com seu cérebro afetado pela verminose.

Assim, podemos perceber que a imagem atribuída ao Jeca Tatu encontrava desgostos entre aqueles que eram taxados por ela. Todavia, essa representação se consolidou entre grupos literários da época e serviu aos propósitos higienistas. Ela permitiria a incorporação de uma imagem debilitada dos sertanejos nas representações dos sertões, colocando-os como doentes que deveriam ser salvos pela higiene moderna.

A celeridade alcançada pelo personagem Jeca Tatu em 1918, que consolidou uma representação negativa dos sertanejos na literatura, favoreceu a publicação do livro *Saneamento do Brasil*³⁹ e teve algumas de suas ideias incorporadas na obra por Belisário Pena. A publicação desse livro é tida como um dos marcos da mobilização higienista no Brasil, especialmente em sua inflexão ao interior do país (FONSECA, 2018; HOCHMAN, 2012; CASTRO SANTOS, 1985).

A obra⁴⁰ reúne uma coletânea de textos colocados em circulação pelo jornal *Correio da Manhã* em 1916, os quais eram oriundos das viagens científicas de Belisário Pena. Neles, o higienista explicita seu interesse em mobilizar a mocidade e os agricultores na defesa do saneamento dos sertões brasileiros e, para isso, expõe o quadro de miséria e de doenças em que vivem os habitantes do país. Em proveito da mobilização higiênica produzida na construção de uma identidade nacional, Pena (1923, p. 26) faz um apelo para

[...] colaboração de todos aquelles que não se deixam mais illudir pelas fantasias e devaneios mentirosos de romancistas e poetas, descrevendo os nossos sertões como pedaços da terra da promessa, onde reinam a fartura, a saude, e a alegria, quando ao contrario são elles em geral, a séde da miséria, da doença, da tristeza e do aniquilamento physico e moral do homem [...]. (PENA, 1923, p. 26).

A denúncia de Pena alimenta uma crítica à perspectiva romântica da literatura regional brasileira, que acreditava estarem conservados, na força dos sertanejos, os elementos para a construção de uma identidade nacional (MURARI, 2009). Inversamente às fabulações românticas, suas constatações demonstravam um interior tomado pelo analfabetismo e por doenças, que degeneravam os sujeitos e os incapacitava para usufruir da natureza circundante. Ora, ao contrário da força e da robustez, era a doença que se destacava como elemento distintivo do “ser brasileiro”.

³⁹ A primeira edição da obra foi publicada em 1918. Ela está organizada em duas partes, fazendo uma desconstrução e reconstrução sanitária do Brasil: na primeira (desconstrução), foram reunidos textos publicados no jornal *Correio da Manhã*, em que Pena revela a precariedade sanitária como o grande problema nacional; já na segunda (reconstrução), o autor expõe diferentes doenças que assolam o país, seus agentes transmissores e os ambientes disgênicos que favoreciam as proliferações, além de elaborar um plano para o saneamento rural e a defesa sanitária do Brasil.

⁴⁰ Para esta dissertação, foi utilizada a segunda edição da obra, publicada em 1923. Atentamo-nos às inserções feitas com relação à primeira edição, de 1918, sendo elas: uma introdução específica para a edição de 1923, em que são relatadas algumas mudanças políticas ocorridas na organização sanitária do país desde a primeira publicação, e considerações e comentários ao fim de cada tópico, na primeira parte do livro. Especificamente na segunda parte, foram feitas modificações na estrutura e nas informações, como organização da parte, atualização dos dados e inserção de gravuras.

Para caracterizar a realidade tida pelos higienistas, Pena utiliza suas observações nas expedições científicas. Em determinado momento, ele chega a retomar anotações da expedição Neiva-Pena como forma de demonstrar o estado de degeneração em que os sertanejos se encontravam, caracterizando-os de forma vexatória. Conforme descreve, “núcleos de populações desde 60 a 300 indivíduos, na sua maioria idiotas, cretinizados, ou aleijados ou paralyticos, percorremos nós, onde difficilmente se deparava um semi-idiota capaz de dar algumas ligeiras informações” (PENA, 1923, p. 29). Tal miséria física e educacional se combinava com os “innumeros logarejos onde 100% dos habitantes estavam atacados pelo terrivel flagelo [doença de chagas] nas suas modalidades mais graves” (PENA, 1923, p. 29).

O higienista constrói um retrato do país e propõe um projeto sanitário de recuperação nacional, tendo a higiene — munida de seus preceitos racionais e científicos — como norteadora do progresso. Utilizando-a como ferramenta educacional e sanitária, por meio da saúde pública, seria possível elevar os brasileiros no interior do país e, junto consigo, a pátria, já que “sem saúde nada prospera: nem o indivíduo, nem a família, nem a sociedade” (PENA, 1923, p. 150).

Assim sendo, em posse de ideias messiânicas, propondo remédios para problemas dos sertões e a salvação nacional, os higienistas se aproximam cada vez mais do interior. Essa promessa passava pela reorganização do Estado nacional, que permitiria aos higienistas recuperar os sertanejos por meio de políticas coercitivas e, conseqüentemente, gerar o progresso nos espaços rurais e de produção agrícola.

O projeto de interiorização do Higienismo encontrou respaldos também em Alberto Torres, que foi um ator expressivo no pensamento social brasileiro, empenhado na defesa do trabalho agrícola e da educação dos rurais. Conforme Góis Junior (2014a), o intelectual influenciou e foi influenciado pelos higienistas. Entre as suas contribuições para o pensamento médico-higiênico no Brasil, estão a publicação das obras *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, em 1914, além de *As fontes de vida no Brasil*, em 1915.

Nas duas primeiras obras — que se configuram como as principais do autor —, Alberto Torres se dedicou a pensar o reordenamento do Estado brasileiro, sendo que, em *A organização nacional*, propôs uma revisão constitucional que é repercutida positivamente por Belisário Pena. Essa obra se articulava com *O problema nacional brasileiro*, em que o autor demonstrou a falta de um ordenamento adequado na condução

dos problemas reais do Brasil, colocando em destaque sua revisão constitucional (BARIANI, 2007).

Alberto Torres se revelava um crítico do cenário político na época, em que as grandes metrópoles eram assistidas pelos governos simulando um falso progresso pelos luxos e espetáculos, enquanto o verdadeiro Brasil, no interior, encontrava-se abandonado (TORRES; 1938a; 1938b). Esse cenário se refletia na fraqueza física dos brasileiros, cujas três principais causas eram: 1) a falta de estudos do clima e das condições de vida nele favoráveis; 2) a escassez e a improbidade dos alimentos; e 3) as causas econômicas, sociais e pedagógicas, relativas à prosperidade e à educação (TORRES, 1938b).

Identificados os problemas vitais do Brasil, a visada de uma construção nacional deveria passar pela organização do trabalho agrícola e das condições de vida dos trabalhadores, já que “todos os esforços da hygiene e todas as reformas sanitarias serão luxos profissionaes, ou simples desvios, na focalização dos factos reaes, mal atacando as molestias e nunca extinguindo as predisposições morbidas [...]” (TORRES, 1938b, p. 177-178).

Mais do que um *locus* que precisava ser higienizado, nos espaços rurais estariam as bases a serem investidas e reguladas pelo governo para o fortalecimento da pátria: a terra e o homem. Assim, Alberto Torres se demonstrava favorável aos debates higienistas que viam as práticas de saúde como elemento importante na organização nacional, e não apenas no combate das doenças. Os pressupostos higienistas, assim, deveriam caminhar junto a uma educação rural visando à adaptação do homem ao solo e ao desenvolvimento do amor pela terra.

Dessa forma, suas ideias deram subsídios para a ruralização do ensino no Brasil, por meio dos educadores, e para a veiculação de práticas moralizantes e higiênicas no interior (TAVARES, 2014; TOTTI; MACHADO, 2013). Já sua proposta de intervenção do Estado na regulação da vida social encontrou afinidade com os embates políticos travados pelos higienistas nas décadas de 1910 e 1920, em defesa de um Estado centralizado (GÓIS JUNIOR, 2014a).

Os higienistas defendiam a necessidade de um poder único na regulamentação das ações de saúde, tirando seus encargos dos estados e municípios. Para Pena (1923), uma vez que a miséria no interior não permitiria sequer as condições básicas para que os indivíduos mantivessem um bom vigor físico, caberia ao governo central intervir nos estados para o combate das doenças e dos vícios, além da promoção de educação e

instrução higiênica para toda população. Os espaços rurais que estavam abandonados, na visão de Alberto Torres, poderiam, então, ser assistidos pelo Estado nacional.

Para favorecer seu projeto de centralização dos serviços de saúde, os higienistas buscaram promover uma mobilização social angariando o apoio da população e de suas classes letradas. Demonstrava-se a importância da coordenação do Poder Público para a produção de uma profilaxia rural duradoura e os benefícios dessa reforma para a conservação da saúde nas capitais e para o progresso nacional (HOCHMAN, 2012).

Os grandes centros urbanos eram espaços investidos pelos higienistas desde o início do século e se tornaram propícios à defesa do projeto sanitário. Neles, a imprensa promoveu a circulação de imagens sobre o interior e os sujeitos rurais, na tentativa de convencimento dos habitantes urbanos, suas comunidades científicas e classe política (FONSECA, 2018).

Notadamente, houve também a tentativa de formar um apoio mais incisivo e com influência política por meio da criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, que buscava promover a educação higiênica no país. Ela foi mobilizada e fundada por Belisário Pena em 1918, tendo ele mesmo como presidente. Por meio da criação da Liga Pró-Saneamento, o higienista pôde congrega diversos intelectuais, profissionais liberais e políticos atuantes no cenário nacional, além de vários representantes estaduais, que divulgavam, de alguma forma, com as concepções e as propostas gerais do movimento. Entre eles, participava o presidente da República Wenceslau Brás (1914-1918), que, em meio aos impactos da gripe espanhola e ao temor do retorno da febre amarela aos portos, permitiu a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918 (HOCHMAN, 2012; 1998; BRITTO, 1995).

Com a atuação da Liga Pró-Saneamento, foi realizada uma ampla investida educativa no saneamento dos sertões, acompanhada de uma mobilização social em prol das reformas sanitárias⁴¹. Entretanto, o projeto político de centralização do poder para gestão das reformas sanitárias, encabeçado por Belisário Pena, encontrou impedimentos

⁴¹ Segundo Hochman (1998, [s/p]), Belisário Pena realizou um balanço das atividades da liga indicando que, entre 1918 e 1920, “teriam sido distribuídos vinte mil exemplares do panfleto *Opilação ou amarelão* (outros nomes para a ancilostomíase), entre outros folhetos educativos; proferidas ‘mais de uma centena de palestras e preleções de higiene’ em escolas, quartéis, praças públicas etc.; publicados ‘mais de cem artigos em revistas e jornais diários’; além de ter sido prestado auxílio a lavradores no campo da higiene, incluindo serviços profissionais gratuitos a fazendas. Sem contar as próprias atividades profissionais e institucionais dos membros da campanha como médicos, professores e funcionários públicos que eram consideradas intrínsecas ao movimento”.

constitucionais e políticos⁴². O projeto dos higienistas foi substituído pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)⁴³, e da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural — estando subordinada ao primeiro. Apesar da reforma na saúde pública não ter sido como os higienistas desejavam, ela permitiu a penetração do Governo Federal no interior dos estados por meio de adesão voluntária.

Para Hochman (2012), mesmo sem concretizar a criação de um órgão regulador específico, as pretensões higienistas de construção de uma autoridade sanitária nacional pela concentração e pela centralização da autoridade na federação, assim como sua penetração sobre o território e na vida social, foram favorecidas. Contribuiu para tal a construção de uma consciência social entre as elites intelectuais e políticas de que era necessária a intervenção da União para a garantia da saúde nacional, sendo ela um benefício maior.

A consciência produzida favoreceu a adesão rápida de alguns estados logo no início da criação do DNSP. Entre os estados que se esforçaram na organização dos seus serviços sanitários e que fizeram uma rápida adesão aos mecanismos de controle federal está Minas Gerais. Em resposta aos debates nacionais que produziram uma consciência sanitária geral, o governo local intensificou suas ações de saneamento e profilaxia rural a partir de 1918, sujeitando a organização sanitária do estado e de seus municípios ao DNSP logo após a criação.

A mobilização higienista no cenário nacional resultou em uma rápida adesão aos mecanismos de controle federal pelo estado de Minas Gerais, que buscava distribuir os serviços de saúde pelo seu extenso território. Esse período de emergência do Higienismo no Brasil correspondeu ao mandato de Arthur Bernardes (1918-1922) como presidente do estado em Minas. Posteriormente, quando presidente da República (1922-1926), deu espaço para o avanço das políticas de saúde pública no cenário nacional. Com isso, os interesses de Arthur Bernardes na gestão das ações de saúde pelo poder público e a produção de uma consciência sanitária já se manifestavam durante sua presidência em Minas Gerais.

⁴² Os higienistas produziram inúmeras críticas à adoção do federalismo na Carta Constitucional de 1891, que organizava o sistema de república adotado. Conforme Lima e Hochman (1996), os intelectuais criticavam especialmente a autonomia conferida a estados e municípios na gestão das políticas de cuidado à saúde, impedindo sua coordenação nacional. Com isso, tentativas de coordenação das ações de saúde pelo âmbito federal encontraram obstáculos políticos na penetração em estados como São Paulo e Bahia, que não se mostravam adeptos à intervenção federal e estavam resguardados pela Constituição.

⁴³ O DNSP foi criado pelo Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, que reorganizou os serviços de saúde pública no país. Seu funcionamento se dá com a publicação do Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920.

Dessa forma, as mobilizações produzidas pelos higienistas na esfera federal, a veiculação de conhecimentos da higiene moderna no país e a emergência sanitária dos sertões tiveram efeitos nos debates acerca da saúde e da educação no quadro local do estado. Como será analisado a seguir, o Governo de Minas se orientou por parcerias com uma fundação internacional e contou com o apoio dos serviços federais de saúde. Ademais, as interpretações do problema nacional feitas por Belisário Pena, Monteiro Lobato e Alberto Torres foram importantes para pensar o vasto território do estado e sua economia agrícola.

2.2. GRANDE ESTADO, POUCA EDUCAÇÃO E SAÚDE: O ANALFABETISMO E A DOENÇA COMO OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM MINAS GERAIS

A formação do território do estado de Minas Gerais a partir do século XVIII constituiu-se sobre bases da exploração mineral, favorecendo o surgimento de elites ao longo do território e a propagação de uma mentalidade moderna (GONÇALVES, 2001). Com o declínio da economia de ouro ainda naquele século, houve uma dispersão da população pelo território e a formação de um grande número de lavouras.

Em finais do século XIX, essa dispersão é acentuada devido à expansão da produção cafeeira, o que contribuiu para a formação de pequenas cidades e vilas (MARTINS, 2014; LIMA, 1977). Na região Sul de Minas, por exemplo, Martins (2014) identifica terem ocorrido transformações consideráveis na paisagem rural, gerando a criação de conglomerados habitacionais e o aumento da urbanização em algumas cidades, com o calçamento de ruas, a instalação de eletricidade e o abastecimento de água, além da criação de teatros e praças.

Nas primeiras décadas do século XX, o estado de Minas Gerais se estabelecia como uma das principais oligarquias da União, concentrando uma parcela importante da produção cafeeira do país formada por um território extremamente rural. Também se conservava, em seu território, uma mentalidade moderna que pensava os espaços rurais enquanto uma imagem de atraso e rusticidade, em contraposição ao urbano moderno e civilizado. Essas representações são cultivadas no cotidiano e participam da estruturação das instituições por meio dos sujeitos letrados que as ocupam. Na região central do estado, Musial e Galvão (2012) identificaram a participação dessa mentalidade na organização da cultura escolar de estabelecimentos rurais. A caracterização do atraso do povo rural não apenas apareceu no olhar de seus gestores, mas também estava contida no currículo

de formação oferecido aos rurais — mais elementar que nas escolas distritais e urbanas — e na cultura material das escolas (MUSIAL, GALVÃO, 2012).

Esses investimentos, feitos na ambiência do estado e que orientavam suas elites políticas e econômicas, propiciaram aproximações de críticas elaboradas pelos higienistas acerca dos sertanejos e dos espaços rurais. Conforme afirmou o escritor Monteiro Lobato, enquanto todos os outros países do mundo tinham os espaços rurais como símbolos de sua vitalidade e os espaços urbanos como um mal para a vida e para a saúde, no Brasil o “elemento rural é pior que o urbano” (LOBATO, 1956, p. 255).

Para o escritor, o espaço rural era um lugar de atraso e incivilidade, sendo nele conservados, pelos seus habitantes, hábitos de vida disgênicos propícios à produção de males (doenças e vícios). A elaboração de seu personagem Jeca Tatu foi revestida pela imagem de atraso e manteve aproximações com o cotidiano dos caboclos mineiros e dos espaços rurais. Estavam, entre as aproximações, a relação da população de Minas com a agricultura e a concentração de altas taxas de analfabetismo e doenças.

Conforme dados do recenseamento de 1920 apresentados por Araújo (2012), Minas Gerais contava com 178 municípios (130 cidades e 48 vilas) e uma população de 5.888.174 habitantes, sendo a maior população entre as oligarquias brasileiras. A média de habitantes por quilômetro quadrado no estado era de 9,78 habitantes, contudo não havia uma distribuição uniforme da população pelo território. As maiores concentrações estariam próximas às divisas com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, correspondendo às regiões Sul e Zona da Mata de Minas. Essas duas regiões estavam ocupadas por um grande número de lavouras que sustentavam a produção agrícola do estado. Para se ter uma projeção da atividade produtiva ocorrida nessas duas regiões, as estimativas do café em 1931-1932 apontavam uma safra de 1.983.333 sacas na Zona da Mata e 1.333.333 sacas no Sul, estando distantes da terceira região mais produtiva, que obteve apenas 400.000 sacas (ROLFS, 1931).

Nesse sentido, a significativa população do estado encontrava-se dispersa por um extenso território e de difícil locomoção interna. Tais empecilhos se refletiam em uma assistência de saúde escassa e limitada, que resultava em constantes surtos de malária, sífilis, morfeia, pneumonia, hepatite, coqueluche, varíola e outras doenças desde finais do século XIX (SILVEIRA, 2011). Mesmo com a reestruturação dos serviços de saúde em 1910, o Governo do Estado ainda encontrava dificuldades em assistir populações mais afastadas da capital.

Conforme Abreu (2010), no ano de 1910, foi reestruturada a Diretoria de Higiene, na tentativa de aperfeiçoar os serviços sanitários do estado, subordinando-a à Secretaria dos Negócios e do Interior na capital Belo Horizonte. Naquele momento, ela contava apenas com duas instituições médicas — a Faculdade de Medicina e a Fundação Ezequiel Dias — na capital, além de uma parceria com o Instituto Pauster em Juiz de Fora. Entre as suas diversas atribuições estavam a inspeção sanitária em habitações, fábricas e escolas, além dos serviços demográfico-sanitários e de desinfecção.

Apesar da reorganização dos serviços sanitários, a deficiência na assistência à saúde persistia no interior do território e era dificultada em decorrência da limitação de recursos e da sobrecarga de funções atribuídas aos funcionários da diretoria. Como resultado, grande parte das ações esteve limitada à capital, chegando, de forma tímida, ao interior do estado. Esse cenário não passou despercebido pelos higienistas e recebeu críticas de Belisário Pena — como visto anteriormente, um higienista mineiro com expressão nacional.

Por meio da obra *Saneamento do Brasil*, Belisário apresenta ao país um quadro disgênico de Minas Gerais, caracterizando a situação local da seguinte forma:

Filho de Minas, de uma cidade justamente afamada pela sua privilegiada situação topográfica, pela beleza dos seus panoramas e sobretudo pela excelência do seu clima — Barbacena — onde não ha malaria, nem a molestia de Chagas, que eu saiba, mesmo ahi esta muito espalhada a ancylostomose na população suburbana e rural, de fácil verificação á simples inspecção de innumerous individuos, que apezar das optimas condições climatéricas, são pallidos, anemicos e estafados. O mesmo facto se varifica em todos os municipios egualmente saudaveis do planalto da Mantiqueira.

Na zona da Matta, além do impaludismo periodico em varios municipios existe sempre a opilação, facil de evitar-se, e desgraçadamente generalizada e destruindo ou reduzindo o coefficiente de trabalho de legiões de individuos.

O norte e o oeste do Estado são victimas da trindade maldita — malaria, opilação e molestia de Chagas. Cada qual disputa sua victima, e senão a mata, inutiliza-a. (PENA, 1923, p. 30).

Contrastando com a participação importante de Minas Gerais na economia da União, o higienista enfatizava a pouca assistência dada à saúde da população, que provocava a “perda de braços” em um estado com vasto campo para produção agrícola. Posteriormente, essa crítica será reforçada por outros atores que angariavam investimentos para o melhoramento de espaços rurais junto à Secretaria de Agricultura, acusando que no estado não faltam braços, mas sim investimentos na instrução de seus

trabalhadores (ROLFS, 1930). Tais críticas contrapunham a afirmação de Arthur Bernardes, que justificava o progresso lento da lavoura pela escassez de braços no campo (BERNARDES, 1920).

Como forma de superar os obstáculos da organização territorial, os governos de Delfim Moreira e de Arthur Bernardes pegaram carona nas reformas higiênicas impulsionadas por Belisário Pena na campanha de saneamento dos sertões. A partir de 1917, o Governo do Estado contou com o apoio do médico Samuel Libânio (1917-1926) à frente da Diretoria de Higiene, deixando o cargo de médico-auxiliar que ocupava na diretoria desde 1910.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Samuel Libânio teve considerável participação nas ações sanitárias do estado e obteve prestígio entre os médicos da capital, mostrando-se simpático a uma administração sanitária centralizada e com enfoque nas endemias rurais (CARVALHO, 2016; ABREU, 2010; MARQUES, 2004). Conforme Carvalho (2016), até o ano de 1917, as práticas empreendidas pelo serviço de saúde da Diretoria de Higiene se restringiram à medicina curativa e aos espaços urbanos, sendo pouco difundidas as de cunho preventivo e de combate às endemias. Entretanto, com a ascensão do movimento de saneamento dos sertões no Brasil, Samuel Libânio conseguiu angariar recursos da União para dar início às primeiras ações de combate às endemias rurais e de educação sanitária (CARVALHO, 2016).

Logo em 1918, na busca de ampliar as intervenções nos espaços rurais, Libânio agilizou o convênio com a Fundação Rockefeller⁴⁴, contribuindo para a inserção e estabelecimento das ações da fundação em Minas. Segundo Marques (2004), os contatos entre a Fundação Rockefeller e o Governo de Minas Gerais se estenderam desde 1916 — momento em que começaram as primeiras ações —, tendo o acordo firmado apenas em maio de 1918. Pesaram para a escolha do estado sua estabilidade política e a participação robusta na economia agrícola brasileira. Como parte do acordo, o Governo Estadual se comprometeu a agilizar sua legislação sanitária e, sob responsabilidade de Samuel Libânio, foram nomeadas comissões para finalizar o mapeamento da ancilostomíase,

⁴⁴ Conforme Hochman (2012), a Fundação Rockefeller, de origem norte-americana, trazia para o Brasil a experiência de combate à opilação feita nos Estados Unidos, no Caribe e na América Central. Entre 1916 e 1917, ela fundou a filial brasileira no Rio de Janeiro e firmou os primeiros contratos de cooperação com São Paulo e o Governo Federal — para realizar ações no Distrito Federal —, alcançando escala nacional nos anos de 1920. Por meio da presença da fundação no Brasil, foi possível realizar a ampliação das reformas higienistas em sentido ao interior (HOCHMAN, 2012).

iniciado pela fundação em 1916. Em contrapartida, a fundação iria atuar conjuntamente na promoção da profilaxia rural no estado.

De início, foi criado o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural e os dois primeiros postos de profilaxia, em Leopoldina e Belo Horizonte. Eles eram responsáveis pelo exame dos doentes, pelo tratamento e pela instrução higiênica. Em paralelo, atuavam, de forma ambulante, algumas comissões médicas responsáveis por mapear a ancilostomíase e produzir um quadro sanitária do povo mineiro.

Os resultados das comissões sinalizaram que mais ou menos 70% da população rural estava infectada pela doença, superando as expectativas iniciais (MARQUES, 2004). Ainda, Libânio indica que, em certa zona do estado, as comissões chegaram a verificar a existência de 93% da população infectada (CARVALHO, 2016). Somava-se a esses dados a condição precária dos rurais relatada pelas comissões, destinando sua solução aos serviços profiláticos. Ao analisar os relatórios, Carvalho (2016, p. 109) constata que “é possível perceber em todas as inspeções relatadas pelos médicos da Diretoria de Higiene as condições precárias de saúde, a pobreza, a miséria da população e a defesa da necessidade das ações da profilaxia rural para regenerar o país”.

O apelo dos médicos atuantes parece ter sido aderido e reverberado pelo presidente do estado Arthur Bernardes, que atribui à profilaxia rural a capacidade de recuperar a vitalidade nas lavouras. Para ele, esses serviços “mereceram do governo atenção especial” devido a seu “alcance humanitário e patriótico” (BERNARDES, 1920, p. 53). O estadista demonstrava-se favorável à presença federal no território mineiro e se utilizava das possibilidades constitucionais para estabelecer parcerias com a União no combate às endemias rurais.

Antes mesmo do decreto de funcionamento do DNSP — que permitiria a participação federal na organização dos serviços de saúde dos estados —, Arthur Bernardes anunciava ao congresso mineiro a solicitação de intervenção federal motivada pelos surtos epidêmicos de paludismo, invasões de varíola e casos de tracoma em alguns municípios do estado. Além disso, em resposta ao Decreto Federal nº 13.538, de 9 de abril de 1919⁴⁵, que reorganizava o serviço de profilaxia rural, ele anunciava a criação de dois hospitais na região Sul e na Zona da Mata, tendo em vista que “a instalação de maior

⁴⁵ A criação dos hospitais buscou atender ao decreto em seu art. 9º, que previa o custeio pela União de hospitais regionais destinados à assistência e ao isolamento de doentes. Nele ressaltava que o serviço se destinava aos estados que organizassem serviços de profilaxia rural, e que a localização e construção dos hospitais buscava obedecer a conveniência dos serviços federais (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1919).

numero destes hospitaes é medida que viria a garantir o exito da campanha contra as endemias que difficultam o trabalho nos campos e concorrem para a inferioridade organica do homem” (BERNARDES, 1920, p. 55).

O presidente do estado defendia as ações profiláticas no campo como medida necessária para o desenvolvimento da economia agrícola em Minas. Os hospitais foram direcionados para importantes polos de produção de agrícola, como era o caso das regiões Sul e Zona da Mata. Essa medida corresponderia aos interesses do plano de profilaxia rural que, conforme Carvalho (2016), visava a privilegiar as regiões com maior índice endêmico, com densidade populacional e valor econômico. Para demonstrar apoio às ações higiênicas, Artur Bernardes sinalizava ao congresso mineiro as melhoras apresentadas com os primeiros serviços de profilaxia rural. Conforme atestou, entre 112.454 atendidos pelos serviços, encontravam-se: 90.241 casos de verminose em geral, 22.213 negativos para verminose, 62.921 positivos para opilação só ou associada a verminose, e 104.622 medicados (BERNARDES, 1920).

A parceria com a Fundação Rockefeller teve uma boa recepção no estado e produziu mudanças significativas na organização sanitária dos espaços rurais. Junto a São Paulo, Minas Gerais foi um dos estados mais beneficiados pela fundação norte-americana, que havia escolhido o Brasil pela sua “vocaçãõ agrícola” (MARQUES, 2004). Aparentemente as ações mobilizadas pela fundação mantiveram seu êxito no estado, pois, em 1930, o então diretor de saúde pública do estado, dr. Ernani Agrícola, constatou o bom trabalho que estava sendo realizado em diversos municípios e relatou terem ocorrido medidas de “real eficiência” no combate a uma incursão da ancilostomíase na região da Zona da Mata (AGRICOLA, 1932).

No ano de 1920, em resposta ao acordo firmado com a Fundação Rockefeller, foi criada a Lei nº 791, de 18 de setembro, poucos dias após o decreto de funcionamento do DNSP. Essa mudança permitiu uma nova reorganização dos serviços da Diretoria de Higiene por meio de acordos com o Governo Federal, em favor da promoção dos serviços de profilaxia rural (MINAS GERAIS, 1920).

De imediato, o Governo do Estado submeteu a autonomia estadual e dos municípios às leis e às disposições da União, conseguindo novos recursos para aplicar na organização da profilaxia rural. Com isso, foi criado o Serviço Permanente de Higiene Municipal, com novos postos e subpostos de higiene distribuídos pelo território do estado. Aos postos seria anexado um laboratório de pesquisa. As ações desses serviços tinham

um caráter profilático em espaços públicos e privados, além de permitir uma maior organização sanitária junto aos municípios (ABREU, 2010)

Apesar do aumento da capilarização dos serviços higiênicos no interior do território, o problema de sua extensão persistia como um obstáculo na eficiência dos serviços de saúde. Assim, em decorrência de um acontecimento em 1921 — desencadeado por uma epidemia de paludismo próximo à Estrada de Ferro Oeste de Minas, que debilitou muitos funcionários da empresa e as populações ribeirinhas do Rio São Francisco e Rio Doce —, foram criados postos ambulantes destinados a atender pontos ao longo das estradas de ferro do estado (CARVALHO, 2016).

Além disso, contribuiu para a circulação da higiene no território a instalação de quatro hospitais regionais nas cidades de Pouso Alegre, Viçosa⁴⁶, Pirapora e Aporá. Esses hospitais funcionavam como importantes produtores e veiculadores da higiene em Minas, funcionando como local de instrução higiênica e sanitária da população, além das funções básicas de socorro e higienização. Samuel Libânio acreditava que os hospitais funcionariam como ponto de gravitação e irradiação do progresso e da civilização (ABREU, 2010).

Em 1922, Belisário Pena participa, junto com Samuel Libânio, da inauguração de um hospital regional na cidade de Viçosa, na Zona da Mata Mineira (Figura 4)⁴⁷. A presença do higienista sinaliza a boa recepção de suas ideias entre os médicos e as

⁴⁶ Viçosa também foi a cidade escolhida para sediar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária que, em 1922, lançava sua pedra fundamental. Os detalhes de sua construção e participação higiênica na região serão exploradas mais à frente, nos próximos capítulos.

⁴⁷ As festividades de inauguração do Hospital Regional foram noticiadas pelo jornal *Cidade de Viçosa*. Conforme foi anunciado, a comitiva do diretor de higiene de Minas desembarcou na noite do dia 7 de fevereiro ao som de duas bandas de música e inúmeros foguetes e foi recebida por “altas autoridades locais, distintas famílias, representantes da imprensa e grande massa popular” (INAUGURAÇÃO..., 1922, [s/p]). Além de Samuel Libânio, compuseram a comitiva Belisário Pena, chefe da Profilaxia Rural; dr. Borges da Costa, diretor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (FMBH); dr. Adelmo Lodi, professor da FMBH; os chefes dos postos de profilaxia de Cataguases (dr. Oscar Negrão), de Muriaé (dr. Olympio Lyrio), de Mar de Espanha (dr. Corinto Silva), de Leopoldina (dr. Elpenor de Oliveira) e de Ubá (dr. Vinelli de Moraes); dr. Antenor Moreira, médico do saneamento rural em Belo Horizonte; dr. Alves Barata, clínico em Herval; dr. José de Mello Machado e os acadêmicos Arthur Bernardes Filho e João Ferreira da Silva Filho. O jornal anunciou a obra como resultado da “patriótica campanha” encetada pelo poder público em favor do saneamento rural, que realizava uma “grandiosa cruzada saneadora dos nossos campos”. O hospital era inaugurado em uma zona “onde abundam terríveis e mortíferas endemias, que atrofiam os mais robustos organismos, reduzindo-lhes a energia, a inteligência e o sadio espírito de empreendimento, e ceifam anualmente centenas de vidas preciosas”. Assim, o Hospital Regional foi anunciado em favor da “reconstituição física e moral dos trabalhadores rurais” da região, e sua inauguração foi assinalada como um “dia para sempre memorável nos fastos da vida viçosense, ao ver mais uma vez cristalizado em evidente realidade, [...], um dos maiores surtos da obra santa de ressurreição da nossa raça, um dos maiores feitos de benemerência e patriotismo realizados pela fecunda e incomparável administração do seu ilustre e querido conterrâneo, dr. Arthur Bernardes” (INAUGURAÇÃO..., 1922, [s/p]).

autoridades de Saúde Pública do estado. Além disso, ela demarca o investimento dos interesses do higienista pela consolidação de seu projeto de sanitização dos sertões⁴⁸, pois, além de ser o estado mais populoso e marcado pelas endemias rurais, “Minas era ao mesmo tempo lócus de antigas tradições e de correntes de pensamento renovador” (CASTRO-SANTOS; FIGUEIREDO, 2012, p. 852).

Figura 4 – Inauguração do Hospital Regional de Viçosa, em 1922. Samuel Libânio (terceiro sentado da esquerda para direita) e Belisário Pena (quarto sentado da esquerda para direita) são posicionados no centro da fotografia para registrar a inauguração do hospital regional na cidade de Viçosa, na Zona da Mata Mineira. Estão acompanhados de outros médicos.



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Assim sendo, Minas Gerais foi favorecida pela mobilização do saneamento dos sertões no cenário nacional e utilizou recursos da União para expandir as ações higiênicas pelo seu extenso território. Em 1932, a estrutura sanitária do estado contava com um centro de saúde na capital, oito centros no interior, 14 postos de higiene, dez subpostos, um dispensário antivenéreo anexo ao centro de saúde da capital, um instituto Pasteur em

⁴⁸ O jornal *Cidade de Viçosa* fez uma explanação sucinta da fala de Belisário Pena na inauguração, e nela consta que o higienista “expoz, com sua palavra attrahente e auctorizada, os humanitarios fins a que se destinava o novo Hospital e os grandes proventos futuros decorrentes da valorosa campanha do saneamento rural” (INAUGURAÇÃO..., 1922, [s/p]). Em proveito da viagem de inauguração do hospital, Belisário Penna também proferiu uma “conferencia scientifica” no Cine-Theatro Paladinos, em Viçosa, sobre a cruzada do saneamento do Brasil. Conforme o jornal, ela foi proferida para numerosas pessoas, que o saudaram no fim com “vibrantes e estrondosos applausos” (INAUGURAÇÃO..., 1922, [s/p]).

Juiz de Fora, um serviço antirrábico na capital, um laboratório bromatológico e de pesquisas clínicas, quatro hospitais regionais, serviço de malária e um Centro de Estudos e Profilaxia da Lepra, com um dispensário central, o Hospital de Lázarus de Sabará e Colônia Santa Isabel (RELATÓRIO DA DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA, 1932, *apud*. ABREU, 2010).

2.2.1. Investimentos em práticas educativas para a recuperação dos rurais

A modelação dos serviços de saneamento em Minas Gerais a partir dos serviços de Samuel Libâneo à frente da Diretoria de Higiene buscou alcançar os espaços rurais na tentativa de promover o crescimento econômico mineiro. No entanto, em função da grande extensão territorial que impossibilitava uma presença forte do estado, fazia-se necessária a construção de uma “obra de defesa da saúde das populações ruraes”, possibilitando-os conhecimentos úteis ao combate das doenças, que “roubavam às lides sadias e nobilitantes da lavoura tantas energias úteis” (BERNARDES, 1920, p. 53).

A presença da Fundação Rockefeller no estado de Minas possibilitava a construção de uma obra sanitária inspirada nas ações higiênicas ocorridas no Sul dos EUA. Hochman (2012) aponta que, similar às representações dos caipiras do Sul dos EUA, nos sertões brasileiros, o estado de doença dos sujeitos aparecia como explicação para seu estado de indolência e improdutividade no trabalho agrícola, exigindo a aplicação de intervenções médico-educativas para a promoção do desenvolvimento nacional.

Por meio das parcerias entre o Governo de Minas Gerais e a fundação estadunidense, foram organizados os primeiros serviços de profilaxia rural de forma descentralizada, inspirados nas ações de combate da ancilostomíase no Sul dos EUA. O modelo trazido e orientado pela Fundação Rockefeller baseava-se na criação dos centros de saúde permanentes espalhados pelo território, que funcionavam como um eixo de difusão dos preceitos de higiene e educação dos hábitos. Sua finalidade estaria em suprimir a doença, que caracterizava o estado de atraso e ignorância do povo, e promover o crescimento econômico pela agricultura e pecuária (MARQUES, 2004).

A ênfase no caráter educativo cumpriria não apenas a necessidade do Estado, como também estaria em consonância com os pressupostos higienistas no Brasil, ao passo que almejava promover a internalização de hábitos higiênicos no cuidado corporal e das residências. Para isso, as ações educativas nos postos de profilaxia rural eram veiculadas

com estratégias didáticas objetivando o convencimento da população, como sugere Bernardes (1920, p. 54):

Em linguagem simples, acessível ás populações ruraes, fazem os medicos repetidas conferencias, distribuem folhetos e ministram conselhos, servindo-se com grande exito de lanternas de projecção luminosa para illustrar suas palestras, mostrando em quadros pittorescos e suggestivos os meios que devem ser empregados para curar e evitar a infestação pelas verminoses.

Apesar da expressão otimista do presidente do estado ao relatar as ações educativas realizadas, Carvalho (2016) demonstra que por vezes faltavam equipamentos e materiais. Os médicos precisavam improvisar novos recursos para que se pudesse cumprir a instrução como era previsto no regulamento sanitário. Assim, mesmo na falta de recursos, a parte que cabia à educação deveria ser planejada em consonância com as ideias de Belisário Pena e investida pelos médicos e enfermeiras durante as intervenções na população (CARVALHO, 2016).

Além da Fundação Rockefeller, outros atores estadunidenses participaram do intercâmbio de práticas cultivadas dos EUA, aproximando os pressupostos higiênicos de caráter educativo ao campo agrícola mineiro. Entre eles aparece Peter Henry Rolfs, que inicialmente foi trazido para criar e dirigir uma Escola Superior de Agricultura, tendo sido posteriormente contratado como consultor técnico de agricultura do estado de Minas Gerais⁴⁹ no ano de 1929. A função de orientação técnica atribuída a seu cargo permitiu que esse sujeito veiculasse um conjunto de saberes e práticas entre as elites políticas da época, além de facilitar o diálogo entre a Escola criada e o Governo do Estado.

Para o agrônomo estadunidense, as experiências tidas no Sul dos EUA deveriam servir como inspiração para o desenvolvimento agrícola do estado brasileiro, tendo em vista as semelhanças históricas e sociais contidas entre as duas regiões. Como forma de estimular os governantes mineiros, ele expunha os meios utilizados para o crescimento econômico do estado da Flórida, que tinha uma população rural com condições similares às dos mineiros. Entretanto, era necessário que fossem rejeitadas as teses de inferioridade dos brasileiros para então promover o estímulo à saúde e a educação do povo rural.

Para o estadunidense, a grande causa do atraso do povo estaria na forma de governo hostil implantada pelos colonizadores europeus e perpetuada até os governos

recentes. Essa forma de governo, para Rolfs (1930), fundou-se na exploração dos recursos minerais do estado seguida do abandono do povo à miséria e à falta de educação. O mesmo se reproduziria nos últimos investimentos de modernização urbana em Minas, que eram custeados em função do trabalho e da produção de riquezas do campo.

Assim, P. H. Rolfs investia numa retórica similar àquela feita por Alberto Torres, que dispensava o determinismo racial para afirmar, na origem da organização política, a causa da miséria do povo rural. No entanto, o estadunidense se distanciava do “Estado demiurgo”⁵⁰ de Torres ao incentivar que os governantes promovessem a independência do povo do estado e o autogoverno. Ele acreditava que tal postura era necessária pois o povo analfabeto, que era de “natureza recessiva” e predominante em Minas, deveria ser estimulado a empreender por si mesmo. Caso contrário, os sujeitos teriam suas forças individuais limitadas e se tornariam parasitas do Estado.

Os gestores mineiros eram instruídos a se orientar pelo modelo de governo norte-americano, o qual se fundamentava na veiculação de ensinamentos de responsabilidade individual junto aos trabalhos de saúde e instrução. Todavia, acreditava-se que a adesão às práticas higiênicas não se daria de forma espontânea pelo povo. Conforme Rolfs afirma:

Os medicos da Saúde Publica, enviados ao interior, pelo Governo Federal, frequentemente lamentam a enorme perda de tempo, especialmente na classe operaria, por doenças ou mortes devidas ás molestias de facil prevenção ou cura. Dizem que no Estado de Minas, entre o povo, a instrucção relativa á saude publica faz progresso tão vagaroso que quase não pode ser percebido. Encontram toda a especie de opposição local e de obstáculos, em vez de apoio e auxilio. O povo sabe muito pouco ou nada dos principios mais elementares de hygiene e lhes é impossivel comprehender sua importancia.

[...] O sofrimento que se podia evitar facilmente, bem como a grande perda em eficiencia causada por este modo de proceder [cuidar da doença somente no estado grave], é quasi incomprehensivel. A agricultura somente está sujeito a perdas incauculaveis por esta causa. (ROLFS, 1930, p. 12).

A doença aparece como fator de perda econômica na agricultura, pois tornaria os sujeitos e seus familiares improdutivos. Seria necessário, dessa forma, investir no cuidado

⁵⁰ O Estado demiurgo, proposto por Alberto Torres, tomava a ideia de um Estado soberano em sua autoridade política, vetor da vontade geral, que seria criador e construtor da nação. Por meio de uma ação fortalecida e racionalizada, o Estado demiurgo “propiciaria a existência efetiva da sociedade que, por sua vez, produziria indivíduos habilitados ao convívio e à participação, dando — em última instância — forma à comunidade nacional, ao povo” (BARIANI, 2007, p. 166).

individual por meio de ensinamentos higiênicos. Mesmo persistindo na dificuldade em compreender a não adesão dos rurais a práticas da medicina moderna, P. H. Rolfs sugere que seja realizada uma instrução generalizada por meio de impressos.

Conforme ele orienta, essa prática seria realizada pela produção de folhetos de instrução higiênica, contendo regras elementares, linguagem simples, informações suscintas e gravuras, que poderiam ser aproveitadas por todos, mesmo os analfabetos. Esses folhetos deveriam educar, instruir acerca do saneamento geral dos espaços rurais e visar à higiene preventiva, abarcando assuntos como as verminoses e suas formas de prevenção e tratamento, além das doenças veterinárias — especialmente a batedeira de porcos — e o saneamento de pocilgas (ROLFS, 1930).

Essa instrução seria mais prática e econômica, pois poderia alcançar uma maior parcela da população, com menores recursos, que nas atividades ambulantes. Conforme Rolfs (1931, p. 34) afirmou, mesmo “se todos os cientistas agrícolas actualmente no emprego do Estado se tornarem agricultores ambulantes, elles levariam mais do que cincoenta annos para poder realizar apenas uma visita a cada uma dessas empresas agrícolas” alcançadas pelos folhetos. Apesar do baixo investimento econômico exigido, por inúmeras vezes o agrônomo realiza críticas ao Governo de Minas pela parca eficiência do serviço de imprensa, que “inhibe a diffusão de conhecimentos agrícolas uteis entre o seu povo rural” (ROLFS, 1931, p. 14).

A difusão de folhetos tinha grande alcance, porém “as informações geralmente publicadas são quasi sempre mal entendidos pelos agricultores” (ROLFS, 1930, p. 65). Destarte, em paralelo à produção de folhetos, deveriam ser contratados agricultores ambulantes com experiência prática em todos os âmbitos da vida agrícola (lavoura mecânica, agronomia, horticultura e veterinária), para que pudessem intervir em práticas agrícolas nas lavouras e demonstrar o valor da higiene rural.

Além dos agricultores ambulantes encarregados de difundir saberes e práticas higiênicos, seria necessário estender essa rede de agentes a todos os outros funcionários do Estado, mesmo que eles não estivessem diretamente ligados aos serviços de saúde. Conforme Rolfs (1930) afirmou:

Todos os empregados da Secretaria devem receber mensalmente instruções sobre hygiene e saneamento rural. Devem ser onrosamente entusiasmados pela pratica e promulgação de hygiene rural, sempre que lhes for possivel. Todos os representantes da Secretaria que viajam devem ter sufficientes conhecimentos práticos de hygiene rural para poder ensinar os agricultores e trabalhadores que encontram. A

cooperação com as autoridades da saúde pública que provavelmente pode ser feita facilmente, aumentaria [sic] muito a eficiência do trabalho da Secretaria da Agricultura, e mais do que isso, duplicaria a eficiência dos trabalhos de saúde pública realizados nas zonas rurais. (ROLFS, 1930, p. 85).

A instrução higiênica dos funcionários é apontada como um caminho importante na promoção da higiene no interior do território do estado. No decorrer do trânsito dos sujeitos, eles poderiam disseminar saberes higiênicos aos agricultores e aos trabalhadores que encontrassem, contribuindo para as atividades de saúde pública e para o saneamento rural do estado.

Desse modo, o estadunidense Peter Henry Rolfs, gozando do cargo de consultor técnico, orienta a construção de uma agricultura moderna em Minas acompanhada da produção de uma consciência higiênica entre os rurais. Essa consciência deveria ser promovida pela instrução generalizada por meio de impressos e da contratação de sujeitos capacitados, e na formação de agentes difusores dos saberes higiênicos. As orientações de P. H. Rolfs se aproximavam da crença impressa na base do projeto higienista brasileiro e também compartilhada por Belisário Pena e seus seguidores. Nela, acreditava-se que, por meio da educação e da internalização dos hábitos, seria possível a formação de agentes que difundiriam os preceitos de higiene moderna (SANTOS, 2012; GONDRA, 2003).

Como se pode ver, a busca pelo crescimento econômico do estado deveria passar, indubitavelmente, pela reorganização do campo agrícola, sendo que o analfabetismo e as doenças são colocados como empecilhos para esse projeto. Entretanto, os dirigentes de Minas Gerais encontraram, nas experiências de modernização da agricultura dos EUA, uma inspiração para a regeneração dos espaços rurais e a promoção de um trabalho agrícola mais produtivo. Essa inspiração era favorecida pela presença de sujeitos daquele país que produziram um intercâmbio de saberes e práticas necessários à melhoria agrícola do estado.

O estadista Arthur Bernardes, em proveito da campanha nacional de saneamento dos sertões e dos auxílios financeiros da União, percebeu a conveniência de promover diversas políticas de saneamento dos espaços agrícolas durante seu governo em Minas Gerais (1918-1922). Não apenas sanear, mas também, como preconizava Alberto Torres, era necessário atacar o problema da economia nacional, que levaria ao estado de miséria e doença dos trabalhadores rurais. Era necessário produzir sua recuperação e o aumento da eficiência nas lavouras. Sendo assim, tornava-se oportuno “cuidar dos varios

assumptos que possam interessar á incrementação do trabalho e da producção”, sendo que “um delles se refere á fundação de uma escola de agronomia e medicina veterinária” (BERNARDES, 1920, p. 5).

Frente ao cenário daquela época, em que a nação norte-americana se destacava pelas suas reformas no espaço agrícola, Bernardes (1920, p. 6) indicava que “[...] tudo nos aconselha a criação de um estabelecimento de ensino agrícola, aperfeiçoado e moderno”, sendo que “o fomento á producção domina hoje todos os espiritos e deve constituir a politica, por excellencia, dos paizes novos”. Sua pretensão em promover uma mudança nos espaços rurais em consonância com as experiências modernizantes de grandes nações é explicita. Para Borges, Sabioni e Magalhães (2000), ao anunciar a criação da Escola Superior, o estadista mineiro já desejava romper com a tradição de ensino nos moldes europeus, buscando nos EUA a inspiração para o seu empreendimento.

Assim sendo, Bernardes (1920, p.6) solicita a autorização do congresso mineiro para fundar a Escola “em ponto grande, um instituto daquelle genero [agrícola, moderno e aperfeiçoado] e a contractar profissionaes estrangeiros, capazes de organizal-o e dirigil-o com proficiencia, dada a escassez de summidades em nosso paiz”. Posteriormente, esse pedido se concretiza na Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920, que autoriza a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, vindo a ser instalada na cidade de Viçosa, na Zona da Mata Mineira.

Portanto, o pedido de criação da ESAV surge junto a um bojo de ações sanitárias que vinham sendo direcionadas para os espaços rurais do estado, impondo-se como prática urgente o combate ao analfabetismo e às doenças. Ela é projetada como uma instituição que promoveria o progresso econômico do estado por meio da intervenção na agricultura e pecuária local, importando dos EUA as experiências tidas na capacitação dos homens e mulheres do campo para a expansão agrícola.

2.3. PROJETO FORMADOR ESAVIANO: CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO AGRÍCOLA MODERNO NA ZONA DA MATA MINEIRA

A concepção e construção da ESAV no interior do estado de Minas Gerais foi permeada pelos interesses de diferentes sujeitos que se envolveram na sua criação e, em comum, compartilhavam a urgência de introduzir novos saberes e práticas nos espaços rurais. Como visto anteriormente, o primeiro movimento para criação da Escola foi mobilizado pelo estadista Arthur Bernardes. Durante sua passagem pela presidência de

Minas, Bernardes buscou realizar reformas nos espaços rurais a fim de promover a recuperação dos braços nas lavouras e o crescimento econômico do estado.

Por meio da Lei nº 761, em 1920, o presidente demarcou seu interesse inicial com a Escola que previa como objetivo, no artigo 4º, “[...] ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 1920). A previsão de um ensino prático e teórico teria como finalidade aproximar a Escola das demandas presentes nos espaços agrícolas, contribuindo para a superação de técnicas de produção rudimentares entre os caboclos mineiros. Conforme expresso por Arthur Bernardes em um discurso como paraninfo dos formandos de 1952, a instituição demarcaria a transposição de um primitivismo agrícola para a introdução de novos processos no trabalho com a terra e no cuidado das plantas, das árvores e dos animais (BERNARDES, 1952 *apud.* BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000). Crítica similar ao rudimentarismo técnico era compartilhada por atores higienistas como Belisário Pena, Arthur Neiva e Monteiro Lobato.

Para concretizar as intenções do presidente do estado, foi solicitado ao governo norte-americano a indicação de um especialista capaz de fundar, organizar e dirigir um estabelecimento de Ensino Agrícola Moderno, fato que culminou na contratação de Peter Henry Rolfs. Conforme explica Rolfs (1938), antes de ser escolhido para tal empreitada, foram convidados, sem sucesso, o professor Dean Eugene Davenport, que estava lecionando no Instituto de Agricultura do Estado de São Paulo, e o geneticista animal dr. Rommel.

De acordo com Borges, Sabioni e Magalhães (2000), antes de vir para o Brasil, desde 1891, P. H. Rolfs já atuava de forma exitosa com atividades científicas em diferentes *colleges* estadunidenses, obtendo experiência em botânica, bacteriologia, micologia e fitopatologia, além de atividades com plantas subtropicais. Devido a essa marca científica na sua constituição profissional, próximo às Ciências Naturais, P. H. Rolfs demonstrava apreço pelo higienista Oswaldo Cruz, que, por vezes, era destacado em seus registros como um notável cientista brasileiro. Da mesma forma, ele acreditava que a ciência aplicada à saúde e à agricultura seria igualmente a chave para prosperidade nacional (ROFS, [s/d]).

Vale lembrar que, em finais do século XIX, os higienistas promoviam achados importantes nas Ciências Naturais e, em especial, no que se sabia sobre os pequenos organismos e o contágio de doenças. Advindas especialmente da Europa e dos EUA, as

novas descobertas eram veiculadas no Brasil e incorporadas pelos higienistas de forma conveniente aos debates locais. Naqueles grandes países, destacavam-se os achados feitos pela microbiologia, mais especificamente na bacteriologia, que inauguravam uma nova concepção de cuidados do corpo e das condições de vida da população (GOIS JUNIOR, 2003; VIGARELLO, 1996).

Assim sendo, o trânsito de sujeitos contribuiu para que os conhecimentos científicos circulassem naquela época, fato que é percebido com a chegada de P. H. Rolfs ao Brasil. Em fevereiro de 1921, ele chega com sua família a Belo Horizonte para assinar o contrato com o Estado e iniciar os trabalhos. Durante sua vinda, goza do título de prestigiado cientista do país norte-americano, credencial com a qual o estadunidense foi apresentado a Arthur Bernardes pelo embaixador dos EUA no Brasil. O contrato assinado por P. H. Rolfs incumbia-o da função de integrar a comissão para escolha do local de fundação da Escola, juntamente com os Drs. Álvaro da Silveira, Arduíno Bolívar e Mário Monteiro Machado, e de apresentar ao Governo os planos das construções e os programas gerais de ensino, além de se tornar o primeiro diretor do estabelecimento (GOMIDE, 1996).

Em 25 de fevereiro daquele mesmo ano, a comissão incumbida de fazer a escolha do local de construção partiu em direção à região da Zona da Mata Mineira para visitar pontos nas cidades de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova. Essa região foi delimitada pelo Governo do Estado em função da maior concentração de população agrícola com relação às demais, sendo também uma região de grande importância econômica para a oligarquia mineira.

Durante a viagem, que se estendeu até o dia 8 de março, P. H. Rolfs observou as condições climáticas e do solo, assim como os terrenos possíveis para a construção da futura Escola, e elencou os fatores que deveriam nortear a escolha do local. Entre os pontos sinalizados, estariam: a salubridade, terras convenientes, localização, publicidade, sentimento geral de comunidade, distância do centro de população, colheitas e água. Na ausência deles, seria quase impossível, senão impossível, o estabelecimento de uma escola agrícola (ROLFS, 1921b).

Dando destaque para as condições sanitárias e de higiene a serem consideradas na escolha, o estadunidense preconizava que a salubridade “é de primeira importância em um algum empreendimento” (ROLFS, 1921a, p. 1, tradução nossa). O local de fundação, a depender das condições salubres, poderia produzir doenças frequentes entre os alunos e atrapalhar os esforços de instrução. Assim, era necessário observar não só a salubridade

do local, como também a disponibilidade de “água clara, pura e livre de organismos impuros” para suprir as necessidades de higiene e cuidado dos alunos, professores e funcionários da instituição (ROLFS, 1921a, p. 1, tradução nossa).

Tal como elencado, buscou-se observar as condições favoráveis e desfavoráveis em cada ponto. Entre os locais visitados, P. H. Rolfs observou que Viçosa possuía terrenos propícios para a construção da futura Escola e “um ar geral de limpeza e prosperidade” (ROLFS, 1921a, p. 11, tradução nossa). O estadunidense visitou duas instituições de ensino e um hospital de isolamento da cidade, certificando a boa localização, o serviço e a construção desses estabelecimentos. Apesar de situada no interior, a cidade se distinguiu das demais por possuir uma certa organização em conformidade com as representações civilizatórias e modernas, além da presença de colonos e de algumas ferramentas de produção agrícola, que são ressaltados⁵¹.

⁵¹ Entre as décadas de 1910 e 1920, o município de Viçosa vinha recebendo investimentos higiênicos e sanitários, como podemos perceber no jornal *Cidade de Viçosa*, de circulação local. Houve, em 1922, além da inauguração do Hospital Regional na cidade, outros investimentos privados que contribuíram para a circulação da higiene na cidade. Houve a transferência de uma fábrica de remédios de impaludismo (NOVO..., 1922), e foi projetada, no distrito de Araçonga, a construção de um sanatório. Esse projeto estava sendo empreendido pelo médico dr. Jarbas de Carvalho, que realizou uma viagem pelos sanatórios de países da Europa para inspirar a construção em Viçosa (SANATÓRIO..., 1922). Junto aos investimentos privados, houve iniciativas do poder público municipal para a ampliação do fornecimento de água no município. Conforme informa o jornal, no mês de janeiro, o presidente da Câmara obteve 46 contos de canos de ferro galvanizado para serem empregados na rede de abastecimento de água para vários distritos (GRATA..., 1922). Observando a relação de lançamento dos impostos do município, destacamos que a distribuição de água e esgoto na cidade já estava em curso, mais adiantada que nos distritos. No lançamento de contribuições de 1922, na cidade, o número de contribuintes para “água” e “esgoto” sobressaía em relação aos demais serviços, juntamente com o “predial”. Oito anos antes, quase a totalidade das contribuições se centrava em “predial”, “carro” e “engenho”. Quando considerado o imposto nos distritos de Coimbra, Teixeira, São Miguel e Herval, em 1922, quase a totalidade estava concentrada em “carro”, “engenho” e “moinho” (LANÇAMENTO..., 1914a; 1914b; 1922a; 1922b; 1922c; 1922d; 1922e; 1922f; 1922g). Além disso, no ano de 1923, a cidade recebeu novos investimentos do poder público federal com a criação do Posto de Prophylaxia das Molestias Venereas, anexo ao Hospital Regional (MAIS UMA..., 1923).

Figura 5 – Hotel no centro da cidade de Viçosa-MG, em 1921. O registro, feito por P. H. Rolfs, ressalta um hotel no centro da cidade (à direita) e a estrutura moderna dele e das outras construções que compõem a imagem. Ao fundo, a igreja da matriz Santa Rita de Cássia.



Fonte: University of Florida Digital Collections.

Figura 6 – Casa de belgas na região de Viçosa, em 1921. O registro, feito por P. H. Rolfs, destaca uma família de lavradores belgas em torno de sua casa simples, estando dispostas ferramentas de produção agrícola em um segundo plano (uma ao lado esquerdo da casa e outra ao lado direito da família).



Fonte: University of Florida Digital Collections.

A adoção de pressupostos científicos para uma escolha técnica, respaldada pelos conhecimentos de uma ciência moderna, é anunciada pelo estadunidense como o critério

adotado para sua escolha. Eles deveriam guiar a construção de um estabelecimento desde a escolha do local para fundação. Doze anos depois, no ano de 1933, em troca de correspondências com o secretário de Agricultura do estado do Espírito Santo no cargo de consultor técnico agrícola do estado de Minas, o estadunidense permanece instruindo a adoção dos pressupostos higiênicos para fundação de estabelecimentos de ensino agrícola. Conforme ele alertava, “si os alumnos, durante os primeiros cinco a dez anos, tiveram a infelicidade de contrair molestias, taes como febre maleita, anklostomia, ou febre amarella, esta má fama durará no estabelecimento durante dezenas de anos” (ROLFS, 1933, p. 2).

A orientação de P. H. Rolfs para compra de uma grande extensão de terra afastada da cidade tinha como intuito constituir um estabelecimento com características rurais. Essa composição permitiria ao estabelecimento propiciar aos alunos a experiência de uma “verdadeira vida agrícola”, além de servir como exemplo aos fazendeiros de como administrar suas fazendas. Deveriam ser feitos, portanto, investimentos técnico-científicos para promover uma limpeza do espaço e assentar as bases da instituição.

A inspiração proposta para a modelação da instituição esteve nos *Land Grant Colleges* estadunidenses e foi trazida por P. H. Rolfs com base em suas experiências com o Ensino Agrícola. Conforme Ribeiro (2016), os *Land Grant Colleges* constituíam um modelo de ensino moderno em afirmação nos EUA, que estava voltado para o ensino da Agricultura e Veterinária. Sua estruturação fazia parte de um anseio pela democratização da educação superior norte-americana e contribuía para um assentamento segmentado dos diferentes grupos sociais. As atividades promovidas nesses estabelecimentos eram de cunho prático, voltadas para a pesquisa aplicada, a difusão de conhecimentos especializados para as comunidades agrícolas locais e a criação de campos experimentais. Assim, a função dos *Land Grant Colleges* se sustentava na tríade de ensino, pesquisa e extensão rural (RIBEIRO, 2006).

A partir de suas experiências no estado da Flórida, P. H. Rolfs considerou que essa organização seria a mais adequada para atender ao melhoramento dos sujeitos rurais em Minas. Entretanto, como afirmava, “si um magico pudesse transportar hoje para Viçosa a magnifica Escola Superior de Agricultura do Estado de Iowa (que ministra anualmente instrução de mais de 6.000 pessoas), seria um fracasso formidável” (ROLFS, 1931, p. 73). Ele defendia que os *Land Grant Colleges* deveriam servir apenas de inspiração para a Escola Superior em Minas, a qual aproveitaria dos êxitos e dos fracassos nas experiências estadunidenses, adaptando-se às condições sociológicas no estado.

Dessa feita, o plano e as plantas da ESAV foram sendo orientados “segundo tanto quanto possível” o modelo de inspiração, de forma a atender ao máximo às necessidades do estado. Antes de construir o plano para a Escola, P. H. Rolfs realizou reuniões frequentes com Arthur Bernardes para que pudesse compreender claramente seus interesses e traçar os primeiros contornos da ESAV. Por meio desses contatos, o estadunidense propôs, no plano inicial, a criação de pelo menos 12 departamentos, sendo eles: 1) Medicina e Ciência Veterinária; 2) Criação Animal; 3) Agronomia; 4) Horticultura; 5) Doenças de plantas e insetos; 6) Solos; 7) Mecânica de fazenda (Engenharia Rural); 8) Química Agrícola; 9) Floricultura; 10) Matemática; 11) Língua Portuguesa; e 12) História do Brasil. Esses departamentos deveriam ser articulados de forma a dar uma base geral aos alunos, em conformidade com as necessidades do estado. Em destaque, o departamento de História do Brasil seria responsável por inculcar o patriotismo nos alunos, enquanto os estudos de Língua Portuguesa facilitariam a disseminação dos conhecimentos veiculados pela instituição (ROLFS, 1923).

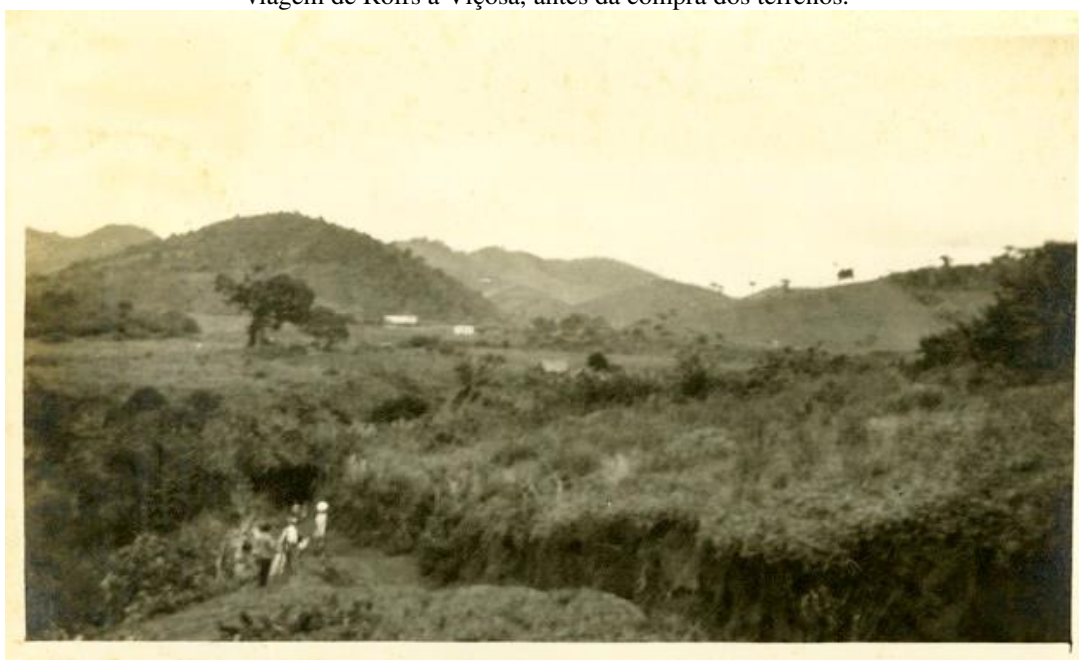
Em seguida, buscou-se alinhar a organização dos *Land Grant Colleges* com o sistema educacional em Minas e o nível de desenvolvimento de sua população. Como o estadunidense observa, as condições educacionais de Minas Gerais demandariam da Escola Superior cursos mais gerais e currículo elementar — Cursos Elementar e Médio —, introduzindo os conhecimentos científicos na agricultura já praticada. Apenas para alguns, em menor número, seria demandada a organização do curso de quatro anos de trabalho diligente — Curso Superior. Assim, similar à experiência ocorrida em Nova York, no estado de Minas, “a Escola Agrícola deve começar embaixo e progredir; e não partir de cima e cair” (ROLFS, 1923, p. 6, tradução nossa).

A oferta dos Cursos Elementar, Médio e Superior seria estruturada de forma a fornecer um ensino prático e a abarcar toda a vida agrícola do estado, dos pequenos trabalhadores até os líderes do empreendimento rural. Isso permitiria uma melhor oportunidade de vida mesmo àqueles jovens que não puderam concluir os estudos. Também, além de ensinar aos alunos, a Escola deveria atender as comunidades rurais e os fazendeiros, fornecendo conhecimentos úteis a todos aqueles que a procurassem, bem como dirigindo as experiências agrícolas no estado e distribuindo novas plantas aos fazendeiros (ROLFS, 1923).

Por fim, feita a escolha do terreno, as plantas de construção e o plano inicial foram apresentados a Arthur Bernardes e oficializados por meio do Decreto nº 5.806, de 30 de dezembro de 1921. A partir daí, foram iniciadas as ações para desapropriação — que se

converteu posteriormente em compra — dos terrenos para a construção da Escola. A grande extensão de terras compradas correspondia ao total de 453 hectares e, nas palavras de Rolfs (1926, p. 14), sua compra chegou a ser desaconselhada em particular por “alguns homens bem intencionados” da cidade, alertando que os terrenos “só prestavam para crescimento de saúvas e aroeira”. Posteriormente à compra, Rolfs (1926, p.14) confirmou ao secretário de Agricultura do estado a precariedade do solo, afirmando: “Quanto às saúvas, ficou claro que o terreno prestava-se admiravelmente para a sua produção” (ROLFS, 1927b, p. 14).

Figura 7 – Terreno adquirido para construção da ESAV, em 1921. Registro feito durante a segunda viagem de Rolfs a Viçosa, antes da compra dos terrenos.



Fonte: University of Florida Digital Collections.

Em 1922, o presidente do estado Arthur Bernardes baixou o Decreto nº 6.053, de 30 de março, que permitiu a criação da ESAV. Pouco mais de dois meses depois, em 10 de junho, foi lançada a pedra fundamental do edifício central, constituindo-se um marco na fundação da Escola. Durante as atividades, destacou-se o engenheiro João Carlos Belo Lisboa, que foi contratado pelo Governo do Estado em agosto do ano corrido para ser auxiliar nas obras e, em 16 de dezembro, veio a se tornar o engenheiro-chefe.

De acordo com Borges, Sabioni e Magalhães (2000), antes de ser contratado pelo Estado, Belo Lisboa vinha atuando de forma prestigiosa com reformas urbanas na cidade de Ponte Nova, promovendo o calçamento da cidade e solucionando os problemas de abastecimento de luz elétrica e água. A primeiro momento, o engenheiro havia dispensado

o convite feito pelo Governo do Estado, pois acreditava que as intenções que levaram à escolha de Viçosa eram políticas. Foi só no quarto convite que ele foi convencido da escolha técnica e aceitou. Destarte, em seu relatório de construção, confirmou que o local da construção era beneficiado não apenas pelas suas condições locais, mas também pela localização no centro da Zona da Mata, que propiciaria a circulação dos conhecimentos produzidos pela Escola.

Os trabalhos de construção se iniciaram no mesmo ano em que foi lançada a pedra fundamental do edifício central, e foram transpassadas inúmeras barreiras. Além daquelas de natureza política, como a demora da liberação de verbas, houve dificuldade em obter materiais básicos. Em função disso, empreendeu-se na obtenção de pedras com a construção de uma pedreira no terreno e a própria produção de tábuas e tijolos. Em decorrência dos dispendiosos trabalhos investidos, e frente ao estado higiênico e educacional dos operários, Belo Lisboa instaurou, logo na sua chegada, um regime disciplinar⁵² entre os empregados e uma obra saúde e educação⁵³ muito repercutida.

Os empreendimentos realizados por Belo Lisboa nas obras se tornam imprescindíveis para a materialização de uma tarefa higienizante na instituição, em conformidade com os objetivos almejados por Arthur Bernardes e P. H. Rolfs. Além disso, sob a direção do engenheiro, foi realizada na Escola a construção de uma estrutura sanitária significativa para os padrões da época e que contribuiria para a constituição de uma ambiência higiênica entre a comunidade esaviana.

A começar pelas instalações no terreno para aproveitamento dos recursos presentes, foram construídos sete bueiros para escoamento e passagem de água, o que permitiria racionar o curso do ribeirão e dos córregos que passavam pelo terreno ou próximos dele. As obras dos bueiros estariam interligadas ao sistema para captação de água potável, que realizava “reaes vantagens, principalmente na parte referente à hygiene” (LISBOA, 1929, p. 68).

Para a referida captação, foram criadas três barragens para formação de represas, com uma principal e outras duas que serviram ao abastecimento da primeira, sendo ligadas por meio de um tanque de decantação. As represas que reservavam água potável

⁵² O regime disciplinar entre os operários da construção da ESAV se deu pela instauração de normas na forma de Ordem de Serviço, implementadas por Belo Lisboa para a regulação de condutas e comportamentos durante as obras. Esse ponto será explorado no próximo capítulo.

⁵³ A obra de saúde e educação foi realizada por meio da criação de uma Caixa Beneficente para arcar com os gastos de saúde e educação dos operários e seus familiares. Ela foi custeada pelo recolhimento de contribuições de todos os operários. Esse ponto será explorado no próximo capítulo.

para consumo e uso da Escola abasteciam os edifícios por meio de uma rede de distribuição correspondente a 4.856 metros. A importância desse serviço de abastecimento, que era enfatizado por P. H. Rolfs desde sua chegada ao Brasil e que garantiria a eficiência e o êxito do estabelecimento, refletiu no gasto dispendido com essas instalações. Conforme consta no Relatório de Construção de Belo Lisboa, com o fim das obras em 1929, os gastos com as instalações de água potável representaram aproximadamente 43% (133:485\$214 – cento e trinta e três contos, quatrocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quatorze réis) da importância total das instalações diversas, sendo a maior delas. Além disso, abriu-se uma estrada de ligação à represa (aparentemente a principal) que beneficiaria o serviço de água potável e as futuras aulas de princípio de abastecimento de água para fazendas.

Como forma de embelezar a Escola, foi feita a arborização da avenida principal e de algumas estradas com coqueiros (*Cocus plumosa*) e pinho-do-Paraná (*Araucaria brasiliensis*), o que serviu para atrair atenções para a instituição e “também para constante inspiração aos alunos” (ROLFS, 1927a, p. 30). Também foi feita a ornamentação dos espaços, o que, com o início das aulas, teve boa recepção dos alunos. Como atestou Rolfs (1927, p. 30), eles “têm mostrado apreciação pelas plantas ornamentaes, não quebrando ou maltratando”.

Em paralelo à construção de instalações para o aproveitamento de recursos e embelezamento do espaço, foi promovida a limpeza do terreno por meio do combate de saúvas. Conforme constata Rolfs (1927a), a região de Viçosa era tão infestada por “essa praga” que, sem o seu combate extensivo, a agricultura não seria tão econômica⁵⁴. À época, o inseto era alvo de críticas do escritor Monteiro Lobato, e sua proliferação se caracterizava como uma representação de atraso sanitário nos espaços interioranos (LIMA; HOCHMAN, 2000). Assim, para constituir as bases da Escola em um solo limpo e produtivo, fez-se necessário investir em práticas de combate às saúvas.

Os trabalhos de combate ao inseto começaram a ser empreendidos em 1922, com a criação do “serviço de extinção de formigas”, sendo que logo nesse ano foram combatidos mais de 2 mil formigueiros no trajeto da avenida principal (ESAV, 1939). As

⁵⁴ A constatação feita por P. H. Rolfs ao iniciar as construções, da infestação de saúvas em Viçosa que produzia uma precariedade do solo, entra em confronto com sua afirmação anterior de uma escolha técnica da cidade para lugar de construção. Devido à limitação das fontes, não foi possível desvelar os interesses que revestiram a escolha. Entretanto, esse indício nos reforça a suspeita de que os critérios técnicos não foram os únicos que concorreram para a construção da Escola na cidade natal do Presidente do Estado – Arthur Bernardes –, que, em tempos da política de “café com leite”, veio a concorrer e ser eleito para a presidência da República. Suposição similar a esta também é indicada por Azevedo (2005).

tarefas eram feitas de forma contínua e, no decorrer de cinco anos, haviam sido gastos mais de 200 quilos de produtos de combate às saúvas — “arsenico e sulphureto em pó” (ROLFS, 1927b). Com o início das aulas, os trabalhos de combate às saúvas contaram com a participação dos alunos que, como parte prática da disciplina Entomologia Econômica, combatiam os ninhos no terreno da Escola sob a supervisão do professor Diogo Alves de Mello. Por meio da disciplina, os alunos realizavam o estudo biológico da saúva e as formas econômicas de combate ao inseto (ROLFS, 1927a; LISBOA, 1935).

A partir de 1929, o “serviço de extinção de formigas” foi ampliado às fazendas próximas à Escola, tornando possível a limpeza do solo e a instrução sobre o combate como parte dos serviços de extensão. Assim, em 1935, os terrenos da Escola e seus arredores eram considerados expurgados e estavam apenas sob vigilância, continuando intensos os trabalhos na instrução dos alunos e no auxílio aos fazendeiros do estado (LISBOA, 1935).

No que diz respeito à construção de dependências, foi edificado um total de 20 abrigos que serviriam às atividades da Escola. Durante sua construção, atentou-se para as instalações sanitárias necessárias conforme a conveniência de cada abrigo. Eles eram servidos por estruturas para passagem de corrente de ar e luz, lavabos e banheiros acompanhados pela rede de esgoto. Além dos abrigos, foi construído um banheiro carrapaticida para atender à higienização dos animais grandes, com instalação de água e esgoto.

A fim de abrigar alguns professores e funcionários na Escola, foi construído um total de 20 residências. Metade das casas, que era destinada aos professores, precisou ter a planta toda dispensada e reconstruída por Belo Lisboa. Elas ganharam uma estrutura sofisticada e, nas instalações sanitárias, receberam um banheiro interno, chuveiro e instalação de esgoto, sendo também acrescentado um lavatório em cada quarto. Já a outra metade era destinada aos funcionários e contou com instalações mais simples (Figura 8).

Figura 8 – Três residências de funcionários que foram construídas para receber operários da Escola (1931). Chamamos a atenção para a inexistência de barraco externo para fossa, pois o banheiro era interno à residência.

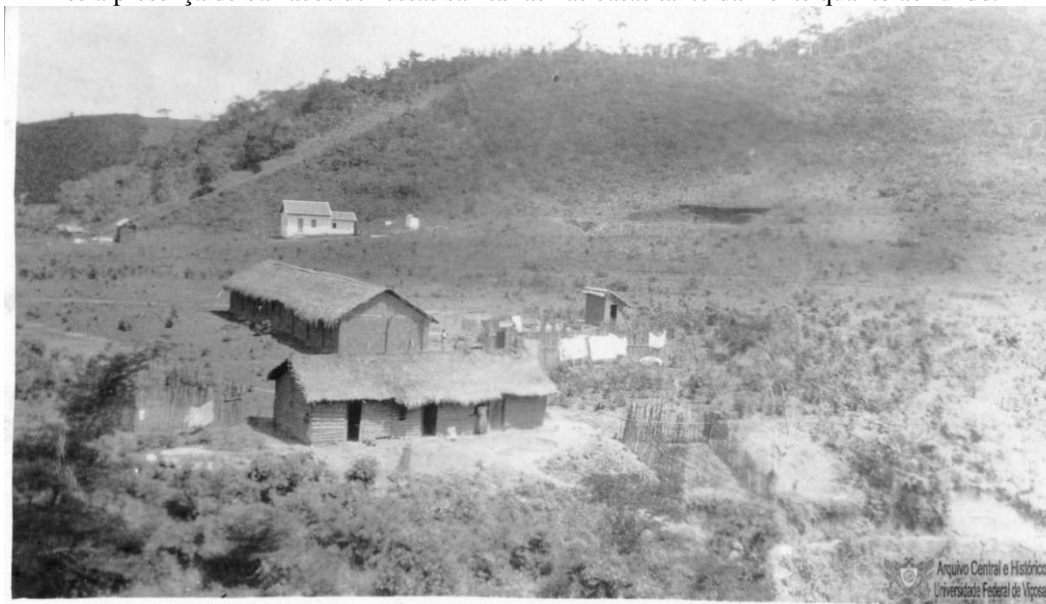


Fonte: Lócus UFV.

Em 1926, o engenheiro alertava que, durante a construção da casa dos funcionários, “não tem sido possível ainda conseguir qualquer conveniências sanitarias” e temia as consequências que poderiam decorrer da falta de estrutura sanitária, pois “o terreno em que se acham as casas ficará completamente impregnado com os ovos de *anklystonia*⁵⁵ [sic], tornando o local muito insaudável” (LISBOA, 1926, p. 6). Belo Lisboa demonstrava ter conhecimento da causa da doença e, na sua atuação como engenheiro-chefe, estava comprometido com a tarefa de prevenir a proliferação da doença, condenada pelos higienistas nos sertões. Com isso, foi possível que, ao fim das construções, as casas dos funcionários fossem contempladas com um banheiro interno, um chuveiro e instalação de esgoto (LISBOA, 1929). As novas residências contrastavam com as habitações onde alguns dos operários residiam e que eram de taipa (Figura 9), propiciando a alguns deles condições salubres para moradias.

⁵⁵ Certamente, os ovos a que se refere Belo Lisboa são o do verme da ancilostomíase, que tinha centralidade na preocupação dos higienistas. Esse erro na grafia pode ser um indício do pouco hábito de mencionar a doença por meio da escrita, embora o engenheiro tivesse conhecimento de suas causas.

Figura 9 – Habitação dos operários da construção da Escola feita de taipa e pau-a-pique (1922). Percebe-se a presença de barracos de fossas sanitárias nas casas tanto da frente quanto ao fundo.



Fonte: Locus UFV.

Ainda quanto às residências, foram construídas outras duas destinadas ao diretor e ao vice-diretor. Elas tinham uma arquitetura superior às demais, e certamente sua organização sanitária assemelhava-se à das residências dos professores.

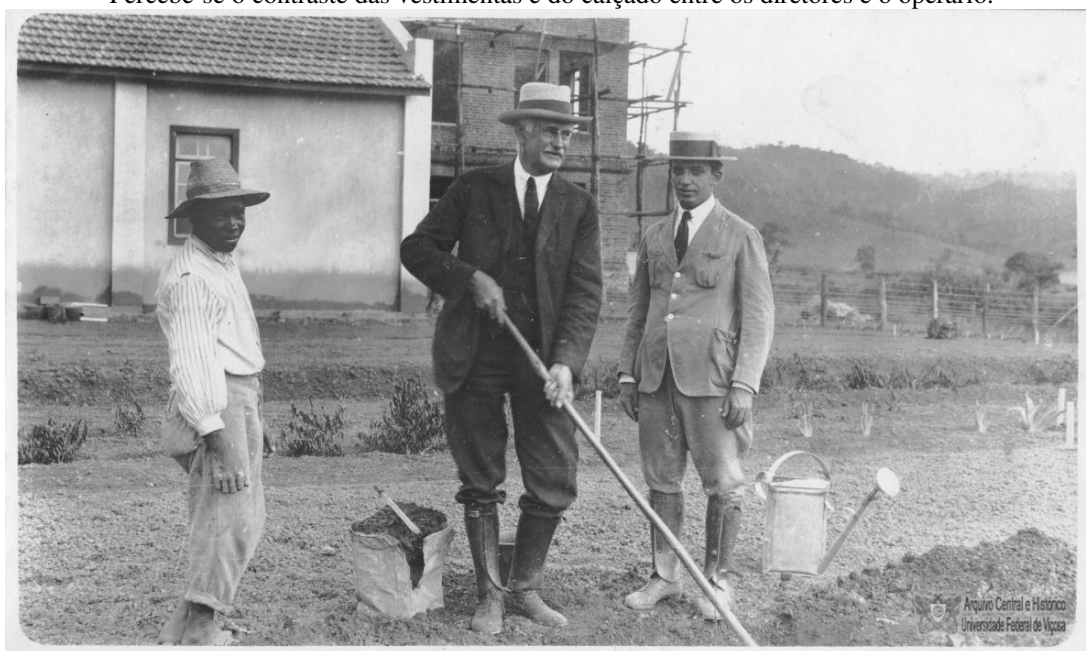
As duas grandes obras que se destacaram eram o dormitório dos alunos e o edifício principal. O dormitório possuía 124 dependências com pé direito de 4,30 e 3,90 metros, boa iluminação, chuveiros distribuídos por seção com água quente e fria⁵⁶, e instalação sanitária. No dormitório havia também uma cozinha que servia ao refeitório e foi modificada na planta original, ficando com cinco pias, lavatório, chuveiro e instalação sanitária. O edifício principal, por sua vez, precisou sofrer modificações que levaram à mudança, na parte externa, de uma fachada “muito luxuosa” para quatro fachadas de estilo nobre e simples. Internamente, também foram feitas alterações “afim de se evitarem corredores estreitos, escadas obstruindo os corredores, instalações sanitárias sem luz e ar directos, depositos escuros, etc” (LISBOA, 1929, p. 6). De modo geral, o edifício central possuía o maior pé direito entre todas as edificações (cinco metros), janelas amplas que

⁵⁶ O uso da água em diferentes temperaturas ocupou um importante lugar no debate dos higienistas europeus, no decorrer do século XVIII e XIX, tendo inserção social. Conforme Vigarello (1996), a temperatura da água possuía funções terapêuticas ligadas à tônica do organismo, como o fortalecimento das defesas internas, a contração e a distensão das fibras musculares e da pele, além da função na limpeza das sujeiras no invólucro corporal. Medeiros e Quitzaú (2018) demonstram que, no Brasil, essa diferenciação da temperatura da água ganhou espaço nas prescrições higienistas ligadas à natureza. Seu uso ganha um caráter científico na cura dos males, superando o simples uso da ducha para satisfação passageira e as práticas populares (MEDEIROS; QUITZAU, 2018).

permitiriam boa ventilação e iluminação, banheiros nos dois pavimentos e no porão, com instalação sanitária e rede de esgoto independente.

Toda essa estruturação representava os anseios de construir um estabelecimento de Ensino Agrícola Moderno orientado pelos conhecimentos científicos em voga, sendo os saberes higiênicos e sanitários preponderantes para a constituição inicial. Sua estruturação recebeu contribuições de P. H. Rolfs, que elaborou a planta inicial e alimentou a aspiração científica e moderna do estabelecimento, e de Belo Lisboa, que superintendeu a construção e fez as devidas modificações nas plantas originais. Tais mudanças eram vistas como positivas por Rolfs, que prestigiava os trabalhos do engenheiro e considerava-o como “o homem certo no lugar certo” (ROLFS, 1923, p. 8, tradução nossa).

Figura 10 – P. H. Rolfs e Belo Lisboa na construção da Escola, na companhia de um operário, ([s/d]). Percebe-se o contraste das vestimentas e do calçado entre os diretores e o operário.



Fonte: Lócus UFV.

Para Azevedo (2005), as modificações realizadas por Belo Lisboa produziram dificuldades no encaminhar das obras que se somaram aos percalços iniciais. Conforme o autor explica, Rolfs havia estabelecido uma obrigação contratual de submeter as plantas à aprovação do Governo de Minas Gerais; contudo, aquelas elaboradas por Belo Lisboa eram recusadas por não estarem previstas no acordo, gerando conflitos. Assim, as funções foram redistribuídas de forma que o engenheiro ficou responsável pela construção e o

diretor, pelas máquinas e pelo pessoal para os primeiros trabalhos agrícolas em curso (AZEVEDO, 2005).

Mesmo com toda organização investida, não foi possível o cumprimento das obras dentro do tempo previsto. A fim de que as aulas começassem o mais breve possível, foi priorizada a construção dos departamentos essenciais para o funcionamento da Escola, que corresponderam aos de Zootecnia e Agronomia. Apesar de as aulas dos cursos terem começado apenas no segundo semestre de 1927, a inauguração do prédio ocorreu no ano anterior, com uma solenidade religiosa no dia 28 de agosto de 1926, e protagonizou os diferentes interesses que estavam permeados na obra de ensino que se concretizava no interior de Minas (Figura 11).

Figura 11 – Missa campal na inauguração do edifício central⁵⁷, 1926. Solenidade religiosa sendo dirigida pelo arcebispo Dom Helvécio em frente ao edifício central.



Fonte: Lócus UFV.

A começar pela data, o acelerar da inauguração correspondeu ao último ano de mandato de Arthur Bernardes na presidência da República (1922-1926). Isso permitiu que o nacionalista e primeiro idealizador da ESAV, em posse do mais alto cargo político,

⁵⁷ Atualmente ele recebe o nome de edifício Arthur Bernardes, em homenagem ao mentor e criador da instituição.

pudesse ver concretizar sua obra de aperfeiçoamento do campo. Também participaram da solenidade o fundador e primeiro diretor P. H. Rolfs, o engenheiro-chefe Belo Lisboa, o Arcebispo de Mariana Dom Helvécio, diversas autoridades políticas do estado e fazendeiros. Como detalha Borges, Sabioni e Magalhães (2000, p. 8):

Após a missa campal, com o altar colocado na escadaria do prédio, no lado oeste, foi bento o prédio e realizada uma sessão solene no Salão Nobre, com discursos do Presidente da República, do Secretário de Agricultura e do Engenheiro-Chefe. No dia seguinte, à tarde Rolfs hasteou o pavilhão nacional no estabelecimento, pela primeira vez.

Apesar de já iniciadas as atividades científicas nos campos experimentais da Escola, essa solenidade demarcava ali o início dos empreendimentos em torno da tarefa institucional de “melhoramento do homem, do animal e da semente”⁵⁸. Para iniciar as atividades, foram recebidos a benção da igreja católica por meio de Dom Helvécio e o discurso do nacionalista Arthur Bernardes. O compromisso da instituição em erguer a nação foi sinalizada na imagem de Rolfs, um cientista estadunidense que hasteava o pavilhão (ou bandeira) nacional na Escola. Já Belo Lisboa, após imprimir esforços na construção, também demarcava seu lugar no estabelecimento com um discurso na inauguração. O engenheiro, que se tornou um grande entusiasta das ideias de P. H. Rolfs, confluía os diferentes interesses em sua imagem patriota e cristã. Ele se dispunha “com a melhor vontade de bem servir a causa rural” (LISBOA, 1941, [s/p]) e desejava promover o crescimento e melhoramento do homem, fato que o levou a se tornar futuramente, juntamente com P. H. Rolfs, o consolidador da ESAV (AZEVEDO, 2005; BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000; GOMIDE, 1996).

A figura das três autoridades institucionais que protagonizaram a inauguração do prédio principal — um político nacionalista, um cientista estadunidense e um arcebispo — se fez representativa do projeto educacional de base higienista que se consolidava no país. De acordo com Abreu Júnior e Carvalho (2012), os discursos educacionais eram pautados em uma ação conjunta dos princípios morais, higienistas e patrióticos. No Brasil, a aproximação entre a Igreja Católica e a educação era notória e dava destaque às

⁵⁸ Esse lema demarcava a missão institucional da ESAV e aparece com frequência nas revistas institucionais que surgem entre finais da década de 1930 e início de 1940. Em um recorte da revista *Ceres*, mencionado por Azevedo (2005), é constatado que o lema de “Melhoramento do homem, do animal e da semente” foi uma “síntese de trilogia ideal”, que sintetizava a missão institucional traçada por P. H. Rolfs e Belo Lisboa. Milagres, Oliveira e Baía (2021) indicam que esse mesmo lema aparece em destaque na *Revista Seiva*, uma revista estudantil e institucional, que passou a circular a partir da década de 1940 e veiculava saberes e práticas higiênicos dentro e fora da instituição.

condutas morais, produzindo um contexto de sujeição a normas fundamentado em princípios da Medicina e da Psicologia amalgamados a dogmas religiosos (ABREU JÚNIOR; CARVALHO, 2012).

Cabe notar que a presença da Igreja Católica na Escola não foi pontual. Ela se manteve próxima à instituição por meio do contato com o estabelecimento e visitas, contribuindo para a disciplina interna. O arcebispo de Mariana se relacionava com a direção da instituição e tinha prestígio de Belo Lisboa, que o descrevia como “pessoa querida e repetível [...], o pastor carinhoso e patriota progressista, que tão bem compreende a santidade da alma, quanto o melhoramento intelectual e físico das populações” (LISBOA, 1935, p. 6).

Assim sendo, a inauguração do edifício central sela os diferentes interesses do processo educativo que foi sendo formulado na instituição e que se concretiza em 1º de agosto de 1927, com o início das aulas dos Cursos Elementar e Médio de Agricultura. Para isso, os esforços de construção visaram equipar o estabelecimento com estruturas higiênicas e sanitárias, almejando uma educação dos hábitos dos sujeitos rurais. Redes internas de esgoto, bueiros e represas foram instalados para a administração da circulação de água, e os edifícios foram estruturados de forma a permitir entrada de luz e ar. Chuveiros, banheiros com rede de esgoto e lavatórios também foram instalados para que os sujeitos se higienizassem, e o banheiro de carrapaticida serviria ao cuidado dos grandes animais. Ademais, alguns investimentos no espaço, como a limpeza de saúvas, arborização e ornamentação, permitiriam visualizar uma organização higiênica do campo, que serviria de exemplo às residências rurais. Dessa forma, os investimentos no planejamento e na construção da ESAV em moldes higiênicos e sanitários foram essenciais para sua tarefa institucional de engrandecimento dos espaços rurais de Minas Gerais e do Brasil.

Como veremos no próximo capítulo, o início das atividades de ensino foi acompanhado de diversas ações higiênicas condizentes com as ideias incutidas na criação da instituição, as quais constituíram a sua ambiência educacional.

3. HIGIENIZANDO OS RURAIS: A “LIMPEZA” COMO PARTE DO PROCESSO EDUCATIVO ESAVIANO E DE SUA IMAGEM INSTITUCIONAL

“Toda máquina exige a limpeza frequente de suas engrenagens e a eliminação, não menos frequente, das escórias ou partes inutilizadas do carvão. Sendo o corpo humano uma máquina das mais delicadas, é necessário cuidar da sua limpeza e da expulsão regular de suas matérias de dejetos” (DEGRAVE, 1902, p. 7 *apud.* VIGARELLO, 1996, p. 233).

Como exploramos no capítulo anterior, a construção da ESAV foi acompanhada por investimentos que visavam à organização de um espaço salubre. Foram instaladas estruturas sanitárias em todos os edifícios e residências, bem como foi feita a limpeza do solo e o embelezamento dos edifícios e das estradas, com árvores e plantas ornamentais. Assim, a partir do planejamento e da construção de um espaço educativo limpo, foi dado início às atividades de ensino da Instituição.

Algumas características do estabelecimento, como sua instalação numa região interiorana populosa e a ênfase no trabalho agrícola, possibilitaram a presença de sujeitos rurais que, em sua maioria, compuseram o quantitativo de operários, servidores e alunos da Instituição. Enquanto os dois primeiros advinham das proximidades da Escola, os últimos eram oriundos de diversas cidades de Minas Gerais, de outros estados e países. Conforme as estatísticas levantadas, até o ano de 1931, 66,27% dos alunos (114) correspondiam a filhos de agricultores (LISBOA, 1931).

A fundação da Escola, que foi planejada por P. H. Rolfs, tinha como pretensão alcançar a população rural para compor seu corpo discente ou mesmo torná-la o público-alvo das atividades de extensão. Entretanto, na retórica higienista, essa população se destacava pelo estado de precariedade física e sanitária. Entre os sujeitos à frente da própria instituição, era cultivada uma representação de atraso do interior. Acreditava-se que a população rural estava tomada por uma situação de miséria e doenças, de tal forma que “os operários de cidades grandes tratam-se bem, até melhor que os patrões do interior, muitas vezes” (LISBOA, 1931, p. 90).

A retórica do atraso era compartilhada na Instituição, mas nem sempre carregava o mesmo sentido. P. H. Rolfs rejeitava o teor das severas críticas aos sujeitos rurais — que comumente era utilizado pelos higienistas brasileiros — e demonstrava um apreço

pela sua inteligência e esforço. Ele reconhecia as condições de vida precárias nos rincões do país e, convenientemente, acreditava que o povo poderia adquirir ensinamentos, novas práticas de cultivo e ferramentas tecnológicas para atuar sobre seu próprio atraso. Assim, em sua defesa, o estadunidense confiava na instrução da higiene preventiva e no estímulo do cuidado individual como ferramentas para supressão dos males. O ensino ministrado na Escola e a organização de sua ambiência deveriam contribuir para a transformação da consciência, afastando os alunos de sua “aparência bruta e não estética” e produzindo, em contrapartida, uma “estética natural” (ROLFS, 1931, p. 3, tradução nossa).

Apesar das ideias em que se investiu, os desafios sociais que se impuseram nos primeiros anos de construção e funcionamento exigiram a implementação de práticas mais incisivas e o estímulo à limpeza coletiva. Para isso, a presença de Belo Lisboa se fez fundamental com o estímulo à criação de ferramentas educativas⁵⁹.

Nesse sentido, o arranjo institucional deveria exigir a vitalidade e a boa aparência daqueles que a compunham, além de evitar a ocorrência de doenças. Ao corpo de professores, brasileiros e estrangeiros, prezava-se pela contratação de sujeitos que tivessem uma conduta moral exemplar (REGULAMENTO, 1931). Aos alunos, por sua vez, seria ofertado um processo educativo voltado não apenas para a formação intelectual, mas também moral e física (REGULAMENTO, 1926; LISBOA, 1933a). E, por fim, os funcionários — operários e servidores — deveriam ser instruídos quanto ao seu “melhoramento geral”, estimulando a boa índole e a robustez (ESAV, 1939). Com isso, os primeiros esforços da Instituição se voltaram para a limpeza dos sujeitos e a construção de uma instrução higiênica, permitindo, aos poucos, a expansão dos novos saberes e das práticas ao povo rural.

Conforme era previsto nos primeiros regulamentos (1926 e 1931), o ensino ministrado visava a educar “a população agrícola do Estado em todos os assumptos pertencentes à vida rural e melhorar as suas condições moraes, mentaes e econômicas” (REGULAMENTO, 1926, p. 20). Isso implicava veicular conhecimentos, de cunho científico e racional, por meio dos cursos regulares — Elementar, Médio e Superior —

⁵⁹ Durante o período em que Belo Lisboa esteve no cargo de vice-diretor (1927-1929), ele ficou incumbido de garantir a disciplina interna no estabelecimento. Como será visto mais à frente, sob sua direção, foram organizados regimentos e estruturas de vigilância descentralizadas, que visavam garantir o cumprimento de condutas e comportamentos esperados dos alunos.

ou breves⁶⁰, por correspondências, por publicações, por visitas às fazendas ou por qualquer outro meio oral ou escrito (REGULAMENTO, 1926; 1931).

Inspirado nos *Land Grant Colleges* estadunidenses, a organização dos cursos regulares da ESAV fez-se de forma a alcançar todo âmbito da vida agrícola. Enquanto o Curso Superior permitiria a formação de líderes para a modernização do campo, os Cursos Elementar e Médio atuavam especialmente na difusão de conhecimentos nas fazendas e nas pequenas lavouras do estado e do país. Conforme as orientações iniciais, estes últimos estariam voltados aos sujeitos que tiveram menos oportunidades de instrução, estimulando-os a buscar uma boa vida e independência do Estado. Eles almejavam formar bons capatazes e administradores rurais que, ao voltarem para casa com os conhecimentos adquiridos, poderiam produzir boas condições de vida para si e sua família.

Sendo assim, a direção da Escola se voltou para o estabelecimento de seu projeto formador, para que pudesse alcançar influência sobre as elites econômicas, políticas e sociais. Fez-se necessário investir na construção de uma imagem institucional pela limpeza dos rurais que chegavam até ela. Contribuiu para essa empreitada a expansão dos serviços de saúde aos alunos e professores que, acompanhada do sistema de internato, garantiria o controle sobre a saúde de todos os esavianos e a produção de uma mentalidade higiênica.

Tendo em vista que as pretensões educativas da instituição se estendiam a toda população rural, dedicaremos-nos, neste capítulo, a compreender a organização de ferramentas para circular saberes e práticas higiênicos desde os trabalhos com os operários de construção, e que se estendem pelos primeiros anos da instituição. Neste capítulo, também abordamos os primeiros anos de funcionamento das atividades de ensino até publicação do novo regulamento da ESAV, que alterou a organização administrativa do estabelecimento e a participação dos saberes médico-higiênicos no arranjo institucional e educativo. O período que antecedeu a publicação do novo regulamento, enfatizado neste capítulo, foi marcado pela transição da direção de P. H. Rolfs para Belo Lisboa e a movimentação de ferramentas higiênicas no repertório esaviano.

⁶⁰ Os cursos breves eram realizados a qualquer fazendeiro ou lavrador que visitasse a Escola, sendo feitos de forma oral e por demonstrações práticas. Os cursos poderiam ter duração de uma hora, um dia ou semanas, para que pudessem fornecer todas as informações possíveis.

3.1. CONCEBENDO FERRAMENTAS PARA A HIGIENIZAÇÃO DOS ESAVIANOS: A CAIXA BENEFICENTE E A INSTRUÇÃO MORAL E HIGIÊNICA DOS OPERÁRIOS DE CONSTRUÇÃO

Nos primeiros contatos entre os engenheiros encarregados das construções e os operários das obras, foram sendo instituídas ferramentas de higienização que passaram a ser incorporadas ao projeto formador esaviano. Foi criada uma Caixa Beneficente para custear os gastos com saúde e educação dos operários, e realizada a instrução moral e higiênica. Essas ferramentas seriam sustentadas pelo interesse da instituição em aperfeiçoar os sujeitos rurais, ao mesmo tempo que iam de encontro à pretensão dos operários em alcançar boas condições de vida para si e seus familiares. Assim, desde o período de construção, foi dado início à composição de um repertório que visava a formar novos sujeitos rurais pela higiene.

A Caixa Beneficente foi elaborada a partir da chegada de Belo Lisboa, em 1922, quando foram trazidas ideias para investir na higienização dos operários. Belo Lisboa nasceu em 18 de agosto de 1892, no município de Vassouras, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000) e Camisasca (2012), ele ficou órfão do pai logo no seu primeiro ano de vida e viveu uma infância pobre num povoado próximo à Juiz de Fora, Minas Gerais, cidade onde cumpriu sua escolarização. Além dos estudos, ele se esforçava para educar seus sete irmãos, frutos do segundo casamento da mãe (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000). A cidade mineira onde Belo Lisboa permaneceu até meados da década de 1910 alcançava ganhos higiênicos significativos no início do século XX, principalmente inspirados pelas políticas de limpeza e modernização que ocorriam na capital federal⁶¹. Possivelmente, foi pela vivência de seu processo educativo na cidade de Juiz de Fora que Belo Lisboa teve seus primeiros contatos com os saberes e as práticas higienistas, que emergiam no cenário nacional e local⁶².

⁶¹ Juiz de Fora se situava próximo ao Rio de Janeiro e sofria influências do processo de modernização daquela cidade. Narciso (2016) indica a presença, na cidade mineira, de diferentes conhecimentos, práticas, organizações médicas e educativas, que foram influenciados pelas ideias higienistas vindas da capital federal.

⁶² Juiz de Fora se destacava no estado pela sua organização sanitária, contando com a presença da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, que, desde 1889, estava em sintonia com a agenda de discussões nacional e internacional sobre bacteriologia, doenças e profilaxia, contribuindo ativamente para as discussões na cidade e sua penetração nas escolas (NARCISO, 2016). A população pobre era alvo das políticas higiênicas, tendo sido alcançada por meio das instituições escolares. Conforme Narciso (2016), a partir de 1907, com a criação dos primeiros grupos escolares, médicos e dentistas passaram a intervir nos estudantes por meio de inspeções médicas e profilaxia nas escolas, além de realizar instalação de gabinetes dentários, contribuindo para a propagação do poder médico-higiênico entre as famílias pobres.

Antes de chegar à ESAV e investir suas ideias na organização da Escola, Belo Lisboa partiu de Juiz de Fora para cumprir sua formação profissional. Ele percorreu itinerários, passando pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que o possibilitaram se aproximar dos debates higienistas em voga. A formação em Engenharia Civil foi iniciada na Escola de Engenharia de São Paulo e finalizada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919. No entanto, um ano antes, ele se formou no curso de Engenharia Industrial, Mecânica e Eletrônica, para só após finalizar a formação em Engenharia Civil (CAMISASCA, 2012). Conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000), a mudança do itinerário de Belo Lisboa de São Paulo para o Rio de Janeiro foi motivada por problemas de saúde. Contudo, a mudança permitiu que ele estabelecesse contato com atores que protagonizaram o cenário médico-urbano da capital federal.

Em abril de 1918, Belo Lisboa foi convidado pelo médico psiquiatra dr. Rodrigues Caldas⁶³ para secretariar uma comissão de estudos interessada em plantas fibrosas e indústrias têxteis, tendo viajado aos Estados Unidos, à China, ao Japão, à Índia e a países da África do Sul (CAMISASCA, 2012; BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000; GOMIDE, 1993). Não temos conhecimento da finalidade dos estudos, entretanto, conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000), a viagem era chefiada pelo dr. Rodrigues Caldas. À época, este último esteve como diretor-geral das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, e foi um dos personagens centrais na instalação da Colônia Agrícola de Jacarepaguá/RJ, entre 1912 e 1924. Dessa forma, a viagem de estudos secretariada por Belo Lisboa pode ter tido alguma relação com a implantação da Colônia Agrícola, que se pretendia servir de modelo para a internação e o tratamento de doentes mentais no Brasil (CLAPER, 2016).

Todavia, foi pelo contato com o professor e diretor da Escola Politécnica André Gustavo Paulo de Frontin⁶⁴, enquanto estudante, que Belo Lisboa iniciou os primeiros

⁶³ Dr. João Augusto Rodrigues Caldas (18??-1926) foi um médico psiquiatra que contribuiu ativamente para as mudanças na forma de tratamento dos alienados, desafogando o excesso de pacientes do Hospital Nacional de Alienados e transformando a colônia em espaços de tratamento e produção agrícola (CLAPER, 2016).

⁶⁴ André Gustavo de Paulo Frontin (1860-1933) nasceu em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Durante seus estudos, frequentou colégios tanto em sua cidade-natal quanto na capital do estado, entre eles o Colégio Dom Pedro II. Em 1879, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, posteriormente, obteve os títulos de engenheiro de minas, de bacharel em Ciências Físicas e Matemática pela mesma instituição, e de doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Em 1980, passou a lecionar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, assumindo o posto de professor catedrático de Mecânica Aplicada às Máquinas. Paulo Frontin teve um intenso envolvimento político, fundando a Aliança Republicana (AR) em 1917, e tendo sido senador de 1917 a 1918, e de 1921 a 1930; prefeito do Distrito Federal de janeiro a julho de 1919; e deputado federal de 1919 a 1920. Em sua biografia, destaca-se sua atuação envolvendo o saneamento em reformas de abastecimento de água e

movimentos que culminariam em sua chegada à ESAV, em Viçosa. Borges, Sabioni e Magalhães (2000) apontam que, na ocasião da formatura de Belo Lisboa, Paulo Frontin o indicou à prefeitura de Ponte Nova para que pudesse atuar com reformas urbanas na cidade. A indicação que, para os autores, é parte de uma trajetória exitosa de Belo Lisboa na “firme determinação de ser alguém na vida” (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000, p. 37), cruza com a existência de um cenário mais amplo naquela época, em que ganhava força no país uma mobilização pela campanha do saneamento dos sertões, com recepção no estado de Minas Gerais, que fazia apelo aos engenheiros pela disseminação da higiene no interior país.

A indicação de Belo Lisboa para servir à prefeitura do município mineiro de Ponte Nova partiu de um engenheiro que vinha atuando ativamente com as reformas urbanas da Avenida Central no Rio de Janeiro, em 1904. Esse lugar era uma das principais expressões das reformas higienistas nos espaços urbanos brasileiros, as quais, segundo Hochman (2012), iniciavam, de forma mais intensa, as políticas higienistas no país. Alves (2013) indica que Paulo Frontin foi o mentor das obras na Avenida Central e o personagem que enfrentou maior oposição de jornais contrários às reformas higienistas à época, movimento que eclodiu na Revolta da Vacina⁶⁵ em finais de 1904. Em 1919, o mesmo engenheiro aparece à frente da prefeitura do Distrito Federal implementando um vasto programa de obras nas áreas rurais da cidade, com destaque para a criação e o alargamento de avenidas (HOFFBAUER; PESSOA, 2018).

Atores como esse, que outrora empreenderam na implementação das políticas higiênicas em grandes centros urbanos, viriam a contribuir para a extensão das práticas

construções de avenidas, com destaque para a Avenida Central, além da construção de habitações populares (HOFFBAUER; PESSOA, 2018; ALVES, 2013).

⁶⁵ A Revolta da Vacina foi um movimento popular em oposição à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola no Distrito Federal, que era realizada de forma autoritária e num contexto de modernização onerosa às camadas populares. A obrigatoriedade da vacina foi mobilizada pelo “General Mata-Mosquitos”, Oswaldo Cruz, que, juntamente com o prefeito Pereira Passos, movimentou um projeto de reestruturação urbana que produzia indignação naqueles que eram avessos ao embelezamento esperado. Oswaldo Cruz esteve à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) e promoveu, além de demolições por motivo de saneamento, práticas compulsórias de vacinação que se caracterizavam até mesmo pela invasão de lares pelos funcionários da diretoria. No entanto, o estopim para a revolta foi a aprovação do projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola em todo o território da capital, em 31 de outubro de 1904, causando um grande motim na cidade. Conforme resumiu Benchimol (2003, p. 273), “esse movimento, que a literatura da época reduziu a um simples choque entre as massas incivilizadas e a imposição inexorável da razão pelo progresso, foi protagonizado por forças sociais heterogêneas, compondo-se, na realidade, de duas rebeliões imbricadas: o grande motim popular contra a vacina e outras medidas discricionárias e segregadoras impostas em nome do ‘embelezamento’ e ‘saneamento’ da cidade, e a insurreição militar deflagrada dias depois, com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves”. Para maior compreensão sobre a revolta, conferir Sevcenko (2018).

higiênicas rumo ao interior do país, em um momento de ascensão do movimento de saneamento dos sertões. Belo Lisboa, formado em 1919, compunha parte desse cenário histórico de sujeitos ambientados em um espaço de embates e disputas pelo progresso nacional, com forte influência política e social do pensamento médico-higiênico (FONSECA, 2018; GÓIS JUNIOR, 2014; HOCHMAN, 2012).

Após ser indicado, Belo Lisboa foi nomeado para o cargo de diretor de obras públicas de Ponte Nova pelo prefeito Custódio Silva. Sob a orientação técnica do engenheiro recém-formado, a administração de Custódio Silva destacou-se pelas reformas urbanas com o aperfeiçoamento e o alargamento de ruas e logradouros, além da abertura de uma avenida importante na cidade (PERÍODO..., [s/d]). Logo, Belo Lisboa foi agraciado pelas reformas urbanas promovidas no município interiorano de Minas⁶⁶ — Ponte Nova —, realizando obras convenientes aos apelos higienistas, como calçamento urbano e abastecimento de luz elétrica (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000). Segundo Gomide (1993), em função dos bons serviços prestados à cidade de Ponte Nova, Paulo Frontin recomendou Belo Lisboa ao presidente de Minas Arthur Bernardes, para que ele pudesse atuar como engenheiro auxiliar nos trabalhos de construção da ESAV.

Ao ser contratado, em 5 de agosto de 1922, como engenheiro-auxiliar, e chegando às obras, chamou atenção de Belo Lisboa o estado de saúde e educação dos mais de 400 trabalhadores. Esse cenário o fez mobilizar o exame médico obrigatório de todos os operários, que acusou resultado de 100% de infectados por verminoses e outras doenças. Já o levantamento das condições educacionais acusava uma taxa de 92% de analfabetismo. Em vista dessa situação, foi sinalizada por Belo Lisboa a urgência de um empreendimento social voltado para o aprimoramento das condições físicas e educacionais dos operários (LISBOA, 1929).

Após assumir o cargo de engenheiro-chefe, em 16 de dezembro de 1922, Belo Lisboa mobilizou um abaixo assinado para criação de uma Caixa Beneficente que custearia os serviços de saúde e educação dos operários, feitos de forma compulsória. Ela foi criada logo no dia 25 de dezembro do mesmo ano. Além dos serviços mencionados, foi posteriormente incentivada a criação de uma banda de música dos operários⁶⁷, que,

⁶⁶ Conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000), em 1921 Belo Lisboa foi homenageado com a outorga de uma medalha e um relógio, ambos de ouro, em função da sua atuação na cidade.

⁶⁷ A banda de música dos operários foi inaugurada junto ao levantamento da cumeeira do edifício principal. Belo Lisboa convidou os editores e os leitores do jornal *Cidade de Viçosa* a comparecerem na inauguração da banda (ESCOLA..., 1923 *apud*. PUBLICAÇÃO..., 2018).

em 1923, passou a integrar a Caixa Beneficente para a compra de uniformes e instrumentos.

Figura 12 – Banda de Música dos operários parada em local desconhecido, na cidade de Viçosa (1924). Formam a banda alguns operários e crianças, que podem ou ser filhos dos operários, ou trabalhadores da Escola.



Fonte: Lócus UFV.

Para garantir a eficiência da Caixa Beneficente, foi instituído pelo engenheiro-chefe um regime de Ordem de Serviço, constituído por normas que condicionavam os operários a multas. As penalizações visavam a coibir os funcionários de causar danos às obras, instituir o cumprimento de condutas morais e impeli-los a investir no aprimoramento próprio e dos seus familiares. Para promover esse aprimoramento, era fornecida uma “escola diurna” para crianças de 6 a 12 anos, diária, e uma “escola noturna” para rapazes de até 18 anos, três vezes por semana. Aos operários, era ofertada uma “escola noturna” destinada a adultos, com frequência de três vezes por semana, que se intercalava com as aulas da banda de música, na mesma periodicidade (LISBOA; MACHADO; VIEIRA; 1924; ORDEM DE SERVIÇO, 1923). Já para a saúde, era ofertado aos operários e seus familiares o atendimento médico e de farmácia, para que fosse garantido o tratamento dos doentes por meio de intervenções medicamentosas. Ao que parece, os primeiros atendimentos médicos aos mais de 400 operários eram feitos aos domingos, por ser o dia mais propício (ORDEM DE SERVIÇO, 1923), contudo ele foi

ampliado para às terças e sextas-feiras, sendo que, para casos de urgência, seriam feitos atendimentos em domicílio (LISBOA; MACHADO; VIEIRA; 1924).

Os recursos financeiros necessários à manutenção desses serviços eram adquiridos por um regime de cooperativa, por descontos salariais, que garantiram os serviços aos operários e seus familiares. Além disso, eles seriam complementados com contribuições de P. H. Rolfs, Belo Lisboa e terceiros. Conforme o balancete dos anos de 1923 e 1924, a Caixa Beneficente ainda recebia um auxílio adicional de Belo Lisboa, que fez um adiantamento com recursos próprios para cobrir o déficit ao final desses anos (LISBOA; MACHADO; VIEIRA, 1924). Assim, por auxílio do engenheiro-chefe, buscava-se assegurar a boa continuidade dos serviços médicos e educacionais entre os operários para a eficiência das obras, promovendo a elevação social, moral e cívica dos rurais (LISBOA, 1929).

Mediante os recursos advindos da Caixa Beneficente, investiu-se, de forma ininterrupta, no combate de doenças durante toda a construção da ESAV. As ações foram realizadas por dois médicos — dr. João Baptista Britto e dr. Cyro Bolivar Moreira⁶⁸ —, que prescreviam a utilização de vermífugos para o combate das verminoses. Durante as ações profiláticas, “apenas um caso fatal se registrou; o falecimento dum operario, não tendo sido possível apurar-se si o obito foi motivado pelo medicamento ‘necatorina’ ou si por motivo do uso do alcool, pouco antes [e] depois do uso do vermifugo” (LISBOA, 1929, p. 72).

A ocorrência de um óbito produziu desconfianças das práticas da medicina moderna, que não eram usuais entre a população mais pobre da época. Esse cenário gerou resistências, levando Belo Lisboa a relatar dificuldades nas campanhas contra verminoses que exigiam “energia forte”. Conforme apontou, “observámos que os verminosos repudiam os remedios, isto em consequencia da doença” (LISBOA, 1929, p. 72). Ao afirmar a resistência dos operários em aderir às práticas médicas, Belo Lisboa aplica uma retórica comum aos higienistas da época, que era atribuir à doença a causa dos comportamentos incivilizados ou discordantes. Assim, a fim de incentivar o bom uso dos recursos na medicalização, buscava-se reforçar nos avisos a necessidade de os operários

⁶⁸ Com a criação do Posto de Prophylaxia das Molestias Venereas em 1923, anexado ao Hospital Regional em Viçosa e por iniciativa do governo federal, o médico Cyro Bolivar Moreira foi nomeado como responsável, demonstrando a existência de algum vínculo com as políticas de saneamento que avançaram pelo interior do país. O jornal *Cidade de Viçosa* destacou os bons serviços por ele prestados e a eficiência de seu trabalho (HOSPITAL..., 1923).

aproveitarem os remédios retirados na farmácia, para evitar o desperdício das despesas (LISBOA; MACHADO; VIEIRA; 1924).

A intervenção de Belo Lisboa sobre a saúde e a educação dos operários se deu de tal forma que:

Em certa manhã, em dia de Dezembro de 1922, nas proximidades do Largo de São Francisco, em Viçosa – um operário do quadro da construção, dirigindo-se ao engenheiro-chefe – perguntou-lhe, respeitosamente, porque lhe incomodava a ignorância dos seus trabalhadores. (LISBOA, 1935, p. 3).

Em proveito das intervenções sobre a saúde e a educação dos operários, o engenheiro-chefe passou realizar instruções de moral e higiene por meio de preleções semanais. Para que a difusão dos saberes se desse com eficiência, os operários foram divididos em turmas, tendo, em cada uma, um encarregado. Aos sábados, após o pagamento de todo o pessoal, Belo Lisboa se reunia com todos os encarregados de turma e fazia preleções sobre educação e melhoramento físico, moral e mental. Os encarregados tinham o dever de replicar os ensinamentos aos demais. Estavam entre os assuntos ministrados o combate ao álcool, males causados pelos jogos, desgraças da sífilis, amor à pátria, respeito às autoridades, organização da família, entre outros (LISBOA, 1929).

Figura 13 – Pagamento de operário da construção (1926). Belo Lisboa e outro funcionário realizam a prática do fumo enquanto se efetua o pagamento de um operário, descalço e vestido com roupa branca simples.



Fonte: Locus UFV.

As instruções higiênicas adotavam temas mobilizados pelos higienistas e eram realizadas no intuito de extirpar práticas que produzissem males à saúde dos rurais. No entanto, o fumo, que era condenado pelas campanhas sanitárias em voga nos espaços urbanos (GOIS JUNIOR, 2003), aparece sendo praticado com naturalidade por Belo Lisboa e outro funcionário durante o pagamento de um operário (Figura 13). O engenheiro-chefe, que em 1926 exercia essa prática entre os operários expondo sua imagem pública, passa posteriormente a organizar arregimentações que proíbem o “vício do fumo” na Escola. Esses documentos entram em vigor no ano seguinte e buscam extinguir a prática entre os alunos restringindo os espaços possíveis (ATAS DE CONGREGAÇÃO, 1929; LISBOA, 1931).

A atuação do engenheiro-chefe em favor de intervenções na saúde e na educação dos operários não era um caso isolado, sendo utilizada por higienistas como uma estratégia de disseminação da higiene no interior do país. Belisário Pena instruía a realização de medidas profiláticas antes e durante os empreendimentos das obras e, assim como Oswaldo Cruz, chegou a atuar no combate de doenças entre operários em obras de expansão das estradas de ferro (CARVALHO, 2016; HOCHMAN, 2012; PENA, 1923). Para que tais ações chegassem ao interior, o higienista motivava sua implementação nas obras de açude e estrada de ferro. Ele apelava aos engenheiros brasileiros pela “compreensão nitida da necessidade do concurso imprescindível da sciencia medica na execução das obras de engenharia, para que ellas caminhem rapidas e com economia de vidas e de dinheiro” (PENA, 1923, p. 56).

Belo Lisboa se mostrava um receptor e entusiasta das ideias higienistas que circulavam no contexto nacional e identificou, na construção da ESAV, a possibilidade de aplicar uma “obra social” para a limpeza dos males. Ele se autointitulava partidário “do aproveitamento de todas as ocasiões que se offerecem para acção social, visando o melhoramento do nosso povo”. O engenheiro-chefe acreditava que, no Brasil, era preciso investir no combate das doenças e do analfabetismo por serem as “maiores fontes de males dos brasileiros”, sendo que “as doenças lhes tiram as forças e o não saber ler priva-os de luzes” (LISBOA, 1929, p. 71).

Em sua interpretação, o analfabetismo constituía um dos principais problemas nacionais, uma vez que “o filho de analphabeto tem muita probabilidade de o ser.” Isso acontecia pois, para Lisboa (1935), a incapacidade de pensar era recebida dos pais e, em decorrência das precárias condições sociais, agravava-se, passando para as próximas

gerações. Sua interpretação se somava a um quadro nacional insalubre, em que, conforme afirmava, “a saúde do povo é, em geral, fraca – a syphilis, os vermes, as febres e muitos outros males reduzem os nossos homens a grande fraqueza, e os tronam tristes, nervosos, desanimados e improductivos” (LISBOA, 1935, p. 6).

Belo Lisboa acreditava que a recuperação do vigor nacional estava em um esforço patriótico de instrução higiênica e educação dos rurais. A instrução higiênica deveria torná-los “conhecedores das regras elementares de conservação”, afastando as doenças, e a educação teria como fim combater o analfabetismo no indivíduo, que, por consequência, “estingue-se a sua descendencia pouco valiosa” (LISBOA, 1935, p. 5-6). Não obstante, para combater o cerne desses males, era preciso instruí-los ao uso de

[...] ferramentas mais efficazes e adeantadas, conseguindo, assim, maior recompensa pelo esforço de cada dia, renda sufficiente que lhe proporcione [ao povo rural] melhores residencias, alimentação com vestiário decente e, ainda, recursos para a defeza da saude e deveres sociais. (LISBOA, 1935, p. 5).

Belo Lisboa acreditava que a família deveria ser a responsável por impedir a perpetuação dos males da doença e do analfabetismo, contudo a herança de seus antecedentes incapacitava-os. Essa interpretação o levou a assumir uma postura intervencionista. Assim, o engenheiro-chefe defendeu que caberia à Escola Superior em construção organizar o acesso a um ensino básico, e, por meio de um regime disciplinar, tornar obrigatória a responsabilidade dos operários para com a educação de seus filhos.

A promoção de melhores condições de vida dos rurais pela intervenção na saúde e na educação, produzindo uma nova consciência em torno do trabalho, encontrou afinidades com as ideias de Alberto Torres. O intelectual afirmava a promoção de melhores condições de vida vinculada à reorganização do trabalho, dando destaque para o agrícola. A nova organização do trabalho deveria ser orientada de forma a extinguir definitivamente as causas iniciais que levariam os sujeitos às doenças (TORRES, 1938b).

Aproximando-se das ideias do autor, Belo Lisboa acreditava que o ensinamento de novos ofícios aos operários e a implementação tanto dos serviços de saúde e educação quanto da instrução de higiene e moral os capacitariam ao trabalho, para que pudessem aumentar sua renda e investir recursos na melhoria das condições de vida sua e de seus familiares. Tanto é que, dez anos depois, Belo Lisboa se vangloria de empregados e ex-empregados terem se “elevado socialmente”, tornando-se proprietários e matriculando seus filhos na Escola Normal ou no Ginásio (LISBOA, 1935). Conforme afirmou,

algumas centenas de operários aprenderam um ofício, que poderia ser empregado para seu aperfeiçoamento. Além disso, o ensino ofertado na escola anexa, advinda dos recursos da Caixa Beneficente, propiciou que os filhos de alguns operários pudessem aprimorar o trabalho agrícola se matriculando, posteriormente, no Curso Elementar (LISBOA, 1935).

Figura 14 – Grupo de operários da Escola (1927). Imagem de Belo Lisboa destinada à P. H. Rolfs. Ao fundo, no degrau mais alto da escada, está Belo Lisboa, que posa na fotografia junto aos operários da ESAV e a crianças contratadas.



Fonte: Fonte: University of Florida Digital Collections.

A ação incisiva de Belo Lisboa justificava-se em promover um aperfeiçoamento moral e físico dos sujeitos rurais empregados nas obras da instituição. Além dos saberes higiênicos mobilizados, percebemos algumas aproximações do seu discurso com elementos da eugenia, de corrente neolamarckista. Ele acreditava que a condição de analfabetismo tinha um traço genético, pois a “incapacidade de pensar” era “recebida dos antepassados e aumentada por elles proprios”. Ao mesmo tempo, em seu pensamento, a causa dos “cerebros endurecidos” também tinha relação ambiental, que estava ligada ao “habito de trabalhos braçaes”. Logo, acreditava-se que, por meio da educação, era possível intervir na herança genética do país, uma vez que “si um individuo deixa de ser analphabeto, extingui-se a sua descendencia pouco valiosa”. No entanto, era preciso que esse combate ao analfabetismo fosse realizado “com perseverante energia e absoluto

interesse pelos destinos patrios e profundo sentimento de humanitarismo” (LISBOA, 1935, p. 4-5).

Assim sendo, a construção da “obra social” — como era considerada por Belo Lisboa — pode ter tido algum grau de relação com as ideias da tradição ambientalista-sanitarista de tendência neolamarquista, que circulavam na América Latina. Seus adeptos tinham uma expectativa otimista quanto às reformas no ambiente social, que poderiam promover a melhora permanente da população (STEPAN, 2005). Tais ideias, ao serem empregadas na educação dos operários e de seus filhos, permitiriam suprimir o pessimismo do engenheiro quanto ao futuro do país, que questionava: “como se formar um país melhor, si se desperdiça a vida das crianças e, em vez de produzirem cidadãos válidos, cream-se pesos mortos para a sociedade?” (LISBOA, 1935, p. 6).

As ideias trazidas por Belo Lisboa incentivaram a criação da Caixa Beneficente, que se consolidou como a primeira ação vultuosa da ESAV no “melhoramento do homem”⁶⁹. Desde aquele momento, as ações médicas eram prestigiadas pelas intervenções sobre a saúde dos sujeitos rurais, e buscava-se gratificar os médicos financeiramente por bons serviços prestados (LISBOA; MACHADO; VIEIRA; 1924). Os registros reunidos até 1931 mostraram que, entre os funcionários, haviam sido extintas as doenças, e a taxa de analfabetismo estava em 6%. Num discurso como paraninfo dos formandos da Escola, em 1935, Belo Lisboa anunciava que não havia mais analfabetos e “verminosos” entre os funcionários.

Os resultados foram repercutidos como uma demonstração do aperfeiçoamento moral e físico que poderia ser feito com o povo rural, sinalizando um olhar otimista às lideranças de Minas e do Brasil. Os governantes tinham como exemplo comparativo o estado da Flórida, nos EUA, que, segundo palavras de Rolfs (1930), conseguiu diminuir o número de analfabetos por meio da instrução rural, de 80%-70% para menos de 10% em 40 anos. Logo, as experiências foram divulgadas ao Governo de Minas Gerais, aos fazendeiros e lavradores do estado — por meio de circulares e conferência —, e na IV Conferência Nacional de Educação (CNE), em 1931, no Rio de Janeiro. Ao veicular as experiências higiênicas e educativas nessa última, possibilitou-se à Escola divulgar seu projeto formador vinculado à Educação Agrícola no cenário da educação nacional.

⁶⁹ A obra impulsionada por Belo Lisboa foi tão preponderante em sua formação pessoal que, anos depois de deixar a direção da Escola, o ex-diretor adquiriu uma fazenda e realizou uma obra educacional e higiênica similar com os seus empregados (GOMIDE, 1996).

Conforme Valério (2013), a CNE foi uma estratégia de difusão de ideias da ABE, em âmbito nacional, que permitiu o debate de questões educacionais e a elaboração de projetos destinados ao país. Ela estava a serviço dos propósitos de uma organização educacional que, nas primeiras décadas, foi permeada por interesses médico-higiênicos ligados à educação (VIEIRA, 2017; VALÉRIO, 2013; LINHALES, 2006). Assim, aproximar-se das conferências e especialmente dos interesses educacionais que permeavam as instâncias superiores permitia uma projeção da Escola em relação à resolução dos problemas nacionais, já que as CNEs se fizeram “como lugares privilegiados para projetar a autoridade de uma *intelligentsia* autorizada a falar sobre os problemas e, sobretudo, sobre as metas e as prioridades da educação nacional” (VIEIRA, 2017, p. 32).

A participação da ESAV nos debates da CNE ocorreu pela primeira vez em 1928⁷⁰, por intermédio de P. H. Rolfs, quando proferiu uma conferência sobre o Ensino Agrícola. Na ocasião, enquanto expunha as bases da Agricultura Moderna e a organização do ensino ofertado na ESAV, o estadunidense fez menção ao trabalho de instrução que vinha sendo empreendido com os operários de construção (ROLFS, 1928). As experiências educativas da ESAV voltaram a ser veiculadas pelo estadunidense à ABE em 1931, por meio de uma conferência na IV Semana Nacional de Educação da Associação, ocorrida entre 13 a 18 de maio de 1931. Nela, os trabalhos de instrução dos operários receberam uma maior ênfase e, aliados à adoção de máquinas agrícolas, foram sugeridos como uma possibilidade de expansão econômica para Minas (ROLFS, 1931).

Possivelmente, as divulgações de P. H. Rolfs no último evento influíram na participação de Belo Lisboa na quarta edição do CNE, pois, em agosto do mesmo ano, foi recebida, na Escola, a visita de uma comissão da ABE composta pelo dr. Teixeira de Freitas e a comissão executiva da associação. Na companhia, esteve também o inspetor agrícola federal José Monteiro Machado, representando o Ministério da Agricultura (LIVRO DE ATAS..., 1931). Após a visita, Belo Lisboa veio a participar da IV CNE, que ocorreu no Rio de Janeiro em dezembro de 1931, com o tema “Diretrizes para a educação popular”. O então diretor da ESAV realizou, no penúltimo dia de evento, a preleção

⁷⁰ Em 1928 ocorria a II CNE, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG. O tema daquela edição foi “Ensino Secundário”, no entanto, conforme ressaltou Valério (2013), foram confluídos trabalhos oriundos de diversos temas, o que, ao fim, acarretou prejuízos aos propósitos almejados com o evento – identificar e propor soluções aos problemas da Ensino Secundário nacional.

intitulada “Ensino Agrícola”, em que tratou dos trabalhos de combate ao analfabetismo e às doenças feitas com os operários que atuaram na construção da Instituição.

No mesmo ano, ao fim do evento, cerca de cem conferencistas visitaram a Escola a convite de Belo Lisboa e puderam conhecer suas dependências (Figura 15). A visita se deu em meio a um clima otimista e ocorreu no momento que aconteciam as festividades de formatura da primeira turma de engenheiros agrônomos (LIVRO DE ATAS..., 1932). Nesse ambiente festivo em que foram recebidos, os conferencistas registraram “a impressão de deslumbramento, de comovida admiração, de confiança nos destinos pátrios do Brasil” despertada com a visita à “obra educativa que, silenciosamente, mas com uma potencialidade que excede a toda avaliação, se realiza nesse encantador recanto do território mineiro” (CONFERENCISTAS, 1931, [s/p]).

Figura 15 – Grupo participante da IV CNE em visita à ESAV.



Fonte: Lócus UFV.

A surpresa com as dependências da Instituição, que, até então, era “silenciosa” para muitos dos conferencistas — a não ser pelos seus trabalhos com os operários, apresentados na conferência —, reforçava a imagem de uma instituição vultosa que

atuava sobre a formação física e moral dos sujeitos rurais. De forma entusiasmada, e em uma ambiência festiva, eles observaram que

[...] a fundamental e a maior dentre ‘as grandes diretrizes da educação popular’, que como tema geral do seu programa, procurou fixar a Conferencia, é, sem a menor sombra de duvida, a do ensino agricola, combinado com a educação integral dos jovens alunos, nos moldes exatos esteriotipados pela Escola de Viçosa. (CONFERENCISTAS, 1931, [s/p]).

A imagem institucional delineada pelos conferencistas reforçava o compromisso da Escola de atuar pela formação integral dos alunos, que, à época da conferência, já estava sob a direção de Belo Lisboa⁷¹. Além disso, por meio dos trabalhos com os operários, foi possibilitado à Escola se projetar entre os educadores brasileiros como uma instituição comprometida com a recuperação do campo. Em sinal de agradecimento aos benefícios conquistados com a participação da ESAV na IV CNE, na primeira reunião da Congregação⁷² posterior ao evento, em 15 fevereiro do ano seguinte, foi aprovado que se registrasse em ata um voto de agradecimento ao dr. Teixeira de Freitas e ao presidente da ABE (LIVRO DE ATAS..., 1931).

Assim, podemos situar que atuação da Escola sobre a saúde e a educação dos operários, por intermédio da Caixa Beneficente, permitiu que a instituição se destacasse em meio ao cenário higiênico da época. Essas experiências possibilitaram a estruturação das primeiras ferramentas para a higienização dos sujeitos rurais, que passaram a compor um repertório a ser utilizado em favor do estabelecimento da instituição.

A Caixa Beneficente inspirou a ampliação do fornecimento de serviços de saúde a todo o pessoal esaviano e, posteriormente, deu origem à criação do Serviço de Saúde da ESAV, que participou diretamente da consolidação da Instituição no interior do estado. O serviço era possibilitado a todo o pessoal da Escola e posteriormente foi expandido para os familiares dos professores e funcionários. Aos professores, a busca pelos serviços era sugerida como forma de conservar a sua saúde e manter o bom exemplo, como feito por Belo Lisboa ao fim do ano letivo de 1929, ao aconselhar aos professores “um rigoroso exame medico com o nosso e com um outro” para que pudessem recuperar as forças

⁷¹ Como será demonstrado mais à frente, em 1929 havia finalizado o contrato de P. H. Rolfs, e a direção da Escola passou a ser assumida por Belo Lisboa.

⁷² A Congregação foi um órgão superior presidido pelo diretor da Escola e composto pelos professores e um(a) secretário(a) que tomava nota das reuniões. A função da Congregação era coordenar as atividades didáticas, pedagógicas, disciplinares e administrativas da ESAV.

perdidas (LIVRO DE ATAS..., 1929, p. 26b). Já o caráter coercitivo era imputado aos alunos e funcionários, sendo que, aos últimos, “a ESAV obriga anualmente, o tratamento da verminose, tendo os operários as fichas de saúde controladas pelo médico [do serviço de saúde]” (ESAV, 1939, [s/p]).

Num primeiro momento, os serviços de saúde ofertados aos funcionários tiveram continuidade entre os alunos recebidos nos dois primeiros anos, e foram realizados exames e medicalização para ancilostomíase. Passado esse período, houve uma primeira reestruturação, que propiciou a criação do Serviço de Saúde da ESAV e que funcionou com o auxílio de um hospital da cidade. Para isso, a Escola manteve um gabinete clínico e dentário, com um médico responsável e um cirurgião-dentista, encarregados de atender os alunos, professores e funcionários. Além dos serviços nos gabinetes clínicos e dentários, o médico responsável poderia realizar visitas e serviços médicos a pedido do pessoal da Escola, bem como preleções aos alunos sobre higiene (TORRES, 1933). Os fundos do Serviço de Saúde foram mantidos mediante contribuições do pessoal da Escola, garantindo o “direito a um exame dentário annual e a serviços de medico, pharmacia e enfermaria, em pequenas enfermidades” (REGULAMENTO, 1926, p. 49). A contribuição era obrigatória aos alunos, que, ao ingressarem na instituição, deveriam pagar uma “taxa de saúde”.

A parte destinada à educação dos operários e seus familiares⁷³ foi mantida com uma escola anexa funcionando no porão do edifício principal. Seu funcionamento nas dependências da ESAV seria útil para sensibilizar os alunos esavianos, que, a exemplo da Instituição, quando formados, poderiam atuar no campo sobre aperfeiçoamento educacional e de saúde do povo rural (LISBOA, 1931).

A instrução semanal feita aos funcionários com ensinamentos de moral e higiene teve continuidade, agora sendo os servidores encarregados de transmiti-los aos empregados “mais humildes”. Já aos alunos, as instruções foram modificadas para a forma de reuniões com frequência diária, chamadas Reuniões Gerais. Nelas, os alunos

⁷³ No ano de 1932, entrou em funcionamento um Jardim de Infância destinado à educação de filhos dos empregados com até sete anos de idade, e, até 1935, foram matriculadas dez crianças (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1932; LISBOA, 1935). Não possuímos registros suficientes para investigar os interesses que permearam a criação de um Jardim para a educação e cuidado das crianças, no entanto a existência do serviço nos sinaliza um possível interesse da Instituição em incutir seu projeto formador nos rurais desde a tenra infância. Naquele momento, era manifesto o interesse de alcançar as crianças rurais por meio do ensino ambulante, para melhorar suas condições econômicas e morais (REGULAMENTO, 1931). Para compreender as orientações médicas para a educação do corpo infantil nas escolas, conferir Gondra (2004) e Larocca e Marques (2010). Para compreender a intervenção dos higienistas sobre a educação e higienização de crianças escolares, conferir Rocha (2003).

recebiam ensinamentos de higiene, moral e civismo por meio de preleções dos professores.

Sendo assim, as ideias de Belo Lisboa sobre o corpo de operários, no período de construção da ESAV, contribuíram para a penetração dos saberes e práticas médico-higiênicos no cotidiano institucional. Oriunda da Caixa Beneficente, foi mantida uma escola anexa com instrução primária e criado o Serviço de Saúde da ESAV. Permaneceram as instruções de moral e higiene aos funcionários, e, para os alunos, foram criadas Reuniões Gerais com caráter diário. Dessa forma, as experiências com os operários de construção deram origem a ferramentas higiênicas, que passaram a compor o repertório institucional e foram impressas na formação higiênica dos sujeitos esavianos.

3.2. DISCIPLINADOS, LIMPOS E ROBUSTOS: A FORMAÇÃO HIGIÊNICA DOS PRIMEIROS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO

O espaço educativo fundado na ESAV teve como intuito propiciar aos alunos a vivência de uma “verdadeira vida agrícola”, inspirada por saberes cultivados na Agricultura Moderna pautada nos EUA. Os saberes trazidos por P. H. Rolfs e introduzidos na construção da Escola rompiam com as formas de produção agrícola rudimentares cultivadas em Minas. A exemplo das fazendas dos EUA, os rurais mineiros deveriam ser incentivados a modernizar sua produção pela inserção de ferramentas tecnológicas e promover o aperfeiçoamento físico dos trabalhadores.

A Escola visava, em seu processo formativo, a aperfeiçoar agentes — capatazes, administradores, veterinários e engenheiros rurais — para investir na circulação dos saberes e práticas no interior de Minas. O espaço construído serviria para estimular um novo padrão de sensibilidades⁷⁴ úteis à formação desses agentes. Prospectava-se que, durante a permanência no estabelecimento, os alunos viriam a elevar-se social, moral e fisicamente, além de se alimentar dos exemplos da Escola sobre formas de organizar e gerir as fazendas.

⁷⁴ Soares (2021) e Taborda de Oliveira (2020) indicam a pertinência da investigação das sensibilidades na Historiografia da Educação no que pende à análise do corpo e dos sujeitos. Para os autores, os padrões de sensibilidades são incorporados na cultura de determinadas sociedades — seja por prescrições, seja por normas, seja ainda pelas interações dos sentidos — e constituem parte das experiências comuns, que ganham uma certa permanência nos comportamentos. Essas experiências são construídas por um processo educativo, entendido por ambos os autores como um fenômeno que aconteceu para além das escolas (SOARES, 2021; TABORDA DE OLIVEIRA, 2020). Neste momento da dissertação, valemos da leitura dos autores para interpretar o “padrão de sensibilidades” como algo que constitui o projeto dos dominadores sobre os dominados, contudo sem atentar para a investigação das tensões e das permanências ao longo do tempo.

Assim, instituiu-se no Estabelecimento um arranjo educativo impregnado pela higiene, presente na organização do espaço, na regulamentação interna e nas ferramentas voltadas para o “melhoramento” dos alunos que chegavam à Instituição. Nela foram organizadas, inicialmente, práticas de combate da ancilostomíase entre os alunos, além do controle anual do peso. Com isso, esperava-se impulsionar uma mentalidade higiênica entre alunos, que pudesse refletir em sua permanência e atuação no campo.

No que diz respeito à organização do espaço educativo, foi estruturada uma arquitetura higiênica e moderna. A Escola era dotada de um vultoso edifício central com uma estética moderna que, combinada com a arborização das estradas e a ornamentação das residências, propiciaria uma aspiração civilizada. Havia também campos experimentais, hortas e espaços para criação de animais domesticados, que permitiriam aos alunos o contato com novas práticas de cultivo de plantas e cuidado dos animais (Figura 16). Posteriormente, em 1931, foi feita a instalação de uma praça de esportes com campo de futebol, pista de atletismo e quadras de basquete, vôlei e tênis, para estimular a atenção ao corpo entre os alunos. Já em 1933 foi iniciada a construção de uma piscina destinada a todo o pessoal da Escola. Esperava-se que a utilização desses espaços, regulada por uma vigilância institucional, produzisse, ao fim da permanência dos alunos esavianos, padrões de sensibilidades que iriam elevar sua formação integral.

Figura 16 – Vista parcial da ESAV ([s/d]). Em destaque está o edifício principal e o dormitório dos alunos, tendo a praça de esportes ao centro. Percebe-se a organização do espaço ocupado pela Escola, com a delimitação dos campos experimentais, a ornamentação em torno do edifício central e do dormitório, bem como a arborização da Avenida Principal (na horizontal) e da Avenida da Agronomia (na vertical).



Fonte: Lócus UFV.

Em 1927, estavam sendo organizados os preparativos para a recepção dos primeiros alunos. Belo Lisboa ocupava o cargo de vice-diretor da Escola e ficou encarregado de estabelecer as disposições necessárias para o funcionamento da disciplina interna. Como o plano criado por P. H. Rolfs previa a construção de um sistema de internato, ainda pouco difundido no Brasil, houve um certo pessimismo que ensejou a criação de um regime disciplinar rígido. Deu-se, enfim, a criação de um Regimento Interno, que seria discutido e atualizado anualmente nas reuniões da Congregação, devendo ser observado por todos que ingressassem na instituição.

A aplicação do Regimento Interno se deu com o início das atividades de ensino e teve as primeiras modificações realizadas em 1928. Os primeiros regimentos foram constituídos por 30 normas, e a primeira delas servia como a base para todas as condutas: a responsabilidade pessoal. Por meio dela, era instituído na Escola um princípio cultivado nos EUA e trazido por P. H. Rolfs, que deveria orientar a instrução ofertada. O estadunidense acreditava que, uma vez que o indivíduo fosse responsável pelo seu autogoverno, seria possível estimular a consciência e a iniciativa pessoal (ROLFS, 1930). Esse princípio era parte constituinte do processo educativo dos alunos e os permitiria atuar em prol do aperfeiçoamento próprio e do coletivo. Entretanto, Belo Lisboa considerava que, a partir desse princípio, deveria ser aplicada a responsabilização do indivíduo e controlada sua liberdade, já que “a liberdade pessoal, de cada um só deve existir até o ponto de ferir o direito alheio” (LISBOA, 1931, p. 25).

Partindo desse encargo, todas as demais normas se ramificavam prevendo a organização de instâncias disciplinares entre os alunos, que contribuiriam para a ordem interna. Além disso, elas geriam a regulamentação do acesso de não estudantes à instituição e a saída de estudantes, assim como a autorização de alguns comportamentos e a desautorização de outros. A exemplo, era exigido que todos os alunos mantivessem condutas civilizadas a fim de manter o asseio e disciplina interna. Algumas práticas, como os jogos de azar, eram proibidas, enquanto outras, como a prática do civismo — obrigatória — e da religião — recomendada — eram regimentadas. Já outros comportamentos difíceis de serem proibidos deveriam ser regulados, como o consumo de álcool, que não poderia ser feito em excesso, e o vício do fumo, que estaria restrito a um lugar único. Ademais, mesmo quando os comportamentos indesejáveis fugiam da abrangência do Regimento Interno — fora do espaço escolar —, restrições disciplinares,

como abuso do consumo de álcool e proibição do fumo em determinados espaços, deveriam ser seguidas a cabo pelos alunos.

Apesar da tentativa de controle dos comportamentos e dos hábitos, havia resistência entre os alunos, produzindo mudanças no Regimento Interno. A prática do fumo, que era discriminada pela direção da Escola, foi alterada por pelo menos três vezes nos primeiros anos. Ao que parece, o primeiro local destinado ao “vício do fumo” era um pequeno cômodo no porão do edifício principal. No entanto, a medida provocou uma grande circulação de alunos entre o dormitório e o edifício, os quais frequentemente pausavam seus estudos para que pudessem fumar. Assim, foi necessária a modificação do local destinado. Conforme relata o ex-aluno Antônio Secundino de S. José⁷⁵:

A’ noite quando nas salas de estudo, tínhamos que deixar o livro por um quarto de hora e locomovermo-nos até ao Prédio, para uma fumacinha e um ‘bonde’. No fim de um ano as estatísticas mostram tão elevado número de transgressões, que a lei foi modificada para menos drástica. (SECUNDINO DE SÃO JOSÉ, 1939 *apud.* ESAV, 1939, p. [s/p]).

A obrigatoriedade de se deslocar de um prédio a outro poderia se configurar como uma tentativa institucional de dificultar as práticas de fumo entre os alunos, contudo, como relata o ex-aluno, a realização do trajeto tornava-se oportuna para uma pausa dos estudos e algazaras. Assim, em 1929, o lugar permitido ao fumo é modificado para o refeitório nos fundos do dormitório (ATAS DE CONGREGAÇÃO, 1929). Já no ano seguinte, ele passa a ser destinado à sala de estudos, local onde os alunos deveriam despender parte considerável do seu tempo de permanência (ATAS DE CONGREGAÇÃO, 1929). Essa última modificação parece ter sido bem recebida pelos alunos e permaneceu nos regimentos posteriores.

⁷⁵ Antônio Secundino de S. José (1910-X) nasceu em uma fazenda em Santa Rita de Patos/MG, atualmente Presidente Olegário, e ingressou na primeira turma do Curso Superior em Agricultura aos 17 anos, formando-se em 1931. Em 1933, a convite de Belo Lisboa, tornou-se professor na ESAV. Entre os anos de 1947 e 1951, veio a ser o último diretor da ESAV e o primeiro da UREM. É interessante observar a trajetória do ex-aluno traçada por Azevedo (2005, p. 266-267), ao demonstrar “que num primeiro momento, [Antônio Secundino] quase evadiu-se do estabelecimento por não suportar a rigidez do regime disciplinar, que num segundo momento, como professor, recorda-se das artimanhas utilizadas pelos alunos para ludibriá-lo ou atenuá-lo e, que num terceiro momento, já como diretor dessa escola, reconhece a importância desse sistema para forjar os valores morais, físicos e intelectuais das novas gerações, considerados imprescindíveis para a formação de homem e de profissional agrícola ensejado pela educação promovida no estabelecimento, dentro de uma perspectiva produtivista e utilitária na difusão de novos conhecimentos e técnicas para o incremento da produção agrícola”.

Em busca de fugir do regulamento do Regimento Interno, os alunos realizavam comportamentos transgressores fora do espaço institucional, encontrando para isso oportunidade na cidade. Entretanto, por meio de denúncias, a direção buscava identificar e coibir os comportamentos que fossem danosos à saúde e à imagem institucional. Logo no início do período letivo de 1934, em março, houve a abertura de dois inquéritos — um na Escola, relacionado ao consumo de álcool, e outro na polícia da cidade, a pedido de Belo Lisboa, quanto à prática do fumo— que demonstram como as práticas, mesmo fora do espaço institucional ou nas férias dos alunos, eram coibidas.

O primeiro inquérito, sobre bebedeiras e exploração de calouros, foi iniciado em 5 de março de 1934 contra os alunos Geraldo Lopes Jacob e Francisco José Pacheco, e decorreu de uma denúncia nas férias que precederam o período letivo. Geraldo Jacob, especificamente, era denunciado pelo abuso no consumo de álcool. Após o aluno se defender afirmando que apenas tomava cerveja em um bar durante as férias, sem perturbação de ordem, e depois de ouvidas diversas testemunhas, a comissão⁷⁶ incumbida do julgamento decidiu que:

Pelos depoimentos dos citados Snrs. não pudemos positivar a culpabilidade de Geraldo Lopes Jacob, na parte relativa a bebedeiras, pois, todos os depoentes afirmaram que o viam beber, mas, naturalmente, em companhia de outras pessoas, porém, que não o haviam visto embriagado, nem tão pouco provocar ou praticar atos, que redundassem em perturbação da ordem. (INQUÉRITO, 1934, [s/p]).

O outro inquérito, que fora solicitado por Belo Lisboa à polícia de Viçosa contra o aluno Edward de Mello Arruda, tinha como causa a prática do fumo dentro do cinema. O incidente, ocorrido no dia 25 de março de 1934, chegou ao conhecimento do então diretor, que, logo no dia seguinte, convocou o aluno para ser interrogado na presença do delegado de polícia de Viçosa, na diretoria da Escola. Edward Arruda afirmou ter consciência de que fumava em lugar proibido e, em função disso, foi coibido por Belo Lisboa, que buscou incutir no aluno “que seu ato foi um desrespeito à sociedade de Viçosa e uma desconsideração às famílias presentes à sessão cinematográfica e mais ainda, que desautorizou a polícia quando observara pela falta” (ATO N° 130, 1934, [s/p]).

Os acontecimentos anteriores demonstram que, apesar do ambiente disciplinar rígido que era incentivado por Belo Lisboa, o Regimento Interno estava sujeito a

⁷⁶ A comissão para inquérito do caso em questão foi nomeada pelo diretor, como de praxe, e composta pelos professores Luiz Carvalho Araújo, Donato Eugênio da Silva e Jacob Polacow.

resistências dos alunos, os quais construía lacunas na aplicação das normas, aproveitando oportunidades para fugir da ordem durante o seu cumprimento, ou então se valendo de sua estadia fora do espaço institucional.

No primeiro caso, no relato do aluno Antônio Secundino, vemos que a atualização anual dos regimentos visaria a suprimir as resistências internas, levando, por vezes, a ganhos por parte dos alunos. Já no caso dos inqueritos, mesmo que não produzissem uma alteração imediata no regimento, demonstram tentativas institucionais de coibir os comportamentos indesejáveis por meio de processos, mediante denúncias, e também, como no caso do aluno Edward Arruda, acompanhados de intervenções policiais.

Se o Regimento Interno da Instituição abrangia todo o corpo discente, o internato possuía uma organização disciplinar específica, que regulava a permanência dos alunos internos. Assim, para a organização do internato, era constituído um conselho disciplinar próprio que garantiria não apenas a ordem interna, mas também contribuiria para a formação do caráter dos futuros “líderes” da sociedade. Cada seção deveria eleger mensalmente um aluno que ficaria responsável por inspecionar o local e iria compor um conselho encarregado da disciplina geral. Esse conselho reunia-se diariamente com Belo Lisboa “para uma conferência e para discutir os acontecimentos do dia” (ROLFS; ROLFS, [s/d], p. 16). Apesar da autonomia concedida aos alunos, a direção se assegurava do poder de ordenar o funcionamento geral, admitindo a eleição apenas dos alunos “estudiosos” e “pontuaes”, e garantindo o “saneamento do meio”⁷⁷. Tal saneamento tomava como alvo “aqueles que, pelo proceder, possam tornar-se focos de males, nocivos, portanto, á coletividade dos alunos”, afastando-os temporária ou definitivamente (LISBOA, 1931, p. 25).

Assim, o estímulo à responsabilidade pessoal tornava-se norteador na gestão disciplinar do internato, sendo estimuladas nos alunos a responsabilidade pelo seu comportamento e a vigilância sobre o comportamento do outro. Os alunos bem-vistos pela direção estariam aptos para ocupar os encargos da liderança, enquanto os elementos ruins deveriam ser extirpados da coletividade. Assim, era estabelecida uma rede de relações de poder que diluía a força coercitiva entre todos os alunos nela distribuídos,

⁷⁷ O uso do termo “sanear” permeia o vocabulário utilizado por Belo Lisboa e passa a ser impresso em documentos institucionais e arregimentações. O termo reincide por inúmeras vezes em meio a um contexto disciplinar, alimentando uma noção de que era necessário extirpar do ambiente todo e qualquer indivíduo que mantivesse condutas e comportamentos lesivos à ordem estabelecida. A noção de “sanear” o meio cultivada por Belo Lisboa, e que foi uma das ideias centrais para os higienistas inclinados ao interior do país, são indícios que nos permitem reforçar a simpatia e a aproximação do esaviano com as exigências médico-higiênicas em circulação naquele cenário.

tornando-os responsáveis pelo governo de si e pela vigilância do outro. Ao vice-diretor caberia orquestrar esse controle interno, deslocando-se do centro da instância de poder para o interior do seu funcionamento (FOUCAULT, 2014).

Uma vez organizado o regime disciplinar na Instituição, foi anunciada a abertura de vagas para os Cursos Elementar e Médio, que iniciariam em 1º de agosto de 1927. Eram possibilitadas três formas de admissão: internato, semi-internato e externato. Para quem optasse pelo internato, seria cobrado uma taxa (500\$000 – quinhentos mil réis)⁷⁸ para cobrir os custos de permanência. Esses alunos seriam alojados no dormitório com “confortáveis acomodações, em apartamentos, com cinco alunos, no máximo, em cada um” e receberiam uma alimentação “de superior qualidade” (ESTATUTOS, 1932, p. 38). Com fins profiláticos, os apartamentos seriam servidos de “luz e ar” que “são dois fatores de máxima importância em conservar os alumnos em condição a tirar o maior proveito durante sua permanência no estabelecimento” (BOLETIM, [s/d], [s/p]).

Figura 17 – Vista frontal do dormitório da ESAV ([s/d]). À volta do prédio e nas janelas, encontram-se alunos esavianos aparentemente em tempo livre.



Fonte: Fonte: University of Florida Digital Collections.

⁷⁸ Baía (2006) realiza algumas comparações para mensurar os custos para acessar os cursos da instituição, e, seguindo os cálculos realizados pelo autor, é possível tirar algumas considerações sobre a taxa de internato. Em comparação com o salário mensal de um professor catedrático (1:200\$000 réis), que possuía elevada formação na área e, em muitos casos, era estrangeiro, identificamos que a taxa de internato correspondia a pouco mais de 41% do valor. Comparado com o salário do professor auxiliar (800\$000 réis), a taxa compreende 62,5% do salário mensal. Com isso, podemos considerar o elevado gasto dispendido pelos alunos que optassem pelo internato, que deveriam pagar ao início, além da taxa de internato, um depósito de sinal (50\$000 réis) para garantia da vaga no internato e outras taxas (de admissão, de frequência, de saúde).

Já o semi-internato e o externato eram garantidos aos alunos que optassem por residir fora da Escola, sendo que os semi-internos — que desejassem se aplicar o dia todo aos trabalhos escolares— pagariam uma taxa para ter acesso a café, almoço, janta e merenda. A ambos seriam exigidas condições habitacionais similares às dos internos. Eles estariam “sujeitos á vigilancia da Diretoria do Estabelecimento e só poderão residir em casas de familia ou em hotéis e pensões que ofereçam completas garantias, quanto á higiene e moralidade” (ESTATUTOS, 1932, p. 38). Caso não obedecessem a essas exigências, a diretoria se reservava ao direito de “exigir a mudança de residencia de alumnos, por motivo de hygiene ou moralidade” (REGULAMENTO, 1926, p. 33).

Para que o asseio fosse mantido no estabelecimento, todos os alunos eram instruídos a trazer “roupa de cama, roupa, para que possam andar decentemente vestidos, e os objetos necessarios á higiene individual” (ESTATUTOS, 1932, p. 39). Ainda, para a garantia do asseio das vestimentas, tanto na estética quanto na assepsia, em 1928 foi montada no dormitório uma lavanderia importada da Alemanha, com tanques anexos para lavagem e desinfecção das roupas, e seção para goma (ROLFS, 1928). Por regulamento, a boa aparência era exigida aos alunos para que pudessem circular pela Escola. Caso contrário, se não estivessem “decentemente vestidos”, os professores estariam autorizados a impedi-los de assistir às aulas, direcionando-os para a direção (LISBOA, 1931).

Além do bom asseio exigido para tornar-se um esaviano, era necessário garantir a entrada apenas de sujeitos minimamente saudáveis para que fosse evitada a proliferação de doenças. Assim, a matrícula somente seria autorizada àqueles que apresentassem um atestado (ou certidão de saúde) “provando não soffrerer de molestia infecto-contagiosa nem repugnante e de ter sido vaccinado contra a variola nos ultimos annos” (REGULAMENTO, 1926, p. 32). Esse cuidado com a imagem institucional foi estendido aos funcionários, “sendo rigorosamente exigido um bom estado de saúde” e assegurada a justificativa de faltas “por motivo enfermidade do funcionario ou de sua família, até trinta (30) dias” e “por conveniencia de hygiene da Escola” (REGULAMENTO, 1926, p. 48).

Seguindo essas disposições, foi dado início às primeiras atividades de ensino em 1º de agosto de 1927, com cinco alunos no Curso Elementar e 20 no Médio. A direção que se iniciava e iria se prolongar até 1929 teve P. H. Rolfs no cargo de diretor e Belo

Lisboa na vice-direção. Enquanto o primeiro atuaria na direção-geral, o último seria responsável pela disciplina nas dependências da Escola e pelo bom andamento das atividades. Inicialmente, os cargos para docentes foram ocupados pelo professor alemão Hermann Rehaag, responsável pelas disciplinas de Zootechnia Geral, Zoologia, Noções de Veterinária (Parasitologia e Cirurgia Prática para fazendeiros); e pelo prof. Diogo Alves de Mello, responsável pelas disciplinas de Agronomia, Botânica Geral, Entomologia, Horticultura e Engenharia Rural. Além deles, foram contratados três professores de tempo parcial.

Naquele momento, haviam sido feitos esforços para equipar os laboratórios de Agronomia e Zootecnia para que as aulas pudessem ser iniciadas. As obras do dormitório que receberiam os primeiros internos ainda não haviam sido finalizadas, começando a ocupação dos apartamentos apenas em março de 1928 e sendo inauguradas as duas primeiras seções em junho do mesmo ano. Esse início com estruturas modestas e poucos alunos em uma Escola com grandes edifícios era sinalizado por um “festejado diário carioca”⁷⁹ como um fracasso do empreendimento. Essa e outras manifestações contrárias geraram indignação no vice-diretor, que denunciou a “[...] injustiça, ainda naquele tempo, [que] se fazia á Escola e á agricultura mineira”. Contrariando as previsões pessimistas, com o passar do tempo, o Estabelecimento veio a se tornar “como um dos mais uteis, e a nossa agricultura, como realmente interessada em seu progresso” (LISBOA, 1935, p. 13).

Mesmo com as obras do dormitório ainda em curso, foi iniciada a recepção dos alunos internos. Os primeiros foram alojados no porão do edifício central — construído para ser um espaço para acomodar algumas atividades da Escola, mas que serviu inicialmente para abrigar os alunos. Rolfs (1927, p. 6) reconhecia que “não era absolutamente aconselhável utilizar-se, como dormitório permanente, o porão do prédio. Porém, por motivo da vigilância especial por parte da Directoria, bem como a cooperação do medico, não tivemos nenhuma dificuldade quanto á saúde dos alumnos”. As dificuldades iniciais não impediram a continuidade dos investimentos médico-higiênicos e, pelo contrário, deram à higiene um lugar de destaque no estabelecimento da Instituição.

Em face das preocupações de P. H. Rolfs — ao atestar a prevenção de doenças nos primeiros anos de funcionamento para garantia da boa reputação institucional —, foi

⁷⁹ No relato feito por Belo Lisboa, não é mencionado o nome do referido jornal.

feito um minucioso mapeamento da condição de saúde de todos os alunos ingressos na instituição. Conforme relatou:

Nas primeiras semanas, foi cada um submetido a exame pelo medico da Escola, sendo esta mais minucioso, e com fim de se descobrirem defeito, que deviam causar precauções especiaes por parte da Escola, e com o fim de evitar que os alumnos se prejudcassem em esportes ou trabalhos manuaes.

Além de outros pontos, foi feito estudo especial da variação em peso de cada alumno, e do peso que lhe seria mais certo, considerando-se a sua idade. (ROLFS, 1927a, p. 15-16).

A atuação da direção da Escola visou a construir um mapeamento inicial dos alunos ingressos, desvelando o estado físico e as estratégias a serem implementadas para o aprimoramento deles. Similar às estatísticas feitas com os operários, o exame para ancilostomíase acusou que apenas um dos estudantes testados não apresentava a doença, sendo que, entre aqueles cujos testes resultaram positivo, alguns possuíam duas ou mais espécies dos vermes intestinais. Feita a prescrição de remédio para os “verminosos”, os alunos Carlos Soares de Almeida e Francisco da Silva Guimarães, do Curso Médio, e o aluno Rubens Raposo, do Curso Elementar, recusaram-se tomar o medicamento.

Aparentemente, houve “consideravel desconfiança” entre os alunos para que aceitassem a medicalização, o que levou a direção a atuar com o exemplo: “[...] foi elle [o remédio] primeiramente tomado pelo Diretor, Vice-Diretor e professor de Agronomia. Diversas outras pessoas ligadas ao estabelecimento tambem o tomaram, sem que se registrasse um único caso de inconveniencia”. Como resultado do tratamento, houve um “immediato melhoramento das notas dos alumnos, no seu aspecto physico, e saude geral”. Em contrapartida, “é notável que os que não se submeteram ao tratamento são entre os que mostram menos vigor, notas regulares ou peores, e atrazo geral” (ROLFS, 1929, p. 16).

O resultado comemorado por P. H. Rolfs sugere uma relação direta entre o desempenho dos alunos e o seu estado de saúde. Para isso, foi feita uma simples comparação entre o grupo que se submeteu ao tratamento com o que se recusou a fazê-lo, demonstrando a eficácia da intervenção medicamentosa no rendimento escolar. Contudo, observamos que, entre os três alunos que se recusaram a tomar o remédio, apenas dois deles são destacados pelo seu baixo rendimento ao longo do primeiro semestre letivo, enquanto o outro aparece em destaque.

O aluno Francisco Guimarães apresentou dificuldades no aprendizado, tendo que prestar exame de segunda época em todas as matérias. Entre os professores, ele foi descrito como “fraco por causa da pouca instrução anterior” e “defeituoso em Portuguez” (ATAS DE CONGREGAÇÃO, 1927, p. 9). Já Carlos Almeida teve problemas com disciplina e chegou a ser admoestado pelo diretor por chegar atrasado pela terceira vez em dois meses de aula. Ao fim do semestre letivo, ele necessitou fazer exame de segunda época em cinco matérias, além de prova oral e prática em três. Ambos constituíram parte do total de 11 alunos que precisaram prestar algum exame de segunda época ao finalizar o primeiro semestre letivo. Por fim, o terceiro aluno que recusou a medicalização foi Rubens Raposo, que, ao contrário do que afirmou P. H. Rolfs, não apareceu entre os alunos com baixo rendimento. Ele chegou a ser destacado pelo professor de Aritmética pelo bom rendimento obtido na matéria e foi aprovado sem necessitar de qualquer exame de segunda época.

Além do rendimento escolar individual, o combate das doenças influenciou na continuidade das atividades da Escola e na boa frequência dos alunos. Os professores chegaram a demonstrar preocupação com o caso do aluno Clovis Garcez, que “tem estado ausente muito, por causa de doença” (ATAS DE CONGREGAÇÃO, 1927, p. 10), no entanto o episódio não chegou a produzir transtornos na Instituição. Com isso, Rolfs (1927, p. 16) afirmou que, “em todo o semestre, não se registrou caso algum de doença grave, ou que causasse perda [pelos alunos] de mais do que poucos dias de aulas”.

Assim, podemos perceber que P. H. Rolfs utiliza o discurso do rendimento escolar para convencer o pessoal esaviano das práticas profiláticas, sendo elas importantes tanto para o desempenho escolar individual quanto para o bom funcionamento da Instituição. Ao apontar que os alunos não medicalizados eram os que possuíam piores rendimentos, ele passa a desconsiderar outros elementos encontrados, como dificuldades no aprendizado e a indisciplina (caso do atraso), para apontar a doença como o fator central.

Mediante a experiência com o tratamento da ancilostomíase, ficou patente para a direção que o bom êxito no primeiro semestre de atividades deveu-se às intervenções médico-higiênicas sobre os alunos, levando Rolfs (1927, p. 16) a recomendar “que a Escola continue todos os semestres a realizar esses exames e tratamentos”. A continuidade das ações sugeridas por P. H. Rolfs deu legitimidade às intervenções médicas sobre o corpo social enfatizadas por Belo Lisboa e permitiu a intensificação das ações da direção e dos serviços de saúde no controle da saúde dos alunos. Fato é que, no

ano seguinte, as práticas de medição e pesagem foram acompanhadas por um projeto de aprimoramento físico do corpo discente.

Logo no início do semestre letivo, em março de 1928, todos os alunos dos Cursos Elementar, Médio e Superior foram submetidos a medição e pesagem. Essas aferições eram feitas no gabinete clínico destinado à Escola por Clarissa Rolfs⁸⁰ e tomavam como base a idade e a altura para indicar o “peso certo”, o qual era comparado com o peso atual. Para os cálculos, era tomada como referência a tabela de peso elaborada por um estudo da *Medico-Actuarial Investigation*, com uma amostra da população estadunidense, e veiculada por meio do folheto Pró-Saúde da Associação Christã de Moços do Brasil. Na ocasião das medições, os alunos eram conscientizados sobre o controle do peso para a prevenção de doenças (ROLFS, 1928, [s/p]).

Os dados obtidos caracterizaram um diagnóstico de precariedade física no corpo discente, em que o peso de mais da metade dos alunos estava 10% ou mais abaixo do valor de referência, enquanto apenas dois estudantes estavam acima do peso. Esse cenário presente fez levantar o seguinte questionamento: “É justo gastar as taxas do povo em educar alumnos cujo estado physico lhes impedem de aproveitar plenamente a oportunidade?” (ESCOLA..., [s/d], [s/p]).

Então, no decorrer do ano de 1928, foram feitos empreendimentos visando ao controle do peso corporal dos alunos, aproximando-os do “peso correto”. A alimentação oferecida no refeitório foi sistematizada com a elaboração de dietas para o controle do peso. Além do consumo de gorduras conforme instruído no folheto Pró-Saúde, para impulsionar a ingestão calórica, e de diferentes vitaminas, P. H. Rolfs incentivou o aumento do consumo de proteínas e minerais. Os equipamentos modernos com que a cozinha foi equipada e a produção de alimentos no terreno da Escola para consumo interno permitiram que os alunos recebessem uma “alimentação saudável” e periódica (ESAV, 1939).

Por meio de preleções, os alunos eram conscientizados sobre a importância da dieta na higiene preventiva. O corpo foi comparado com uma máquina, enquanto o alimento era visto como combustível, alimentando-o com “água, carboidratos, frutas, minerais e vitaminas” para um bom funcionamento (ROLFS, 1928, [s/p]). Fazendo uso

⁸⁰ Clarissa Stone Rolfs (1898-1965) era filha de P. H. Rolfs e veio com o pai ao Brasil para que pudesse auxiliá-lo nos trabalhos da ESAV. Ela era formada em Economia Doméstica e atuou ajudando seu pai na tradução de publicações e correspondências para o português, sendo colocada como coautora em alguns de seus trabalhos publicados.

da fisiologia, os alimentos, uma vez bem administrados para o consumo, permitiriam aos alunos o ganho de eficiência nos trabalhos e de robustez. Assim, a alimentação passa a ser pensada e sistematizada pela direção, que a incorpora no projeto de melhoramento físico dos alunos esavianos, já que “a saúde supõe uma boa energia de combustão” (VIGARELLO, 1996, p. 191).

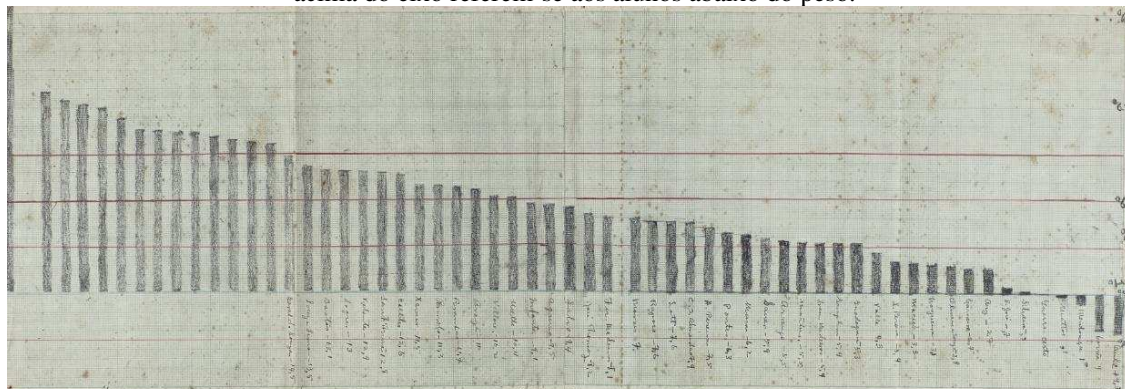
Essa representação do corpo enquanto uma máquina que necessita de combustível esteve no cerne do pensamento higienista. Para Góis Junior (2003), ela favorecia a popularização de hábitos higiênicos entre os trabalhadores da indústria, tornando-os produtivos. De forma similar, a analogia poderia se fazer presente entre os alunos esavianos, que, após instruídos pela ESAV, iriam se apropriar desses saberes visando ao aumento do rendimento no trabalho no campo.

Em face das modificações feitas na alimentação do refeitório, no ano seguinte, os alunos Carlos Infante e Oswaldo Pimenta aproveitaram a oportunidade em um questionário para se queixar da “alimentação um pouco concentrada” servida aos alunos e da pouca melhora que viera a ocorrer apenas no mês de dezembro de 1929 (QUESTIONÁRIO..., 1929, [s/p]).

Além do controle da alimentação, os exercícios físicos participaram no controle do peso dos alunos. A instituição se comprometia a estimular a “educação physica” por meio de “desportos recomendados como efficientes” (REGULAMENTO, 1926), no entanto, em 1928, ainda não haviam sido instaladas estruturas para a prática esportiva. Com isso, nos primeiros anos, houve a circulação de diferentes sargentos incumbidos do aprimoramento físico dos alunos por meio da instrução militar.

Feitos os empreendimentos com o acompanhamento de uma rígida vigilância institucional, os alunos foram novamente pesados e medidos em 3 de dezembro de 1928. Os novos resultados apresentaram um aumento do peso de 4% na média geral, sendo que um aluno alcançou o “peso certo”, quatro estiveram acima e os demais permaneceram abaixo do peso de referência para a altura (Figura 18). Estar acima do ideal seria mais desejável que estar abaixo, pois afastaria a fraqueza física característica dos rurais e aumentaria a média geral. Entretanto, a redução do peso dos dois alunos que estavam acima no início do ano — um de 7% para 4% de diferença, e outro de 3% para 0,3% negativo — pode indicar que era exigido dos alunos o “peso certo” como o único adequado para a saúde almejada.

Figura 18 – Gráfico do percentual de diferença do peso certo para cada aluno (1928). No eixo “y” (vertical), valores de diferença em percentual; no eixo “x” (horizontal), as colunas dispostas representando cada aluno. Da esquerda para a direita, estão dispostos, em ordem decrescente, o percentual de diferença do “peso correto”. As quatro últimas colunas, abaixo do eixo “x”, representam os alunos acima do “peso correto”, e as colunas acima do eixo referem-se aos alunos abaixo do peso.



Fonte: University of Florida Digital Collections.

A nova classificação do estado físico do corpo discente indicou que um maior número de alunos se aproximou do valor de referência: 14 deles alcançaram 5% ou menos de diferença do “peso certo”, 18 alcançaram entre 5% e 10%, e 27 estavam com 10% ou mais. Buscou-se destacar os estudantes com o melhor físico e quem mais se aperfeiçoou durante o ano, servindo de exemplo para os demais. Não foi possível identificar nos registros se existiu algum tipo de gratificação junto ao destaque que era conferido aos alunos, no entanto foi encontrado um protesto do estudante Paulo Martins de Abranches que se opunha à prática de classificação feita na Escola, afirmando: “Acho que não deveria dar menção honrosa a alumnos nem tão pouco fazer classificação de alumnos. Penso que isto não constitui estímulo” (QUESTIONÁRIO..., 1929, [s/p]). Já outro aluno, Paulo Salvo, fez um pedido para que fosse abolida a menção honrosa.

Apesar das constantes classificações dos alunos, as manifestações contrárias dos alunos Paulo Martins de Abranches e Paulo Salvo demonstram que nem todos estavam contentes com o sistema de comparação adotado pela Escola. Ambos os alunos reconheciam uma melhora considerável em sua saúde durante a permanência na Instituição, contudo, conforme o primeiro aluno afirmava, a classificação poderia desestimular uns, pela discriminação do seu rendimento, em favor de outros.

Em dezembro os professores e a direção também foram submetidos a medição e pesagem, verificando uma variação do peso entre o corpo docente ainda mais contrastante que o resultado encontrado entre os alunos. Os dados mostraram que dois professores estavam com 29,5% e 28,9% abaixo do “peso correto”, enquanto outro deles estava com 19,7% acima. Assim como na classificação entre os estudantes, foram destacados o vice-diretor Belo Lisboa e o Sargento Paiva, que tiveram os melhores resultados (+ 6,2% e - 6,8%, respectivamente). Não foram encontrados registros que demonstrassem alguma ação sobre o estado de saúde dos professores, contudo o ato de expor os melhores resultados entre eles e classificá-los nos sugere uma coação para que tomassem consciência de seu estado físico.

Nesse momento de edificação inicial da Escola, em 1928, a exigência aos alunos de robustez e saúde não encontrava correspondência entre os professores e a direção, senão em Belo Lisboa — que atuava ativamente em prol da higiene no Estabelecimento — e no Sargento Paiva — responsável pela formação física dos alunos. Nela se impunha um projeto de formação e educação do corpo aos jovens rurais, estando os professores e a direção no lugar de veiculadores de uma moral do físico alheia. A estratégia de classificar os alunos, instituindo exemplos de físico ideal e do melhor aperfeiçoamento possível em um ano, supria a contradição presente na Instituição. Igualmente, permitiria ao Estabelecimento exigir um aperfeiçoamento constante em favor do combate à fraqueza física dos alunos, que, no olhar de higienistas, era característico da precariedade do campo e da situação de doença (PENA, 1923).

Com o fim do semestre letivo de 1928, findou-se o contrato de P. H. Rolfs como diretor. Logo no início de 1929, o estadunidense foi convidado para se tornar consultor técnico de agricultura do estado de Minas⁸¹, enquanto Belo Lisboa assumiu a direção da instituição, comprometendo-se com o estabelecimento dela. O novo diretor finalizou a coordenação da construção da Escola assim que foi consolidada a construção do vultoso arranjo higiênico estruturado para compor o espaço educativo e passou a dirigir os trabalhos administrativos e pedagógicos.

Durante o primeiro ano de direção de Belo Lisboa, houve um salto de mais de 50% no número de alunos matriculados, passando para 125 matrículas (LISBOA, 1931).

⁸¹ P. H. Rolfs optou por continuar residindo na Escola e, a pedido de Belo Lisboa, permaneceu na casa do diretor. Assim, o estadunidense pôde dar prosseguimento a seus trabalhos na Instituição, de produção e divulgação de saberes higiênicos por meio da agricultura. Esse ponto será explorado no próximo capítulo.

O aumento do número de alunos também foi acompanhado pelo aprimoramento de algumas ferramentas institucionais que serviriam à formação física e ao cuidado da saúde dos alunos.

Conforme apontou Lisboa (1929), houve o aprimoramento da instrução militar e dos materiais disponibilizados para a oferta dos exercícios militares, que compunham a formação física dos esavianos. Já os serviços de saúde tiveram uma mudança mais radical, sendo que foi extinto o primeiro serviço de saúde que dava suporte aos operários — e se estendeu até as primeiras turmas — e foi criado o Serviço de Saúde da ESAV, com a oferta dos serviços médicos, de farmácia e dentista para professores, alunos e funcionários da Escola. Para seu funcionamento, obteve-se o auxílio do Hospital Regional de Viçosa, criado como parte das políticas de saneamento dos sertões durante o governo de Arthur Bernardes em Minas. Nele foi mantido um consultório médico sob a direção do médico dr. José Felicissimo de Paula Xavier, “que além dos serviços clínicos, instrue semanalmente os alumnos, em assumptos de prophylaxia rural” (LISBOA, 1929, [s/p]). Além disso, conforme Belo Lisboa, eram feitas visitas diárias pelo médico com duração de uma hora e sempre que fosse necessário.

Já o serviço dentário ocorria em um gabinete, também mantido no mesmo hospital, com consultas realizadas por dentistas indicados pelo pessoal da Escola. Para a montagem e a conservação do gabinete dentário, a Escola despendeu parte de seus recursos financeiros (6:258\$015 – seis contos, duzentos e cinquenta e oito mil e quinze réis)⁸² como forma de auxiliar o Serviço de Saúde. Por fim, os medicamentos e instrumentos clínicos eram obtidos mediante a concorrência “administrativa e por preços rasoaveis” entre farmácias da cidade de Viçosa (LISBOA, 1929).

Ainda, para além da ampliação das práticas higienizadoras, indo além do combate à ancilostomíase, começou-se a investir em novas práticas para o aprimoramento físico dos alunos. Conforme relatou:

Foi organizado o servio [sic] de Desportos, baseado em normas scientificas de modo a proporcionar aos alumnos o indispensavel melhoramento physico. Eram os desportos, a principio, superintendido por um club dos alumnos, não tendo dado bom resultado tal systema. (LISBOA, 1929, [s/p]).

⁸² Para mensurar quanto a quantia representa, tomamos novamente como parâmetro o salário do professor catedrático, que, com exceção do diretor, era o maior salário atribuído na Escola. Considerando o valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) recebido por um professor catedrático (REGULAMENTO, 1926), a contribuição da Escola para a montagem e a conservação do gabinete dentário representou o acumulado de mais de cinco meses de salário de um catedrático.

Após assumir a direção, os desportos tiveram sua organização assumida pela Escola, sendo institucionalizados e tornando-se assim mais uma ferramenta a favor da higienização dos alunos esavianos⁸³. Sua justificativa residia na ausência de resultados úteis à formação almejada pela instituição, sendo o sistema cultivado entre os próprios estudantes considerado ineficiente ou mesmo maléfico à Instituição⁸⁴. Assim, o Serviço de Desportos foi instituído na forma de “educação physica”, que passou a ser ministrada pelo sargento da Instituição e implementada na grade curricular dos alunos em dois períodos de duas horas por semana (LISBOA, 1929). Tal como frisou Lisboa (1929, [s/p]):

[...] é indispensavel que o Estabelecimento continue a cercar com carinho [o] serviço de Desportos, que alem do melhoramento physico, proporciona distração e salutar occupação aos alumnos, nas horas de lazer os educandos devem ser sempre occupados com actividades salutaes.

Os interesses de Belo Lisboa no aperfeiçoamento dos alunos possibilitaram posteriormente a construção da praça esportiva, por iniciativa do Sargento Kummel (SARGENTO..., 1941). Os esportes passaram a ter destaque na Escola, constituindo “parte importante na educação física” e foram “incentivados por todos os meios, para que se estabeleçam firmemente na Escola, e influam dicididamente para que os seus alunos adquiram os habitos higienicos de sua pratica” (LISBOA, 1931, p. 32).

⁸³ A partir da mudança de Regulamento, em 1931, existe uma alteração das disposições do artigo que regula a prática de “educação physica”. Em vez de estimular a prática dos alunos promovendo o exercício dos desportos (REGULAMENTO, 1926), seja por meio de espaços ou incentivos, o novo regulamento da Escola prevê a organização do “serviço de desportos” com a finalidade de estimular a “educação physica” (REGULAMENTO, 1931). Ou seja, é garantido, por regulamento, que a orientação da prática compita a um serviço específico da Escola. Acompanha a mudança a promoção de excursões para quem não tem reprovações e a sujeição de todos alunos às práticas, com uma frequência mínima obrigatória.

⁸⁴ As fontes reunidas são insuficientes para afirmar a forma como os desportos eram geridos pelos alunos, no entanto identificou-se que eles mantiveram um time de futebol fundado em 1928. Os alunos treinavam entre eles e competiam com o time dos funcionários, que existia desde 1923, e com um time da cidade de Viçosa. Borges, Sabioni e Magalhães (2000) afirmam que, em decorrência da rivalidade existente entre o time esaviano e o clube de Viçosa, as partidas, que eram acompanhadas pelas moças da cidade, quase sempre terminavam em pancadaria.

Figura 19 – Time de alunos da ESAV (1931). São identificados na primeira fila, da esquerda para a direita, os alunos Vianneti e Antônio Secundino de S. José, Pimenta, (o terceiro na fila) e José Tomaz Teixeira (na extrema direita). Na segunda fila, o segundo da esquerda para a direita é o aluno Geraldo Gonçalves Carneiro.



Fonte: Lócus UFV.

Mediante a primeira reorganização e a implementação dos esportes entre as práticas higienizadoras organizadas pela Escola, Belo Lisboa comemora os resultados conquistados ao fim do seu primeiro ano como diretor, parabenizando o Sargento Paiva pelo “brilhante resultado alcançado no corrente ano” (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1929, p. 24). Além disso, a pedido do novo diretor, foi feito um voto de louvor “pelo bom andamento do serviço de saúde, da Escola” (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1929, p. 29).

Para fazer um balanço da atuação higiênica da Escola sobre corpo discente, nos primeiros anos de funcionamento, a direção aplicou um questionário aos alunos ao final de 1929, que, entre outros objetivos, buscava identificar se, durante sua permanência, a saúde dos alunos melhorou. Entre 74 alunos, 18 deles afirmaram ter mantido o mesmo estado de saúde após o ingresso na Instituição, incluindo Carlos Soares de Almeida e Rubens Raposo, que recusaram a medicalização em 1927. Já o aluno Antônio Secundino de S. José, que afirmou ter tido sua saúde conservada pela Escola, demonstrou conhecer

os fatores que implicavam a constituição da saúde e enfatizou a presença deles durante sua permanência. Conforme afirmou: “O meu estado de saúde, há 5 anos que não sofre abalos. Contudo eu creio que a vida ao ar livre, o exercício e a hygiene offerecidos pela Escola constituem facto importante na estabilidade de minha bôa saúde” (QUESTIONÁRIO..., 1929, [s/p]).

Aliado ao exercício físico, a organização disciplinar da Escola aparece no relato do aluno Sebastião de Souza Lima associada à construção da saúde, quando o aluno afirma:

A minha saúde foi muito melhorada e continua a melhorar cada vez mais; não só pelos exercicios físicos [sic], e também pela parte da hora certa, que impede as farras até ás altas horas da madrugada, como também o vicio do alcoolismo que felizmente nunca tive, inclinação para tal vicio, e que procuro sempre afastar dos viciados. (QUESTIONÁRIO..., 1929, [s/p]).

O aluno Sebastião de Souza Lima confirmou a melhora ocorrida na sua saúde, que, além de favorecida pelos exercícios físicos, foi possibilitada pela higienização dos vícios que não eram tolerados pela Instituição. No entanto, o comentário do aluno parece ter sido recebido com um tom de denúncia pela direção, que grifou a parte referente às farras na madrugada e ao vício do alcoolismo sinalizando com “vide a prova”.

As intervenções médico-higiênicas também foram reconhecidas na melhora da saúde. Os exames realizados para ancilostomíase, seguidos da medicalização, resultaram na eliminação de verminoses dos alunos Geraldo Carneiro e Oswaldo A. do Valle, que atribuíram a esse acontecimento a melhora de sua saúde. O aluno Oswaldo A. do Valle relata que já era forte quando ingressou na Escola, no entanto, “devido ao combate aos vermes sinto-me actualmente mais forte e com mais coragem” (QUESTIONÁRIO..., 1929, [s/p]).

A manutenção dos exercícios físicos e da alimentação, controlados anualmente, são atestados na melhora da disposição geral do aluno Paulo Salvo, que desenvolveu seu físico e adquiriu “maior disposição pelo trabalho e uma vida sempre alegre”. Os alunos Joaquim Braga, Romulo Peltier Gonçalves e Rubens Benatar puderam notar um aumento na força e na robustez. Já Gastão Vieira Bastos, Olympio de Resende Reis e Celso Anastacio Barbosa atestaram a melhora da saúde pelo ganho de peso. Entusiasmado, Olympio Resende Reis afirmou que “gozo-me optima saúde durante este periodo em que estive neste estabelecimento, engordei-me 7 kilos”, enquanto Celso Anastácio Barbosa

se vangloria de ter ganhado dez quilos durante sua permanência (QUESTIONÁRIO, 1929, [s/p]).

Os relatos dos alunos correspondem às pretensões institucionais no combate às verminoses e à fraqueza física, vistas pelos higienistas como causa do atraso e da indolência dos rurais. Ao atacar a ancilostomíase — considerada “doença da preguiça” —, a Escola permitia o melhoramento físico empreendido pela alimentação e pelos exercícios físicos, e, igualmente, supria o apelo dos higienistas Belisário Pena e Monteiro Lobato. Naquele momento, a infestação da doença entre os rurais era apontada pelos higienistas e tida como primeiro alvo das campanhas higiênicas (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Em 1931, o controle do peso dos alunos e as ações do Serviço de Saúde continuam a ser realizadas, mesmo elevando-se o corpo discente para 173 matriculados. A higiene aparece de forma prestigiosa no relatório do diretor, que considera o estado de robustez dos alunos “plenamente satisfatório” (LISBOA, 1931, p. 16). Com o auxílio do novo Serviço de Saúde, dirigido pelo médico dr. José Felicíssimo de Paula Xavier, o estabelecimento continuou “sem esmorecimento na luta encetada contra a sífilis e as doenças venereas, verminoses e alcool, sendo excelente os resultados que vem conseguindo” (LISBOA, 1931, p. 16).

Entre as enfermidades graves atendidas pelo Serviço de Saúde, houve apenas um caso de apendicite, nenhum registro de morte e um aumento na procura do gabinete dentário. Conforme os registros anunciados pela direção, em 1931 foi realizado um total de 727 procedimentos dentários, 1.665 consultas médicas, 1.310 receitas expedidas, 186 injeções diversas e 89 curativos (LISBOA, 1931).

Ao destacar o aumento na procura pelo gabinete dentário, após quatro anos de funcionamento do Serviço de Saúde, a instituição demarcava um ganho higiênico importante. A boca e os dentes estavam entre as regiões corporais tradicionalmente enfatizadas nos tratados de polidez, que, com o advento das descobertas bacteriológicas, sinalizavam uma via de penetração pouco observada pela população (VIGARELLO, 1996). Logo, a ênfase dada ao maior cuidado com a higiene bucal e dos dentes entre o pessoal da Instituição buscava sinalizar a recepção de práticas higiênicas empregadas pela Escola.

Os diferentes serviços ofertados refletiram em uma melhora geral na comunidade esaviana. A direção relata que, com a aplicação contínua e obrigatória dos serviços entre os funcionários e os alunos, foi possível observar a formação de uma mentalidade voltada

para a medicina preventiva, “e á proporção que o pessoal do Estabelecimento se firma no principio de utiliza-la, medicando-se no inicio das enfermidades, aparecem com mais evidencia as suas vantagens” (LISBOA, 1931, p. 29).

Com isso, a regulamentação interna elaborada para dar início às atividades de ensino da ESAV foi impregnada por saberes de higiene produzidos no contato com os operários de construção. Ela teria como fim assegurar à Escola a defesa dos males que pudessem ser trazidos pelos alunos, como os vermes da ancilostomíase, e instituir a regulação dos hábitos e dos comportamentos higiênicos entre o corpo discente. Além disso, investiu-se em práticas de controle do peso de todos os alunos, obrigando-os à manutenção de uma boa saúde.

4. REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE E A FORTALECIMENTO DO PODER MÉDICO-HIGIÊNICO NA ESAV

“Pois é isso, sêo Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que a Ciencia disser” (LOBATO, 1956, p. 334).

Este capítulo tem por objetivo analisar a manutenção de práticas higiênicas, constituídas desde o período de construção da Escola, para o estabelecimento do projeto formador esaviano. Para isso, nos debruçamos sobre as transformações institucionais ocorridas a partir de finais do ano de 1931 e seus efeitos sobre a presença dos serviços de saúde e das práticas de higiene na instituição. Num primeiro momento, demonstramos a atuação da direção da Escola para promover uma expansão de suas atividades médico-higiênicas. Como resultado dessa maior abertura institucional, indicamos – na forma de subtítulos – a reorganização de práticas higiênicas já existentes e de outras ferramentas formativas, decorrentes da atuação do Serviço de Saúde da ESAV.

A primeira divisão deste capítulo trata das ações de combate à verminose entre o pessoal esaviano, seguida do combate à sífilis e, posteriormente, das estratégias para a formação de uma mentalidade pautada na higiene preventiva. E, por fim, na última parte, demonstramos a atuação de Belo Lisboa durante seu último ano de direção, junto ao novo médico esaviano, para garantir a continuidade da participação da higiene no arranjo institucional.

O encerramento das atividades da ESAV no ano de 1931 foi especialmente importante para o estabelecimento do seu projeto formador. Ele representou a passagem de um período de consolidação das ferramentas higiênicas iniciais para a ampliação de sua difusão entre os sujeitos a ela vinculados, direta ou indiretamente. Como veremos adiante, foram acontecimentos que marcaram essa transição a formatura da primeira turma do Curso Superior em Agronomia e o ganho de autonomia administrativa e pedagógica da Escola, além da publicação de um novo regulamento em finais de 1931. Tais acontecimentos alimentaram um certo otimismo quanto à atuação da Escola no interior de Minas e permitiram a expansão das atividades do Serviço de Saúde, que, aliada às pretensões higienistas encabeçadas por Belo Lisboa, resultaram em uma reestruturação dos serviços ofertados e no fortalecimento do poder médico-higiênico na ESAV.

A formatura da primeira turma do Curso Superior em Agronomia em finais de 1931 demarcava o êxito do projeto educativo construído por P. H. Rolfs e continuado por

Belo Lisboa. Naquele momento, a Instituição alcançava a participação na formação superior de profissionais e consolidava quadros de formandos em todos os níveis (Elementar, Médio e Superior)⁸⁵. Além disso, a convite de Belo Lisboa, as festividades contaram com a notável presença dos conferencistas da IV CNE. A participação deles era significativa à Escola, que, na Congregação, registrou a “grande honra” pela visita à formatura (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1932). Na ocasião, também foi realizada uma solenidade do plantio de árvore em homenagem aos formandos⁸⁶ (Figura 20).

Figura 20 – Solenidade de plantio da árvore à primeira turma de formandos do Curso Superior em Agronomia (1931). À esquerda encontra-se P. H. Rolfs; mais ao centro, o Bispo de Mariana; ao centro (com roupa branca), os formandos do Curso Superior; e à direita, Belo Lisboa.



Fonte: Locus da UFV.

Em 15 de dezembro de 1931, foi publicado o Decreto nº 10.154, assinado pelo secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Viação e Obras Públicas, que concedeu autonomia administrativa e pedagógica à ESAV, com a justificativa de que ela pudesse

⁸⁵ Naquele momento os cursos vigentes alcançaram a formação dos alunos. Nesse grupo desconsidera-se o Curso de Superior em Veterinária, que, como foi informado anteriormente, recebeu a primeira turma de alunos somente em março de 1932.

⁸⁶ O plantio de árvore era uma prática realizada na instituição em ocasiões festivas, com registros desde a década de 1920. Atualmente, essa prática continua sendo realizada na UFV, de forma semestral, em comemoração às turmas de formandos.

atingir mais facilmente sua finalidade (REGULAMENTO, 1931). A medida possibilitava a expansão das atividades da Escola, que deveria submeter suas ações administrativas, regulamentares, orçamentárias e pedagógicas a uma Junta Administrativa composta por fazendeiros do estado⁸⁷. Conforme Azevedo (2005), a criação dessa instância superior seguia, em linhas gerais, os preceitos que orientavam a organização dos *Land Grant Colleges* estadunidenses, ora defendidos por P. H. Rolfs. Assim, além de permitir uma aproximação às suas congêneres, a nova organização da ESAV permitiria uma administração interna mais eficiente e próxima aos interesses dos fazendeiros rurais. Suas ações estariam subordinadas à Junta Administrativa e não mais à Secretaria de Agricultura do Estado.

Barbosa (2004) ressalta que, apesar da concessão da autonomia, ela foi apenas parcial, pois, nos anos que seguiram, ocorreram diversas ingerências por parte do executivo estadual que, direta ou indiretamente, interviam nos rumos da instituição. Segundo Azevedo (2005), as ingerências eram produzidas pela falta de regularidade no envio de verbas, que tornava a ação da Junta Administrativa dependente dos recursos orçamentários do estado. O autor localizou que as irregularidades no envio de verbas vinham se apresentando desde o ano de 1930 (AZEVEDO, 2005). Todavia, apesar desses empecilhos que acompanhavam a administração de Belo Lisboa, elas não o impossibilitaram de ampliar a presença da higiene na Escola.

No Relatório Anual de 1931, que até então foi o último apresentado ao Governo de Minas, o diretor buscava sinalizar algo ao estado e mesmo à Junta Administrativa, que seria a nova instância à qual sua administração estaria subordinada. No relatório, a atuação institucional aparecia impregnada por um sentido patriótico. A formação consolidada ao fim dos quatro primeiros anos era sugerida como uma contribuição para a reforma da agricultura que ultrapassava as fronteiras de Minas Gerais⁸⁸. Essa reforma

⁸⁷ Os artigos nº 101 a 110 do novo regulamento tratavam das disposições administrativas da ESAV, sujeitando-a a uma Junta Administrativa. Conforme previsto, ela deveria ser constituída por nove membros nomeados pelo presidente do estado. Eles não poderiam estar exercendo cargos públicos ou eletivos, e deveriam estar distribuídos pelas diferentes zonas administrativas do estado, sendo que o representante da Zona da Mata deveria residir em uma cidade diferente da sede da Escola. Os mandatos seriam de três anos, e a Junta deveria ser renovada anualmente em um terço de sua composição (REGULAMENTO, 1931). A primeira reunião da Junta Administrativa ocorreu em 1º de fevereiro de 1932, na Escola, e ficou definido que elas ocorreriam semestralmente (AZEVEDO, 2005).

⁸⁸ Apesar de as contribuições extrapolarem as fronteiras de Minas, como é sugerido, Belo Lisboa não aparenta negar o pertencimento estadual da Escola e, pelo contrário, alimenta as contribuições da obra educacional de Minas para o cenário nacional, seja higienizando aqueles sujeitos de outros estados que chegam até ela, seja atuando como exemplo para outras Escolas Superiores do Brasil. Inclusive, numa reunião da congregação em fevereiro de 1935, Belo Lisboa alerta quanto ao limite de matrículas de alunos de outros Estados, informando “ser esta Escola de carácter regional, destinada á reforma do

passaria pelo aprimoramento físico dos rurais, na formação de um povo forte e capaz de constituir a unidade nacional (LISBOA, 1931).

Para Belo Lisboa, a atuação no aperfeiçoamento físico dos alunos foi uma conquista institucional a ser mantida e que alimentava as esperanças dos educadores por uma atuação em “pról dos destinos patrios”. Como era afirmado: “não tememos exagerar que, observados, sob certos pontos de vista, [os alunos] não poderão temer a concorrência de melhores, e nenhum outro paiz, de civilização muito mais desenvolvida que o nosso” (LISBOA, 1931, p. 16).

O otimismo de Belo Lisboa aparece como um reflexo da melhora da saúde e da higiene geral entre os alunos da Escola, tornando-se veiculadores de uma atuação a favor do aperfeiçoamento do povo rural. Para isso, eram alimentadas ideias que, inspiradas no “grande filósofo ruralista” Alberto Torres, denunciavam que “o nosso grande problema é econômico” (ESAV, 1939, [s/p]). Assim, Belo Lisboa acreditava que, suprimindo as doenças e a fraqueza física pela disseminação da higiene, seria possível expandir a produção agrícola no território nacional e equiparar a economia brasileira à das grandes nações (LISBOA, 1931). Essa estratégia, portanto, seria servida pela educação integral ofertada na ESAV.

Não obstante, as ideias veiculadas por Belo Lisboa se atrelavam indiretamente ao projeto de saneamento dos sertões de Belisário Pena. Conforme o higienista mineiro:

Preserve-se das doenças, alimente-se convenientemente, dê-se-lhe instrução, e a produção do seu trabalho egualará á dos mais robustos lavradores europeus.

Os nossos caipiras e caboclos que escapam ás endemias nada deixam a desejar quanto ao vigor physico e á resistência aos mais árduos misteres, auxiliados ainda por inteligência lucida e prompta. (PENA, 1922, p. 33).

O projeto higiênico disseminado por Belisário Pena confiava à higiene o caminho para o desenvolvimento do campo e da economia brasileira, e era conveniente ao pensamento cultivado pelo então diretor da Escola (LISBOA, 1931; 1935). De forma similar, a prerrogativa da existência de uma inteligência dos caipiras e caboclos por trás da imagem de atraso encontrava correspondências no ex-diretor e ainda residente na

Estado de Minas, não se justificando, por isso, a predominancia de alumnos de outros Estados, embora fosse, alem de prazer, um grande beneficio na reforma geral do Paiz” (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1935, p. 83).

Escola P. H. Rolfs⁸⁹ (ROLFS, 1930; 1931). Partindo dessas recepções das ideias higienistas no pensamento cultivado na ESAV, é possível pensar nos investimentos contínuos feitos por Belo Lisboa no projeto formador esaviano, incumbindo à higiene o caminho para o estabelecimento e progresso da ESAV.

Nesse sentido, o novo regulamento, que foi instituído em 15 de dezembro de 1931, possibilitava a ampliação das ações higiênicas e sanitárias na instituição. Para isso, foram intensificadas as exigências para admissão de alunos, empregados e professores. O atestado de saúde exigido para admissão dos alunos passou a ser, explicitamente, o atestado médico, enquanto, para a admissão de qualquer servidor, seria exigido um “atestado medico passado pelo medico deste [do estabelecimento] ou por outro a criterio da Directoria” (REGULAMENTO, 1931, p. 32). Além disso, a conduta moral-social se tornou de primordial importância na contratação de professores, em um espaço que, como foi visto anteriormente, manteve um apreço pelo asseio corporal. E, exclusivamente para os diaristas, a Escola se reservava ao direito de expedir a ficha de sanidade pelo serviço de saúde do estado, e também era exigido que frequentassem as escolas noturnas anexas — mantidas desde o período de construção — caso fossem analfabetos (REGULAMENTO, 1931).

As exigências anteriormente citadas permitiriam um maior controle da higiene corporal entre aqueles que viriam a compor a instituição, contudo, durante sua permanência, era necessário que a Escola fosse assegurada das doenças que persistiam entre os rurais. Para isso, expandiram-se as atribuições do Serviço de Saúde da ESAV. A limitação de “um exame dentário annual” (REGULAMENTO, 1926, p. 49) deixou de existir, e foi dado o direito “a exame dentario semestral” (REGULAMENTO, 1931, p. 32) sem demarcar a limitação de apenas uma consulta. Foi intensificada a intervenção médica para além do espaço escolar e do seu pessoal, concedendo o direito de acesso ao Serviço de Saúde para “as pessoas da familia do funcionario e as que residam sob o seu tecto”, e foi incluída a rigorosidade na exigência “bom estado de saude de todos os servidores e alumnos do estabelecimento” (REGULAMENTO, 1931, p. 32). A exigência

⁸⁹ Identificamos que a primeira equiparação feita por P. H. Rolfs entre os rurais brasileiros e os *cowboys* estadunidenses ocorreu em 1930, ao afirmar que “elles [os alunos da ESAV] são tão sensíveis aos estímulos educativos como os alunos da Escola Superior de Agricultura do Estado da Florida” (ROLFS, 1930, p. 10). Essa afirmação, que posteriormente passa a ser associada ao grau inteligência dos brasileiros, parece ser repercutida por Belo Lisboa e, certamente, reforçou a necessidade de um estímulo pela higiene. Em 1947, na formatura dos engenheiros agrônomos, o professor Diogo Alves de Melo relembra um episódio em que P. H. Rolfs afirmava aos alunos sua não inferioridade perante os americanos (EXAUTAÇÃO..., 1947).

de mudança de residência, por motivo de higiene ou moralidade, passaria a ser atribuída não mais apenas aos alunos, mas também a todo o pessoal da Escola.

Assim, podemos perceber uma expansão das marcas de higiene que impregnam o novo regulamento da ESAV, acompanhada da ampliação da autoridade médica. A exigência higiênica, validada por médicos, poderia perpassar desde a entrada dos sujeitos na Instituição, passando pela sua permanência no espaço educativo, até as residências de todos aqueles servidores e alunos que residiam na cidade. Ao atribuir grande parte das ações ao médico que estivesse a serviço da Escola, as validações por meio de atestados médicos ou inspeções sanitárias permitiriam garantir uma rigorosidade na higiene dos corpos e das residências.

O aumento das atribuições do Serviço da Saúde da ESAV, acompanhado do crescimento, nos anos posteriores, no número de alunos⁹⁰ (e conseqüentemente também no de professores), intensificou a atuação do médico encarregado da Escola⁹¹. No ano de 1931, foram registradas 3.232 atividades, sendo 1.665 consultas, 275 injeções e curativos, 1.310 receitas expedidas⁹² e 73 atestados médicos. Com o aumento das atribuições, no ano de 1933, registraram-se 8.193 atividades, sendo 2.983 consultas, 1.530 injeções e curativos, 3.289 receitas expedidas e 391 atestados médicos. Apesar de terem sido inclusos os familiares do diretor, dos professores e dos funcionários, em 1933 apenas 118 consultas os envolveram (21, 75 e 22, respectivamente). Com a inclusão de novos sujeitos atendidos pelo médico do Serviço de Saúde, pode-se perceber um aumento nas práticas de medicalização devido ao crescimento irregular do número de consultas (179%) e do número de receitas expedidas (251%) entre 1931 e 1933 (LISBOA, 1931; TORRES, 1933).

Em 1933, surgiram as primeiras dificuldades e as manifestações do diretor pela reestruturação do Serviço de Saúde. Em julho do ano corrido, eram apresentadas dificuldades no serviço médico, que, mesmo com o aumento no movimento do consultório, ainda mantinha apenas o horário de 10h 30 às 11h 30 para os atendimentos. Em decorrência disso, o médico encarregado precisou realizar atendimentos de

⁹⁰ Conforme consta nos registros da ESAV, o número de alunos matriculados ascendeu progressivamente até o ano de 1935, sendo: 25 alunos em 1927; 50 em 1928; 125 em 1929; 153 em 1930; 173 em 1931; 219 em 1932; 248 em 1933; 340 em 1934; e 346 em 1935 (LISBOA, 1935).

⁹¹ A comparação do movimento no consultório dentário não foi realizada, pois, em agosto de 1933, houve a mudança do dentista que atendia o pessoal da Escola. Pudemos localizar apenas o relatório referente aos meses de agosto a dezembro, que apresentou um aumento percentual no número de procedimentos realizados.

⁹² Até o ano de 1934, as receitas realizadas pelos médicos eram utilizadas para a retirada de medicamentos em farmácias da cidade, que eram pré-estabelecidas pela Escola.

professores, funcionários, operários, familiares deles e alunos, que, por vezes, o procuravam fora do horário estabelecido (TORRES, 1933). Além disso, quanto ao gabinete dentário, passaram a surgir reclamações de professores e alunos sobre o dentista encarregado, que não lhes passava confiança no serviço (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1933a). As dificuldades foram levadas para a reunião da Congregação por Belo Lisboa pela primeira vez em julho do ano corrido, ocasião em que foi sugerida a contratação de médicos para ampliar o atendimento e discutido o caso do dentista, sem que naquele momento conseguissem chegar a uma solução para o caso (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1933a).

Como solução para os problemas do consultório médico, Belo Lisboa solicitou à Junta Administrativa um médico *full-time*, para que pudesse atender o pessoal da Escola em tempo integral. No entanto, em função das dificuldades financeiras, o pedido foi barrado momentaneamente. O assunto foi retomado em agosto na Congregação, por Belo Lisboa, informando aos professores os impedimentos financeiros ocorridos. Também, em proveito da ocasião, o diretor informou que o dentista encarregado não continuaria mais servindo à Escola, o que causou a instabilidade dos serviços no consultório (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1933b).

Em face das dificuldades que se apresentavam, Belo Lisboa direcionou os acontecimentos para a Congregação, solicitando aos professores sugestões para que o Serviço de Saúde pudesse ser melhorado. Enquanto isso, ele se comprometeu a solicitar ao médico encarregado um maior auxílio à Escola, enquanto eram estudados os candidatos sugeridos pela Congregação (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1933b).

O aumento das atribuições dos Serviços de Saúde no novo regulamento não foi acompanhado por novos investimentos, incidindo nas dificuldades que se apresentaram em 1933. Elas apareciam na forma de queixas, fosse por parte do médico encarregado, em virtude dos atendimentos fora do horário estabelecido, fosse por parte dos professores e alunos, em razão do serviço insatisfatório que vinha sendo realizado pelo dentista. Por fim, o acúmulo de queixas ocasionou a demissão do dentista, impondo desafios para a realização de atendimentos no consultório dentário.

As dificuldades com os Serviços de Saúde precederam imediatamente uma viagem de Belo Lisboa aos Estados Unidos e a países da Europa, que estava marcada para o fim do mês de agosto de 1933 e se estendeu pelo restante do ano. Com isso, o professor João Moojen de Oliveira assumiu a coordenação do Serviço de Saúde e prosseguiu com

os serviços do consultório dentário, que foi franqueado, pelo restante do ano, a profissionais formados (OLIVEIRA, 1933).

João Moojen foi um farmacêutico contratado por Belo Lisboa para o cargo de assistente no Departamento de Biologia, em março de 1933, e lecionou na Escola as disciplinas de Biologia Geral e Zoologia⁹³. Ele era formado pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Brasil e, em 1924, veio a cursar disciplinas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) (AVILA-PIRES, 2005; NOMURA, 1993). Sua formação em farmácia, a breve passagem pela FMRJ — que era atestada por um comprovante oficial de matrícula —, o título de bacteriologista clínico — anunciado por Belo Lisboa à Junta Administrativa —, e a passagem dele como analista do Leopodina Railway lhe davam credenciais para prosseguir com a direção das atividades do Serviço de Saúde, que passava por instabilidades. Ao mesmo tempo, ter, pela primeira vez, um professor assumindo a direção dos serviços demonstrava a possibilidade de o corpo discente atuar como suporte alternativo para a continuidade dos serviços.

Enquanto os serviços de saúde eram direcionados por João Moojen, Belo Lisboa esteve em viagem por Estados Unidos, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suíça, Itália, Espanha e Portugal⁹⁴. A viagem não estaria aquém dos compromissos higiênicos do diretor com a ESAV e serviu para Belo Lisboa veicular uma imagem da instituição compromissada com o aperfeiçoamento dos sujeitos rurais, afirmando a oferta de uma educação integral.

Em um encontro com o diretor honorário do Ministério da Agricultura de Bruxelas, P. Paul de Vuyst⁹⁵, Belo Lisboa replica falas do belga, que afirmou a necessidade de atuação da ESAV pela melhora das condições de vida dos agricultores.

⁹³ Sua contratação foi solicitada à Junta Administrativa em 8 de março de 1933 por Belo Lisboa, fazendo uso do parágrafo 5º do art. 123, que, para as primeiras contratações, dispensava o julgamento da Congregação (REGULAMENTO, 1931). Para o convencimento da Junta, ele foi apresentado pelas credenciais de farmacêutico e bacteriologista clínico, ex-vice-diretor do Ginásio Alem Paraíba, analista da Leopodina Railway e recém-estagiário do Museu Nacional, com estudos práticos de Zoologia e Botânica (LISBOA, 1933c).

⁹⁴ Nos registros da Junta Administrativa, no pedido de viagem solicitado por Belo Lisboa, havia a solicitação de visita a México e Cuba, no entanto, no relatório de viagem, não consta nenhuma visita feita a esses países. A viagem teve duração de quatro meses e tinha como intuito estudar a organização do ensino agrícola estrangeiro, captar conhecimentos, novos professores e materiais de laboratório para a Escola, assim como facilitar o intercâmbio de professores e alunos às instituições estrangeiras (LISBOA, 1933a.; LISBOA, 1933b).

⁹⁵ Com base em Cohen e Dungen (1994), é possível observar uma atuação intensa de Paul de Vuyst em favor da organização da vida rural por meio da instrução, sendo ele um conhecedor da agricultura norte-americana com atuação significativa na agricultura da Bélgica e em Quebec, no Canadá. Sua atuação caminha no sentido de uma organização moderna da agricultura, incluindo a atuação das mulheres nos trabalhos no campo e da propagação da ciência agrícola entre as famílias rurais.

Conforme Lisboa (1933, p. 10), foi orientado que a Escola deveria fazer de tudo “pela e para a fazenda”, além de atuar pelo exemplo, pois “a falta do bom exemplo é a pior de todas as faltas de quem educa e de uma escola”. Em seguida, após Belo Lisboa demonstrar o processo educativo realizado na ESAV (por meio de um álbum⁹⁶) e informar sobre a educação moral, intelectual e física, realizada com os esavianos, o belga respondeu: “<<muito bem>> e peço que conservem dentro das proporções de 40 por cento [moral], 35 por cento [intelectual], 25 por cento [física]” (LISBOA, 1933a, p. 11).

Além de conversas que confluíram em prol da atuação higiênica na ESAV, Belo Lisboa observou as ações de higiene preventiva dos animais e a limpeza na organização do Laboratório de Veterinária em New Haw, Weybridge, Inglaterra, que tem “boas dimensões, mesas ao redor das paredes, todos revestidos de azulejos brancos e muito claros” (LISBOA, 1933a, p. 7).

O diretor da ESAV concluiu com as visitas que “o esforço pelo melhoramento do homem é das instruções mais felizes desta escola” e que “as escolas de agricultura deverão se manter, visando a prevenção de doenças e a defesa dos rebanhos, não se preocupando, principalmente, com a clínica de cidades” (LISBOA, 1933a, p. 21). Esta segunda conclusão, mesmo que direcionada aos animais, poderia ser utilizada em proveito dos homens e mulheres no campo. Assim, apesar de Belo Lisboa ter se afastado momentaneamente do Serviço de Saúde da ESAV, a organização dos serviços, que estava em emergência naquele ano, não deixou de ser incentivada. As visitas às escolas e aos institutos estadunidenses e europeus contribuíram para reforçar o compromisso do diretor com o campo e com a formação integral dos alunos esavianos.

Em 15 de fevereiro de 1934, Belo Lisboa retoma os trabalhos da Escola junto à Congregação e também realiza o processo de escolha de um médico *full-time*. Nesse momento, a Escola vinha enfrentando duras dificuldades financeiras e políticas⁹⁷, contudo o diretor dá continuidade aos trabalhos de ampliação do Serviço de Saúde sem os inconvenientes que outrora foram colocados pela Junta Administrativa.

⁹⁶ Buscamos descobrir a existência desse álbum informado no relatório para investigá-lo, contudo não conseguimos nenhuma informação sobre o material que foi levado.

⁹⁷ Segundo Azevedo (2005), no ano de 1934, ainda persistiam na ESAV os constantes atrasos no repasse de verbas pelo Governo do Minas, constando atrasos no repasse de vencimentos ao pessoal desde setembro do ano anterior e o desabastecimento por parte de fornecedores, que deixaram de atender à Escola pelo acúmulo de débito existente. No mesmo ano, houve a tentativa de desmembramento da ESAV, com o interesse do Governo do Estado, de transferir o curso de Veterinária para a capital Belo Horizonte. Em fins de fevereiro daquele ano, ocorreram manifestações contrárias de Belo Lisboa, com o apoio da Junta Administrativa, e reivindicações pela autonomia concedida ao estabelecimento em 1931. Eles conseguiram barrar momentaneamente o “desmonte” em curso, que acabou se concretizado posteriormente, em janeiro de 1942, com o Decreto-Lei nº 824 (AZEVEDO, 2005).

Não obtivemos acesso aos bastidores da escolha do médico, contudo, em 24 de fevereiro, estive em visita à Escola o proeminente médico Vital Brazil, em companhia de sua esposa Dináh Brazil. Vital Brazil era um entusiasta do saneamento rural⁹⁸ e sua visita pode ter incentivado, de alguma forma, a escolha de um médico que correspondesse aos pressupostos de aprimoramento higiênico do campo. Durante sua passagem, ele deixou expresso, no caderno de visitas, sua admiração pelos esforços de Belo Lisboa em contribuir para o aprimoramento dos rurais e do país por meio da Escola. Junto à sua esposa, Vital Brazil assinala que:

O Sr. Bello Lisboa, eminente diretor d'esta bela Instituição, tem a rara felicidade de não só possuir e sentir, mas a de transmitir a todos quanto o cercam, o interesse e entusiasmo pelo que, aqui, se está realizando. É um verdadeiro centralizador de energias tudo prevendo e provendo, cuidando com o maximo carinho da instrucção e educação dos jovens que lhe são confiados, espalhando beneficios por todos quantos, directa ou indirectamente, entram em contacto com a Escola. As escolas primarias para os filhos dos empregados, o ambulatorio medico, a semana dos fazendeiros, as exposições periódicas de productos das secções de agronomia e pecuaria, as visitas facultadas aos lavradores e criadores, constituem provas do que vimos de assignallos. Feliz o povo que possui uma instituição como esta, que lhe faz honra no presente e garante um futuro melhor; felizes os governos, que lhe tem sabido dar prestigio e valor, fazendo jús a bennemenencia e gratidão dos governados; felizes os educandos e educadores, que vivem neste ambiente de luz e harmonia com os olhos fitos na grandesa do Brasil. (BRAZIL; BRAZIL, 1934).

⁹⁸ Vital Brazil Mineiro Campanha (1865-1950) foi um médico, cientista e imunologista, formado pela FMRJ, em 1891. Ele se destacou no cenário médico e farmacêutico pelos seus investimentos na produção de remédios soroterápicos com veneno de cobras. Vital Brazil foi o fundador do Instituto Butantan em São Paulo, no ano de 1901, e, posteriormente, criou o Instituto de Higiene, Soroterapia e Veterinário, chamado Instituto Vital Brazil, no estado do Rio, em 1919. Apesar de muito ter sido investigado sobre atuação científica de Vital Brazil e de suas investidas na produção soroterápica, ao que parece, a sua relação com o Higienismo é pouco explorada na literatura científica. Entretanto, buscando fazer uma breve costura, Vital Brazil construiu relações significativas com higienistas como Oswaldo Cruz e Arthur Neiva, com quem teve alguns embates, e deu contribuições aos estudos de dr. Lewis Wendell Hackett de tratamento à ancilostomíase, no momento em que o estadunidense dirigia as ações da Fundação Rockefeller em Minas (IBAÑEZ, *et al.*, 2006; MARQUES, 2004). À frente da direção do Instituto Butantan no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, o médico contribuiu para a construção dos serviços sanitários e de higiene pública no estado de São Paulo, com destaque para o combate das endemias rurais (IBAÑEZ, *et al.*, 2006). Além de implantar políticas sanitárias, Vital Brazil contribuiu para circular ideias higienistas e formar novos agentes higienizadores, sendo identificado por Larocca e Marques (2010) ministrando o tema *Noções gerais de higiene. Importância do saneamento do Brasil. Ophidismo* em um curso de formação higiênica de professores no estado do Paraná. Além disso, o médico participou da Liga Pró-Saneamento do Brasil e constituiu a delegação que buscou catalisar e difundir as ideias de Monteiro Lobato com a divulgação do livro *Problema Vital* (LEAL, 2020; STANCIKM, 2005).

Centralizando as ações da Instituição na figura de Belo Lisboa, Vital Brazil assinalou as contribuições da Escola na promoção de serviços, instrução e educação, que espalham benefícios pelo interior do país rumo ao engrandecimento nacional. A responsabilidade com a formação dos jovens, a presença do ambulatório médico e o compromisso com a educação dos filhos dos empregados sinalizavam a importância que a higiene tinha na Instituição, a qual seria digna dos investimentos do governo. Logo, ter a assinatura de Vital Brazil legitimando os rumos que Belo Lisboa vinha empreendendo na Instituição, tendo esse médico um considerável prestígio no cenário nacional, seria outro passo importante para justificar os novos e onerosos investimentos.

Desta feita, em 1º de março de 1934, Belo Lisboa realizou a contratação do médico dr. Raymundo Lopes de Faria como encarregado do Serviço de Saúde e Educação Física e auxiliar no Departamento de Veterinária (LISBOA, 1934a). A justificativa para a escolha do médico, entre outros candidatos, residiu no fato de ele ter sido estagiário no serviço de Educação Física do Exército. Ele viria a substituir o médico dr. José Felicíssimo de Paula Xavier, que vinha atendendo o pessoal naquele ano, até que se iniciassem os trabalhos do novo médico (LISBOA, 1934b).

Raymundo Lopes de Faria (Figura 21) nasceu em 1905, na cidade de Viçosa, e formou-se em Medicina pela FMRJ, em 1930. Segundo Morelli e Magalhães (s/d), após ter se formado e casado no Rio de Janeiro, o médico retornou à cidade de Viçosa, onde passou a atuar no Hospital São Sebastião e se tornou um dos principais responsáveis pela sua consolidação.

Figura 21 – Corpo docente da ESAV (1936). Dr. Raymundo Lopes de Faria (na fileira da frente, no centro do lado direito, de terno cinza e com mãos à frente) junto ao corpo docente da ESAV. Esse é o registro fotográfico encontrado do médico mais próximo de sua contratação.



Fonte: Lócus da UFV.

A instituição pela qual o viçosense foi formado caracterizou-se como uma importante orientadora na organização da medicina brasileira ao longo do século XIX e no início do XX. Ela formava médicos em conformidade com os saberes higienistas das tidas “grandes nações” e investia em sua circulação. Desde o século XIX, era propagada, em suas teses, uma interpretação higiênica das doenças e das epidemias, destinando a atenção médica aos cuidados preventivos e de limpeza dos espaços putrefatos⁹⁹ (FRANCO; LIMANOGUEIRA, 2016; COUTO, 2014). A afirmação da higiene pela FMRJ ganhou ainda mais notoriedade na virada do século, com a criação do periódico *Brazil-Medico*¹⁰⁰. Por meio dele, investiu-se na divulgação da própria profissão pela afirmação de uma medicina nacional, pautada na medicina tropical e no fortalecimento

⁹⁹ Ao longo do século XIX, vigorou entre os higienistas uma interpretação das doenças pela teoria dos miasmas, que afirmava nas más condições do ambiente estar a causa das doenças e epidemias. Com isso, as populações pobres se tornaram alvo dos higienistas, uma vez que a insalubridade das habitações e a falta de asseio corporal produziriam miasmas que poderiam circular pelo ar e penetrar na pele e nas narinas, produzindo as doenças. Essa interpretação estimulou as intervenções por meio de políticas de saneamento, de educação higiênica, de práticas preventivas e de atendimentos médicos, visando a banir os conglomerados urbanos e evitar as recorrentes epidemias. Por fim, em finais do século XIX, essa interpretação foi superada por uma reformulação das teorias de contágio, impulsionada pelos novos achados da bacteriologia (COUTO, 2014; GÓIS JUNIOR, 2003).

¹⁰⁰ O periódico foi criado em 15 de janeiro de 1887, pelo médico dr. Azevedo Sodré, vinculado à FMRJ. Durante os 50 anos de existência do periódico, Sodré manteve a regularidade das publicações, sempre aos sábados, e durante 25 anos teve sua equipe de redação inalterada. Assim, *Brazil-Medico* se fez um importante espaço de debate e veiculação do saber médico nacional, contando com publicações de médicos notáveis no país, como Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Vital Brazil e Oswaldo Cruz (SCHWARCZ, 1993).

da “*hygiene publica*” (SCHWARCZ, 1993). Essa formação ofertada na FMRJ, um polo de irradiação higienista, fica notória na atuação do médico viçosense, que, três anos após a sua formação, encontra solo fértil na ESAV para implantar suas ideias.

O novo médico foi empossado por Belo Lisboa na cadeira interina do Serviço de Saúde, tendo como subordinados os serviços do gabinete dentário, de farmácia e de Educação Física. A partir da sujeição das diferentes ferramentas da ESAV ao médico interino, foi possibilitado que ele as constituísse em um único sentido: eliminar as doenças em voga entre os higienistas, também presentes na Escola, e concretizar a higiene preventiva na instituição. Assim, com o auxílio de Belo Lisboa, o médico pôde estabelecer uma influência significativa sobre a organização higiênica da Escola, materializando em prática um conjunto de saberes que permearam os anos iniciais da instituição — transformando em práticas higiênicas efetivas — e atualizando práticas que já vinham sendo realizadas anteriormente — impregnando-as de um caráter higienizante.

4.1. A GUERRA AOS VERMES: INTERVENÇÃO HIGIENISTA SOBRE A OPILAÇÃO

Conforme foi visto no capítulo 2, a ancilostomíase (ou opilação) compunha a “trindade maldita” de epidemias que assolavam o interior do país e, por meio da representação do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (1956), evidenciava a doença que imobilizava a força de trabalho nos campos agrícolas brasileiro. Para Pena (1923), ela era a doença mais disseminada no país, chegando a 70% na população total e ainda mais de 80% entre a população rural, tornando-se o primeiro alvo a ser combatido pelos médicos-higienistas. No território mineiro, havia o exemplo da Fundação Rockefeller com o combate de verminoses, de cujos estudos empreendidos e técnica utilizada o dr. Raymundo Faria demonstrava ter conhecimento (FARIA, 1935). A fundação havia verificado a existência de uma alta incidência de ancilostomíase no estado, com taxas em torno de 70%, e instituído o exemplo de combate por meio de tratamentos e campanhas sanitárias (MARQUES, 2004).

Logo ao iniciar os trabalhos na ESAV, em 15 de abril de 1934, dr. Raymundo Faria anunciou, sem qualquer delonga, que “iniciamos obrigatoriamente o serviço de exames de fezes e medicação dos verminosos” (FARIA, 1934, p. 338). Com essa afirmação, o médico sinalizava, desde já, a sua conformidade com as propostas dos

higienistas brasileiros, seguindo as orientações de Belisário Pena pela campanha do saneamento dos sertões.

O médico incumbido por Belo Lisboa para reorganizar o Serviço de Saúde da ESAV declarou uma campanha de “guerra aos vermes”¹⁰¹ na Escola, o que resultou no mapeamento e no combate das verminoses entre todo o pessoal esaviano. Criou-se o Serviço de Prophylaxia e Tratamento da Verminose, e foi instituído um mapeamento da doença, com a realização do exame de fezes do diretor, dos professores, dos servidores e dos alunos, com medicalização dos “verminosos”. As fezes colhidas pelo médico eram passadas ao zelador, que as analisava utilizando instrumentos do Laboratório de Parasitologia. Após analisadas, o zelador informava ao médico a existência ou não de ovos dos vermes, dando início à medicalização dos sujeitos (FARIA, 1934; 1935).

Na ocasião das visitas ao consultório, para a efetividade dos serviços médicos, era realizado um exame minucioso do estado de saúde do paciente. Foi aumentado o tempo de funcionamento do serviço médico, sendo destinado o período de 10h 30 às 11h 30 ao atendimento dos operários — horário em que vinham sendo realizados os atendimentos de todo pessoal pelo menos desde 1929 —, e de 12h 30 em diante para o restante dos pacientes. Além disso, diminuiu-se o número de atendimentos, de 20 pessoas em uma hora para um total de 5 a 10 (FARIA, 1934).

O mapeamento realizado pelo médico revelou, ao contrário do que vinha sendo vangloriado pela direção, um espaço institucional “infestado” pelas verminoses. Os resultados foram apresentados por ele a Belo Lisboa de forma a enfatizar a doença na população mais pobre e alertar quanto à necessidade de “energizar” a limpeza sobre ela, ao mesmo tempo que silenciava outros pontos.

Conforme demonstram os dados, entre os alunos, foram realizados 370 exames no primeiro semestre, identificando um total de 263 casos positivos (71%), distribuídos entre 139 para opilação e 124 para outras verminoses. No segundo semestre, foram realizados 113 exames, resultando em 50 positivos (44%), com 20 para opilação e 30 para outras verminoses. A distribuição dos casos entre os cursos está esboçada no Tabela 1.

¹⁰¹ Essa expressão que é utilizada pelo dr. Raymundo Faria estampava folhetos educativos veiculados pelo higienista Belisário Pena como forma de mobilizar a população à adesão ao tratamento e às medidas higiênicas (PENA, 1923).

Tabela 1 - Réplica do quadro das verminoses distribuídas pelos diversos cursos da ESAV, com sutis adaptações na padronização dos dados apresentados, em 1934.

	F1	M1	V1	S1	M3	V3	S3	V5	S5	S7
Exames feitos	93	68	16	30	50	13	3	17	4	16
Positivos	72	48	11	20	29	3	1	8	1	10
Negativos	21	20	5	10	21	10	2	9	3	6
Opilação	54	29	9	12	21	2	1	4	1	6
Outras verminoses	18	19	2	8	8	1	0	4	0	4
Percent. de verminose	73%	70%	68%	66%	59%	30%	33%	46%	25%	62%
Percent. de opilação	58%	43%	56%	40%	42%	15%	33%	22%	25%	38%

Fonte: Relatório do Serviço de Saúde de 1934, elaborada pelo dr. Raymundo Lopes de Faria.

Siglas: Fundamental 1º período (F1); Médio 1º período (M1); Superior em Veterinária 1º período (V1); Superior em Agricultura 1º período (S1); Médio 3º período (M3); Superior em Veterinária 3º período (V3); Superior em Agricultura 3º período (S3); Superior em Veterinária 5º período (V5); Superior em Agricultura 5º período (S5); Superior em Agricultura 7º período (S7).

O médico observou que, entre os alunos da ESAV, aqueles que ingressaram na Escola pela primeira vez, ou seja, de maioria rurais, eram os “mais infestados” (F1; M1; V1; S1). O exame e a medicalização dos alunos que chegavam à Escola haviam sido realizados até o ano anterior, recaindo a atribuição, em 1934, ao dr. Raymundo Faria. Esse fato, que ressaltava a doença entre aqueles que chegavam, contribuiu para o quadro apresentado. Ainda assim, um ponto não observado pelo médico foi a existência de um número significativo também entre os alunos do M3 e S7.

O grupo M3, que havia sido medicalizado no ano anterior, apresentava um percentual de verminoses próximo ao grupo S7, que foi tratado em 1931. Essa crescente no aumento das infecções por verminoses, em contraste com os alunos do Superior, sinaliza a existência de fatores sociais e culturais no cotidiano¹⁰² desses alunos que não

¹⁰² É preciso considerar a existência da diversidade social e cultural entre os alunos, oriundos de diferentes regiões do Brasil e também de outros países. Ela se reflete, pelo próprio comportamento, na taxa de infectados entre diferentes grupos que estão submetidos a uma mesma estrutura institucional. No entanto, essa diversidade pode ser relativizada na esfera econômica, quanto a sua amplitude. Existia um conjunto de taxas (de admissão, de frequência, de exames, de internato, de pensão e de saúde) e depósitos (de sinal e de garantia) que tornava onerosas a entrada e a permanência dos alunos na Instituição. Baía (2006) aponta que, mesmo no Curso Elementar, o custo semestral para alunos de outras cidades frequentarem a Escola — considerando o internato — era significativo à época. O pagamento mensal no Curso Elementar (191\$660 réis — cento e noventa e um mil, seiscentos e sessenta réis) era superior ao salário de um servente (180\$000 — cento e oitenta mil réis), dificultando o acesso da população mais carente. Os pagamentos semestrais, conforme o autor, representavam 1:150\$000 (um conto, cento e cinquenta mil réis) para o Curso Elementar, 1:165\$000 (um conto, cento e sessenta e cinco mil réis) para o Médio e 1:210\$000 (um conto, duzentos e dez mil réis) para o Superior (BAÍA, 2006). No caso de alunos da cidade de Viçosa, não havia gastos de alojamento e de pensão, abatendo 1:000\$000 (um conto de réis) por semestre. Mesmo assim, ao considerar estes últimos, Baía (2006) alerta da impossibilidade de pensar numa presença maciça de alunos de classes populares na ESAV, uma vez que essa população se encontrava excluída do meio educacional da cidade.

eram alcançados pela Escola, mesmo que com a presença dos serviços médico e de farmácia. Todavia, nem por isso os alunos deixavam de ser submetidos às exigências sanitárias e de controle da saúde, bem como constrangidos pela falta de apreço na higiene corporal.

Os grupos anteriormente testados e medicalizados ao chegar à instituição seriam novamente inseridos nessa ação intensiva, agora dentro de um movimento geral junto aos alunos de todos os cursos da ESAV, e também ao diretor, aos professores, aos servidores, aos operários e aos alunos das escolas anexas. Quanto a estes últimos, no relatório do dr. Raymundo Faria foram apresentados os resultados (Tabela 2), atribuindo comentários apenas à população mais pobre.

Tabela 2 - Réplica do quadro das verminoses distribuídas entre professores, funcionários, operários e alunos das escolas anexas, com sutis adaptações na padronização dos dados apresentados, em 1934.

	Pessoal administrativo	Encarregados	Preparadores	Operários 1º sem.	Operários 2º sem.	Escolas anexas
Exames feitos	18	15	9	106	53	170
Positivos	9	9	6	95	43	169
Negativos	9	6	3	11	10	1
Opilação	5	6	2	81	34	147
Outras verminoses	4	3	4	14	19	22
Percent. verminoses	50%	60%	66%	89%	81%	99,4%
Percent. opilação	27%	40%	22%	76%	64%	86,4%

Fonte: Relatório do Serviço de Saúde de 1934, elaborada por dr. Raymundo Lopes de Faria.

Entre os encarregados (60%) e os preparadores (66%), foi identificado um quadro próximo àquele encontrado entre aos alunos recém-ingressos nos Cursos Superiores da Escola, e entre o pessoal administrativo (50%) os resultados estavam levemente abaixo. Diferentemente dos alunos, nenhum desses grupos era submetido às medidas de tratamento de verminose ao chegar à Escola, cabendo a eles manter seu bom estado de saúde com o uso do serviço médico e de farmácia. Os funcionários, no entanto, deveriam atentar à adesão de hábitos morais e de higiene instruídos nas preleções semanais — como visto no início deste capítulo —, cabendo aos encarregados transmitir os ensinamentos aos operários.

As maiores taxas de verminose encontradas no primeiro semestre, muito enfatizadas pelo médico, localizavam-se entre os operários e os alunos das escolas anexas. Neles, foi identificado uma taxa de 89% e 99,4%, respectivamente. De forma inversa, notamos que os professores e o diretor, os quais, até o mês de abril, somavam um total de 31 pessoas, também foram submetidos às testagens, mas não foram expostos ou submetidos a qualquer comentário no relatório do médico.

Mediante o quadro doente caracterizado, foi realizado pelo Serviço de Saúde “um estudo sobre esse assumpto, fornecendo á Directoria os dados neccessarios á construcção de fossas sanitarias”. A proposta, conforme consta, foi acatada pelo diretor, mesmo com as dificuldades financeiras pelas quais a Escola vinha passando. Logo, “foi feito em todos os logares e campos onde se fizesse sentir a neccessidade de permanencia de turmas de trabalhadores”, tornando-se “um grande passo dado em favor da hygiema [sic] e prophylaxia das verminoses” (FARIA, 1934, p. 342). A construção de fossas era uma das principais medidas profiláticas indicadas por Pena (1923) para o saneamento do solo e o combate dos focos de larvas, tendo sido empreendida no Distrito Federal. Na ESAV, as fossas preveniriam de infecções não só os operários, como também os professores e os alunos enquanto estivessem em trabalhos práticos no campo.

Para verificar a efetividade do tratamento e dar continuidade à redução da taxa de verminoses entre os grupos-alvos, no segundo semestre, foram testados novamente — e medicalizados — os alunos e os operários cujos testes haviam apresentado resultado positivo no primeiro semestre. Já os estudantes das escolas anexas não foram testados por “carência de tempo” (FARIA, 1934, p. 340). Entre os alunos e os operários, nem todos compareceram. Dos 263 estudantes cujo teste havia apresentado resultado positivo no primeiro semestre, retornaram apenas 113 (FARIA, 1934), enquanto apenas 53 dos 95 operários na mesma situação compareceram (Tabela 2).

O número de não comparecimentos para a testagem do segundo semestre combinava com a ausência de visitas ao consultório médico, por parte de alguns esavianos, para consultas rotineiras. Assim, o dr. Raymundo Faria observava, de forma crítica, tais faltas pelos esavianos, que, estando contaminados, atribuíam os sintomas a outras doenças. Conforme afirmou:

sabido que a verminose, principalmente a opilação traz consigo uma serie de symptomas facilmente confundíveis com outras molestias, grande foi o numero de pessoas que deixaram de procurar quase diariamente o consultorio medico. (FARIA, 1934, p. 338).

O médico esaviano se assegurava da inexistência de recusas aos exames e às visitas ao consultório, pois as ausências se davam por falta de um maior conhecimento da doença. Certamente, essas dificuldades no reconhecimento dos sintomas e da necessidade da visita ao consultório foram tratadas por ele em preleções nas Reuniões Gerais, realizadas sobre *Conselhos e medicamentos contra verminose* e *Verminose, sua prophylaxia* (FARIA, 1934). Porém, as preleções, que eram destinadas aos discentes, não foram suficientes para sensibilizar os 150 alunos que não refizeram os exames.

Supomos que nesses dados se apresentam rastros não só de resistências dispersas, mas de um movimento de resistência dos alunos que se formou em oposição à “guerra aos vermes”. Ele fica ainda mais evidente quando observamos o número de consultas realizadas entre os alunos, que, nos dados apresentados pelo médico, sofre uma queda de 922¹⁰³ para 598 nos anos de 1933 e 1934, respectivamente. Essa redução no número de consultas foi acompanhada pelos professores, de forma menos abrupta, de 131 para 106, e pelos seus familiares, de 159 consultas para 75. De forma contrária, houve um aumento das consultas com operários e funcionários, e seus familiares¹⁰⁴.

Os resultados para verminose representavam para o médico um quadro sanitário preocupante e foram recebidos por Belo Lisboa com cautela. O diretor considerou-os “bem contristadores”, alertando que “devem elles servir de incentivo a favor da campanha contra a verminose”. Com o exemplo da doença na Escola, Belo Lisboa buscou incentivar urgência na adesão dessas práticas higienistas “principalmente nos estabelecimentos de instrução, desde as escolas primarias” (LISBOA, 1935, [s/p]). O diretor da ESAV apelava que essa campanha fosse empreendida desde a infância, pois “um quadro deveras constrictador [sic] foi o encontrado nas Escolas Annexas. Praticamente, 100% de creanças verminosas” (FARIA, 1934, p. 340).

A recepção de Belo Lisboa sinalizava não só a tentativa de motivar a presença do poder médico-higiênico em escolas, como também a abertura institucional para a atuação do dr. Raymundo Faria. Na ESAV, a presença do médico e as ações empreendidas por ele estavam sendo legitimadas após o primeiro ano de atuação, com a concessão de uma

¹⁰³ Há uma divergência entre os dados apresentados pelo médico encarregado em 1933, o dr. Raymundo Torres, e os indicados pelo dr. Raymundo Faria. Conforme consta no relatório daquele médico, foi realizado um total de 978 consultas com alunos (TORRES, 1933). Essa divergência não interfere na análise apresentada.

¹⁰⁴ Operários, de 534 para 582; familiares dos operários, de 385 para 610; funcionários, de 101 para 147; familiares dos funcionários, de 67 para 98 (FARIA, 1934).

bonificação financeira ao dr. Raymundo Faria no valor de 300\$000 réis pelos benefícios prestados a todo pessoal (JUNTA ADMINISTRATIVA, 1935).

Desde sua entrada no Serviço de Saúde, havia sido desenhado um espaço educativo insalubre e que deveria ser recuperado pelo poder médico, urgindo, para isso, políticas intensivas sobre o corpo social e a interferência na própria organização e no funcionamento da Escola. Com a autorização institucional, assegurada pelo diretor, e a presença das marcas de higiene que impregnavam o regulamento de 1931, o médico adquiriu força para “energizar” sua “guerra aos vermes”. Seu intuito era instituir uma política sanitária que lhe permitisse chegar aos focos iniciais de infecção da ancilostomíase nas residências do pessoal esaviano, para impedir que os vermes persistissem na Escola.

Para seu projeto de limpeza, o médico realizou sugestões que lhe permitiriam, no ano de 1935, fazer valer o regulamento institucional. Foi sugerida por ele a adoção de “visitas médicas domiciliares aos contribuintes residentes nos terrenos da Escola e perímetro urbano, quando necessario e dentro das possibilidades do medico” (FARIA, 1934, p. 341). A visita domiciliar, além de permitir o atendimento aos doentes, poderia assumir um caráter sanitário e ser utilizada para o cumprimento do art. 181, que instituía a sujeição de todo o pessoal da Escola à parte referente às residências. Conforme dispunha a parte, em seu art. 87, era exigido o bom estado de higiene e moralidade da residência, ou, caso contrário, o aluno ou o servidor estaria sujeito à jurisdição da diretoria e à exigência de mudança (REGULAMENTO, 1931).

Aos operários seria necessária “uma campanha energica no periodo de férias” para o combate da verminose entre esse grupo, além da implementação de “visitas domiciliares aos operarios residentes nos terrenos da Escola, quinzenalmente, para educal-os sob o ponto de vista hygienico” (FARIA, 1934, p. 340-341). Nesse caso, as visitas assumiriam um caráter profilático e educativo, pois, mediante a limpeza da doença, um conjunto de hábitos de cuidado da residência e dos corpos seria incutido entre os operários, a fim de conscientizá-los sobre a prevenção.

Por fim, fazia-se necessária uma medida complementar que garantisse o controle médico sobre o corpo social. Para isso, dr. Raymundo Faria sugeriu a adoção de “exame e ficha medica de todos os alumnos e operários contribuintes”, o que permitiria controlar nominalmente a saúde deles. Os professores escapavam a essa medida, porém, com a adoção da “absoluta igualdade de direitos e deveres entre os contribuintes”, sugerida pelo médico, seria possível assegurar que o poder dos professores não sobrepusesse às

exigências do Serviço de Saúde (FARIA, 1934, p. 341). Uma das exigências instituída pelo regulamento de 1931 estava no art. 88º (sobre o Serviço de Saúde), no parágrafo 3º, prevendo a exigência rigorosa do bom estado de saúde de todos os servidores e alunos (REGULAMENTO, 1931). Esse parágrafo daria aplicabilidade aos registros médicos dos alunos e dos operários, constatando o estado de saúde de cada um, e justificaria a atribuição de deveres a todos em “defeza da saúde”, mesmo aos professores.

Em 29 de março de 1935, foi aprovado pela Congregação o Programa de Hygiene e Polícia Sanitária. Essa aprovação permitiria a atuação da vigilância médica em favor da salubridade na Escola, implicando o alcance às residências e a “campanha enérgica” contra as verminoses. No ano de 1935, iniciou-se “com maior intensidade” a “guerra aos vermes”, com o alcance daqueles que, direta ou indiretamente, pudessem fornecer risco à salubridade da Escola. Enquanto em 1934 foram realizados 856 exames, em 1935 o número elevou-se para 2.483 exames (2.424 de fezes, 51 de urina, 3 de escarro e 4 outros). Os exames abarcaram o pessoal da Escola e os familiares do diretor, dos professores, dos funcionários, dos operários e dos servidores cooperativos (FARIA, 1935, p. 406). Para a medicalização dos verminosos, utilizaram-se 677 vidros de *Panvermina*, 789 cápsulas de *Thymol*, 738 cápsulas de *Chenopolio*, 35 quilos de *sulfato de sódio* e 5 quilos de *óleo de rícino* (LISBOA, 1935).

A distribuição dos exames está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos exames realizados entre os grupos atendidos pelo Serviço de Saúde da ESAV (1935).

Grupo	Nº de exames
Alunos	299
Operários	568
Família de operários	344
Professores	39
Família de professores	42
Funcionários	23
Família de funcionários	14
Preparadores e zeladores	42
Alunos das escolas anexas + servidores cooperativos	1.106
Diretor e família	5

Fonte: retirado do relatório do Serviço de Saúde de 1935, de dr. Raymundo Lopes de Faria.

O número de exames com os operários (568), se comparado com os demais, demonstra a ênfase dada a esse grupo nas ações higiênicas em 1935. Com eles foram realizados 165 exames a mais que a soma total dos feitos com o restante do pessoal

(alunos, professores, funcionários, preparadores e zeladores). Naquele momento, os operários estavam em um total de 147 sujeitos e, comparando com o número de testes a que foram submetidos, pode-se identificar a persistência das intervenções sobre seus corpos. Além dos operários, aparece em destaque o número de exames também realizados com seus familiares (344), superior em relação aos familiares dos demais servidores.

Ao que parece, a prática terapêutica adotada no Serviço de Saúde consistia no exame e na medicalização de forma sistemática, até o combate da doença. O exame era realizado uma primeira vez e, conhecidos os casos positivos, esses eram novamente submetidos ao exame e à medicalização até tornarem-se negativos. Esse procedimento era orientado por Pena (1923) para que, persistindo na testagem e na medicalização, o doente fosse curado dos vermes.

Conforme observado na Tabela 4, o exame e a medicalização sistemáticos, acrescidos da nova política sanitária, possibilitaram que a Escola alcançasse resultados significativos aos interesses institucionais.

Tabela 4 – Réplica do Quadro de resultado dos exames de verminose realizados com o pessoal da Escola em 1935, ao que parece na última aferição.

	Exames feitos	Negativo	Positivos	Necator	% positivos	% Necator	Não fizeram exame
Alumn.	194	102	92	75	47,6%	33,5%	140
Operar.	147	131	10	0	11,2%	0	0
Admin.	58	56	2	0	3,4%	0	0
Prof.	25	25	0	0	0%	0	15

Fonte: Relatório do Serviço de Saúde de 1935, elaborado por dr. Raymundo Lopes de Faria.

A intensificação das ações sanitárias contra a verminose possibilitou que, nas palavras de Faria (1935), fosse alcançado o percentual de 0% entre os operários, o pessoal administrativo (inclusos encarregados, zeladores e preparadores) e os professores. Notadamente, essa conquista se deu considerando uma interpretação conveniente. Observa-se que, entre os operários e o pessoal administrativo, ainda persistia um percentual de infectados de 11,2% e 3,4%, respectivamente, o qual o médico justificou como referente “a pequena quantia de *Tricocephalo*” (FARIA, 1935, p. 406). Certamente, o dr. Raymundo Faria se valia da ideia de que esses indivíduos infectados eram apenas “portadores”.

Conforme foi expresso por ele, em estudos da Fundação Rockefeller utilizando uma técnica com o campo microscópico¹⁰⁵, foram identificadas variações na escala de infestação em que os portadores de 1 a 25 vermes (por campo microscópico) são considerados “apenas portadores”. Essa contagem pode ascender, aumentando a escala de gravidade até o número 500, quando a doença passa a “ser considerada molestia grave que requer tratamento sério” (FARIA, 1935, p. 416).

De fato, seguindo essa interpretação, os indivíduos que apresentavam uma “pequena quantidade” de concentração de vermes poderiam ser considerados como apenas “portadores”, resultando em negativo. Contudo, considerando a produção do discurso atrelado à imagem institucional, essa leitura dos dados permitiria desenhar um quadro sanitário favorável a dois sujeitos: a Belo Lisboa, que cumpria seu último ano à frente da direção e investia na limpeza dos operários há quase quatorze anos; e ao dr. Raymundo Faria, que havia se formado há menos de cinco anos, quase dois deles atuando pela Instituição, e poderia ostentar o resultado de 0% de verminoses, dada a expressividade da ESAV para a higiene rural.

No ano de 1935, todos os operários e funcionários administrativos se submeteram aos exames e à medicalização, e a inexistência de resistências pode ser um indício da utilização do regulamento institucional que ameaçava a permanência do funcionário pelo seu estado de saúde. Além do parágrafo 3º, que já foi sinalizado anteriormente, foi empregado também o parágrafo 4º em favor da campanha de verminoses, o qual previa, na contratação de qualquer servidor, a exigência de um atestado do médico da Escola. Agora, para os novos servidores, o atestado para contratação exigiria obrigatoriamente o exame de fezes negativo, “afim de se manter limpo quanto a vermes, todo o pessoal” (LISBOA, 1935, [s/p])

Essa exigência foi utilizada na contratação de novos operários para a construção de uma Usina de Café na Escola. Nessa ação, conforme explicou Faria (1935, p. 407), “o Serviço de Saúde fez a prophylaxia de verminose, curando candidatos, que si eram aceitos, com o atestado médico que lhes era fornecido após exames de fezes negativos”. O tratamento da verminose foi realizado com todos os candidatos, mesmo os não aceitos, permitindo a formação de um “pessoal sadio” para ser aproveitado em “qualquer trabalho

¹⁰⁵ A técnica explicada por dr. Raymundo Faria consiste na contagem do número de ovos de vermes presentes em cada campo microscópico, feito pela análise das fezes do paciente. A partir dessa leitura, deduz-se a quantidade provável de vermes que o indivíduo produz, organizando a escala de infestação presente (FARIA, 1935). Por meio dos dados apresentados por Marques (2004), foi possível visualizar rastros dessa técnica utilizada.

em terrenos da Escola, afastando assim o perigo de contaminação de operário para operário” (FARIA, 1935, p. 407). Ao fazer isso, o médico explicita suas pretensões de disseminar a limpeza dos vermes pelo espaço rural, para além das dependências da Escola.

Como preconizava Pena (1923, p. 217), a realização de exames de fezes com “todos os pretendentes a serviços de obras públicas”, seguidos de sua medicalização, era uma “medida de elevado alcance sanitário e social”. Ele conscientizava os adeptos de seu projeto de que, fazendo a higienização de todos os candidatos, seria possível “o proveito lastimável de trabalhadores sadios e efficientes”, além de se tornar “um processo pratico de propaganda e de convencimento das vantagens do combate á opilação” (PENA, 1923, p. 217). A conformidade do médico esaviano com as orientações de Belisário Pena, seja em relação à finalidade exame, seja até mesmo em relação ao emprego das palavras, explicitava seus usos do Serviço de Saúde da ESAV em ocasiões oportunas para propagar práticas higiênicas para a limpeza do campo.

Em meio a esse projeto higienizante, os alunos esavianos apareciam como um empecilho à continuidade de uma limpeza total dentro da instituição, com o ato “lastimável” de recusar os exames de fezes e de não cumprir a medicalização, conforme observava o médico (FARIA, 1935). Além dos estudantes, 15 professores também rejeitaram os exames, mas nada foi encontrado sobre esse acontecido. Sobre esses últimos, ao contrário do que foi feito com os alunos, o médico apenas sinalizou a existência da recusa no quadro, sem acrescentar comentário dele ou do diretor (Tabela 4).

Diferentemente dos operários e funcionários, parte dos alunos se recusaram a realizar os exames no ano de 1935. Essas resistências aos exames se fizeram presentes em todas as turmas da Escola (Tabela 5)¹⁰⁶.

A distribuição quantitativa dos alunos que se recusaram aos exames dá a entender, a princípio, que existiu maior resistência entre os alunos recém-ingressos na instituição. Entretanto, quando se observa o percentual em cada turma, constatamos que os Cursos Superiores apresentaram mais resistência, sendo maior na V.4 (88,9%), seguida da V.8 (75%), S.8 (56,3%), S.6 (50%) e S.4 (45,9%). Nessa escala foram desconsiderados os avulsos, que possivelmente eram, em sua totalidade, alunos veteranos¹⁰⁷, com 63,8% dos

¹⁰⁶ Existem divergências entre o número de alunos total e os que recusaram os exames. Na tabela são anunciados 332 alunos totais e 130 recusas. Já na descrição do relatório, são 340 alunos totais e 146 recusas.

¹⁰⁷ Consideram-se veteranos os alunos das turmas ingressas até 1934.

alunos resistentes. Nas turmas V.8, S.8 e S.6, os alunos haviam sido submetidos ao exame ao ingressar na Instituição e no ano anterior, mas, com a energização das práticas higiênicas, opuseram-se.

Tabela 5 – Réplica da tabela de resultado dos exames de verminose realizados com os alunos em 1935, distribuídos por curso.

Cursos	Exames feitos	Negativos	Positivos	Necator	% positivo	% Necator	Nº alumnos	Não fizeram exames
S.8	7	6	1	1	14%	14%	16	9
V.8	1	1	0	0	0%	0%	4	3
S.6	6	4	2	1	33%	10%	12	6
V.6	2	2	0	0	0%	3	3	1
S.4	13	9	4	4	31%	15%	24	11
V.4	1	1	0	0	0%	0%	9	8
S.2	17	8	9	9	53%	30%	23	6
V.2	9	7	2	2	22%	22%	13	4
M.4	26	11	15	15	58%	38%	58	22
M.2	47	27	20	20	42%	21%	64	17
F.2	48	22	26	26	56%	56%	61	13
Avul.	17	4	13	13	76%	70%	47	30
	194	102	92	75	-	-	332	130

Fonte: Relatório do Serviço de Saúde de 1935, elaborado por dr. Raymundo Lopes de Faria.

Quando analisamos mais a fundo esses resultados, fazendo a separação entre os veteranos (inclusos os avulsos) e calouros de todos os cursos, percebemos o predomínio de resistência entre os veteranos (52% = 90 alunos), que se sobrepõe à dos calouros¹⁰⁸ (24,8% = 40 alunos). Supomos com isso a existência de um movimento de resistência entre os alunos veteranos, especialmente nos Cursos Superiores, que ganhou efeito com o expressivo quantitativo de calouros resistentes, mesmo que com percentual menor.

Essa hipótese não é distante, tendo em vista que, para além do exame de fezes, os alunos das turmas V.8, S.8, S.6 — bem como os alunos de S.8, V.8 e M.4 em março e início de abril — vivenciaram um período anterior à entrada de dr. Raymundo Faria, quando ainda não haviam sido intensificadas as intervenções médicas sobre seus corpos. As práticas higiênicas instituídas anteriormente visavam a incutir uma mentalidade higiênica nos alunos para a adesão das práticas, sem sua energização, como foi imputada pelo novo médico. Logo, as ações médico-higiênicas podem ter produzido um afastamento desses alunos que haviam passado por diferentes momentos durante a reorganização institucional e que, notadamente, reconheciam a novidade das campanhas higiênicas na Escola.

¹⁰⁸ Consideram-se calouros os alunos das turmas ingressas no ano de 1935.

Além da não adesão ao exame, o efeito das resistências também pode ser pensado mesmo naqueles que aceitaram fazer o exame, mas não prosseguiram com o tratamento até eliminar a doença. Diferentemente dos outros grupos, o tratamento entre os alunos não alcançou uma queda significativa. Entre eles foi atingido um percentual de 47,6% para verminoses e 33,5% para opilação (FARIA, 1935), indicando o não cumprimento, por parte dos alunos, do tratamento como aconselhado.

Esses resultados deixaram patente ao dr. Raymundo Faria existir, por parte dos alunos, resistência ao tratamento, a qual, em um primeiro momento, foi ignorada. Esse quadro foi alvo de críticas do médico, que afirmou:

É que os alumnos não querem compreender a vantagem do tratamento, e jamais se interessarão pela resolução do problema, si a isso não forem obrigados. Verificamos aqui na Escola o grande paradoxo: o alumno, homem educado e instruído, constituindo perigo de transmissor de verminose ao homem do campo, ao operário rustico. (FARIA, 1935, p. 406).

A crítica atribuída pelo dr. Raymundo Faria expunha sua indignação com a não adesão dos alunos à campanha, opondo-se a aceitar o enfrentamento, indicado por ele, do problema das verminoses. Com isso, eles deveriam ser obrigados a fazer os exames. Sua defesa da obrigatoriedade se justificava na organização de um espaço sanitário na Escola. Para ele, era inconcebível pensar sua ocupação pelo operário rústico e homem do campo higienizados, enquanto os alunos, ao contrário de serem os agentes da limpeza dos primeiros, eram a ameaça. Assim, aconselhou que, no próximo ano, fosse adotada a obrigatoriedade do exame de fezes aos alunos esavianos — fato que não pode ser verificado por nós por limitação das fontes —, bem como aos alunos das escolas anexas¹⁰⁹.

A crítica do médico compunha um cenário maior de indignação, em que os alunos se tornaram alvo de críticas e preocupação do diretor pela sua indisciplina. Naquele ano, havia se elevado tanto o número de alunos no internato quanto a indisciplina no Estabelecimento, levando o diretor a considerar “não ter sido o anno de 1935, em nada

¹⁰⁹ No ano de 1935, os alunos das escolas anexas permaneceram em um segundo plano na campanha, que centrou seus esforços entre os servidores e os alunos dos cursos regulares. Nas escolas anexas, foram testados e medicalizados os estudantes, reduzindo as taxas de positivos para 87,7% para verminoses e 81,5% para ancilostomíase (em 1934, os positivos foram 99,4% e 86%, respectivamente). O quadro era considerado “bastante desanimador” pelo médico (FARIA, 1935).

feliz, quanto á conducta dos alumnos, apresentando mesmo grande contraste com o de 1934”.

Na visão do diretor, o aumento da indisciplina cresceu devido ao renome alcançado pela ESAV, o que atraiu “elementos de cidades que, si não tiverem assistencia permanente da Escola, poderão desvirtuar seu plano legitimo ideal rural ou espalhar entre outros alunos pouco precavidos, vicios e costumes prejudiciais á vida” (LISBOA, 1935, [s/p]). A indisciplina afirmada era observada pelo não comparecimento aos exames das matérias após a obtenção de média, pelo retorno de alunos ao internato após o horário limite, por casos de jogos no internato e de embriaguez, e, agora, pela não adesão à “resolução do problema” das verminoses na Escola. Apesar dos desgostos, Belo Lisboa optou por “seguir como educador” depositando sua confiança nos alunos, pois, “quando transviam, não demoram muito a voltar ao bom caminho, e este lhes é mostrado fiel e sinceramente” (LISBOA, 1935, [s/p]).

Os atores higienistas — como visto em capítulos anteriores — partilhavam da visão disciplinar das instituições educacionais, confiando à higiene um meio para moldar indivíduos civilizados e disciplinados. Por meio do ensino da higiene, eram inclusos a moral e o civismo como forma de desenvolver o patriotismo, guiando os alunos em um caminho tido ideal (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012). Considerando o forte teor patriótico da ESAV, não restam dúvidas de que, na afirmação de Belo Lisboa, as práticas empreendidas pelo dr. Raymundo Faria tornavam-no um dos responsáveis por mostrar esse “bom caminho”.

4.2. O FLAGELO DA SÍFILIS: UMA AMEAÇA HIGIÊNICA À ESAV

A “guerra aos vermes” ganhou considerável dedicação do médico esaviano, contudo ela não foi a única doença a se tornar alvo das estratégias do médico. Chamou a atenção de dr. Raymundo Faria a sífilis, “que, como a verminose é um grande flagelo do povo brasileiro” (FARIA, 1935, p. 409). No debate dos higienistas, a verminose e a sífilis se estabeleceram como as duas grandes endemias no país, sendo uma oriunda da precariedade do campo e a outra, dos antros¹¹⁰ e vícios das cidades, formando um elo

¹¹⁰ Os saberes médico-higiênicos acerca da sífilis foram fortemente marcados pela imoralidade e pela insalubridade, propagados a partir de locais isolados, sendo eles espaços clandestinos e de perversão. Por vezes, os saberes higiênicos da doença eram acompanhados por discursos eugênicos. Conforme Araújo (2020), parte dos discursos atribuíam à sífilis a causa do desregramento sexual dos maridos que, ao adquirir a doença nas casas de prostituição clandestinas, levá-la-iam para casa, contaminando a esposa e prejudicando a descendência de sua prole. Dessa forma, os espaços relacionados à prostituição

entre esses espaços no país. Conforme Hochman (1998), houve, no olhar higienista, uma migração dos sertanejos para os centros urbanos, que, infestados pela ancilostomíase, levavam mais pobreza e doença — e, no sentido inverso, uma povoação dos sertões com a sífilis, o alcoolismo, a tuberculose e a imoralidade (HOCHMAN, 1998). Assim, o combate da sífilis e das doenças venéreas, revestida pelos higienistas por um forte teor moral, próximo ao combate do alcoolismo e de outros vícios, era conveniente aos enfrentamentos na ESAV.

Anterior ao funcionamento da Escola, a “desgraça da sífilis” aparecia entre os assuntos veiculados por Belo Lisboa aos operários de construção nas preleções semanais (LISBOA, 1929). Em tal momento, conjuntamente, investia-se no combate das verminoses. Em seguida, no ano de 1931, a sífilis e as doenças venéreas reaparecem sendo anunciadas como alvo de uma “luta encetada” que o Estabelecimento vinha empreendendo também contra as verminoses e o alcoolismo¹¹¹. Apesar de a sífilis e os vermes aparecerem anteriormente como uma ameaça a ser combatida, foi somente em 1934, com a presença do dr. Raymundo Faria, que identificamos o início de um investimento estratégico em torno dos sifilizados.

Nesse ano, somou-se ao tratamento dos casos de sífilis e das doenças venéreas a promoção de um conjunto de preleções sobre educação sexual nas Reuniões Gerais. A Educação Sexual, enquanto uma estratégia profilática contra a sífilis, foi impulsionada na década de 1930 devido à criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), em 1933, no Rio de Janeiro, acompanhada por intensos investimentos na circulação de propagandas pela adesão nas escolas (SOARES JÚNIOR; ARAÚJO, 2019). Conforme Soares Júnior e Araújo (2019), o médico José de Albuquerque, o principal mobilizador do CBES, defendia a necessidade de vencer a barreira da imoralidade que revestia a sexualidade do brasileiro, para compreender que as funções sexuais de um indivíduo diziam respeito não só a ele, mas também a toda a sociedade. Fazia-se necessário “educar sexualmente para a prevenção contra um terrível mal que se abastava sobre a população brasileira, ameaçando tanto quanto, ou talvez mais, a ‘estabilidade futura’ da ‘geração de amanhã’” (SOARES JÚNIOR; ARAÚJO, 2019, p. 14).

eram moralizados, bem como se tornavam alvo da higiene pública para preservar não só a família da doença, como também seu patrimônio genético. Devido a essa ameaça coletiva, no Recife/PE, por exemplo, as pensões ganharam centralidade no debate dos higienistas locais (NEVES, 2018).

¹¹¹ Naquele momento, o dr. José Felicíssimo de Paula Xavier estava como médico encarregado do Serviço de Saúde da ESAV, ainda com os atendimentos reduzidos.

Com menos de um mês à frente do Serviço de Saúde, dr. Raymundo Faria realizou diversas preleções sobre a educação sexual, que se estenderam ao longo do mês de maio e início de junho de 1934. A primeira, no dia 7 de maio, foi destinada a introduzir os estudos da Educação Sexual aos esavianos. E, de forma sequenciada, com caráter semanal, tratou-se das moléstias venéreas: 14 de maio, “Molestias venereas, suas consequencias”; 21 de maio; “A syphilis”; 28 de maio, “A blenorragia, suas consequencias”; 4 de junho, “Os cancros”; e, por fim, 11 de junho, “O problema sexual” (FARIA, 1935, p. 338).

Observando as temáticas tratadas, percebe-se que existia um fio condutor da sequência de preleções, começando por uma introdução ao assunto da Educação Sexual, passando pelas moléstias venéreas e finalizando com o “problema sexual”. A introdução à temática, com a qual o médico da ESAV inicia a sequência de preleções, era necessária, na visão do médico José de Albuquerque, a fim de preparar os alunos para receber as informações sem a barreira da moralidade, pois “apenas seria tornado possível tratar da educação sexual, se antes de tudo fosse preparado o terreno” (SOARES JÚNIOR; ARAÚJO, 2019, p. 11). Assim, após preparado um solo fértil entre os alunos para o ensino da educação sexual, o dr. Raymundo Faria prosseguiu semeando saberes higiênicos acerca das doenças e de suas consequências. Para fechar a semeadura, ele selecionou o tema que demarcava a penetração dos eugenistas latino-americanos nos debates sobre a sífilis e que justificava o motivo da ameaça de tal “flagelo” ao futuro do Brasil: “o problema sexual”.

A ideia do problema sexual foi, para Silveira (2016), constitutiva da representação mobilizada pelos eugenistas de que existia um desregramento moral entre os brasileiros e uma sexualidade excessiva. Conforme Peixoto e Carvalho (2018), a sífilis passou a ser pensada como uma enfermidade própria do desregramento sexual e da imoralidade, produzindo um terror em torno das atividades sexuais e tornando-se um fator degenerativo para o progresso brasileiro, estigmatizando as gerações. Logo, a sífilis e as doenças venéreas assumem o lugar de “veneno racial”¹¹² entre os latino-americanos adeptos do lamarckismo (ou neolamarckismo), permitindo pensar “ou a fusão da eugenia

¹¹² Conforme Stepan (2005), a ideia de “venenos raciais” foi característica de eugenistas latino-americanos, que acreditavam na prevenção de determinadas doenças e vícios como forma de prevenir a degeneração de populações ou até mesmo de nações. Isso se dá pois os “venenos raciais”, uma vez nos indivíduos, produziriam degenerações permanentes no organismo e seriam passadas as próximas gerações, urgindo que se prevenisse que os sujeitos viessem a ser contaminados pela sífilis, por exemplo (STEPAN, 2005).

com saneamento preventivo, ou a expansão do saneamento preventivo para incluir o saneamento da hereditariedade humana” (STEPAN, 2005, p. 92-93).

Acreditamos que essa visão da doença, confluindo um olhar eugênico junto às ações sanitárias, foi assumida pelo dr. Raymundo Faria. Fazendo uso da Educação Sexual, ele possibilitava a produção de uma mentalidade voltada à prevenção de doenças contagiosas e à conformação dos corpos à higiene sexual, precavendo-os da degeneração da raça o quão antes fosse possível. Nesse momento, sua aproximação com ideias cultivadas nas correntes eugenistas ainda não aparece explicitamente manifesta nas fontes, entretanto ela pode ser inferida pelos seus investimentos posteriores na veiculação de saberes eugênicos. Em 1936, nas Reuniões Gerais, o médico realizou uma preleção intitulada *A esterelisação humana como factor eugenico* (FARIA, 1936) e, em 1942, foi feita por ele uma palestra sobre a Educação Física — reproduzida pela Revista Seiva¹¹³ —, colocando-a como um fator preponderante para a correção das “falhas de origem étnica” e a construção de uma raça brasileira “sadia, reequilibrada e forte” (FARIA, 1942, p. 33-34).

O recurso da educação sexual mobilizado pelo médico esaviano para o combate da sífilis pode ter sido movido pelos seus interesses tanto higiênicos como eugênicos, sendo comum essa aproximação nos debates sobre a doença naquele período (PEIXOTO; CARVALHO, 2019). Os saberes veiculados pelo médico o aproximariam das pretensões higiênicas que foram, por diversas vezes, manifestas por Belo Lisboa quando engenheiro-chefe das construções e quando diretor.

A ação preventiva foi recebida de forma positiva pelo diretor, que informou à Junta Administrativa as ações higiênicas organizadas pelo médico, selecionando, entre suas diversas preleções, somente aquelas relativas à Educação Sexual (LISBOA, 1935). Ostentá-la pode ser visto como a representação de uma conquista na “luta” da Escola contra a sífilis.

A ação profilática do médico esaviano se configurou como o primeiro passo na “luta” contra o “flagelo”, sendo, ao fim de 1934, indicada a necessidade do “tratamento systematico” da doença. No entanto, o que se observa no ano seguinte é a realização de “muitos tratamentos da syphilis” com um caráter experimental, realizando a aplicação de

¹¹³ A revista Seiva foi um periódico estudantil de grande circulação, criado em agosto de 1940. Segundo Milagres, Oliveira e Baía (2021), a revista assumiu um papel importante na sedimentação de conhecimentos, costumes, crenças e tradições na Instituição. Ela circulou saberes e práticas produzidos por alunos e professores, direcionando-os aos espaços interioranos de Minas e do Brasil, alcançando também alguns países do exterior.

centenas de doses do remédio *914* e milhares de doses do *bismutho* e do *mercúrio*¹¹⁴, “custeada pelos próprios doentes” (FARIA, 1935, p. 409).

Os tratamentos realizados ao longo de 1935 permitiram ao médico colher “ótimos ensinamentos”. Mediante a sugestão de compra generalizada de ampolas de *bismutho* de um laboratório que as ofertara por um preço mínimo, “podemos sugerir com segurança o tratamento anti-syphilitico dos nossos contribuintes para o proximo anno” (FARIA, 1935, p. 410). Assim, o dr. Raymundo Faria afirma que as doenças na Escola “poderão ainda mais se reduzirem se fizermos o tratamento anti-syphilitico” caso fossem seguidas as orientações propostas por ele nas observações colhidas naquele ano (FARIA, 1935, p. 419).

O tratamento sistemático para as verminoses e para a sífilis provocou gastos dispendiosos com exames e medicamentos, e foi acompanhado por reajustes no movimento financeiro do Serviço de Saúde. Para o dr. Raymundo Faria, o próprio tratamento para verminoses e sífilis se configurava como uma medida econômica. Em conformidade com os higienistas, ele considerava que o combate dessas doenças trazia retornos econômicos à Instituição, em virtude da diminuição das faltas dos trabalhadores, e ao Serviço de Saúde, por curar o indivíduo doente e educá-lo para se resguardar das doenças (FARIA, 1934;1935). No entanto, para adequar a despesa ao orçamento disponível na Instituição, foram feitas mudanças no controle dos serviços prestados e de suas funções.

No serviço de farmácia, os remédios fornecidos passaram a ser disponibilizados apenas mediante prescrição médica, e foram abolidos os “‘bilhetes’ de pedidos de remedios aconselhados em anuncios de jornais e pessoas leigas”. Apesar dessa abolição, especialmente os professores e os operários solicitavam ao médico determinados “preparos” sem indicação médica e sem a aprovação do dr. Raymundo Faria, porém, diferentemente de 1933, esses preparos voltaram a ser autorizados por ele em 1934 (FARIA, 1934).

O Serviço de Saúde também passou a assumir funções comerciais para o aumento de seus fundos, fazendo “compra, para revender aos contribuintes pelo custo e mais 10 a 15% dos medicamentos mais [sic] usuas e que os contribuintes não tivessem direito por

¹¹⁴ O *bismutho* e o *mercúrio* eram substâncias amplamente utilizadas na composição química de medicamentos contra a sífilis, sendo o segundo tradicionalmente utilizado e aceito pelos médicos na terapêutica da doença até a década de 1940, quando foi generalizado o uso da penicilina. Já o medicamento *914* era “a última novidade da moderna quimioterapia” e foi revestido por uma “aura miraculosa” de possibilitar a cura dos sifilizados (SANTOS; ARAÚJO, 2021, p. 28).

força de Regulamento” (FARIA, 1935, p. 340). Outra mudança esteve na obtenção de materiais hospitalares (injeções antissifilíticas e materiais para curativos) do Rio de Janeiro em larga escala, que, quando eram “realizadas em pequenas parcelas e nas farmácias locais custam 200 a 300% mais caras que como adquiridas actualmente”. Parte desses materiais, como algodão e produtos químicos, seria fornecida aos departamentos da ESAV “pelo custo e mais 10 a 15%, [...] que mesmo comprando directamente das grandes casas do Rio, teria um acréscimo de frete de mais de 10%” (FARIA, 1934, p. 341).

Além das mudanças anteriores, foi sugerida a compra imediata de uma farmácia, pois o “systema de compra em farmácias da cidade absorve cerca de 70% da contribuição total e em [sic] sempre os medicamentos são preparados com escrupulo, como tivemos varios casos positivados durante o ano” (FARIA, 1935, p. 341). Esse pedido foi acatado pelo diretor e logo, no início do ano seguinte, foi adquirida a farmácia de José Rios Junior, que, ao que parece, anteriormente vinha prestando serviços para a Escola (RIOS JUNIOR, 1935). Com a obtenção de uma farmácia própria, o controle do serviço estaria sob maior alcance do médico, que poderia regular seu funcionamento e o fornecimento de remédios.

Junto à aquisição da farmácia em março de 1935, o farmacêutico foi nomeado para o quadro de professores e ministrou as aulas práticas de Farmácia e História do Brasil, além de realizar preleções de cunho eugênico e patriótico nas Reuniões Gerais¹¹⁵. Apesar de vir atuando pela Escola, apenas em 23 de novembro foi enviado o pedido de contratação de José Reis Junior à Junta Administrativa. Ele foi incumbido do cargo de farmacêutico da Escola, e justificou-se, na sua contratação, que “apezar de não constarem do Regulamento, seus serviços se tornam necessarios ao ensino e á Escola” (LISBOA, 1935, [s/p]). Os suprimentos da farmácia eram fornecidos a diversos departamentos, mas quase a totalidade do estoque foi utilizada pelo Serviço de Saúde, não tendo consumido mais pela falta de suprimentos (RIOS JUNIOR, 1935).

¹¹⁵ Em três preleções realizadas no ano de 1935 (em maio, agosto e outubro), o farmacêutico tratou: do “test” para seleção de imigrantes para formação da nacionalidade brasileira, “com apreciação de alguns typos de facil assimilação no Brasil”; das grandes realizações sociais, econômicas e financeiras do Brasil, com a participação da ESAV e de seus dirigentes, sob o ponto de vista agrônômico, feita com “grande carinho dedicado ao Brasil” e “apello aos moços em favor do bem geral da nação brasileira”; e, na última, foram retomadas as duas preleções iniciais “concitando os brasileiros á neutralidade em consideração ao nosso meio social, com um apello em favor da producção nacional” (REIS JUNIOR, 1935, p. 39-310).

Ao contrário do que garantia o médico, a aquisição da farmácia não foi o suficiente para suportar as ações médicas realizadas em 1935, e foi preciso racionalizar o fornecimento de “preparos” aos contribuintes. Conforme Faria (1935, p. 406) expõe: “calculada aproximadamente a receita do Serviço de Saúde, agimos com economia nos mezes seguintes áquelles em que houvesse defficit e tornamos mais accessiveis ás pretenções dos contribuintes aquelles em que houvesse saldo”. Os “preparos” eram disponibilizados apenas se, no mês anterior, houvesse saldo nas economias do Serviço de Saúde. Quando negado a um professor, ele sobrepunha o seu poder ao do médico, tornando-o “victima de criticas e reclamações constantes”. Assim, o controle de “2 pesos e 2 medidas” era reprovado pelo médico, contudo “somos obrigados a usar para que o descontentamento não chegue a ponto de prejudicar o Serviço” (FARIA, 1935, p. 406).

No ano de 1935, as despesas foram “dosadas com atenção”, sendo ainda feito o combate das verminoses entre os alunos da ESAV e das escolas anexas, além de ampliado o tratamento da sífilis. Uma das ações propostas pelo dr. Raymundo Faria foi a substituição do zelador por um médico auxiliar para a realização dos exames de fezes. Como afirmou:

Penso eu caber ao médico da Escola estes exames, que podem ser feitos sem nenhum prejuizo ao serviço e com a grande economia de cerca de 3 contos que seriam empregados em beneficio dos contribuintes. Além disso, o medico assistente retira maior proveito para o doente si elle proprio fizer o exame pois adquire melhor conhecimento da grande infestação do paciente [...]. Só mesmo os exames sendo feitos pelo proprio medico do Serviço de Saúde, poderemos continuar com rigor e efficiencia a campanha contra a verminose na Escola. (FARIA, 1935, p. 415-416)

A realização dos exames por um médico traria a economia de três contos e permitiria a presença médica em mais de uma das atividades na Escola, em lugar do zelador, que era um empecilho nas etapas de tratamento da doença. O saldo de três contos “mais uma ligeira economia” poderia ser utilizado em proveito do “tão importante serviço” do tratamento da sífilis. O médico previa que, com a reserva de 5.000\$000 (cinco mil réis), adquirida pelas economias com as verminoses e mais outras, seria possível a compra de 10.000 ampolas de *bismutho*, permitindo o tratamento de 555 pessoas (FARIA, 1935).

Sendo assim, à medida que se assentava a “guerra” contra as verminoses, o médico deslocava as atenções para a sífilis, iniciando uma nova campanha. O enfrentamento

dessas doenças, tidas como obstáculos no progresso nacional, era uma forma de garantir o apelo constante das intervenções médicas sobre o corpo social para que o Brasil fosse saneado. Ao combatê-las, seria permitido remover a “doença” que identificava e desqualificava o brasileiro (LIMA; HOCHMAN, 1996).

4.3. A HIGIENE PREVENTIVA COMO ESTRATÉGIA PARA DEFESA DA SAÚDE

Além do combate às epidemias, coube à autoridade higienista incutir uma mentalidade higiênica nos sujeitos e manter os seus corpos afastados das ameaças, para a garantia da saúde. Nesse sentido, o dr. Raymundo Faria reestruturou o Serviço de Saúde de forma a combater as endemias e, em paralelo, promover intervenções imediatas sobre a saúde dos esavianos. Somava-se à tarefa de garantia da saúde o aprimoramento de outras ferramentas que pudessem contribuir para a sua defesa. Assim, o médico esaviano atou, de forma generalizada, na promoção de uma mentalidade voltada para a medicina preventiva. Essa atuação dava-lhe prestígio frente a Belo Lisboa, pois vinha sendo cumprido esse seu interesse antes expresso.

As manifestações vangloriosas de Belo Lisboa quanto à adesão da medicina preventiva pelo pessoal esaviano eram realizadas em 1931, contudo, ao que parece, perderam força com os entraves ocorridos na ampliação/sobrecarga dos atendimentos médicos e dentários. Com a chegada de Dr. Raymundo Faria, o otimismo do diretor foi revigorado, e, em suas palavras, “o movimento no consultório medico foi intenso” no primeiro ano, iniciando “praticamente o serviço de medicina preventiva, conforme aconselha a Escola” (LISBOA, 1934b, [s/p]).

A medicina preventiva enquanto sinônimo da higiene escolar permitia a atuação médica sobre a totalidade de corpos que compunham o espaço educativo. Ela possibilitava a atuação tanto sobre o corpo doente quanto sobre o corpo sadio, de forma a corrigir as predisposições mórbidas, isto é, “combater a doença antes que ela tenha se instalado no organismo” (STEPHANOU, 2006, p. 37). Na ESAV, esse saber médico impregnou os caminhos passados pelo dr. Raymundo Faria, intervindo no cotidiano institucional — nas faltas dos alunos, na prevenção de epidemias e nas práticas de diversão e de “educação *physica*”.

A medida basilar instruída por ele com a reestruturação do Serviço de Saúde, e acatada pela direção, foi a adoção do “Systema de Licenças Prévias” aos alunos,

substituindo o de atestado médico. Nesse novo sistema, quando os alunos comunicavam a doença ao médico, a fim de receber o atestado para falta, eram “imediatamente medicados”, sendo concedida “a licença previa da Directoria, de acordo com o regulamento da Escola em vigor”. Ao seguir esse sistema, seria permitido ao médico agir sobre a moléstia no início de sua manifestação, prevenindo a evolução do quadro e o contágio aos demais. No entanto, sua finalidade iria para além da doença, visando a um funcionamento eficiente do ensino. Conforme o médico destacava, com esse novo sistema, tornava-se possível restringir “na grande maioria das vezes varios dias de molestia a apenas um dia. A vantagem da boa saude alliada ao menor numero de faltas” (FARIA, 1934, p. 341).

Dr. Raymundo Faria informava que o novo sistema produziu resultados positivos, e

[...] uma prova cabal da vantagem de tal medida é o facto de serem expedidos durante o anno passado 386 attestados medicos, enquanto durante o corrente anno foram fornecidos apenas 68 attestados, que sommados ás 116 licenças previas, temos 184. É preciso notar ainda que os attestados fornecidos em [19]34 são quase na totalidade referentes a professores e operarios que deixaram de comparecer aos serviço [sic] por motivo de moléstia. (FARIA, 1934, p. 341).

O resultado foi considerado “muito bom” por Belo Lisboa, que replicava as falas do médico, atribuindo sua eficiência ao “melhoramento do estado de saúde dos alumnos, por terem sido medicados logo de inicio de qualquer enfermidade e tambem, quanto á frequencia”. O diretor também recebia esse novo sistema de forma positiva e considerava que ele resolvia “a questão de justificação de faltas por motivo de enfermidade, evitando-se que alumnos que não hajam sido examinado pelo medico, solicitem o attestado, sob forma graciosa” (LISBOA, 1934b, [s/p]).

É necessário pontuar que os resultados eram revestidos com o pano de fundo da “saúde”, porém o repouso permitido com o resguardo do atestado, ou mesmo as escapulidas da rigidez rotineira, eram suspendidas pelo médico ou reduzidas ao mínimo. Estando a serviço institucional, dr. Raymundo Faria produzia um engessamento dos alunos aos trabalhos rotineiros e possibilitava mais uma abertura da direção da Escola às atividades médico-higiênicas.

O otimismo de Belo Lisboa quanto à expansão da medicina preventiva também era visto pelo aumento da medicalização, que, no número de receitas expedidas, “de 1.940

em 1933, elevou-se a 2.011 em 1934, atestando o progresso na prática da medicina preventiva” (LISBOA, 1934b, [s/p]). Por meio desses números, o dr. Raymundo Faria demonstrava servir com “esforço e dedicação” ao cargo incumbido (LISBOA, 1935, [s/p]) e se mostrava disposto a contribuir para o projeto formador esaviano fazendo “votos para que a nossa Escola cresça sempre mais, dando aos seus servidores o que temos de mais caro: A SAÚDE” (FARIA, 1934, p. 344, grifo do autor).

As ações em favor da medicina preventiva ficaram ainda mais patentes com as ameaças de epidemias que circulavam em Viçosa ou na região, levando-o a imprimir esforços na contenção das doenças para manter a salubridade da Escola. Ações como a adoção intensiva de medicamentos, o isolamento dos doentes, medidas sanitárias e educativas, e a vacinação, especialmente nos casos de febre tifoide e varíola, foram adotadas no Serviço de Saúde.

Em 1934, a epidemia de febre *typho* (ou febre tifoide) teve seus primeiros casos na cidade de Viçosa entre os meses de agosto e setembro. O anúncio da doença levou a uma ação imediata do Serviço de Saúde para prevenir casos de infecção, por instrução e vacinação dos alunos. Eles foram convocados para preleções e orientados quanto aos “meios de evitarem as molestias”. Além disso, foram “vacinados 103 alumnos no consultorio medico, sendo quase todos os outros alumnos externos sido vacinados pelo posto da cidade”. Conforme consta, “felismente nada houve na [sic] anormal, não se verificando nenhum caso de typho ná Escola” (FARIA, 1934, p. 342). No ano seguinte, em 1935, houve uma incursão da doença na cidade, com casos fatais, e foram tomadas “energicas providências” de vacinação e preleções de instrução higiênica — como no ano anterior —, não aparecendo nenhum caso de pessoas ligadas à Escola (FARIA, 1935, p. 413).

A doença, que foi imediatamente prevenida com a instrução dos alunos e a vacinação, era transmitida por água contaminada e recebia atenção dos higienistas desde finais do século XIX. Havia exemplos de casos da epidemia de febre tifoide no Brasil com grande alarde entre os higienistas, como no ano de 1917, em Curitiba/PR, quando a doença vitimou a população da cidade e mobilizou higienistas do estado do Paraná e de São Paulo (BERTUCCI, 2011).

As práticas de vacinação, comuns entre os higienistas — representadas principalmente pelas ações de Oswaldo Cruz no Distrito Federal, que eclodiram na Revolta da Vacina —, foram implementadas pelo Serviço de Saúde no combate da febre tifoide nos anos de 1934 e 1935. Neste segundo ano, a vacinação foi novamente utilizada

para o combate da varíola, quando foram notificados alguns casos nos arredores da cidade de Viçosa. Fez-se “a vacinação anti-variólica intensa. Vaccinamos quase todos os alumnos, vaccinamos em domicilio todos os professores e familias, operarios e demais servodores [sic] residentes em terreno da Escola”. Foi utilizado um total de 527 vacinas, com maior número entre os alunos (186), sem que nenhum caso fosse registrado na Escola (FARIA, 1935, p. 414).

Naquele momento, apesar do temor nacional e internacional em torno da varíola, a responsabilização pela vacinação (dessa e de outras doenças) e a conscientização da população não eram bem definidas, ficando dispersas nos espaços rurais. Isso não impedia que a vacinação contra a varíola, que era feita a cada sete anos, tivesse de ser comprovada obrigatoriamente para o ingresso nos estabelecimentos de ensino (FERNANDES; CHAGAS; SOUZA, 2011). Na escola rural Patronato Agrícola Visconde da Graça, em Pelotas/RS, sua exigência ainda era acrescida do comprovante de vacinação para febre tifoide como parte das medidas higienistas (VICENTE; AMARAL, 2010). Na ESAV, os alunos e servidores deveriam, em tese, apresentar o comprovante de vacina contra varíola ao ingressar na instituição. No entanto, mesmo com a implementação dessa medida, foi determinado pelo dr. Raymundo Faria que “as vacinações anti-variólica e anti-typhica, tornar-se ão obrigatorias em vista de se tornarem essas molestias, principalmente a typho e infecções paratyphicas, verdadeiras endemias na nossa zona e mesmo na nossa cidade” (FARIA, 1935, p. 419)¹¹⁶.

A vacinação, agora acompanhada da medicalização, foi utilizada na epidemia de gripe em 1935, a qual, “por três vezes tivemos grande trabalho em evitar” (FARIA, 1935, p. 412). Conforme o médico esaviano relatou, a gripe adquiriu um caráter epidêmico “no Rio, S. Paulo e mesmo em minas, até na cidade de Viçosa, como aconteceu em abril e maio de 1935” (FARIA, 1935, p. 412). As licenças prévias foram utilizadas para a prevenção de um surto de contaminação na Escola, pois, quando os alunos se dirigiam ao consultório por motivo de gripe, eram imediatamente medicados (FARIA, 1935). A gripe, acrescida de outros casos de doenças ocorridas na Escola e reações às vacinas, contribuiu para que o número de licenças saltasse de 116 para 409 (FARIA, 1935).

Como estratégia de prevenção, “em todas as 3 vezes que a grippe ameaçou invadir a nossa Escola, o Serviço de Saúde opoz uma barreira pelo tratamento preventivo” (FARIA, 1935, p. 412). Essa barreira consistiu na prescrição de 2.854 comprimidos de

¹¹⁶ Em 1937 houve casos da doença na Escola, seguidos do isolamento dos doentes, e o Serviço de Saúde conseguiu mais de 1.500 vacinas pelo Serviço de Saúde Pública do Estado (PEREIRA, 1937).

guarainas, dez comprimidos de *instantinas*, 5.368 cápsulas de antigripais (*salofeno*, *benzoato de sódio*, *Terpina*, *Thicol*, *Pós de Dower*) e aplicação de 689 ampolas de *Agrippan e Sativan*, 266 ampolas de *Oleo camphorado* e 151 ampolas de *Omnadina*. Segundo o médico, não houve nenhum caso grave ou que trouxesse prejuízo escolar aos alunos (FARIA, 1935, p. 412-413).

O único caso do uso de isolamento como medida preventiva se deu em 1935, quando a Escola foi surpreendida com um surto epidêmico de cachumba (*parotidite infectuosa*). Conforme relatou Faria (1935, p. 413):

Conhecendo o grande poder contagiante da molestia, tomamos imediatas providencias isolando os contaminados e dispensando-lhes especiaes cuidados com o fim de evitar a orchite. Sentimo-nos satisfeiros em declarar que, dentre 300 alumnos, apénas 3 tiveram o mal agravado e requerem cuidados especiaes que foram prontamente prestados aqui mesmo na Escola.

A doença parece ter causado um certo alvoroço na Escola e, junto com a gripe, foi a principal responsável pelo aumento no número de licenças expedidas em 1935. A cachumba, a varíola e a febre tifoide mereceram uma preleção do dr. Raymundo Faria sobre suas medidas profiláticas no final de outubro daquele ano, por meio das Reuniões Gerais (FARIA, 1935).

Por fim, houve na Escola casos de “conjuntivite hyperhemica” em 1934, que necessitaram de auxílio externo, e o aparecimento de uma perturbação intestinal amebiana em 1935, exigindo medidas sanitárias e educativas. Nos casos de conjuntivite, a moléstia assumiu caráter epidêmico, e necessitou-se fazer o “tratamento preventivo e curativo” de “mais de 300 pessoas entre alumnos e servidores da E.S.A.V.”, para o qual foi chamado, por diversas vezes, o dr. Del Guidice, um médico especialista em moléstias de olhos (FARIA, 1934, p. 342). Já as perturbações intestinais deram “algum trabalho para fazer desaparecer da Escola”, provocando a adoção de “medidas higienicas e therapeuticas” para seu combate, sem nenhum caso grave (FARIA, 1935, p. 414).

Com isso, podemos observar que, na presença das epidemias, possibilitou-se ao médico aplicar diferentes medidas preventivas que aumentavam seu repertório de intervenções e, conseqüentemente, a demonstração do poder médico-higiênico na Escola. Quando os surtos aconteciam dentro da ESAV, como no caso da cachumba e das perturbações intestinais, o médico atuava para conter e curar o espaço escolar. Já quando a doença aparecia circulando na cidade de Viçosa ou nos arredores, ele atuava para isolar

o espaço esaviano da cidade, fortalecendo o organismo dos indivíduos com a vacinação e a medicalização, para que a doença não chegasse até a Escola.

4.3.1. O tempo livre e a Educação Física na higiene preventiva

Na presença do dr. Raymundo Faria, não foram impulsionadas apenas as intervenções médicas para a higienização dos indivíduos no cotidiano institucional. “Na parte referente a sociedade e diversão”, os eventos sociais começaram a participar de forma mais ativa no projeto formador da Escola, sendo ofertado “a professores, alumnos e empregados o necessario prazer de diversões dentro dos sãos principios da Hygiene mental” (LISBOA, 1935, [s/p]).

Os princípios que orientavam as “diversões” na ESAV eram constitutivos de um cenário maior, em que eram impulsionados os debates sobre a higiene mental mediante a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), em 1923, no Rio de Janeiro. Apesar de ter sido criada a partir da mobilização de higienistas, a LBHM estabeleceu estreitas relações com os pressupostos eugênicos. Ela alimentava a ideia de que o fortalecimento da saúde neural poderia prevenir os vícios do alcoolismo e conservar sua transmissão hereditária (CARDOSO; LIMA, 2016; CUPELLO, 2013).

Assim, a higiene mental se fazia como um ramo da medicina preventiva para a conservação da saúde do espírito (SOUZA; BORINI, 2008). Na música era conservada uma finalidade terapêutica e preventiva, sendo que, no Brasil, houve exemplos como a criação de uma banda de música no manicômio e hospital de Juqueri, em São Paulo (CARDOSO; LIMA, 2016). Em Viçosa, a banda de música da ESAV, que havia sido criada com a Caixa Beneficente em 1923 e permanecia ativa na Instituição, passou a ser utilizada para esses propósitos higienistas. Por meio de eventos sociais frequentes, seus benefícios poderiam ser ampliados a toda a comunidade e servir aos desígnios da “formação total”.

A banda de música da ESAV era composta por mais de 30 integrantes e regida pelo Maestro João Salgado Amorin (1900-1968) desde 1928. Devido aos ensaios realizados no edifício central, os quais “poderiam ser” prejudiciais aos estudos, “fomos forçados, de acordo com a autorização da Junta, a construir um pequeno predio, destinado ao ensino e pratica da musica, com os requisitos modernos de hygiene, ventilação e acustica” (LISBOA, 1935, [s/p]).

Uma das críticas dos higienistas quanto à utilização da música, que pode ou não ter sido acrescida aos motivos da mudança dos ensaios, mas que certamente influenciou na observação da acústica na construção do novo edifício, residia na produção de ruídos. Conforme Cardoso e Lima (2016), os ruídos, inclusive nas músicas, deveriam ser evitados por ser um “sabotador da saúde mental”, além de ser uma manifestação dos estados primitivos e bárbaros dos indivíduos, e da falta de cultura e educação. Por aí, podemos perceber que não era qualquer tipo de música que poderia ser produzido e deveria ser observado pelos “sãos princípios da hygiene mental”.

Nos eventos sociais promovidos na ESAV, a música recebia destaque e tornava a banda mais participativa na Escola. Foram promovidos, ao longo de 1935, 16 entretenimentos “com animação e distinção” às quintas-feiras, e foram instituídos os “Vesperais”¹¹⁷, que ocorreram em um total de 13 ocasiões, não tendo sido realizadas com maior frequência por “falta de recursos para alugueis de films necessarios ás mesmas” (LISBOA, 1935, [s/p]).

A banca de música realizou, ao longo do ano de 1935, um total de 71 ensaios e 32 tocatas, sendo parte destinada aos eventos internos. Nos entretenimentos, foi estabelecida uma comissão para cada semestre, com seis e cinco pessoas, sendo que o dr. Raymundo Faria constituiu a primeira (LISBOA, 1935). Não temos ao certo o envolvimento do médico com as práticas recreativas, mas em 1935 surgiram os registros dos entretenimentos, sendo criadas as Vesperais, atreladas a pressupostos higienistas, e em 1942 foi encontrado o registro do médico junto ao Grupo de Teatro da ESAV, inexistente no nosso recorte de investigação (Imagem 22).

¹¹⁷ Em 1939 os Vesperais são mantidos aos domingos e são descritos como “festas de alegria, de recreio e ao mesmo tempo de civismo, de instrução e de educação”, com o “objetivo de tornar mais rápido, mais prático e sobretudo mais eficiente o seu trabalho junto aos servidores”. No programa de um dos eventos, é prevista a realização de projeções, apresentações musicais e poéticas, além, claro, da participação do dr. Raymundo Faria com a palestra *Conselho sôbre a higene exterior do corpo* (ESAV, 1939, [s/p]).

Figura 22 – Grupo de Teatro da ESAV (1942). Dr. Raymundo Lopes de Faria (no centro da imagem à direita) junto aos demais integrantes.



Fonte: Lócus da UFV.

Por último, uma outra contribuição do dr. Raymundo Faria na construção de uma mentalidade voltada para a medicina preventiva, no projeto formador esaviano, deu-se mediante a sua participação no Departamento de Educação Physica. Como foi visto, Belo Lisboa anunciou que, para a contratação do médico, pesou o fato de ele ter estagiado no serviço de Educação Física do Exército, sendo, assim, incumbido ao cargo de auxiliar em Educação Física na ESAV. Logo, em 1934, ele se tornou chefe do departamento e protagonizou o que Kummel (1934) chamou de uma “1ª phase” das mudanças ocorridas naquele ano.

Antes de entrar nas “grandes melhorias” dessa fase, vamos analisá-la, primeiro, pelo caminho dos pormenores que se apresentam no entrelaçar dos documentos e refinam essa ferramenta educativa rumo à medicina preventiva. Percebemos, na presença do dr. Raymundo Faria, a existência de diversas modificações que circundam as práticas de “educação physica” na Escola, transformando sujeitos, exercícios e arregimentações. Quanto aos sujeitos, as transformações se fazem mais perceptíveis no sargento Waldemar Kummel, militar e organizador da “educação physica”, e menos, mas ainda assim, no diretor, que (des)autorizava as práticas na Escola.

O sargento Kummel atuou no departamento como professor, de forma paralela ao médico, e vinha conduzindo a “educação physica” na Escola desde 1930. Esse sargento impulsionou o esporte na ESAV, especialmente mobilizando a criação da praça de esportes em 1931 (SARGENTO..., 1941). A princípio, as intervenções do médico no Departamento de Educação Physica parecem terem sido recebidas com estranhamento, e o sargento tentou estabelecer um certo distanciamento entre uma “parte technica” e uma “parte medica” da “educação physica” — vista naquele momento como a ginástica e os esportes. Conforme Kummel (1934, [s/p]) demarca a respeito do diretor: “aqui [no relatório anual do instrutor] apenas será dado conta a V. Excia. dos trabalhos como professor de Gymnastica e da parte technica, porque a parte medica já foi feita em relatório do respectivo medico”.

O que ele chamou de “parte medica”, e que será abordado mais à frente, eram os exames morfofisiológicos dos alunos. Sugerimos essa tensão pela percepção de algumas nuances nas fontes, que tentaremos demonstrar aqui. Nesse momento, em 1934, o sargento Kummel se autointitulou “professor de Gymnastica e technica dos desportos individuais e collectivos”, sem demarcar qualquer especificação sobre a ginástica (a primeiro momento, nenhum estranhamento). No entanto, percebe-se uma tentativa de demonstrar alguma sistematização nas “licções de Esducação Physica” que eram ministradas, “compreendendo diferentes flexionamentos da sessão preparatoria, todas as aplicações de sessão propriamente dita (7 categorias) de exercicios” (KUMMEL, 1934, [s/p]).

Essa tentativa de sistematização dos exercícios, que aparece nos documentos de forma inédita, pode ter sido provocada pela atuação do dr. Raymundo Faria, que, no dia 24 de agosto de 1934, ainda na “1ª phase” do departamento, ministrou uma preleção nas Reuniões Gerais sobre *O problema da Educação Physica Racional e scientifica*. Nesse mesmo mês, alguns dias antes, foi promulgado um ato administrativo pelo diretor proibindo os alunos e os funcionários de se alistarem nos clubes de Viçosa, com a justificativa de que “praticando desportos, nos clubs da cidade, fazem exercicios physicos em excesso”, e que “a Escola adopta o curso de educação physica, technica, desportiva, differentemente dos clubs da cidade, sendo grandes prejudos uma mudança brusca de orientação” (ATO N° 165, 1934, [s/p]).

Essas mudanças na valorização da técnica, da sistematização e da preservação dos excessos aparecem nas falas do professor de “educação physica” e do diretor, e incidem nos desportos. Tais características certamente estavam sendo inseridas pelo médico, que,

pela sua preleção, demonstrava mobilizar saberes sobre a racionalização e a cientificação das práticas. Elas estariam em conformidade com os debates mobilizados pelos higienistas na Educação Física, na defesa pela adoção de um “método científico” (SOARES, 2004).

Em um dos escritos do médico veiculado nas páginas da revista *Seiva*, na década de 1940, ele ressaltava transformações no estatuto da “Educação Física racional” e as dificuldades em concretizá-las. Conforme explica:

Em todos os países do mundo, as bases teóricas e os sistemas de educação física têm acompanhado sempre o ritmo geral de cultura que corresponde às ideias econômicas, sociais e científicas dominantes em cada época da história. Contudo, a transição de uma etapa para outra nem sempre tem sido rápida e fácil; temo-la nisto lenta, penosa e difícil, muitas vezes devido a rotina dos mestres e praticantes que não concordam em abandonar seus princípios doutrinários para realizar novas investigações e procurar a verdade nos campos de educação física.

[...]

Com o progresso da ciência, sobremem a segunda fase – a fase *fisiológica*. Aquí, mais do que a fôrça, o que interessa é a saúde. Definiram-se as correlações entre os músculos e os demais órgãos da economia, – especialmente coração e pulmão – a fisiologia contrapõe-se à anatomia. (FARIA, 1946, p. 33, *grifo do autor*).

Não se pode levar a cabo uma aproximação direta entre os saberes veiculados por ele na revista e as fontes do período histórico investigado, uma vez que nesse entremédio ele veio a realizar um curso de especialização médica em Educação Física e Desportos, na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFED), no Rio de Janeiro (FARIA, 1942; MORELLI; MAGALHÃES, [s/d]). Entretanto, no ano de 1934, seus saberes e práticas já demonstravam uma aproximação com os pressupostos fisiológicos em detrimento do anatômico — separação essa que ocorreu nas transformações teóricas do Higienismo¹¹⁸ —, além de mobilizar na Escola saberes condizentes com as transformações na Educação Física nacional. Nesse sentido, a referência às transformações “lenta, penosa e difícil” e os entraves na rigidez dos mestres e praticantes

¹¹⁸ Segundo Stephanou (2006), as concepções “anatômica” e “fisiológica” foram confrontadas na primeira década do século XX, predominando a segunda. Enquanto a concepção “anatômica” pensava o corpo a partir de uma estrutura rígida dos órgãos, devendo o médico curar as lesões e preservar a rigorosidade morfológica e estrutural do corpo, a concepção “fisiológica” pensava num funcionamento dinâmico do corpo (lê-se organismo) que estava suscetível a distúrbios, devendo o médico intervir sobre a perturbação e preservar o funcionamento harmônico do organismo (STEPHANOU, 2006).

foram tecidos por alguma relação com suas experiências de chegada à ESAV e seus investimentos no Departamento de Educação Physica.

Logo, a atuação do dr. Raymundo Faria como chefe do departamento trouxe contribuições para as transformações das práticas cultivadas. Percebemos que, a princípio, os saberes de uma racionalidade na Educação Física foram trazidos pelo médico e apropriadas por Belo Lisboa, aplicando-as à (des)autorização dos desportos. No sargento Kummel, ela provoca a busca de uma sistematização na “educação physica” levando-o, posteriormente, a anunciar a adoção de um método ginástico.

A separação feita pelo sargento em 1934 entre a “parte technica” e a “parte medica” da “educação physica” foi abandonada. Ele passou a entrelaçar diversos saberes médico-higienistas para descrever a prática e, inclusive, a utilizar jargão médico¹¹⁹. Não obstante, o sargento também reconhece que as práticas de Educação Física não deveriam ser reduzidas aos benefícios físicos, pois, “hoje em dia não podemos fallar de uma educação physica, de uma educação intellectual e de uma educação moral como se fossem distintas, completamente separadas”. Ela se “assenta e se desenvolve, consagrando os ideais da saude, de equilibrio e de harmonia” (KUMMEL, 1936, [s/p]).

Além de modificar seu entendimento sobre as práticas de “educação physica”, o sargento passa a assumir, de forma entusiasmada, que “nosso methodo de Educação Physica é o methodo francez adaptado ao nosso meio” (KUMMEL, 1936, [s/p]). A ressalva feita quanto à adaptação do método europeu às condições presentes numa escola agrícola no interior do país permitiria uma implementação na ESAV condizente com a proposta de adaptação do método ao elemento nacional, que balizou a adoção oficial no Brasil (QUEIROZ; CANCELLA, 2018).

Conforme Queiroz e Cancellata (2018), o método francês de ginástica foi implementado no Exército Brasileiro por uma missão militar francesa, que permaneceu com os trabalhos no Brasil entre os finais da década de 1920 e início de 1930. Na ESAV, sua adoção pode ter tido contribuições tanto do sargento Kummel, que estabelecia relação direta com as instituições militares, quanto do dr. Raymundo Faria, que foi estagiário no serviço de Educação Física do Exército durante sua formação Rio de Janeiro, entre as décadas de 1920 e 1930. Ela era assistida pelo fisiologismo impresso em teorias

¹¹⁹ Segundo o sargento Kummel, o método francês contemplaria o desenvolvimento integral e harmônico dos indivíduos, preservando-os de um desenvolvimento sem equilíbrio, “ou para melhor dizer *neurasthenicos*” (KUMMEL, 1935, [s/p], *grifo nosso*).

higienistas, circulante na Escola e também reforçado pela relação da Escola com o militarismo.

A racionalização pela qual passavam as práticas de Educação Física foi incrementada com a adoção de exames morfofisiológicos de todos os alunos (FARIA, 1935), com o uso de exames clínicos e biométricos, que tomavam o lugar das medições e das pesagens que outrora eram realizados por Clarisse Rolfs — nesse momento não encontramos qualquer vestígio da existência dessas últimas práticas (Figura 23).

Figura 23 – Realização de exames morfofisiológicos em atletas da ESAV (1939). Atletas sendo submetidos a exames clínicos e estão presentes instrumentos para a realização de procedimentos biométricos, entendidos como parte dos exames morfofisiológicos. As aferições estavam sendo realizadas pelo dr. Milton Bandeira, chefe do Departamento Médico, e com o auxílio dos enfermeiros Laerte Lisboa e José Gomide.



Fonte: Álbum de formatura de 1939.

Procedimentos médicos de mensuração e de classificação dos corpos eram investimentos realizados nos debates da Educação Física, chegando a protagonizar, por meio dos biotipologistas, parte das discussões na VII CNE, em 1935. Silva (2012) aponta que a defesa pela adesão desses procedimentos, no caso dos exames biotipológicos, se respaldava por serem “precisos” e “legítimos” para otimizar o rendimento dos corpos. Para isso, as práticas de Educação Física deveriam ser acompanhadas por medições periódicas, e os resultados eram utilizados para classificar e direcionar os alunos para

práticas mais convenientes com vistas de alcançar um maior rendimento dos corpos (SILVA, 2012).

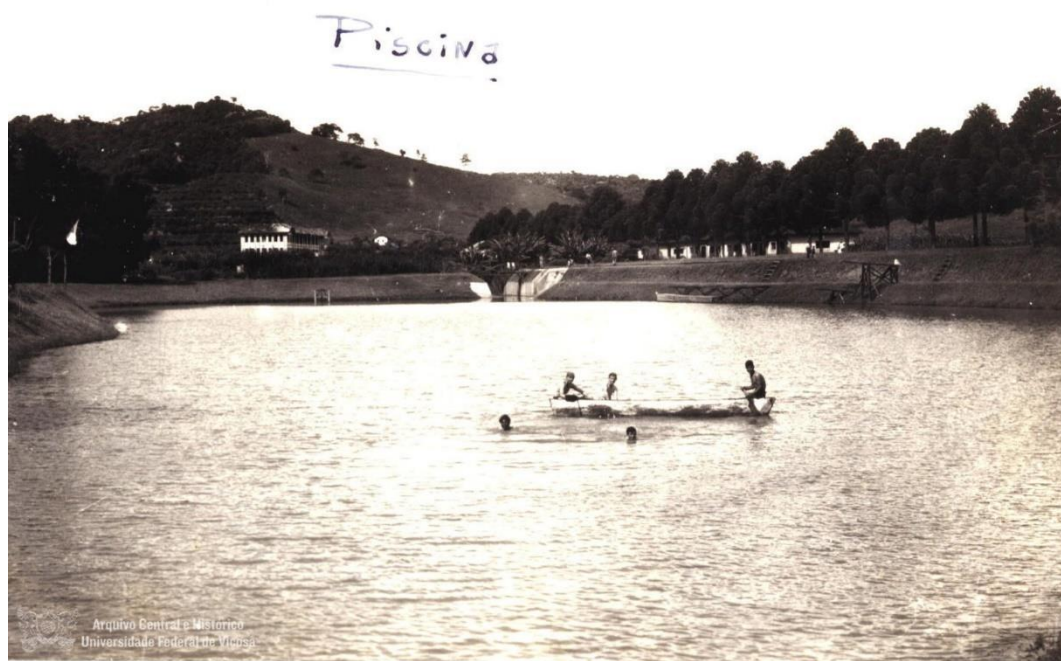
Distinguindo-se da biotipologia, a retórica utilizada para a adoção de exames morfofisiológicos na ESAV se aproximava das intenções higienizantes do dr. Raymundo Faria, que também defendia a racionalização das práticas da Educação Física. Os procedimentos de mensuração, clínicos e biométricos, eram realizados com todos os alunos e, ao contrário de intencionar um bom rendimento nas práticas, possuía a finalidade de garantir o “aproveitamento integral, quanto á saúde da gymnastica e Educação physica que se pratica na E.S.A.V.” (FARIA, 1934, p. 415). Essa intenção higiênica pode ter motivado a construção de um “pequeno quartel e sala de exames physicos” próximo à praça de esportes, que era justificada pela diretoria por “ser prejudicial ao ensino a continuação das referidas dependências no edificio principal” (LISBOA, 1935, [s/p]).

A construção da sala para os exames morfofisiológicos precedia um conjunto de “grandes melhorias” que foram adquiridas ou finalizadas na presença do dr. Raymundo Faria, caracterizando a “1ª phase” do departamento. Nesse momento, foi inaugurado um “postico com alguns aparelhos como argolas, kannos verticais, cordas etc [...]” (KUMMEL, 1934, [s/p]), e finalmente havia sido inaugurada a piscina (Figuras 24 e 25), solicitada por Belo Lisboa em 1932 (JUNTA ADMINISTRATIVA, 1932).

No aceite de construção da piscina, dado pela Junta Administrativa, a principal justificativa para a concessão residia nos benefícios da natação. A prática era considerada valiosa à Escola, pois, entre os outros esportes, a natação “é a que mais comprehende os seus fins”, sendo um “optimo exercicio physico” e “mais um atrativo, que concorrerá para formar a Escola”, principalmente os alunos (JUNTA ADMINISTRATIVA, 1932, [s/p]). A aquisição foi comemorada pelo sargento como “um dos mais importantes melhoramentos introduzidos, pois como sabemos a natação não só é um exercicio completo como constitue uma recreação, ainda mais que na piscina pode ser praticado o remo”. Seria permitido também a prática do *Watter-polo*, que era um dos “grandes jogos” aconselhados¹²⁰ (KUMMEL, 1935, [s/p]).

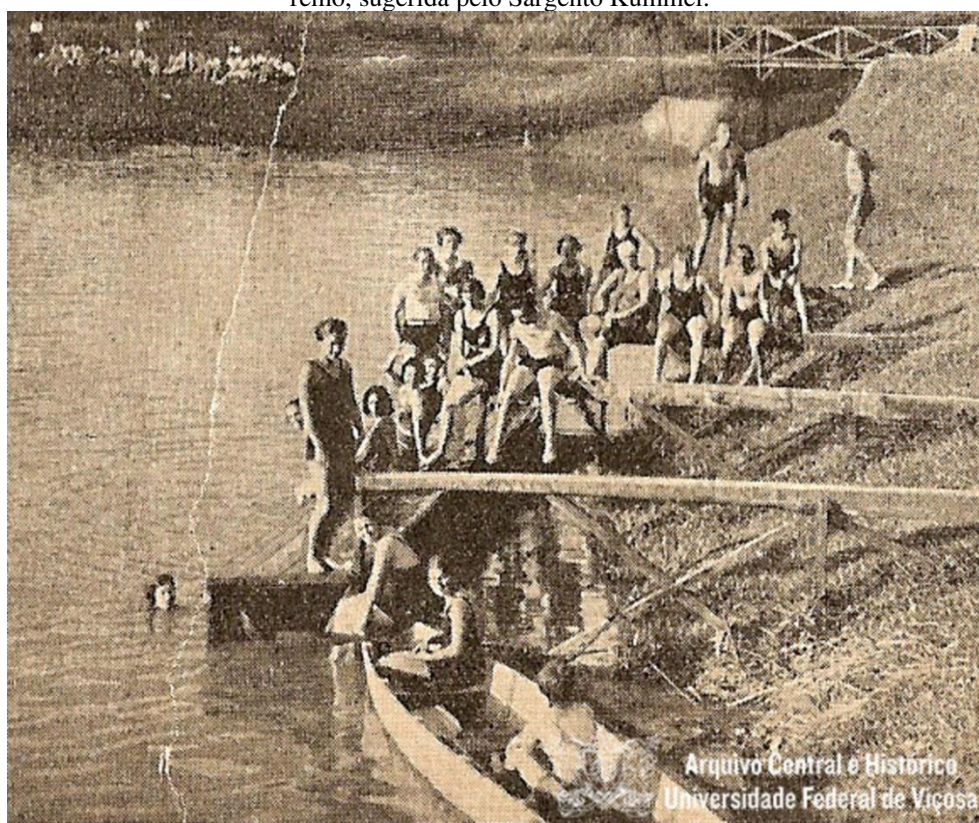
¹²⁰ A sessão de grandes jogos era composta pelo “Foot-Baschet-Wolley-ball, tenis, Bolla Militar (adaptação do Rugby)”, do “Watter-pollo”, possibilitado a partir do próximo ano, e do “Cage-ball”, que necessitava ainda das redes e da bola (KUMMEL, 1934, [s/p]).

Figura 24 – Piscina da ESAV (s/d). Ao centro da imagem aparece alguns alunos utilizando a piscina, na companhia de um bote. Ao fundo é possível visualizar o Edifício Principal.



Fonte: Lócus da UFV.

Figura 25 – Alunos e visitantes agrupados ao redor da Piscina da ESAV (1937). Na vista parcial da piscina, os alunos e algumas visitantes utilizam a piscina em tempo livre, com agrupamentos na lateral e ao fundo da imagem. O grupo na lateral está acompanhado por um que era utilizado para a prática do remo, sugerida pelo Sargento Kummel.



Fonte: Lócus da UFV.

A adoção da piscina foi pensada como um vetor para formação física almejada na Escola, com destaque para a natação. Sua urgência, com a finalização da piscina, justificava-se pelos benefícios da natação para a promoção da saúde do pessoal esaviano. Por ser completa, ela e as outras práticas aquáticas traziam benefícios à saúde dos indivíduos, no que dizia respeito à cura de doenças e ao trabalho muscular, atribuições presentes nos saberes higienistas dentro e fora do Brasil (SOARES; SANTOS NETO, 2018; VIGARELLO, 1996).

Com a inauguração da piscina, a água assumiria um novo lugar dentro do projeto formador, agora como parte de uma natureza reabilitada. Soares (2016, p. 19), ao retomar a ideia de reabilitação da natureza de Thomas (1998), demonstrou a existência de um resgate de elementos constitutivos da paisagem natural brasileira no espaço urbano e a reinserção deles num ideário de vida ao ar livre do século XX, mesmo que ainda “à sombra de um Brasil rural”. A autora sinalizava que, nesse processo de *reabilitar* a natureza, as sensibilidades não escapavam da intelectualidade nacional. Elas exigiam e proclamavam uma experiência necessária com a natureza — já existente em outras formas — e propunham contornos para “as relações entre educação, corpo e natureza, dos usos da própria natureza, dessa vida ao ar livre, fabricando novas atitudes, lugares e tempos, produzindo, enfim, uma outra *natureza*: decodificada e apaziguada” (SOARES, 2016, p. 23, grifo da autora).

Na ESAV, percebemos a existência desse movimento de reabilitação da natureza, especificamente da água, mas em outros contornos. Os receios iniciais quanto à salubridade da água da região e sua ameaça para estabelecimento da Escola dão lugar a sua reabilitação e incorporação na educação corporal dos alunos. Inicialmente, os medos quanto à salubridade foram incutidos por P. H. Rolfs e careceram das intervenções de Belo Lisboa — como engenheiro-chefe —, canalizando os cursos de água, represando-a e direcionando os caminhos dos esgotos. Ao chegar próximo ao estabelecimento da Escola, a água reaparece como uma nova possibilidade de experimentação corporal aos esavianos, garantindo-lhes os benefícios das atividades aquáticas — em suas funções terapêuticas, preventivas e de diversão. Porém, diferentemente de possibilitar uma recessão da ordem urbana para desabituar o corpo do “ar” pesado das cidades (SOARES, 2016), a reabilitação da natureza na ESAV permitiria aos rurais uma nova experimentação do corpo, agora com a água limpa, reimpressa em um espaço rural salubre, assistido pelo

olhar médico-higiênico e com outras possibilidades de movimentos — como no remo e no *Watter-pollo*.

A piscina demarcou de sobremaneira as melhorias ocorridas no ano de 1934 e de fato representava uma conquista dos saberes higienistas na Escola. Eles vinham permeando a Instituição desde sua concepção, no intuito de “curar” a água e, agora, ganhavam lugar na arquitetura institucional e no projeto formador esaviano. Todavia, outras mudanças também contribuíram para a organização das práticas de Educação Física e um atrelamento delas aos saberes veiculados pela intelectualidade nacional. A ginástica sistematizada e a racionalização das práticas esportivas foram valorizadas na presença do médico, inclusive com a adoção dos exames morfofisiológicos. Além disso, foram adotadas medidas para que as práticas corporais se desenvolvessem ao mesmo passo dos debates científicos e educacionais, sem a interferência dos clubes esportivos da cidade.

Mesmo com a presença consolidada do esporte na Escola, o Departamento de Educação Physica sofreu modificações de tal forma a se alinhar aos propósitos da medicina preventiva. Por meio da colaboração entre o médico e o professor de Educação Física, o que era defendido para a racionalização da Educação Física nas escolas (SOARES, 2004), foi possibilitada a sistematização das práticas corporais na busca da saúde. Essa orientação da prática permitiria que o departamento estivesse alinhado aos interesses médico-higiênicos, constituindo mais um espaço de atuação médica.

Assim, com a chegada do dr. Raymundo Faria, a medicina preventiva foi sendo gradualmente implementada no enfrentamento de epidemias, na promoção de práticas de diversão destinadas à higiene mental e na organização das práticas de Educação Física em favor da saúde. Essa implementação foi sendo acompanhada por Belo Lisboa, que buscava garantir a continuidade da expansão da higiene na instituição, suplementando a composição do corpo docente na Escola e as arregimentações.

4.4. O FORTALECIMENTO DO PODER MÉDICO-HIGIÊNICO NO ARRANJO INSTITUCIONAL

As práticas higiênicas mobilizadas para o projeto formador esaviano sofreram intensas modificações com a reestruturação do Serviço de Saúde, ocorridas com a chegada do dr. Raymundo Faria. Essas modificações, que se iniciaram em 1934, foram intensificadas no ano seguinte no intuito de energizar a limpeza sobre o pessoal da Escola. Para isso, foi necessária a realização de uma abertura institucional para que a higiene

participasse de forma mais efetiva em seu arranjo, e fosse garantida sua continuidade nos anos seguintes.

No ano de 1935, Belo Lisboa cumpria seu último ano na direção e buscou suplementar o corpo docente com professores capacitados para atuar nas tarefas higiênicas da Escola. Logo no início do semestre letivo, no dia 1º de março, foram contratados dois médicos formados pela FMRJ, para que atuassem como professores no curso de Veterinária. Um deles era o médico dr. Fausto Pereira Guimarães, que se formou em 1933 e fez cursos de Zoologia Médica e Bacteriologia Geral e Aplicada à Medicina Humana no Instituto Manguinhos. Ele foi contratado como professor auxiliar no Departamento de Clínica Veterinária, responsabilizando-se pelas disciplinas de Sorologia, e Imunologia e Parasitologia Médica. O outro médico contratado foi o dr. Ruy Gomes de Moraes, formado em 1933 e ex-interno do Hospital de Doenças Tropicais, para o cargo de professor auxiliar no Departamento de Bacteriologia e Parasitologia, com a disciplina de Parasitologia (JUNTA ADMINISTRATIVA, 1935).

Especialmente no caso do dr. Ruy Gomes de Moraes, as credenciais apresentadas por Belo Lisboa para sua contratação demonstravam uma aproximação ao Higienismo brasileiro, que se pautava pela medicina tropical (SCHWARCZ, 1993). Tanto é que a vinda do médico favoreceu o Serviço de Saúde, auxiliando na concretização das práticas higiênicas e na organização administrativa dos serviços.

Também foi realizada a contratação do médico-veterinário Schwartz Schneider, formado pela Faculdade de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, em 1934. Ele foi empossado no cargo de professor auxiliar no Departamento de Anatomia, com as disciplinas de Fisiologia, Polícia Sanitária e Higiene (JUNTA ADMINISTRATIVA, 1935). As disciplinas assumidas pelo médico-veterinário eram importantes áreas de atuação dos higienistas e poderiam ser utilizadas para auxiliar na organização do estabelecimento. Uma delas, a Polícia Sanitária, encontrava correspondência com o Programa de Higiene e Polícia Sanitária, aprovado pela Congregação no fim de março.

Assim, o ano letivo de 1935 iniciou com a atuação de Belo Lisboa voltada para o fortalecimento do poder médico-higiênico na Escola, suplementando o corpo docente com mais dois médicos e um médico-veterinário capacitados para atuar na difusão da

higiene¹²¹. Esse fortalecimento torna-se mais explícito com as alterações nas arregimentações, motivadas por Belo Lisboa.

No dia 29 de maio de 1935, foi feita a aprovação de um regimento interno próprio para o Serviço de Saúde (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1935), que dava um passo para a conquista da autonomia do gerenciamento interno dos serviços. Belo Lisboa se demonstrava favorável à aprovação, porém, em sua administração, impôs dificuldades para o início da vigência do regimento.

Antes que fosse aprovado pela Congregação, a discussão e a votação precisaram ser adiadas em um mês por terem sido colocadas como pauta final de uma das reuniões, sendo possível realizar apenas a leitura do regimento. Belo Lisboa justificou o adiamento pelo “adiantado da hora” e solicitou que fosse mantido “o regimento em vigor, a título precário” até a aprovação do novo (CONGREGAÇÃO, 1935a, p. 94). Em maio o regimento foi “minimamente” aprovado, carecendo da inclusão dos empregados domésticos entre o rol de beneficiados do serviço, por sugestão dos professores (CONGREGAÇÃO, 1935b, p. 99).

Mesmo aprovado, a publicação do regimento sequer ocorreu naquele ano¹²², impossibilitando o dr. Raymundo Faria de realizar sua aplicação. O atraso gerou a indignação do chefe do Serviço de Saúde, que reclamou que mesmo com a aprovação do regimento em maio, ele “inexplicavelmente não foi publicado, nem se sabe onde se encontra” (FARIA, 1935, p. 415).

A publicação era necessária para garantir a sobreposição da autoridade médica sobre qualquer um dos beneficiados quanto às medidas tomadas para o seu funcionamento. Ele era solicitado pelo médico para que fosse utilizado quando confrontado em seu trabalho, especialmente pelos professores. Conforme explicou:

[...] não é aconselhável que o serviço funcione sem um regimento interno. Por exemplo: O contribuinte dirige-se ao médico e pede que lhe receite o preparo tal, sem exame médico, sem indicação justificável. Certamente o médico não poderá fornecer, por trazer graves precedentes e grande prejuízo, para outros contribuintes. Si o pretendente é um operário, tudo se resolve facilmente, mas si se trata de

¹²¹ Para a contratação dos três professores, foi novamente utilizado por Belo Lisboa o parágrafo 5º do art. 123, que, para as primeiras contratações, dispensava o julgamento da Congregação (REGULAMENTO, 1931).

¹²² A publicação do Regimento do Serviço de Saúde da ESAV só veio a ocorrer no ano de 1936. Foi feita a redação de um novo regimento pelo Conselho Fiscal, que era presidido pelo dr. Ruy Gomes de Moraes, sendo considerado de relevante aplicabilidade nas ações médicas. Ele foi vangloriado como “fruto da experiência de vários anos, dos profs. Moojen de Oliveira, Raymundo de Faria e Ruy Gomes de Moraes” (PEREIRA, 1937, p. 184).

um professor, como aconteceu algumas vezes, elle se dirige aos poderes superiores e traz a ordem para que se lhe forneça o que deseja, e neste caso o referido contribuinte attribue ao medico má vontade, falta de atenção e outros qualificativos que diminuem grandemente o concerto profissional do medico. A palavra do professor é sempre acatada pelos seus collegas, dahi podendo admir o afastamento do medico como não tendo capacidade para medico da Escola, quando a única falta que commettera, fora cumprir o seu dever e zelar pelos interesses dos contribuintes de um Serviço [sic] de Saude pelo systema cooperativo. (FARIA, 1935, p. 415).

A urgência na publicação do regimento revelava a existência de disputas no interior da Escola quanto à automedicação, que colocavam em xeque a autoridade médica. A resistência temida pelo médico advinha mais dos professores do que dos operários, pois aqueles poderiam se apoiar uns nos outros para levar suas queixas até a administração, sobrepondo-se ao poder do médico. Já estes – os operários – eram vistos por ele como uma instância de poder mais fraca, cabendo aos rurais apenas acatar suas palavras. Tal visão, que conforma os operários esavianos no lugar apenas de receptores dos saberes médico-científicos, relacionava-se com as representações do Jeca no cenário nacional, que, pela sua ignorância, não poderia duvidar “mais do que a Ciencia disser” (LOBATO, 1956, p. 334).

A independência parcial concedida por Belo Lisboa, e que permitiria que o Serviço de Saúde prosseguisse com a marca de sua direção, deu-se com a implementação de uma comissão para gerir a parte financeira. Conforme o diretor anuncia, na primeira pessoa:

resolvi, pelo acto da Directoria, [...], reorganizar-o [o Serviço de Saúde], confiando a sua direcção a uma comissão constituída de representantes da Directoria, do corpo docente, dos alumnos, dos empregados administrativos e dos diaristas.

Vamos apreciar, pela primeira vez, o resultado da nova organização, que por meu julgamento é satisfactorio, devendo ser conservado. Os representantes do pessoal da Escola são escolhidos por eleição e o da Directoria, designado pelo Director.

Presidiu a Comissão Directoria do Serviço de Saúde o Exmo. Professor João Moojen de Oliveira e fizeram parte da mesma Comissão os senhores: João Moojen de Oliveira – Rept. dos professores; José Sant’Anna, Thesoureiro e representante da Directoria; Leonidas Machado Magalhães, Secretario e representante dos discentes; Clovis de Magalhães Abreu, representante do pessoal administrativo; Josias Barbosa, representante do pessoal diarista. (LISBOA, 1935, [s/p]).

Essa comissão, que veio a ser chamada de Conselho Fiscal, foi constituída por um representante de cada categoria dos beneficiados, com exceção dos operários, não foram citados. O professor e farmacêutico João Moojen de Oliviera, que havia coordenado o Serviço de Saúde em 1933, reaparece presidindo o Conselho Fiscal e como representante dos professores.

Com a criação do Conselho, era reforçado o caráter cooperativo do Serviço de Saúde, unindo os diferentes beneficiados em torno de sua defesa. Por meio dele, Belo Lisboa contribuía para reforçar a consolidação dos serviços de higiene e aconselharia sua continuidade, indicando a conservação do Conselho. Na oportunidade, o dr. Raymundo Faria aproveitou para angariar algum poder para a atuação médica, indicando a necessidade da “autonomia financeira do Serviço de Saúde que se impõe” com a justificativa de serem os serviços uma “sociedade cooperativa”, permitindo trazer “grandes economias e benefícios aos contribuintes” pelo “fornecimento de medicamentos a preços hospitalares” (FARIA, 1935, p. 419).

Apesar dos interesses difusos de Belo Lisboa e de dr. Raymundo Faria quanto aos limites dados à autonomia do Serviço de Saúde, a reorganização e a ampliação da autoridade médica na ESAV se tornaram possível pela colaboração conjunta de ambos. Belo Lisboa fertilizou o solo esaviano para a recepção de ideias do saneamento dos sertões e deu abertura institucional para que o poder médico-higiênico fosse fortalecido na Escola. A chegada do dr. Raymundo Faria foi oportuna para os interesses do diretor, realizando a criação de campanhas sanitárias, a implementação de práticas higiênicas e a mobilização de ferramentas, como a banda de música da ESAV e o Departamento de Educação Physica, para contribuir para a higienização da Escola. Em seu último relatório, ele agradece a confiança concedida no direcionamento da reestruturação dos serviços¹²³. Conforme expressa:

Terminando o presente relatório, apresentamos ás dignas Comissão Dirigente e Directoria da Escola os nossos mais sinceros parabens pela orientação modrna [sic] e segura que souberam dar ao Serviço de Saúde e apresentamos também os nossos mais sinceros agradecimentos pela confiança em nós depositada e apoio que nos souberam dar nos momentos em que a necessidade dele se fazia sentir.

¹²³ No ano de 1936, dr. Raymundo Faria permaneceu no cargo de médico interino até que fosse contratado outro para assumir a vaga, sem grandes reformas. Em março de 1936, ele passou os serviços a seu substituto dr. Jacy Roiz Pereira. E com atraso, por motivos alheios a sua vontade, deu início às aulas de Fisiologia e Física Biológica em 23 de março daquele ano (FARIA, 1936).

Fazemos votos para o constante progresso da ESAV, e do seu Serviço de Saúde modelar e tudo faremos para contribuirmos com a nossa parte, a defesa da SAUDE. (FARIA, 1935, p. 419, grifo do autor).

A orientação moderna indicada pelo médico prescindia do reconhecimento da higiene como parte da educação ofertada e da garantia de meios para que ela atuasse em pretensões formativas da instituição. Em conclusão ao período de reestruturação, ele posiciona o Serviço de Saúde da ESAV em favor da defesa da saúde, sinalizando um caminho para a continuidade dos serviços.

Dessa forma, a direção de Belo Lisboa na Escola foi favorável à expansão e à atualização das marcas de higiene presentes em seu projeto formador. Para isso, foi necessária a contratação de um médico de tempo integral e que atuasse em conformidade com os saberes higienistas em voga nas décadas de 1920 e 1930. O médico contratado foi o dr. Raymundo Faria, que havia se formado recentemente na FMRJ e estava atuando no hospital da cidade.

Ao chegar à ESAV, o médico produziu uma leitura do espaço escolar doente e ameaçado pelos dois “grandes flagelos” brasileiros: a opilação e a sífilis. Por meio de campanhas sanitárias, ele empreendeu práticas de limpeza da instituição e mobilizou ferramentas em favor da medicina preventiva, considerada alcançada no fim de 1935 (FARIA, 1935). Todo o pessoal esaviano, inclusive a direção, tornou-se alvo das práticas higiênicas, justificando-se, para a adoção da higiene, pela promoção de um melhor funcionamento da instituição.

A linha de ação adotada para os serviços foi a atuação sobre o “distúrbio” — na doença ou na fraqueza física dos indivíduos, nos seus maus hábitos e no espaço insalubre — visando ao funcionamento eficiente do “organismo vivo”, ou melhor, da Instituição (STEPHANOU, 2006). Notadamente, nem todos eram vistos igualmente como parte dos distúrbios. Os alunos e os operários eram apontados pelo médico como os mais responsáveis e os que careciam de ações mais energéticas. Os alunos das escolas anexas eram os “doentes” mais “críticos”, mas sua cura daria um menor destaque para a administração de Belo Lisboa que a dos alunos e dos operários.

Sendo assim, atuando próximo aos interesses institucionais, o médico realizou a limpeza dos vermes entre os operários da ESAV, permitindo que Belo Lisboa finalmente ostentasse a eficiência da sua “obra social” para limpeza do povo rural, iniciada em 1922. No discurso de encerramento da sua direção, ele afirma:

Feliz realização pelas conclusões a que chegou, neste anno, a Escola depois de 14 annos de trabalho ininterrupto, podendo affirmar, sem receio de contestação, a possibilidade do melhoramento do nosso povo rural, por ter alcançado o impressionante resultado de 0% de analfabetos e de verminosos, entre os seus empregados e, ainda, pela capacidade profissional de chegaram e elevação de nivel social. (LISBOA, 1935, p. 3-4).

O resultado para verminoses ostentado por Belo Lisboa representava apenas a ponta do *iceberg* de um conjunto de saberes e práticas higienistas que foram sendo implementadas sobre a população rural que chegava à Escola. Não só atuando sobre a doença, os saberes e as práticas também incidiam sobre a supressão dos hábitos e dos costumes corporais dos operários rurais, justificada pela sua elevação social. Quanto aos alunos, esse projeto não pôde ser alcançado pelo movimento de resistência exercido por eles contra a energização da higiene.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto formador esaviano se constituiu em meio a um bojo de ações sanitárias direcionadas aos espaços rurais nas décadas de 1920 e 1930. Ele foi organizado a partir da adoção de saberes e práticas higienistas trazidos por sujeitos contratados para participar da Instituição e que encontravam solo fértil para incorporar ideias às pretensões institucionais. Esses investimentos, que deram subsídios para a construção de diferentes ferramentas, contribuíram para a formação de sujeitos rurais higienizados e higiênicos. Para isso, foi importante a promoção de uma abertura institucional para que fossem implantadas ideias higienistas pretendidas desde a concepção da Instituição.

O conjunto de documentos reunidos nos possibilitou perceber que o anúncio de criação da ESAV, feito no ano de 1920 ao Congresso Mineiro, acompanhava a implementação de políticas sanitárias nos espaços rurais pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sob presidência de Arthur Bernardes. O intuito de criação do Estabelecimento era promover uma superação do rudimentarismo técnico na agricultura e na pecuária mineiras, propiciando seu desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que o presidente do estado alertava para a necessidade de recuperar os braços nas lavouras.

A contratação do estadunidense P. H. Rolfs para fundar, organizar e dirigir o Estabelecimento permitiu a incorporação de princípios da Agricultura Moderna dos EUA, que incutiam a necessidade de uma agricultura produtiva. Para isso, o Ensino Agrícola preconizado deveria se dar próximo às localidades rurais e em um espaço institucional livre de doenças, levando, durante o período de construção, à realização de ações de limpeza do solo, de obtenção de represas para água potável e de estruturação de edifícios observando os princípios higiênicos. Não obstante, a presença da higiene no período de construção foi reforçada com a contratação do engenheiro Belo Lisboa, que havia percorrido itinerários em cruzamento com a ascensão da campanha de saneamento dos sertões no país e que estabeleceu contato com atores — Paulo Frontin e dr. Rodrigues Caldas — protagonistas de reformas higiênicas e sanitárias no país.

A atuação de Belo Lisboa como engenheiro-chefe das construções esteve comprometida com a garantia da instalação de estruturas sanitárias condizentes com as orientações dos higienistas em todos os edifícios e residências. Além disso, logo na sua chegada, foi dado início à construção do projeto formador da Escola com a intervenção

sobre a saúde dos operários rurais e sua instrução moral e higiênica, fundando o que o engenheiro considerava uma obra social.

A criação da Caixa Beneficente, em 1922, foi mobilizada por Belo Lisboa a partir da identificação das taxas de analfabetismo e de infestação de verminoses entre os operários da construção. Ela foi organizada por meio de recursos cooperativos, por contribuições dos funcionários e da administração, para que fossem combatidos esses dois males. No que concerne à saúde, os recursos foram utilizados para o pagamento de médicos, exames para verminose e medicalização dos operários, além da garantia de consultas médicas para os funcionários e seus familiares. Em paralelo aos serviços da Caixa Beneficente, Belo Lisboa realizava a instrução moral e higiênica dos operários com assuntos condizentes aos debates dos higienistas no cenário nacional e adotava um sistema de encarregados que levava os funcionários a transmitir os saberes uns para os outros.

As experiências obtidas com a higienização dos operários rurais durante o período de construções foram difundidas em diversas instâncias, até mesmo na Conferência Nacional de Educação, de 1931, junto à ideia de Ensino Agrícola. Elas serviram também para inspirar a organização por meio de ferramentas para higienização dos primeiros alunos que ingressaram na Instituição.

Posterior à higienização dos operários, os alunos passaram a ser submetidos a exame de fezes para identificação das verminoses ao chegar à Escola, e os casos positivos eram submetidos à medicalização, havendo estudantes resistentes a essas práticas. Tiveram continuidade também os serviços de saúde cooperativos a todo o pessoal esaviano — sendo obrigatórios aos alunos pela cobrança da taxa de saúde — e a instrução moral e higiênica, semanal aos empregados esavianos e diária aos alunos, nas Reuniões Gerais.

Inicialmente, uma nova ferramenta higiênica foi instituída com a medição e a pesagem de todos os alunos, realizadas pela filha de P. H. Rolfs, almejando o aprimoramento físico dos esavianos. Esse trabalho com medição e pesagem no início e no final do ano visava a aproximar os estudantes do seu peso tido como certo, tomando como valores de referência dados obtidos em estudos com sujeitos norte-americanos. A medição e a pesagem eram complementadas pelo controle da alimentação e do exercício físico – primeiramente na forma de instrução militar – ao longo do ano. Essas práticas parecem ter sido pouco ou nada mobilizadas após o ano de 1931, dando lugar a outras ferramentas para a construção da robustez dos alunos.

Com o início da direção de Belo Lisboa, em 1929, sucedendo P. H. Rolfs, houve uma movimentação nas diversas ferramentas instruídas até então no projeto formador. Os serviços de saúde foram substituídos pela criação do Serviço de Saúde da ESAV, com a oferta dos serviços médico, dentário e de farmácia, sendo utilizada a parceria com o Hospital Regional de Viçosa — fruto da política de saneamento dos sertões — para aquisição de consultórios para os atendimentos médico e dentário. Foi aprimorado o serviço de instrução militar e institucionalizado o esporte, com a criação do Serviço de Desportes e a inserção da Educação Física na grade curricular dos alunos, em todos os cursos. Essas modificações permitiriam a ampliação das formas de intervenção higiênica sobre o pessoal esaviano, e mais especificamente sobre os alunos, refletida pelo interesse manifesto de Belo Lisboa em instituir uma mentalidade voltada para a medicina preventiva.

A publicação de um novo regulamento, em 1931, permitiu que houvesse a expansão do projeto formador pela higiene, concedendo o atendimento do Serviço de Saúde da ESAV também aos familiares de todos os servidores. Essa mudança reaproximou os serviços aos intuitos da extinta Caixa Beneficente, possibilitando expandir a higiene aos sujeitos ruais indiretamente vinculados à instituição. Todavia, essa expansão não foi acompanhada da ampliação da estrutura de atendimento aos serviços, ocasionando ingerências que refletiam em reclamações de profissionais encarregados e de usuários.

Esses empecilhos provocaram uma reestruturação do Serviço de Saúde da ESAV, que só foi concretizada no ano seguinte. O médico contratado para atuar de forma integral nos serviços, promovendo sua reestruturação, foi o viçosense dr. Raymundo Faria, formado pela FMRJ. Ao chegar à Instituição, ele declarou uma campanha de guerra aos vermes, iniciando obrigatoriamente sua atuação sobre a principal doença a ser combatida pelos higienistas nos sertões. As ações contra verminose tomavam todo o pessoal esaviano como alvo de limpeza, sendo enfatizadas as ações da campanha sobre alunos e operários. Foram instituídas práticas sistemáticas de testagem e medicalização dos sujeitos até o combate da doença, além da instalação de fossas sanitárias nos campos de trabalho, visitas nas casas dos operários residentes na Escola e a obrigatoriedade de exames de fezes negativos para a contratação de novos servidores. Para a eficiência da campanha entre os funcionários, foi empregado um regulamento institucional para coagir a adesão às práticas de limpeza, permitindo que fosse alcançada uma taxa de infecção próxima a 0% em todos esses grupos. Já entre os alunos eclodiu um movimento de

resistência às práticas de testagem e medicalização, impedindo uma redução significativa da taxa de casos positivos e levando o médico a sugerir a Belo Lisboa que instituísse a obrigatoriedade dos exames.

Durante a campanha contra verminoses, o médico também realizou investimentos para uma campanha de combate à sífilis, vista como outra ameaça pelos higienistas. Foi realizada, no início de sua chegada, a Educação Sexual dos alunos esavianos, para conscientizá-los da doença, e posteriormente foram feitos tratamentos de caráter experimental, com a utilização de medicamentos convencionalmente utilizados para a doença.

Essas campanhas, que caracterizavam a atuação higiênica de dr. Raymundo Faria, combinavam-se com medidas de prescrição intensiva de medicamentos e de isolamento de doentes, além de medidas sanitárias e educativas, para o controle das epidemias que surgiram na cidade de Viçosa e na região, produzindo uma tentativa de isolamento do espaço escolar em relação às doenças. Essas práticas caracterizavam a atuação do médico esaviano em favor da medicina preventiva, o que ficou patente com a substituição dos atestados pelas licenças médicas, a qual foi acatada por Belo Lisboa e permitiu ao médico atuar no início das doenças que se manifestavam.

Para que fosse consolidada uma higiene preventiva na Escola, o cotidiano institucional foi munido de ferramentas voltadas para a formação física e a higiene mental dos esavianos. Com o respaldo de Belo Lisboa e do sargento Kummel, ocorreram diversas modificações durante a chefia de dr. Raymundo Faria no Departamento de Educação Physica, em 1934. As práticas nos clubes esportivos fora da Escola foram vetadas a alunos e funcionários, e foram promovidas a ampliação da estrutura do departamento, com novos materiais, a inauguração de uma piscina e a implementação do exame morfofisiológico de todos os alunos. A presença do médico nos debates sobre a Educação Física na Escola também produziu modificações nas práticas realizadas, levando ao sargento Kummel, instrutor da “educação physica”, a busca de sistematização das práticas realizadas com os alunos, propiciando a eficiência dos ganhos higiênicos. Por fim, o tempo livre dos esavianos também foi munido de ferramentas visando à higiene mental, com a promoção de uma estrutura própria e adequada às atividades da banda de música, e a criação de eventos — os entretenimentos semanais e os Vesperais.

Assim, podemos perceber que a presença da higiene foi se ampliando ao longo do funcionamento da Instituição, sendo sua concepção impregnada por pretensões políticas e higiênicas de Arthur Bernardes, que favoreceram a adoção de saberes e práticas

higienistas desde período de construção. Destacaram-se, na implantação e na atualização das ferramentas, Belo Lisboa e o médico dr. Raymundo Faria.

Percebemos que, à medida que Belo Lisboa foi alcançando cargos importantes na ESAV, progredindo de engenheiro-auxiliar para engenheiro-chefe, e de vice-diretor para diretor, ele foi propiciando a penetração das ideias higienistas no projeto formador da instituição. Foi a partir de sua entrada na direção da Escola que surgiram mudanças mais radicais nos serviços, com a ampliação dos serviços higiênicos, com a criação do Serviço de Saúde, e sua posterior reestruturação. Esses dois momentos possibilitaram a organização de outras ferramentas para além do Serviço de Saúde, mobilizadas de forma mais intensa com a chegada de dr. Raymundo Faria para dirigir os serviços. Na entrada deste último, houve não apenas uma expansão da higiene, como também a atualização das ferramentas em conformidade com os pressupostos higienistas em voga.

Portanto, foi a partir da chegada desses dois sujeitos e de sua atuação junto aos demais esavianos que um conjunto de saberes e práticas higiênicos pôde ser ampliado no projeto formador da ESAV, permitindo a participação do poder médico-higiênico no estabelecimento da Instituição.

Ressaltamos que o corpo documental reunido demonstra possibilidades de desdobramentos desta pesquisa que contemplem a formação de sujeitos higienizadores na Instituição, investigando caminhos de atuação dos esavianos, especialmente alunos e professores, para além do espaço escolar. Outros indícios não explorados nesta pesquisa, e que se apresentam como possibilidades de investigação, residem na atuação da Escola na produção de saberes e práticas higiênicos e em sua difusão por meio de atividades internas ou externas com os fazendeiros do estado.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência, saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). *In*: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (org.). **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010. p. 95-118.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trabalho, Educação e Saúde**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 427-451, nov. 2012.

ALVES, Wedencley. Um jornal no dissenso: o Correio da Manhã e a campanha contra a vacinação obrigatória. **Rev. Eletr. de Com. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-12, fev. 2013.

AVILA-PIRES, Fernando Dias de. João Moojen (1904-1985). **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, p. 7-12, mar. 2005.

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. **O "terrível flagello da humanidade": os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940)**. 2020. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Grupos escolares em Minas Gerais: um estudo de caráter regional e demográfico sobre a Primeira República. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 449-447, fev. 2012.

AZEVEDO, Denilson Santos de. As 'Reuniões Gerais' como dispositivo pedagógico de modelação no ensino de Agricultura em Minas Gerais (1928-1951). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 116-139, jan. 2017.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da ESAV (1920-1948), organização e funcionamento**. 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BAÍÁ, Anderson da Cunha. **Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929)**. 2012. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BAÍÁ, Anderson da Cunha. **O Esporte na consolidação e propagação do espírito esaviano**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. **Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas**. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p.111-128, abr. 2010.

BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. **Caderno Crh**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 161-167, abr. 2007.

BASSO, Jaqueline Daniela. **O Ruralismo Pedagógico no Estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940**: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente - da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231-286.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas v. 3.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras escolhidas v. 1.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 15/2010**. Distrito Federal: Ministério da Educação. 01 set. 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRITTO, Nara. A construção de uma força social: a organização do movimento sanitaria. In: BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz**: a construção de um mito na ciência brasileira. Rio: Fiocruz, 1995. p. 21-40.

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Memórias da vida de João Carlos Bello Lisboa**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2012.

CARDOSO, Tânia Marques; LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo. Terapêutica musical na Saúde Mental de São Paulo: recorte sobre higienismo, psiquiatria e disciplina no hospital do Juqueri, início do século XX. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 112-143, 30 jun. 2016.

CARVALHO, Eliane Vianey de. **A emergência das práticas médico-educativas da Saúde Pública Estadual de Minas Gerais (1910-1935)**. 2016. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p.752-773, jul. 2017.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitaria na Primeira

República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

CERTEAU, Michel de. **Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHAMON, Carla Simone. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)**. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHERTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Difel: Algés, 1990.

CLAPER, Jeanine Ribeiro. Delineando a Assistência ao Alienado no início do século XX: colônia juliano moreira imagens e sensibilidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016. **Anais [...]**. Florianópolis, 2016. p. 1-19.

COHEN, Yolande; DUNGEN, Pierre Van Den. À l'origine des Cercles de fermières: étude comparée Belgique-Québec. **Revue d'histoire de l'Amérique française**, [s/l], v. 48, n. 1, p. 29-56, 1994.

COUTO, Cristiana. Doenças no Brasil Oitocentista: alimentação como prevenção na produção médica da faculdade de medicina do rio de janeiro (1832-1889). **Circumscribere**, São Paulo, v. 14, p. 40-52, 2014.

CRUZ, Doris Lilia Torres; RAMÍREZ, Tulio Alfonso. El uso de la lectura y la escritura como estrategia para enseñar la higiene en la escuela colombiana de los albores del siglo XX. **Revista Historia de La Educación Latinoamericana**, Tunja, n. 15, p. 271-298, dez. 2010.

CUPELLO, Priscila Céspedes. **A mulher (a)normal: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933)**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

DOGLIOTTI, Paola. Educación del cuerpo, higiene y gimnástica en la conformación de la educación física escolar en el Uruguay (1874-1923). **Historia de La Educación - Anuario**, Puan, v. 13, n. 2, p. 1-21, dez. 2012.

ECAR, Ariadne Lopes. **Debates sobre o ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no grupo escolar rural de Butantan (1932-1943)**. 2017. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- FERNANDES, Tania Maria Dias; CHAGAS, Daiana Crús; SOUZA, Érica Mello de. Varíola e vacina no Brasil no século XX: institucionalização da educação sanitária. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 479-489, 2011.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001. p. 207-224.
- FONSECA, Cristina M. O. A história da política de saúde no Brasil: interpretações e trajetórias. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 403-429.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FRANCO, Sebastião Pimentel; LIMANOGUEIRA, André Luis. Entre livros, lentes e miasmas. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 67-84, jun. 2016.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1445-1457, dez. 2014a.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 22, n. 2, p.247-254, 23 jul. 2011.
- GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Manoel Bonfim: relações entre projetos nacionais de educação e saúde. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 77-93, mar. 2014b.
- GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Movimento Higienista na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde**, São Paulo, n. 1, p. 47-52, 2002.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. **O Século da Higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)**. 2003. 303 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.
- GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Os Higienistas e a Educação Física: as histórias dos seus ideais**. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000.
- GOMIDE, Tarcísio. **Universidade Federal de Viçosa: esboço de uma síntese histórica**. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1996.

GONÇALVES, Irlen Antônio. A modernidade em Minas segundo João Antônio de Paula. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-3, dez. 2001.

GONDRA, José Gonçalves. Afranio Peixoto, perícia médica e a fabricação do corpo múltiplo no Brasil. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 38, n. 104, p. 7-20, abr. 2018.

GONDRA, José Gonçalves. Combater a “Poética Pallidez”: a questão da higienização dos corpos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, p. 121-161, dez. 2004.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abr. 2003.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da primeira república. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, 1998.

HOFFBAUER, Daniela; PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **André Gustavo Paulo de Frontin**. 2018. Arquivo Nacional - Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: < <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/828-andre-gustavo-paulo-de-frontin-2> >. Acesso em: 17 dez. 2021.

IBAÑEZ, Nelson, *et al.* De Instituto Soroterápico a Centro de Medicina Experimental: institucionalização do Butantan no período de 1920 a 1940. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 77-103, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 178 p. Versão preliminar.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. **Angelus Novus, Paul Klee**. História das Artes, 2019. Disponível em: < <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/angelus-novus-paul-klee/> >. Acesso em 09 fev. 2021.

JUBÉ, Carolina Nascimento. **Educação, educação física e natureza na obra de Georges Hébert e sua recepção no Brasil (1915-1945)**. 2017. 284 F. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

KORNDÖRFER, Ana Paula. Jeca Tatu, um ilustre opilado: o Movimento Sanitarista e o combate à ancilostomíase na obra de Monteiro Lobato (Brasil, décadas de 1910-1920). **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 436-448, ago. 2018.

LAROCCA, Liliana Muller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, [s/l], v. 14, n. 35, p. 753-766, dez. 2010.

- LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. **Nacionalismo militante**: uma análise da correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). 2020. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.
- LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 1977. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000.
- LINHALES, Meily Assbú. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na associação brasileira de educação (1925-1935) belo. 2006. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- LINHALES, Meily Assbú. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 75-91, 2009.
- LITSIOS, Socrates. Rural hygiene in the early years of the World Health Organization: another casualty of the cold war?. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, Lisboa, n. 15, p. 125-132, 2016.
- LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Globo, 2007.
- LUCA, Tânia Regina de. Ciência: solução do problema nacional?. In: DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 185-238.
- MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a fundação rockefeller em minas gerais (1916-1928). **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 175-189, dez. 2004.
- MARTINS, Marcos Lobato. Paisagens do passado no sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura (décadas de 1870-1920). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 127-155, 2014.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. A política pública dos jardins de recreio como espaço civilizador no contexto urbano de Porto Alegre (1920-1950). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 23, p. 1-27, 2019.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro de; QUITZAU, Evelise Amgarten. Educação do corpo e natureza: prescrições da revista educação physica (brasil, 1932-1945). **Educación Física y Ciencia**, La Plata, v. 20, n. 1, p. 42-54, jan. 2018.

MENDES, Neilson Silva; MAIA, Fernanda Nunes. Monteiro Lobato, Racismo e Literatura: narrativas de um eugenista. **Revista Espaço Livre**, Sete Lagoas/MG, n. 28, dez. 2019.

MILAGRES, Pedro; DASILVA, Carolina Fernandes; KOWALSKI, Marizabel. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p.160-176, maio 2018.

MILAGRES, Pedro de Oliveira; KOWALSKI, Marizabel. Higienismo brasileiro e o processo civilizador: usos da teoria elisiana em pesquisas na história da educação. In: VIEIRA, Ana Flavia Braun; FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de (org.). **Norbert Elias em debate**: usos e possibilidades de pesquisa no Brasil. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. p. 186-207.

MILAGRES, Pedro de Oliviera; OLIVEIRA, Gabriel Gomes de; BAÍA, Anderson da Cunha. Uma forma de educar na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: a circulação de discursos higienistas e eugenistas na revista Seiva (1940 a 1948). **Horizontes**, São Carlos/SP, v. 39, p. 1-19, 2021.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. O Jeca e a Cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, n. 8, 1997.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: belo horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 67-80, dez. 2011.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do grupo escolar rural do Butantan em 1930. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 32, p. 9-22, mar. 2010.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira “Oh! Escarneo! Tendes visto o que é a escola rural; ver uma é ver todas material e moralmente”: um estudo sobre os materiais, os métodos e os conteúdos da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 12, n. 2(29), p. 77-106, nov. 2012.

NALETTO, Pedro de Carvalho. Walter Benjamin e o flâneur baudelairiano em Julio Cortázar. **Primeiros escritos**, São Paulo, n. 10, p. 266-282, 2005.

NARCISO, Anderson José de Almeida. **A Medicina vai à Escola: ideias e práticas de saúde nos grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais (1906-1929)**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

NEIVA, Arthur; PENA, Belisário. Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In.: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, vol. 8, 1916, pp. 74-224.

NEVES, Marcos Alessandro. Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929). **Cadernos do Ceom**, Chapecó/SC, v. 31, n. 48, p. 50-59, jun. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Edipro, 2020.

OTTE, George. Rememoração e citação em Walter Benjamin. **Revista de Estudos Literários**, Belo Horizonte, v. 4, p. 211-223, out. 1996.

NOMURA, Hitoshi. João Moojen (1904-1985). **Revta. bras. Zool.**, v. 10, n. 3, p. 553-558, 1993.

OLIVEIRA, Edilson Gonçalves de. **Contribuições para o diagnóstico ambiental da bacia hidrográfica do Rio Doce, estudo de caso: sub-bacia do rio piranga**. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUERÔA, Silvia F. de M. Ceres, as mulheres e o sertão: Representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 29, p. 365-397, 2007.

PAES, Ernani Barbosa. **A identidade do esaviano: práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira (1926 a 1948)**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

PEIXOTO, Priscila Bermudes; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. “Memento lues, delenda lues!” A profilaxia e o tratamento da sífilis na Revista de Medicina nos anos 1920. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 391-412, jan. 2019.

PENA, Belisário. **Saneamento do Brasil: sanear o brasil é povoal-o; é enriquecerl-o; é moralisal-o**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1923.

PEREIRA, Renata Toledo. **Nos trilhos do progresso: expansão do ensino primário em Maricá na primeira república (1889-1926)**. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PERÍODO CUSTÓDIO SILVA. [s/d]. Disponível em: <
<http://www.pontenet.com.br/pontenova/politica1.html>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PILETTI, Fernanda. **Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o grupo escolar jansen (1937-1958)**. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

PINTO, Rodrigo Teixeira. **Em Defesa da Raça: práticas discursivas e estratégias no campo da Medicina Social em Porto Alegre (1920-1945)**. 2018. 198f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; ALVES, Alexandre. Os debates sobre educação moral, caráter e conduta do indivíduo nas primeiras décadas do século XX e seus reflexos na atualidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100, n. 256, p. 651-674, dez. 2019.

QUEIROZ, Kauê Fabiano da Silva; CANCELLA, Karina. A implementação do regulamento nº 7 de educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 379-389, set. 2018.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Maria das Graças. Caubóis e Caipiras: Os Land Grant Colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **História da Educação**, Pelotas, n. 19, p.105-120, 2006.

RIBEIRO, Maria das Graças. A Educação Superior Norte-Americana: gênese de um modelo. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 48, p. 75-93, abr. 2016.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 23, n. 59, p.39-56, abr. 2003.

SALAS-HUETOS, Albert; HUETOS-SOLANO, Maria Dolores; SALAS-SALVADÓ, Jordi. Alexandre Frias i Roig: puericultor, médico y divulgador. luchador incansable en favor de la lactancia materna y de la infancia. **Nutrición Hospitalaria**, Madri, v. 36, n. 4, p. 981-987, 2019.

SANTOS, Laís Vasconcelos. **“A escola que produz saúde”**: os serviços de assistência médico-escolar no Brasil e na Colômbia (1920-1938). 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos; ARAÚJO, Rafael Nóbrega. A ciência é a alma do negócio: apropriações do discurso científico em propagandas de medicamentos contra a sífilis (Paraíba. 1932-1942). **Ágora**, Vitória, v. 32, n. 1, p. 1-37, 2021.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. **Dynamis**, Granada, v. 32, n. 1, p. 45-68, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SILVA, André Luiz dos Santos. **Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física**. 2012. 261f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX. **Dynamis**, Granada, v. 31, n. 1, p. 41-63, 2011.

SILVEIRA, Éder da. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX**. Porto Alegre: Editora da UFCSPA, 2016.

SOARES, Carmen Lucia. Educação do corpo: apontamentos para a historicidade de uma noção. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

SOARES, Carmen Lúcia. **O pensamento médico-higienista e a educação física no Brasil: 1850-1930**. 1990. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

SOARES, Carmen Lucia; SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos. À sombra das árvores... Respirando ar puro: educação e divertimentos junto à natureza na São Paulo dos anos 1920. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-26, out. 2018.

SOARES, Carmem Lúcia. Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. Campinas/SP: Autores Associados, 2016, p. 9-46.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; ARAËJO, Rafael Nóbrega. “A hora da educação sexual”: práticas educativas do sexo, da saúde e das doenças em conselhos impressos (Paraíba, década de 1930). **Fronteiras & Debates**, Macapá/AP, v. 6, n. 2, p. 7-25, dez. 2019.

SOUZA, Milena Luckesi de; BOARINI, Maria Lucia. A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 2, p. 273-292, ago. 2008.

STANCIK, Marco Antonio. Os Jecas do Literato e do cientista: Movimento Eugênico, Higienismo e Racismo na Primeira República. **Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa/PR, v. 13, n. 1, p. 45-62, jun. 2005.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 33-64, mar. 2006.

TABORDADEOLIVEIRA, Marcus. Pesquisas sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades na História da Educação: algumas indicações teórico-metodológicas. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, p. 97469-97469, 2020.

TAVARES, Mauricio Antunes. Para livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo. A educação rural em Pernambuco nos anos 1930 a 1950. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 141-158, dez. 2014.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, [S.L], v. 2, n. 17, p. 253-280, 1993.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938a.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938b.

TOTTI, Marcelo Augusto; MACHADO, Vitor. O pensamento de Alberto Torres e a educação rural no Brasil: contribuições ao surgimento do ruralismo pedagógico. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 29, p. 100-122, 2013.

VAGO, Tracísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

VALÉRIO, Telma Faltz. **As Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928–1942)**. 2013. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34)-Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 37, p. 123-133, mar. 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 19-34, set. 2017.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma historia da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Fontes

ATAS DE CONGREGAÇÃO. Viçosa, 1927. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/image-11> >. Acesso em: 26 nov. 2020.

BERNARDES, Arthur. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 2ª sessão ordinária da 8ª Legislatura no ano de 1920. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 15 de jun. 1920. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/34582?mode=full> >. Acesso em: 12 de mar. 2021.

BOLETIM. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. Viçosa, [s/d]. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00074/3j?search=esav> >. Acesso em: 01 de abr. 2021.

CONFERENCISTAS. Registro de Visita à ESAV. 1931. In.: LIVRO DE VISITAS, [s/d]. Disponível em: < <https://museuhistorico.ufv.br/antigo-livro-de-visitas/> >. Acesso em: 10 de mar. 2022.

ESCOLA Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, [s/p], [s/d]. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00054/49x?search=esav> >. Acesso em: 03 de out. 2021.

ESAV. Álbum de formatura de 1939. Viçosa, 1939. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/album-de-formatura-de-1939> >. Acesso em: 23 de nov. 2020.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Constituição (1919). Decreto nº 13.538, de 9 de abril de 1919. **Legislação:** Legislação informatizada. Rio de Janeiro, 13 abr. 1919. Seção 3. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13538-9-abril-1919-501492-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 16 jun. 2021.

ESTATUTOS da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. Viçosa, 1932. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/image-01> >. Acesso em: 23 de nov. 2021.

FARIA, Raymundo Lopes de. A sessão preparatória e a volta à calma nos Desportos. Suas razões Fisiológicas. In: SEIVA, Viçosa: Centro de Estudantes da ESAV, n. 22, p. 4-6, 1945.

FARIA, Raymundo Lopes de. Educação Física e Desportos. In: SEIVA, Viçosa: Centro de Estudantes da ESAV, n. 7, p. 23-34, 1942.

FARIA, Raymundo Lopes de. Influência da Educação Física na formação do homem moderno. In: SEIVA, Viçosa: Centro de Estudantes da ESAV, n. 23, p. 33-34, 1946.

FARIA, Raymundo Lopes de. Relatório apresentado pelo Dr. Raymundo Lopes de Faria, Assistente de Educação Physica e servindo inteiramente como encarregado do Serviço de Saude, ao Dr. J.C. Bello Lisboa, DD Director da E.S.A.V. do Estado de

Minas Gerais. Viçosa, 1934. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.02.05.02.

FARIA, Raymundo Lopes de. Relatório do Serviço de Saúde da ESAV referente ao ano de 1935. Viçosa, 1935. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.02.05.02.

FARIA, Raymundo Lopes de. Relatório do Serviço de Saúde da ESAV referente ao período de 1 de janeiro a 23 de março, de 1936. Viçosa, 1936. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.02.05.02.

GRATA notícia. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 528, 22 jan. 1922. Acervo Central Histórico da UFV.

HOSPITAL Regional da Zona da Matta. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 31, n. 585, 13 mai. 1923.

INAUGURAÇÃO do Hospital Regional. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 531, 19 fev. 1922.

INQUÉRITO relativo a bebedeiras e a exploração de calouros. Viçosa, 28 abr. 1934.

KUMMEL, Waldemar R. Relatório do Departamento de Educação Física referente ao ano de 1934. Viçosa, 1934.

KUMMEL, Waldemar R. Relatório do Departamento de Educação Física referente ao ano de 1935. Viçosa, 1935.

KUMMEL, Waldemar R. Relatório do Departamento de Educação Física referente ao ano de 1936. Viçosa, 1936.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 525, 1 jan. 1922a.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 527, 15 jan. 1922b.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 532, 26 fev. 1922c.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 533, 5 mar. 1922d.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 5331, 12 jan. 1922e.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 534, 19 jan. 1922f.

LANÇAMENTO dos contribuintes de impostos municipais para o exercício de 1922. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 535, 26 mar. 1922g.

LANÇAMENTO dos impostos de Indústrias, profissões, predial e penna dagua, para o exercício de 1914. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 22, n. 40, 4 jan. 1914a.

LANÇAMENTO dos impostos de Indústrias e profissões, predial e penna dagua, para o exercício de 1914. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 22, n. 41, 11 jan. 1914b.

LISBOA, João Carlos Belo. Ato n. 130. 1934a. Caderno de atos administrativos. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV JB.04.09.

LISBOA, João Carlos Belo. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais: sua realização. Discurso proferido aos formandos de 15 de Dezembro de 1935. Viçosa, 1935. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.02.07.01.

LISBOA, João Carlos Belo. Fazenda organizada. Conferência proferida na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 1941. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 2000.

LISBOA, João Carlos Belo; MACHADO, Mario das Neves; VIEIRA, Joaquim Julio. Caixa Beneficente do pessoal da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Balancete dos anos de 1923 e 1924. Viçosa, 1924. Disponível em: < <https://atom.ufv.br/index.php/balancete-de-1923-e-1924-da-caixa-beneficente-do-pessoal-da-esav> >. Acesso em: 10 de mar. 2022.

LISBOA, João Carlos Belo. O ensino da Agricultura nos Estados Unidos e na Europa. Comunicado do Sr. J. C. Belo Lisboa, Diretor da Escola de Viçosa, ao Governador de Minas Gerais sobre a viagem de estudos que fez aos Estados Unidos e diversos países da Europa. [S./l.], 1933a.

LISBOA, João Carlos Belo. Offícios do Director solicitando 4 meses de licença afim de realizar viagem de estudos científicos. 1933b. Junta administrativa. Processo n. 87. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.02.02.02.

LISBOA, João Carlos Belo. O povo quer aperfeiçoar-se. In: FOLHA RURAL. Viçosa, p. 3-8. 1 jan. 1935a. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/folha-rural/875414> >. Acesso em: 24 nov. 2020.

LISBOA, João Carlos Belo. Pedido para contratação do professor João Moojen de Oliveira. 1933c. Junta administrativa. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.02.02.02.

LISBOA, João Carlos Belo. Relatório anual pelo Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, relativo ao ano administrativo de 1934. Viçosa, 1934b. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.016.

LISBOA, João Carlos Belo. Relatório anual pelo Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, relativo ao ano administrativo de 1935. Viçosa, 1935. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.017.

LISBOA, João Carlos Belo. Relatório apresentado ao Exm^o.Sr.Dr.Ovidio João Paulo de Andrade, DD. Secretário da Agricultura, pelo Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais – J.C.Belo Lisbôa, relativo ao ano administrativo de 1931. Viçosa, 1931. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1931> >. Acesso em: 11 de mar. 2021.

LISBOA, João Carlos Belo. Relatório de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. Viçosa, 1929. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.04.02.01.

LIVRO DE ATAS da congregação. Viçosa, 1929. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/image-12> >. Acesso em: 19 nov. 2020.

LIVRO DE ATAS da congregação. Viçosa, 1932. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/image-12> >. Acesso em: 19 nov. 2020.

MAIS UMA brilhante iniciativa realizada: A inauguração do Posto de Prophylaxia das Molestias Venereas. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 31, n. 581, 15 abr. 1923.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e decretos do Estado de Minas 1920. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1920. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4721/3/4721.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2021.

NOVO estabelecimento industrial. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 545, 18 jun. 1922.

OLIVEIRA, João Moojen de. Movimento do gabinete clínico odontológico no período de 15 de agosto a 15 de dezembro de 1933. 1933. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV 04.02.08.005.

PUBLICAÇÃO no jornal “Cidade de Viçosa”. Viçosa, 2018. Disponível em: < <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/20196> >. Acesso em: 3 abr. 2022.

QUESTIONÁRIO respondido pelo corpo discente. Viçosa, 1929. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.01.03.01.

REGULAMENTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, a que se refere o decreto n. 10.154, desta data. Viçosa, 1931. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/image-5> >. Acesso em: 27 de nov. 2020.

REGULAMENTO de 1926. Viçosa, 1926. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/regulamento-da-esav-de-1926-1> >. Acesso em: 27 de nov. 2020.

- ROLFS, Peter Henry. Agricultural Education in Minas. Viçosa, 1928. Address to National Education Association. Disponível em: < <https://original-ufdc.uflib.ufl.edu/AA00000207/00075?search=esav> >. Acesso em: 3 abr. 2022.
- ROLFS, Peter Henry. A agricultura mineira e o seu melhoramento. Viçosa, 1930. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00001?search=esav> >. Acesso em: 19 mar. 2021.
- ROLFS, Peter Henry. Correspondência ao Dr. Arthur da Silva Bernardes. Bello Horizonte, 10 mar. 1921. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00096?search=esav> >. Acesso em: 10 de ago. 2021.
- ROLFS, Peter Henry. Correspondência enviada ao Dr. Seabra Muniz, M. D. Secretario de Agricultura, Vitoria, Estado do Espírito Santo. Ilheos, 29 ago. 1933. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00074/55j?search=esav> >. Acesso em: 06 ago. 2021.
- ROLFS, Peter Henry. Destino na Vida. Prelação realizada no I congresso da Associação de Ex-Alunos da ESAV, em Dezembro de 1938. In: ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. Boletim, n. 1, Viçosa, dez. 1938.
- ROLFS, Peter Henry. Primeiro annuario. Viçosa, 1927a. Disponível em: < <http://atom.ufv.br/index.php/esav-2> >. Acesso em: 27 de nov. 2020.
- ROLFS, Peter Henry. Rascunho da reunião geral. Viçosa, 03 de dez. 1928. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00044/114j?search=esav> >. Acesso em: 21 mar. 2021.
- ROLFS, Peter Henry. Relatorio 1931 do Consultor Technico de Agricultor do estado de Minas Gerais. Viçosa, 1931. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00020?search=esav> >. Acesso em: 07 ago. 2021.
- ROLFS, Peter Henry. Relatório do Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, que inclui especialmente os trabalhos agricolas de natureza scientifica realizados pelo estabelecimento até o 1º de Março de 1927. Viçosa, 1927b. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00032/1j?search=esav> >. Acesso em: 19 de mar. 2021.
- ROLFS, Peter Henry; ROLFS, Clarissa. Funsção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. Viçosa, [s/d].
- ROLFS, Peter Henry. The “Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais”, and A National System of Agricultural Colleges. Rio de Janeiro, 12 dez. 1923. Disponível em: < <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00121/1j?search=esav> >. Acesso em: 31 ago. 2021.

SANATÓRIO da Serra da Gramma. In: CIDADE DE VIÇOSA, ano 30, n. 544, 4 jun. 1922.

SEIVA. Viçosa: [s.n.], n. 28, nov. 1943.

TORRES, Raymundo. Serviço de Saúde: movimento no consultório medico durante o anno de 1933. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV 04.02.08.005